

H

05
2025



REVISTA

HISTÓRIAS
públicas

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



EXPEDIENTE

**Universidade do Estado de
Minas Gerais – UEMG**

Reitora: Lavínia Rosa Rodrigues
Vice-reitor: Thiago Torres Costa
Pereira

**Editora da Universidade do
Estado de Minas Gerais -
EDUEMG**

EDITOR-CHEFE
Thiago Torres Costa Pereira

COORDENAÇÃO
Gabriella Nair Noronha

Revista Histórias Públicas

EDITOR-CHEFE
Mauro Franco Neto

EQUIPE EDITORIAL
Ana Paula Silva Santana
Douglas Souza Angeli
Gláuber Miranda Florindo
Janaína de Almeida Teles
Thiago Fidelis
Ygor Klain Belchior

BOLSISTAS E COLABORADORES
Lara Luiza Modesto
Sofia de Almeida Piassi Dias

REVISÃO GRAMATICAL
A revisão gramatical e
ortográfica é de responsabilidade
dos(as) autores(as) dos textos.

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Michele Caroline Luz
Sofia de Almeida Piassi Dias

FOTO
Arquivo Nacional, Fundo Correio
da Manhã.

CONTATO
historiaspublicas@uemg.br

ISSN
2965-7040 (versão on-line)

Conselho Científico

Aline Rochedo - Povo Puri da Mantiqueira/Editora Pachamama
Breno Mendes - Universidade Federal de Goiás
Bruno Tadeu Salles - Universidade Federal de Ouro Preto
Daniel Pinha - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Daniel Precioso - Universidade Estadual de Goiás
Diego Omar Souza - Universidade Federal do Amazonas
Elias José Palti - Universidade Nacional de Quilmes
Evandro dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Francisco Gouvêa de Souza - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gabriela Berthou de Almeida - Universidade Estadual do Piauí
Géssica Guimarães Gaio - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Heloísa Helena de Jesus Paulo - Universidade do Porto
José Maria Neto - Universidade de Pernambuco
Keila Auxiliadora de Carvalho - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Leon Kaminski - Universidade do Estado de Minas Gerais
Luciano Roza - Universidade Federal de Ouro Preto
Marcelina das Graças Almeida - Universidade do Estado de Minas Gerais
Marcelo Assunção - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Marco Antônio Machado Lima Pereira - Universidade Federal do Maranhão
Mateus Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto
Patrício Batsikama Mampuya Cipriano - Instituto Superior Politécnico Tocoísta
Pedro João Uetela - Instituto Superior Maria Mãe África
Rafael Dias de Castro - Universidade Estadual de Montes Claros
Regina Aida Crespo - Universidade Autônoma do México
Renan Marques Birro - Universidade de Pernambuco
Rogéria Cristina Alves - Universidade do Estado de Minas Gerais
Sérgio Campos Matos - Universidade de Lisboa
Sônia Meneses - Universidade Regional do Cariri

Pareceristas desta edição

Ana Paula Rodrigues Carvalho (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)

André Luis Garrido Barbosa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Bernardo Rocha Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais)

Camila Moura Pinto (Universidade do Estado de Minas Gerais)

Carla Fernanda da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Carolina da Cunha Rocha (Escola Nacional de Administração Pública)

Cícero João da Costa Filho (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)

Érik Chiconelli Gomes (Universidade Estadual de Campinas)

Fabiana Martins Bandeira (Universidade Federal Fluminense)

Fabrizia Santana da Silva Oliveira (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Felipe Castanho Ribeiro (Fundação Getúlio Vargas)

Francisco Martin de Moraes (Universidade de São Paulo)

Fred Maciel (Universidade Estadual do Paraná)

Graciella Fabrício da Silva (Universidade Federal Fluminense)

Guilherme Esteves Galvão Lopes (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Helena Azevedo Paulo de Almeida (Universidade do Estado de Minas Gerais)

Herbert Gler Mendes dos Anjos (Universidade Federal de Minas Gerais)

Iracélli da Cruz Alves (Universidade Federal do Maranhão)

Jacques Elias de Carvalho (Instituto Federal de Goiás)

Jéssica Thaís de Oliveira Bassoli (Universidade de São Paulo)

Joabe Rocha de Almeida (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Karen Dayanne Nunes (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luiz Antônio Alberti (Universidade Estadual de Campinas)

Marco Antônio Baldin (Universidade Estadual Paulista)

Maria Gabriela de Almeida Bernardino (Museu de Astronomia e Ciências Afins)

Matan Ankava (Universidade de São Paulo)

Otávio Lopes de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais)

Pâmela Chiorotti Becker Souza (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Patrícia Giselia Batista (Universidade Estadual de Montes Claros)

Paula Chagas Autran Ribeiro (Universidade de São Paulo)

Pedro Jardel Fonseca Pereira (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Pedro Rodrigues de Souza (Universidade Estadual de Maringá)

Rafael Nascimento Gomes (Universidade de Brasília)

Rafael Navarro da Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Regina da Cunha Rocha (Câmara dos Deputados)

Rhuan Reis do Nascimento (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Rodrigo Luis dos Santos (Universidade de Caxias do Sul)

Roger Camacho Barrero Júnior (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Samuel da Silva Alves (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro)

Vinícius de Oliveira Juberte (Universidade de São Paulo)

Sumário

Editorial.....	08
Apresentação do Dossiê “O Regime Vargas em Perspectiva – 70 anos da morte de Getúlio”	11
Dossiê	
Palavras ao trabalhador: comunicação, autoritarismo e consenso no Estado Novo (1937-1945) <i>Rafael Irineu de Oliveira</i>	16
Censura e propaganda na era Vargas: a ação do DIP sobre o jornal <i>O Suburbano</i> durante o Estado Novo <i>Adelino Francklin</i> <i>Lucas José Correia</i> <i>Eron Vieira da Silva</i>	35
O estado do Rio de Janeiro como palco: as relações políticas entre o interventor Amaral Peixoto e o empresário-jornalista José Eduardo de Macedo Soares no período estadonovista <i>Cezar Honorato</i> <i>José Luís Honorato Lessa</i>	58
A cobra fumou no Estado Novo: a formação da Força Expedicionária Brasileira e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) <i>Ana Luísa Gomes dos Santos</i>	82
“Não temos raça definida!”: indígenas, negros e mestiços sob a ótica dos discursos do Conselho de Imigração e Colonização no governo Vargas, 1930 a 1950 <i>Pedro Jardel Pereira Fonseca</i>	103
O ronco da cuíca: Estado Novo e contradiscurso através dos fonogramas (1937 – 1945) <i>Arthur Dupim</i>	125
O trabalhismo como linguagem política: por uma história da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas (1948 – 1954) <i>Maycon Dougllas Vieira dos Santos</i>	143
Resenha	
Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio <i>Laura Ferraz Bastos</i>	164
Entrevista	
Ainda há relevância em se estudar Vargas?	

Orlando de Barros Filho
Thiago Cavaliere Mourelle
Thiago Fidelis..... 170

Artigos Livres

Liberdade: reflexões sobre o ensino das ditaduras chilena (1973-1990) e argentina (1976-1983) no Contexto Escolar
Alice Ribeiro Dias
Giovanna de Oliveira Teperino
Maria Eduarda Leite Veras..... 188

Metodologia do ensaio biográfico: organização estrutural, desafios e proposta para algumas guidelines
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa..... 209

Memória Compartilhada: Feminismo e práticas de História Pública na Era Digital
Alcione Aparecida da Silva
Eulalia Maria Aparecida de Moraes 234

Entrevista

Quais são os desafios da História Pública hoje?
Juniele Rabêlo de Almeida
Francisco Santiago Júnior 257

Editorial

Mauro FRANCO NETO¹

Em seu quinto número, a *Revista Histórias Públicas* traz aos seus leitores um novo conjunto de textos que certifica seu rápido crescimento e ganho de relevância dentro da comunidade historiadora brasileira. Assim, neste número, a RHP publica o dossiê “O Regime Vargas em Perspectiva”, organizado pelos pesquisadores Thiago Mourelle (Arquivo Nacional) e Thiago Fidelis (UEMG), integrantes do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (UERJ/CNPq). O dossiê é composto por oito artigos e, como usualmente feito pela revista, uma entrevista e uma resenha acerca, respectivamente, de um pesquisador e de uma obra relevantes na temática proposta. O atual número traz ainda artigos livres e um texto, realizado no modelo “Conversação”, em que Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Francisco Santhiago Jr. (UFRN) questionam diversos especialistas, brasileiros e estrangeiros, sobre os desafios da História Pública hoje.

O atual número também chega em um momento particular, no qual a comunidade científica brasileira discute a mudança de foco da avaliação dos periódicos científicos para o artigo publicado, anunciada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Assim, o *Qualis Periódicos* não mais existirá como hoje e o que passará a contar é a relevância da produção científica por si. Tendo ainda mais dúvidas do que certezas sobre as consequências que tal mudança trará e ciente de que há um conjunto amplo de desafios que ensejaram tal mudança, como por exemplo

¹ Editor-chefe da Revista Histórias Públicas. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). UEMG. Divinópolis. MG. Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5473-8436> E-mail: mauro.neto@uemg.br

um debate sobre a internacionalização da produção científica brasileira (que, em tese, seria favorecida com o novo formato de avaliação), contribuo com alguns questionamentos: já não haveria uma avaliação qualitativa de artigos quando revisados e aprovados pelos pares? Não estaria em jogo uma desvalorização de periódicos com boas práticas editoriais ao mudar o foco de avaliação? Não se configuraria uma hiperindividualização de algo que, observado seu processo na íntegra (perfil da revista, práticas editoriais, corpo de pareceristas, revisores etc.), tem na coletividade de uma comunidade sua força? A consideração de índices de citação e indicadores alternativos, ou “altimétricos”, como menções em sites e redes sociais e números de downloads, passando por plataformas cuja lógica de funcionamento ou são desconhecidas, ou passam ao largo do interesse público, não apresentaria riscos importantes?

Como cada uma das áreas poderá utilizar um ou a combinação de três procedimentos (todos com foco nos artigos) oferecidos pela Capes como substituição do Qualis Periódicos, acredito que os trabalhos realizados por nossa comunidade historiadora no interior do Fórum de Editores da ANPUH, que vem se desenvolvendo desde 2017 e produzindo importantes documentos orientadores para o campo, poderá nos auxiliar em uma avaliação dos aspectos que projetamos como relevantes para os periódicos da área.

Por fim, como não poderia ser diferente, o momento exige uma palavra sobre o plano do governo estadual de oferecer os bens e a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) à União para pagar dívidas. Há um ano, escrevíamos o editorial de nosso terceiro número, logo após o encerramento de uma greve docente, destacando as demandas estruturais por investimento e melhoria da carreira na universidade. Neste ano, com tais demandas ainda abertas, observamos uma radicalização do governo que, para além de não atender a categoria, propôs o que, na prática, e como apontado pela reitoria, pelo sindicato e por analistas, representaria o fim da UEMG. Sem seus prédios de aula, laboratórios e gestão, sem segurança de regime jurídico de trabalho para os docentes, sem qualquer sinalização do governo federal de que teria interesse em acolher a universidade, o único lastro que realmente poderíamos nos fiar é aquele que versa no projeto enviado à ALMG sobre, em caso da União não manifestar interesse por determinados imóveis, o Estado poder vendê-los à iniciativa privada.

E não é só: a entrega dos imóveis pode ser feita com possibilidade de pagamento parcelado, uso em fundos de investimento ou permuta. Diz ainda o projeto que, se duas tentativas de licitação forem fracassadas ou desertas, o governo poderá aplicar descontos de até 45% sobre o valor de avaliação e realizar a venda direta ao mercado. Estaríamos diante, portanto, de um excelente negócio para um mercado de universidades privadas, bastante interessado em acolher os estudantes trabalhadores que compõem o perfil hegemônico de matriculados na UEMG?

Na UEMG, a cada ano, sua continuidade é tudo menos que uma certeza. Ainda assim, enquanto a universidade existir, a *Revista Histórias Públicas* reafirma seu compromisso em publicar ciência de ponta e zelar por boas práticas editoriais.

Em tempo: dedicamos esta edição à memória de Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa, falecido no início deste ano, e que contribuiu com o número que agora publicamos.

Boa leitura!

Apresentação – Dossiê: O Regime Vargas em Perspectiva

Thiago FIDELIS¹

Thiago Cavaliere MOURELLE²

A ideia do presente dossiê foi apresentada por nós para a Revista Histórias Públicas no âmbito de nossos estudos e trocas enquanto membros do Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPq). Portanto, é uma iniciativa que parte de discussões coletivas entre pesquisadores que têm em comum o estudo do período em que Getúlio Vargas governou o Brasil, visando também os desdobramentos das ações, ideologias, conflitos e políticas daquele momento, algumas das quais com reflexos até os dias atuais.

O objetivo central de nosso grupo é democratizar o conhecimento, trabalhando tanto com a divulgação de nossas pesquisas no meandro acadêmico como também no viés da História Pública, alcançando o maior número possível de pessoas, desde pesquisadores e professores até estudantes e curiosos. Nesse sentido, o grupo tem origem em 2012, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), quando na Semana de História Política da referida instituição os professores Orlando de Barros e Thiago Mourelle, coordenadores do simpósio temático “Dimensões do Regime Vargas”,

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista. Mestre e licenciado em História pela Universidade Estadual Paulista. Frutal. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>
E-mail: thiago.fidelis@uemg.br

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Política pela UERJ. Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6873-7242> E-mail: thiagomourelle@gmail.com

tiveram a ideia de tornar o encontro pontual do evento algo mais constante, ampliando a frequência dos debates. Assim, ainda informalmente, teve início o grupo de pesquisa.

Cada vez mais, pessoas de todas as regiões do Brasil souberam da existência do grupo e foram se reunindo a ele. As reuniões, inicialmente com dez, vinte pessoas, hoje açambarcam cento e vinte sete pesquisadores registrados no CNPq. Somente em 2020 o grupo foi formalmente criado na plataforma do governo, tendo Barros e Mourelle como líderes, porém suas atividades, como citado anteriormente, têm vida mais longa.

Já em 2017 foi lançado o primeiro livro do grupo, “Olhares sobre o governo Vargas”. De lá para cá, outros quatro livros já se tornaram realidade, sendo o último o “Dicionário do Governo Vargas”, que conta com cinquenta verbetes escritos por sessenta e um autores, tratando dos mais diferentes temas relacionados aos quase dezenove anos em que Getúlio governou o país.

Além dos livros, o grupo já publicou sete dossiês temáticos em revistas científicas, participa todos os anos de diversos eventos e, inclusive, dos encontros da ANPUH-BR e de algumas de suas afiliadas regionais, ministra cursos, organiza e realiza palestras presenciais e virtuais e produz materiais explicativos para as redes sociais, em especial no Instagram e no Youtube. Nas redes, contamos com perfis e contas voltadas para o debate e construção do conhecimento científico e para a ampla divulgação das pesquisas de nossos membros, sempre tendo como alvo não só o meio acadêmico, mas também o público em geral.

Aproveitamos para convidar você, leitor estudioso do período, para se juntar a nós na produção de conhecimento, independentemente de sua titulação acadêmica. Ou, caso seja um curioso amante do tema, estendemos o convite para que acesse e aprenda com o conteúdo gerado pelo grupo. Todas as informações sobre nossas redes, produção, contato e como se juntar a nós estão no site: <https://www.grupodepesquisavargas.com.br/>

Orgulhosos de nossa trajetória, trazemos agora mais um excelente dossiê com artigos relevantes, extraídos de pesquisas sérias, resultantes de submissões realizadas para a Revista Histórias Públicas e avaliadas anonimamente, como mandam as boas práticas científicas. Textos escritos por pesquisadores de diversos estados, alguns membros do grupo, outros não.

O artigo de abertura, *Palavras ao trabalhador: comunicação, autoritarismo e consenso no Estado Novo (1937-1945)*, escrito por Rafael Irineu de Oliveira, traz como principal aspecto a análise das bases que fundamentaram a propaganda e a autoconstrução da imagem de Vargas, sobretudo, a partir do período ditatorial do Estado Novo, criando um panorama que seria perpetrado por muito tempo e encontra eco até os dias atuais.

Dialogando com essa perspectiva, mas em um âmbito monográfico, o segundo artigo, *Censura e propaganda na era Vargas: a ação do DIP sobre o jornal O Suburbano durante o Estado Novo*, escrito por Adelino Francklin, Lucas José Correia e Eron Vieira da Silva, analisou a ação direta do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sobre o periódico O Suburbano, entre os anos de 1940 e 1941, demonstrando a prática do órgão sobre os agentes de cultura e política do período.

Ainda dentro da perspectiva da imprensa, mas com um foco maior nas relações de poder, o terceiro artigo, *O estado do Rio de Janeiro como palco: as relações políticas entre o interventor Amaral Peixoto e o empresário-jornalista José Eduardo de Macedo Soares no período estadonovista*, escrito por Cezar Honorato e José Luís Honorato Lessa, colocou como pauta a relação entre a imprensa e a política, não passando diretamente pela intervenção do DIP, mas sim por uma dinâmica envolvendo trocas de favores relacionadas ao poder, em suas variadas formas de expressão.

A presença do Brasil na Segunda Guerra Mundial é um tema que gera bastante curiosidade ao público em geral e discussões na historiografia. Sendo assim, o quarto artigo do dossiê, *A cobra fumou no Estado Novo: a formação da Força Expedicionária Brasileira e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945)*, escrito por Ana Luísa Gomes dos Santos, apresentou como enfoque a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), estruturando a base para a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, intercalando em sua análise aspectos militares como políticos e sociais, envolvendo uma série de perspectivas que, em conjunto, demonstram de maneira mais coesa as principais motivações para a participação brasileira no conflito.

Os grupos minoritários na sociedade brasileira não passaram despercebidos pelas ações e intenções de Vargas durante o Estado Novo. O quinto artigo, *“Não temos raça definida!”: indígenas, negros e mestiços sob a ótica dos discursos do Conselho de*

Imigração e Colonização no governo Vargas, 1930 a 1950, de Pedro Jardel Pereira Fonseca, traz como principal enfoque a análise do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) em relação à situação social do Brasil, reproduzindo um discurso já comum na Europa desde o século XIX, de que as minorias destacadas no título seriam raças humanas inferiores e, como praticamente toda a sociedade brasileira era composta ou influenciada por esses grupos, tal aspecto demonstrava um dos problemas do desenvolvimento do Brasil, ótica legitimada pelo governo Vargas.

As manifestações musicais também estiveram presentes como enfoque durante o governo Vargas. *O ronco da cuíca: Estado Novo e contradiscurso através dos fonogramas (1937 – 1945)*, escrito por Arthur Dupim, traz como perspectiva as intervenções do DIP em canções relacionadas ao samba, gênero musical mais popular da época e que, em suas letras, trazia aspectos que não coadunavam com os interesses do governo. Sendo assim, várias músicas foram censuradas e seus autores obrigados a reestruturarem suas letras, bem como outras em que seus criadores buscaram, de maneira lírica e indireta, burlar a censura e, ainda que de maneira metafórica, manter suas características tradicionais ou apresentar críticas ao governo.

Por fim, o artigo que fecha o dossiê, *O trabalhismo como linguagem política: por uma história da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas (1948 – 1954)*, escrito por Maycon Douglas Vieira dos Santos, buscou analisar a ideia de trabalhismo construída no periódico *Revista dos Rádios*, estruturando essa base para uma melhor compreensão da associação desse grupo com a cultura trabalhista, legado direto do período estadonovista no Brasil.

Para além dos artigos, o dossiê também traz a resenha do livro *Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio*, obra organizada por Thiago Mourelle, Mayra Lago e André Fraga, sendo a mais recente das publicações produzidas em conjunto pelo grupo de pesquisa. O texto de Laura Ferraz Bastos aborda as principais características do livro, que traz verbetes dos mais variados durante o governo Vargas voltados não somente (e necessariamente) aos historiadores e historiadoras, mas sim ao público em geral, confirmando um dos compromissos do grupo com a História Pública e a divulgação do conhecimento científico para todos os ramos da sociedade.

Encerrando o dossiê, seus organizadores realizaram uma entrevista com um dos líderes do grupo, Professor Orlando de Barros. Em suas respostas e reflexões, o pesquisador expõe suas vivências e perspectivas em relação à Getúlio Vargas e à própria historiografia em si, indicando as formas como assuntos relacionados ao ex-presidente, passando principalmente pela política e memória, são apresentados atualmente e como podem ser estudados no futuro, demonstrando imensa lucidez do autor ao associar, de maneira bastante evidente, as conexões entre as representações do passado no presente e o futuro, tanto da produção em si sobre o assunto quanto do próprio país, em geral.

Que a leitura desse dossiê possa proporcionar reflexões e cativar a busca por mais conhecimentos e leituras críticas de uma das principais personagens da história do Brasil, para além disso, estimular estudos sobre as contradições e desafios que permearam a época e que, de maneira direta ou indireta, ainda ecoam em nosso presente.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Palavras ao trabalhador: comunicação, autoritarismo e consenso no Estado Novo (1937- 1945)¹

Rafael Irineu de OLIVEIRA²

Resumo: A propaganda política foi uma ferramenta marcante nos governos autoritários pelo mundo durante o século XX. No Brasil de Getúlio Vargas, a propaganda era coordenada por uma complexa estrutura de comunicação: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura e pela difusão de informações. A partir da atuação desse órgão, o regime estadonovista e seu grande líder Getúlio Vargas consolidaram-se e encontraram intenso apoio e sustentação popular, construindo seu prestígio em torno de questões fundamentais como o trabalho e o nacionalismo. A partir de 1937, foi notória a alteração na forma de organização e articulação política com o golpe de 10 de novembro. A formação de um regime político mais centralista e autoritário demandou a elaboração de um órgão como o DIP, que seria responsável por propalar a ideologia do governo e constituir, no âmbito nacional, um pensamento de unidade ao redor do governo varguista. O presente artigo tem como objetivo discutir as bases teóricas que fundamentam a política de comunicação estadonovista e analisar as estruturas de propaganda política do DIP, bem como suas formas de atuação.

Palavras-chave: Estado Novo; Propaganda política; Getúlio Vargas; Meios de comunicação.

¹ Trabalho fruto de pesquisa financiada pela Fundação Sitawi.

² Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UFRJ. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7559188099677201> E-mail: rafael.i.oliveira1284@gmail.com

Words to the worker: communication, authoritarianism, and consensus during the Estado Novo (1937-1945)

Abstract: Political propaganda was a striking tool in authoritarian governments around the world during the 20th century. In Getúlio Vargas' Brazil, advertising was coordinated by a complex communication structure: the Department of Press and Propaganda (DIP - from Portuguese), responsible for censorship and disseminating information. From the performance of this department, the state-novista regime and its great leader Getúlio Vargas consolidated themselves and found intense support and popular support, building their prestige around fundamental issues such as work and nationalism. From 1937, the change in the form of organization and political articulation with the November 10 coup was notorious. The formation of a more centralist and authoritarian political regime required the elaboration of an organ such as the DIP, which would be responsible for spreading the ideology of the government and constituting, at the national level, a thought of unity around Vargas government. This article aims to discuss the theoretical foundations of the Estado Novo's communication policy and analyze the political propaganda structures of the DIP, as well as its modes of operation.

Keywords: Estado Novo; Political Propaganda; Getúlio Vargas; Media.

Introdução

Ao longo do processo histórico, elementos diversos podem ser percebidos como componentes fundamentais para o funcionamento e para a análise das sociedades. Aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais passam por alterações e permeiam a construção de dinâmicas específicas, que acabam por caracterizar períodos históricos, seja de maneira local, seja de maneira geral. O século XX em sua completude é um exemplo de como a construção dessas dinâmicas pode variar, promovendo mudanças nas articulações internas das nações e, conseqüentemente, nas relações geopolíticas internacionais.

O breve século – célebre expressão cunhada pelo historiador Eric Hobsbawm (1994) – engloba acontecimentos que deixaram marcas indelévels para a humanidade em seus mais diversos âmbitos, gerando impactos posteriores na forma de articular a política – seja interna, seja externa –, desenvolver a economia e estruturar a sociedade. As duas grandes guerras mundiais, a Revolução socialista na Rússia em 1917, a crise do capitalismo liberal nos Estados Unidos em 1929, a ascensão de regimes totalitários de extrema-direita na Europa nas décadas de 1920 e 1930 e a bipolarização global gerada pela Guerra Fria foram eventos que, sem dúvida, imprimiram modificações imprescindíveis para a compreensão das relações sociais em todo o globo, impactando não apenas suas respectivas áreas de origem, mas as mais diversas nações ao redor do mundo.

Esse século é, portanto, um período histórico que dispõe de vasta análise historiográfica e grande atenção da comunidade acadêmica em suas mais diferentes vertentes, o que possibilita a existência de um robusto arsenal de pesquisas sobre os fatores que se alteraram em decorrência desse agitado recorte. Um aspecto fundamental que foi solidificado e amplificado nesse contexto é a propaganda, que ganhou ares de um protagonismo ainda mais contundente, se tornando elemento essencial para a compreensão dos acontecimentos e das articulações mundiais ao longo dos Novecentos.

De acordo com Jean-Marie Domenach (2001), tanto a propaganda como a publicidade têm como objetivo primário a busca pelo convencimento, mas, ao mesmo tempo, possuem diferenças essenciais no que tange à finalidade específica de cada uma delas. A publicidade possui objetivos comerciais e de impulso ao consumo de

determinado produto, enquanto a propaganda tem como alvo a promoção de questões concernentes à política, aos comportamentos sociais e às convicções ideológicas.

É possível identificar, contudo, a presença de ambas nos eventos cruciais da primeira metade do século XX. Nos Estados Unidos dos anos 20, a difusão do *American Way Of Life* é fundamental para a solidificação da sociedade de consumo e, conseqüentemente, para o crescimento econômico que alçou o país norte-americano ao posto de principal potência mundial. Já em relação à propaganda, as técnicas utilizadas nas duas grandes guerras e na ascensão dos regimes nazifascistas visavam o convencimento em relação às necessidades e demandas nacionais nesses contextos específicos, objetivando o direcionamento de comportamentos e atitudes. Sem dúvida, é nesse momento que a propaganda passa a trilhar um caminho de maior destaque nas relações sociais, levando sua influência e seu poder para os mais diferentes locais e contextos ao redor do mundo.

A propaganda política, a partir de então, se enquadra em um cenário de ampliação do acesso à informação e da necessidade de produzir uma comunicação efetiva, que desenvolva uma relação entre política, população e ideologia, a fim de se alcançar determinados resultados em cada contexto em particular. Sendo assim, é possível também identificar a utilização cada vez mais intensa desse recurso no contexto brasileiro ao longo do século XX, sobretudo no que tange ao período de recrudescimento do papel e da atuação do Estado no âmbito do Executivo federal.

Esse movimento de fortalecimento estatal traz para a lógica política brasileira algumas experiências que fugiam ao liberalismo político tradicional e aos sistemas interpretados como democracias legítimas. A descrença nesse tipo de modelo gera no Brasil novas formas de organização política e de relação entre Estado, governo e população.

No bojo dessas dinâmicas, o Brasil passa por uma transformação em seu modelo de governança e de articulação entre os poderes e esferas com o desenrolar da Revolução de 1930. A partir desse movimento revolucionário, a presidência da República passou a ser comandada pelo político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, articulador da transição entre a Primeira República e o período que a seguiria, em uma alteração de panoramas sociais, eleitorais, trabalhistas, econômicos e governamentais.

De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes (2005), o movimento de 1930 é interpretado ao longo da Era Vargas como uma verdadeira revolução que, diferente de outros movimentos que permearam a história do país, não estava preocupada apenas com o desmonte de uma estrutura anterior, mas sim com a montagem e desenvolvimento de um novo projeto político. Segundo a autora, a Primeira República havia representado uma quebra entre a realidade brasileira e o modelo de estado, enquadrando-se em uma lógica liberal exagerada, que afastava o Brasil dos brasileiros.

Nesse ínterim, o Estado que emerge com Getúlio propõe a solução desse estágio de desordem deixado pela fase oligárquica. Durante as duas primeiras fases da Era Vargas – a saber, o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-1937) –, a preocupação central do novo governo era a de desenvolver uma plataforma política pautada em mudanças sociais em setores como as eleições, a economia e, sobretudo, as políticas de trabalho. Para esse fim, observa-se a criação de mecanismos como o Código Eleitoral de 1932, que ampliava os limites da cidadania com a inclusão do voto feminino, o Conselho Nacional do Café, que objetivava a recuperação da economia brasileira, combatida pelos efeitos da Crise de 1929, e as legislações trabalhistas, que visavam garantir uma maior estabilidade nas relações de trabalho, assegurando direitos aos trabalhadores e garantias aos empregadores.

Essas e outras transformações características do governo varguista apontam para a centralidade do papel do Executivo federal e para o desenvolvimento de um discurso diferente do que fora mantido pela República Oligárquica. Como destacou Gomes (2005), esse processo era lido por intelectuais da época – como Azevedo Amaral – enquanto um movimento de reencontro do Brasil com a sua vocação, reconstruindo o papel nacional e unificador do Estado brasileiro que, em tese, se afastara dos anseios puramente locais e oligárquicos para se dedicar a uma perspectiva mais ampla e agregadora.

Todos esses esforços do governo de Getúlio Vargas encontram sua fase de maior maturidade durante o Estado Novo. Esse período – que se estendeu entre 1937 e 1945 – é, sem dúvida, o mais marcante da Era Vargas. Marcado por intensa centralização e personalismo, aqui observa-se o auge do projeto estatista e intervencionista que se

propunha desde o início da década de 1930. Acerca disso, Ângela de Castro Gomes escreve:

Trinta e 37 surgiam assim como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior: 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar. (Gomes, 2005, p. 191)

Dessa maneira, o aspecto central do Estado Novo remete à necessidade de intervenção do Estado para a superação de entraves internos da nação, já evocada no preâmbulo da revolução de 1930 e, agora, amplificada em decorrência das disputas ideológicas que marcavam a política internacional e reverberavam no território brasileiro. O jornalista Azevedo Amaral compreendia esse processo enquanto uma “expressão unívoca da vontade nacional” (Amaral, 1941, p.137), na medida em que, em tese, não se expressava vontade de classe, mas sim um reencontro do Brasil consigo mesmo após os desmandos liberais da Primeira República. Para além de uma mudança de governança, o Estado Novo dava corpo a uma mudança de mentalidade preconizada pela Revolução de 1930.

É a partir daqui que o Estado Nacional brasileiro, entre tantos descaminhos, começa a tomar um rumo diferente em várias áreas. É durante o período estadonovista que a indústria pesada se desenvolve e que as legislações trabalhistas são ainda mais consideradas³. Mas, é sobretudo nesse período que o Brasil investe na construção de uma identidade que perpassa por questões como o trabalho, a política econômica, a figura pessoal do presidente e, principalmente, o nacionalismo, que foi o elemento norteador das políticas de governo e comunicação no Estado Novo, sobretudo a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, criado em 1939. Essa construção de identidade visava, dentre outros objetivos, pavimentar um caminho de concórdia, apoio e sustentação popular em relação a um regime que se construiu a partir de uma perspectiva autoritária.

As dinâmicas de base do sistema de comunicação: um painel conceitual

³ Em 1943, é criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reunindo as mudanças promovidas pelo governo Vargas nas questões de trabalho no Brasil desde o início da década anterior.

Quando percebemos o início do Estado Novo como a sequência do projeto iniciado pela Revolução de 1930, notamos que a maturidade institucional do novo modelo de governança atinge um patamar mais elevado a partir desse momento. A superação da ordem liberal oligárquica mediante um intervencionismo estatal cada vez mais intenso começa a gerar frutos que se tornam cada vez mais anexados ao formato de organização da sociedade brasileira.

Há uma percepção cada vez maior de um modelo político verticalizado, que compreende o aparelho estatal e seu gestor maior enquanto os grandes portadores da vontade geral e da sabedoria para a melhor condução do país. Desse modo, a pretensão de transformar as massas em subordinadas dos interesses estatais ganha cada vez mais força, gerando uma demanda cada vez maior por um sistema de comunicação que potencializasse a visão de superioridade e sapiência dos homens de Estado em detrimento aos anseios supostamente individualistas e mal construídos das massas. É justamente nessa cena de movimentações que se discute a implantação de um órgão governamental para assuntos concernentes à propaganda política, à censura e aos meios de comunicação. Para compreender melhor a estruturação dessa política de comunicação, faz-se necessária a mobilização de três conceitos centrais: *propaganda política, massa e consenso*.

A propaganda política enquanto conceito tem sua notabilidade mais aflorada a partir do início do século XX, quando as dinâmicas internacionais apontavam para uma acentuada necessidade de desenvolver estratégias de comunicação para os mais variados fins. Seja em relação a defesas institucionais de governos, promoção de conflitos armados ou propagação de ideologias, a propaganda política se capilarizou durante o início do Breve Século, passando a ser um instrumento do qual não se poderia prescindir em caso de pretensão de sucesso político. Os já mencionados eventos que se sucedem durante a primeira metade dos Novecentos, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, evidenciam o êxito alcançado por governantes, partidos políticos e personalidades quando estes utilizam essa ferramenta tão poderosa.

A partir de então, esse tipo de trabalho de convencimento foi largamente instrumentalizado ao redor do mundo e nos mais variados contextos. O trabalho de controle exercido nesse modelo de estrutura propagandística parte de um pressuposto

que considera a existência de classes dirigentes e classes a serem dirigidas, levando em consideração papéis engendrados dentro da sociedade em questão. Desse modo, para garantir a estabilidade das ações das classes dirigentes, havia uma necessidade de obter a concordância do povo através da instrumentalização da propaganda política e dos meios de comunicação.

Esse trabalho em busca do consenso – conceito que trabalharemos adiante – tinha uma série de objetivos correlatos, que variavam de acordo com a conjuntura na qual estava inserido. Entre eles, especificamente no caso do Estado Novo, havia um esforço intenso pela desmobilização popular no que se refere a anseios extraoficiais, intensificando a perspectiva de uma coletividade homogênea que, em hipótese alguma, deveria se fragmentar. Desse modo, a noção de privação de organização ao povo era erigida a partir da dinâmica da outorga⁴, da consciência de coletividade nacional e do próprio consenso, instigando a população a questionar suas próprias convicções e a embarcar em um processo de abnegação em favor de um bem coletivo maior e supostamente necessário.

Nesse sentido, o conceito de propaganda política do qual se vale essa análise se baseia no que propõe o intelectual francês Jean-Marie Domenach (2001), que define a propaganda como uma linguagem destinada às massas, que busca influenciar as atitudes destas por meio da ressignificação de ideias, propagação de simbologias e difusão de pressupostos ideológicos. O autor demarca a propaganda política enquanto um instrumento em processo de modernização ao longo do século XX, com o desenvolvimento de novas técnicas de que utilizavam os fundamentos tradicionais – escrita, palavra e imagem – através de novos mecanismos, impulsionados pelo avanço tecnológico do período. Essas novas estratégias buscavam direcionar alteração comportamental, promovendo possibilidades de controle coletivo e intelectual.

O trabalho do Estado Novo em relação à propaganda política, sobretudo através do DIP, se pautava justamente nessa funcionalidade de alteração comportamental

⁴A noção de outorga, nesse sentido, tem relação com uma dinâmica de assistência estatal aliada a estratégias de convencimento que desejam indicar que direitos, avanços socioeconômicos ou transformações estruturais são frutos de uma concessão feita exclusivamente pelo Estado e pelos seus dirigentes, não tendo raiz em lutas e mobilizações de setores outros. A historiadora Maria Helena Rolim Capelato (2009), ao trabalhar o paternalismo varguista, apresenta a noção de ideologia da outorga para exemplificar a dinâmica executada pelo getulismo em relação à população brasileira.

expressa nas novas estratégias de propaganda em destaque pelo mundo. Através do rádio, dos periódicos, dos discursos oficiais e das grandes cerimônias de celebração, o regime estadonovista visava construir uma relação de proximidade com a população brasileira, com vistas à obtenção de um substancial apoio para a manutenção do governo e para a legitimação das ações deste.

De acordo com Domenach (2001), propagandas aplicadas em um modelo de governo autoritário, como era o caso do Estado Novo, decorrem da fusão entre ideologia e política, buscando não apenas produzir uma consciência passageira, mas sim uma construção política concreta, mobilizada a partir da conquista das massas. Para isso, a propaganda política precisava ser pensada, produzida e direcionada para um determinado público, uma determinada coletividade. Essa noção de coletividade a que nos referimos pode ser compreendida, a partir de um refino teórico mais apurado, através do conceito de *massa*.

O antropólogo Jesús Martín-Barbero (2008) desenvolve uma leitura que compreende massa enquanto um fenômeno através do qual os indivíduos – permeados por inúmeras diferenças – passam a estar dotados de uma “alma coletiva” (Martín-Barbero, 2008, p.47) capaz de alterar a forma através da qual esses indivíduos se portariam de maneira destacada. São elementos capazes de aguçar esse senso coletivo: a afetividade, a sensação de pertencimento, a crença em um líder, a pretensa defesa de um bem maior. É a partir dessa conceituação das massas que é possível pensar em governos, regimes e governantes que instrumentalizam questões caras a uma sociedade específica com vistas ao direcionamento político e ao convencimento dessas coletividades.

Barbero ressalta a lógica cultural como um aspecto de hegemonia, e quando observamos o incentivo de regimes autoritários a uma unificação cultural é possível notar interesses profundamente ligados ao controle ideológico coletivo. O autor aborda a ligação necessária entre centralização política e unificação cultural, em uma perspectiva de verticalidade e horizontalidade, respectivamente. No caso da ligação vertical, se compreende a conexão do indivíduo com o governo e seus níveis de confiança e apego às lideranças, enquanto a ligação horizontal representa justamente esse cenário de conexões entre indivíduos e grupos em um sentido agregador e

unificado, visando afastar segmentações que possam, de alguma forma, construir divergências em relação ao poder centralizado. Desse modo, a mentalidade nacional se constitui como fio condutor da vontade do poder institucional. A perspectiva de nacionalidade, nesse contexto, acaba sendo encampada pelo Estado, na medida em que é ele quem exerce o papel de integração de grupos inicialmente separados.

Barbero trabalha com a ideia de cultura massiva gerada a partir do que é popular, em um processo que direciona informações que são familiares à população de uma maneira através da qual se limite o pensamento àquilo que fora pretendido pelo aparelho do Estado. No caso do Estado Novo, se um traço de cultura popular pode, de alguma forma, colaborar para a difusão de uma mentalidade nacionalista que favoreça o regime em questão, esse traço será trabalhado, moldado e direcionado às massas em uma estratégia de convencimento e uniformização.

A partir dessa perspectiva, a conceituação de massa aponta, nas sociedades contemporâneas, para outro fenômeno conceitual importante. Ora, se a cultura de massa visa promoção da universalização, é possível inferir que o objetivo de uma política de direcionamento das massas é o *consenso*. Esse conceito, inserido em nossa análise específica, aponta para a construção de um cenário que possa garantir estabilidade e longevidade para o regime estadonovista, através da promoção de um discurso coletivo conduzido pela ideologia promovida pelo Estado nessa fase.

A rejeição ao individualismo, às fragmentações e polissegmentações só faz sentido se acompanhada de um projeto unificador que conduza as massas a um objetivo específico. Quando se fala em consenso, se fala na percepção das possibilidades de conduzir a população à concórdia em relação às propostas e decisões tomadas pelas esferas de poder, mesmo quando essas propostas e decisões são controversas e/ou moralmente reprováveis. Busca-se, sobretudo, alçar governantes e sistemas políticos a um patamar de sabedoria elevada e de defesa de interesses coletivos, fazendo-se necessária, por sua vez, a colaboração das massas para que os objetivos sejam atingidos. Dessa forma, o caminho natural no processo de instrumentalização das massas para o consenso consiste na promoção de temas que agucem a afetividade dessas pessoas em detrimento à pura e simples racionalidade.

O sociólogo Pierre Ansart (1977) trabalha a ideia de construção de um consenso através da sua lógica de tipologia de mensagens, a partir da chamada ortodoxia consentida. Segundo Ansart, esse pensamento se desenvolve através da produção de mensagens por parte de regimes autoritários, buscando o condicionamento do pensamento das massas em torno de um objetivo em comum. Assim sendo, a atuação dos meios de comunicação se relaciona com propostas de dominação ideológica que precisam, necessariamente, coadunar com as diretrizes do Estado.

Um elemento norteador largamente utilizado para o desenvolvimento do consenso em uma série de casos é o nacionalismo. Objetivamente, a ideia de nação se desenvolve, segundo Ernest Gellner (2001), a partir de uma noção de pertencimento e ligação cultural, o que nos remete diretamente à perspectiva de massificação que o consenso busca alcançar. O processo que geralmente é objetivado tem a ver com o aprimoramento da ideia de nação no sentido da construção e difusão de uma ideologia nacionalista completa e bem estruturada.⁵

Nesse sentido, o estímulo à consciência nacional se apresenta como o fio condutor da construção de uma realidade consensual, uma vez que a busca pela eliminação de dissensões e dissonâncias, sejam elas de classe, ideologia ou política, passa a ter o pensamento nacionalista como aliado, em um processo que visa sobrepor uma noção de bem-estar nacional em relação a anseios individuais e/ou fragmentados.

Desse modo, o nacionalismo trabalha em favor do consenso ao apontar para uma perspectiva de abnegação. Ora, se a defesa do coletivo em sobreposição ao individual é a máxima a ser seguida, o “eu” passa a ser supérfluo e as vontades particulares podem ser prescindidas, e é justamente a partir dessa noção que os meios de comunicação utilizam o nacionalismo para a produção do consenso. A homogeneidade produzida pela ideia de irmandade nacional é entendida como fundamental para a legitimação de diversas atitudes de regimes e governos, uma vez que o discurso que é massificado aponta para uma busca intransigente pelo bem coletivo.

⁵ Os conceitos de nação e nacionalismo, embora apresentem certa proximidade, não apresentam a mesma definição. Enquanto a ideia de nação guarda relação com a ligação cultural e o pertencimento, o nacionalismo se manifesta como um elemento de unidade cultural entre governantes e governados, levando em consideração elementos pré-existentes no contexto da nação e sendo fundamentado pela ação dos meios de comunicação. Há um trabalho de construção ideológica no nacionalismo, enquanto a perspectiva de nação é baseada nas relações de identificação.

Noam Chomsky (2014) associa diretamente as possibilidades de construção do consenso às esferas de grande poder e influência. Para o linguista, quando se fala em propaganda política e manipulação, os grandes agentes capazes de construir o consenso são os que possuem poder e instrumentos para fazê-lo. A partir dessa leitura, depreende-se que o trabalho de convencimento demanda esforços em larga escala, que envolvem o aparelho estatal, veículos de comunicação de grande alcance e agências de comunicação tanto da esfera pública como da privada, tornando possível, dessa maneira, o questionamento das convicções individuais mais firmes e o incentivo de um comportamento de massa cada vez mais sólido.

No caso do Estado Novo, esses órgãos – a saber, o aparelho estatal, os veículos de comunicação e as grandes agências – se conectam a partir da construção de um departamento de comunicação capaz de agregar as pretensões do governo e desenvolver métodos de difusão das mensagens nacionalistas às massas. Esse trabalho encontrou sua concretização com a fundação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de grande expressividade no Estado Novo e que trabalhou arduamente para o desenvolvimento de uma política cultural através da instrumentalização dos meios de comunicação.

A evolução dos sistemas de comunicação na Era Vargas

Ao longo do seu governo, Getúlio Vargas dedica progressivamente um espaço para a produção e coordenação de órgãos voltados para as questões de comunicação. Ao decorrer das duas primeiras fases da Era Vargas – o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-1937) – existiram algumas organizações voltadas para as questões de propaganda política, que, de alguma forma, precederam as políticas mais agressivas e intensas aplicadas no Estado Novo.

Em 1931, pouco tempo após a vitória da Revolução, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), associado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e com a função de fornecer informações oficiais aos veículos de imprensa, em uma espécie de assessoria. Essa organização é substituída, em 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que atuava em áreas como o cinema e a produção de cultura em geral, mas sem abandonar o afinamento ideológico com o

varguismo e suas pretensões doutrinadoras. A liderança desse órgão ficou a cargo do jornalista Lourival Fontes, profundo entusiasta do regime de Mussolini na Itália e que, portanto, tinha o modelo de governo italiano como inspiração. Já durante o Estado Novo, o DPDC fora substituído pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), ainda sob a liderança de Fontes, passando a atuar através de um objetivo que Alzira Alves de Abreu (2001) aponta como “educação nacional”, relacionado a diversos campos da difusão da ideologia estadonovista.

Embora essas organizações tenham sido criadas ao longo dos subperíodos da Era Vargas, uma atenção concreta e bem organizada aos assuntos de propaganda política não pôde ser percebida sequer nos primeiros momentos do Estado Novo. De acordo com Capelato (2009), o caráter golpista e autoritário que marcara a implantação dessa fase da Era Vargas explica essa postura inicial de pouca preocupação efetiva com os elementos de convencimento popular, o que se altera com o decorrer dos anos. Essa aplicação prática desenvolvida na sequência do governo é amparada, todavia, por um conjunto legislativo produzido no processo de outorga da Constituição de 1937, que legalizou a censura – um dos braços de atuação das políticas de controle dos meios de comunicação – de maneira prévia.

Capelato aponta também que, por meio da legislação estadonovista, a imprensa se tornou elemento de caráter público, transformando-se em instrumento de um Estado que buscava moldar as atividades da comunicação de acordo com seus interesses e necessidades. Desse modo, se constituía de maneira legalizada um enquadramento nas mais diversas áreas referentes a comunicação⁶, sob a alegação de preservação da paz, da ordem e da segurança pública.

É só ao final de 1939 que o governo Vargas se empenha na criação de um órgão realmente abrangente e efetivo, que representasse as pretensões do Estado Novo e a sua política cultural nacionalista. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é instituído com a finalidade de coordenar os assuntos relacionados à informação e à propaganda política em todos os setores do governo federal, sendo a chave de um

⁶ A extinção da liberdade de imprensa, conforme apontado pela legislação constitucional, preconizava o controle sobre elementos como o teatro, o cinema, o rádio e a imprensa escrita. De acordo com Capelato (2009), a lei conferia às autoridades competentes a possibilidade de proibir a circulação e a difusão de determinadas informações e de determinados veículos.

sistema que reunia as atividades de censura, propaganda e difusão ideológica, em consonância com as determinações apresentadas pela carta constitucional então vigente. Assim, a exemplo dos regimes autoritários europeus já mencionados, a ditadura varguista dedica um espaço exclusivo e prestigiado para tratar das relações de convencimento e da produção de consenso.

Um dos diferenciais desse Departamento em relação aos seus antecessores é a ligação direta ao gabinete do presidente Vargas. Dividido em diversos setores - a saber: Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Divulgação, Divisão de Turismo, Divisão de Radiodifusão e Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares -, o DIP tinha seu núcleo duro indicado diretamente por Vargas, demonstrando a importância conferida pelo governo à propaganda política naquele momento. Outro elemento que a estruturação do Departamento permite identificar é a forte centralização das decisões na mão de Getúlio, o que corrobora os elementos de culto ao líder e de promoção da imagem pessoal do “Pai dos Pobres” pelos veículos de comunicação e informação.

Essa condição imputada a Getúlio através das políticas de comunicação do DIP consiste na premissa de gestão familiar, que apresenta o Estado como uma grande família guiada pelo pensamento coletivo e gerenciada por um grande pai, que tinha a missão de tomar as decisões mais significativas e direcionar a nação rumo ao progresso e ao sucesso. As classes trabalhadoras, agora amparadas pelas legislações sociais e trabalhistas, representavam o grupo mais carente dessa intervenção paternal getulista. Esse grupo, a partir do convencimento acerca de uma suposta benevolência do chefe da Nação, deveria retribuir as benesses do Estado com concórdia, fidelidade e apoio.

A construção da figura de “pai dos pobres” em torno de Vargas tinha por objetivo fortalecer a já mencionada noção de outorga estatal, relacionando todo e qualquer progresso no âmbito trabalhista às boas intenções do presidente, e não ao esforço coletivo de luta dos trabalhadores. O trabalho de construção dessa imagem era feito através do rádio, da imprensa escrita tradicional, das festividades nacionais e de outros meios de comunicação de massa, todos sob a coordenação e supervisão do DIP.

Por ocasião do avanço dessa estruturação nas políticas de comunicação do regime, se fazia necessário um processo de registro dos veículos preexistentes junto ao Departamento, com o objetivo de garantir a sequência de suas atividades com a

autorização do governo. Segundo Capelato, 420 jornais e 346 revistas não lograram êxito na sua pretensão de registro, o que demonstra o rigor aplicado pelas diretrizes do órgão. Mesmo os veículos que conseguiam registro no DIP passavam por uma forte inspeção de suas publicações, com a finalidade de averiguar o teor do que era veiculado e o nível de comprometimento do meio de comunicação com o regime e suas diretrizes.

Capelato aponta que os veículos que optaram por manter sua independência editorial acabaram por perder seus registros, e as publicações que, de algum modo, teciam críticas às decisões governamentais eram suprimidas. De acordo com Nelson Jahr Garcia (1999), o DIP exercia seu poder de censura através da expressa proibição de assuntos relacionados ao descontentamento com o Estado Novo, instabilidades econômicas, dilemas morais ou tragédias de quaisquer espécies. A partir de sua função pública, a imprensa⁷ deveria cumprir um papel estritamente relacionado com a promoção das agendas ansiadas pelo governo e com um contato cada vez mais intenso com as massas de trabalhadores.

O DIP, portanto, foi um órgão de notória robustez e intenso intervencionismo que, de maneira explícita, cumpria a função de regulador das liberdades de comunicação em prol de um projeto autoritário que havia sido concebido antes de sua fundação. Os braços da propaganda e da censura que advinham do DIP representavam um dos setores estratégicos de perpetuação de Getúlio Vargas no poder, na medida em que se produzia uma memória cada vez mais cristalizada do que era o Brasil nas décadas de 30 e 40 e, principalmente, do que era a figura do então presidente. As encampações, os recortes, os destaques e as promoções de imagem demonstravam, de maneira deliberada, o poder que o Estado exercia sobre as liberdades – de expressão, de organização e de debate – e sobre as massas.

Sendo o que Nelson Jahr Garcia (1999) chama de veículo oficial da ideologia do regime, a imprensa deveria contribuir para a construção de uma perspectiva de unidade e coesão. O processo que Velloso (2019) chama de reconceituação do popular é uma

⁷ Aqui destacamos o destaque dado pelo Estado Novo à imprensa escrita. De acordo com Capelato (2009), a exemplo de Mussolini, Vargas colocou seus esforços de maneira mais contundente nos veículos de imprensa escrita, o que não significa um abandono a outros meios, a exemplo do rádio, que também era um elemento fundamental nas políticas de comunicação do governo e que era rigidamente controlado pelo DIP, passando por uma forte atividade de censura.

das principais responsabilidades na atuação do DIP, pois é a partir desse movimento que a ideologia do Estado Novo e da revolução política e social iniciada em 1930 ganhariam espaço fixo na mente e na alma da população. Para isso, portanto, não era suficiente apenas um processo de censura; antes, era preciso aliar o recorte de temas indesejados com a massificação do que se pretendia incutir na mentalidade coletiva do trabalhador brasileiro.

Os principais aliados nesse processo eram, sem dúvida, o rádio e os veículos de imprensa escrita. Em um contexto em que cerca de 56% da população brasileira ainda era analfabeta (IBGE, 1940, p. 29), o rádio cumpria um papel de alcance e comunicação com uma significativa parcela das massas trabalhadoras, através de discursos do próprio presidente e de membros do primeiro escalão do governo. Neles, Vargas e sua equipe apresentavam as transformações promovidas pelo governo e os impactos positivos que elas teriam na vida dos trabalhadores. Esse canal diário de comunicação contribuía para a associação direta entre direitos trabalhistas e melhoria de vida ao presidente e seu governo.

Os periódicos, nesse contexto, cumpriam o papel de valorizar o nacionalismo e a cultura nacional a partir de um pensamento de unidade, grandeza e evolução, direcionando a produção de um pensamento de cooperação classista e harmonia social irrestrita. Para isso, os periódicos agiam de acordo com as diretrizes do DIP, reproduzindo de maneira sistemática os discursos do presidente – proferidos em cerimônias ou nos próprios programas de rádio –, exaltando as ações governistas, divulgando as grandes passeatas e manifestações de apoio ao Estado Novo e, claro, ocultando elementos e acontecimentos que pudessem prejudicar a estabilidade do regime. De acordo com Garcia (1999), cerca de 60% das matérias a serem publicadas pela imprensa escrita eram produzidas e enviadas diretamente pela Agência Nacional para as empresas que gerenciavam os jornais, fazendo, assim, com que a política editorial dos jornais que circulavam fosse comum e pouco diversa.

Entre os títulos que mais expressavam a rigidez do controle do DIP estavam os jornais *A Manhã*, comandado pelo jornalista Cassiano Ricardo e por Menotti Del

Picchia, datado do ano de 1941 e considerado o jornal oficial do Estado Novo, e *A Noite*, fundado em 1911 e encampado pelo regime em 1940, sendo comandado pelo coronel Luís Carlos da Costa Neto e pelo jornalista André Carrazzoni. Os dois periódicos estavam sob controle da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e recebiam do DIP as diretrizes de seu funcionamento em favor da boa reputação do Estado Novo.

Francisco Campos, nome de destaque na construção ideológica do Estado Novo, exemplificou os propósitos de função social que enxergava na imprensa a partir da fundação de *A Manhã*. Na primeira edição do periódico, datada em 9 de agosto de 1941, Campos indica seu desejo de que o novo jornal seja a expressão do novo destino do Brasil, pautado na defesa do bem coletivo e, por conseguinte, do Estado, compreendido como o guardião e defensor dos interesses públicos. Essa mensagem reforça as bases das políticas de comunicação com o DIP e indica, de maneira ainda mais clara, a missão que esse meio de comunicação deveria cumprir.

Além do direcionamento estratégico de informações, a imprensa teria, de acordo com o que trabalha Velloso (2019), uma função referente às consultas públicas, sendo responsável por identificar e compreender as necessidades e anseios dos trabalhadores. De acordo com a autora, essa intermediação realizada pela imprensa descartava a necessidade da intervenção parlamentar, considerada ultrapassada e pouco funcional, privilegiando, assim, um contato direto entre o poder executivo e as demandas apresentadas pela população. Essas consultas também serviam como meio de aferir o sucesso das políticas do regime, sobretudo da política cultural, objetivando perceber a penetração da ideologia por entre os trabalhadores e identificando, assim, os pontos de sucesso e os que necessitavam de correção nesse longo e complexo processo de revolução política e renovação ideológica proposto pelo sistema varguista.

Considerações finais

Dessa forma, podemos compreender que o trato do Estado Novo com a propaganda política e os meios de comunicação segue uma tendência fortemente presente na primeira metade do século XX, objetivando construir aproximação e

concordia em relação às massas através da promoção da noção de coletividade nacional. Esse processo é desenvolvido a partir da atuação de um estruturado Departamento, que concentra seus esforços em desenvolver essa mentalidade consensual através dos meios de comunicação, sobretudo o rádio e a imprensa escrita. A difusão sistemática desse pensamento contribuiu, assim, para a construção e fortalecimento de uma base popular em torno de Getúlio, transformando o regime e o próprio presidente em pretensos portadores de um caminho de sucesso para o Brasil e para os trabalhadores brasileiros.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de et al. (coord. geral). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5v.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- Azevedo Amaral, "A revolução brasileira", em *Cultura Política*, n. 5, julho 1941, p.137
- BARBERO, J. M. *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CAMPOS, Francisco. "A Manhã" e o seu programa. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 9 nov. 1941. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=12005>. Acesso em: 17 out. 2024.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no Peronismo*. 2 Ed - São Paulo: Editora UNESP, 2009. 341 p.
- CHOMSKY, Noam. *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- DOMENACH, Jean Marie. *A Propaganda Política*. [S. l.: s. n.], 2001.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política*. [S. l.]: RocketEdition, 1999. E-book. 318 p.
- GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. 3. ed. Espana: Alianza Editorial, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1940, v. VI.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo:

Companhia das Letras, 1994.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945)*. 9°. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 154-190.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 30/07/2024
Aprovado em: 14/02/2025

Censura e propaganda na era Vargas: a ação do DIP por meio do jornal *O Suburbano* nos anos de 1940 e 1941

Adelino FRANCKLIN¹
Lucas José CORREIA²
Eron VIEIRA DA SILVA³

Resumo: Este artigo versa sobre a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado em 1939, no Estado Novo da era Vargas (1937-1945), por meio do jornal *O Suburbano*. Questiona-se como tal periódico contribuiu para a divulgação positiva da imagem de Vargas no referido contexto. Tem como objetivo analisar reportagens, favoráveis ao governo Getulista, de um jornal carioca nos anos de 1940 e 1941. Constata-se que há uma necessidade de ampliar os estudos sobre a imprensa carioca no contexto estadonovista. A pesquisa é documental e bibliográfica. Foram consultadas edições disponíveis sobre o periódico dirigido pelos irmãos Magalhães, por meio da hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital Brasil. A análise contribuiu para a melhor compreensão de como a censura e o culto à imagem do líder era realizada em jornais suburbanos.

Palavras-chave: Censura, Estado Novo, *O Suburbano*, DIP.

¹Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação pelo Centro Universitário Moura Lacerda. Licenciatura Plena em História pelo UNIFEG (2004). Licenciatura Plena em Filosofia pela UFLA. Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNIFRAN. Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação pela UFOP. UEMG. Passos. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0971-6374> E-mail: adelino.francklin@uemg.br

²Graduado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais. UEMG. Passos. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8355797756504434> E-mail: lucacoze@gmail.com

³ Graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais. UEMG. Passos. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1863719167775550> E-mail: eron.epan@yahoo.com.br

Censorship and advertising in the Vargas era: the DIP's action through the newspaper *O Suburbano* in the years 1940 and 1941

Abstract: This article is about the action of the Department of Press and Propaganda (DIP), a body created in 1939, in the Estado Novo of the Vargas era (1937-1945), through the newspaper *O Suburbano*. It is questioned how such a periodical contributed to the positive dissemination of Vargas image in that context. It aims to analyze reports, favorable to the Getulista government, from a Rio newspaper in the years 1940 and 1941. It appears that there is a need to expand studies on the Rio press in the Estado Novo context. The research is documentary and bibliographic. Available editions of the periodical run by the Magalhães brothers were consulted, through the newspaper library of the Biblioteca Nacional Digital Brasil. The analysis contributed to a better understanding of how censorship and the cult of the leader's image was carried out in suburban newspapers.

Keywords: Censorship, New state, The Suburban, DIP.

1. Introdução

Criado pelo decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, sendo adaptado de outras instituições presentes ao longo do período de Vargas no poder, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tinha como um de seus propósitos a fiscalização dos meios de comunicação da época. Um ano antes, a capital federal possuía 23 jornais registrados, a exemplo do *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*. (Barbosa, 2006).

Um dos jornais que teve o seu registro no DIP é *O Suburbano*, no Rio de Janeiro (RJ), tendo como proprietário e diretor, Eduardo Magalhães. Por meio de suas reportagens, havia uma nítida defesa do governo Vargas.

Tendo em vista as publicações favoráveis ao governo de Getúlio Vargas realizadas pelo *O Suburbano*, questiona-se de que forma o DIP contribuiu para a divulgação positiva da imagem de Vargas no referido periódico na década de 1940. Nessa perspectiva, o artigo visa analisar a intervenção do DIP no jornal *O Suburbano*, nos anos de 1940 e 1941.

Adotou-se a abordagem qualitativa. Além do levantamento bibliográfico, utilizou-se de pesquisa documental por intermédio das publicações digitalizadas do jornal *O Suburbano*, com edições de 1940 e 1941, acessadas pelo *site* da Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB). Considera-se que as edições disponíveis nesses dois anos podem oferecer elementos mais claros de como o DIP atuava na imprensa escrita nesse contexto. Estão disponíveis na hemeroteca da BNDB nove edições do jornal de 1940 e três edições de 1941.

Entende-se que para a análise de fragmentos contidos em algumas edições de um jornal é fundamental inseri-lo novamente no projeto editorial no interior do qual se articula, isto é, remetê-lo ao veículo que o publicou em uma conjuntura específica. (Cruz; Peixoto, 2007).

Há poucos registros sobre o periódico *O Suburbano*, assim como de outros periódicos das primeiras décadas do século XX que circulavam nos subúrbios cariocas. Muitos títulos desapareceram ou não estão mais disponíveis para consulta devido ao seu

estado de deterioração. (Mendonça, 2015). Por essa razão, delimitou-se a análise sobre algumas edições, nos anos de 1940 e 1941, haja vista que são poucas edições disponíveis para consulta virtual.

O estudo sobre a propaganda política no contexto do Estado Novo assume relevância historiográfica, sendo o jornal *O Suburbano*, uma fonte documental que pode contribuir para a melhor compreensão do culto à imagem de Vargas. O número reduzido de publicações acadêmicas que problematizam esse periódico também revela a necessidade de novas análises sobre a sua relação com o governo getulista.

2. Censura e propaganda no Estado Novo

O governo de Vargas já se manifestava autoritário durante o governo provisório de 1930 a 1934 e assumiu uma questionável postura democrática entre 1934 a 1937. Foi com o falso plano comunista, conhecido como Plano Cohen, que criaram um pretexto para a implementação do Estado Novo (1937-1945). Nesse contexto, a censura foi uma das estratégias utilizadas pelo governo para dificultar críticas ao regime vigente junto à sociedade (Goulart, 1990).

No que concerne aos estudos historiográficos sobre a era Vargas, constata-se que passaram por significativas alterações nas últimas décadas (Cancelli, 2020). Um dos aspectos discutidos sobre o período de oito anos que é denominado Estado Novo, é o de ser classificado como um regime totalitário ou autoritário. Gomes explica que:

As constatações de que o Estado Novo não buscara e não conseguira um controle total, por exemplo, dos meios de comunicação de massa, e que recorrera, durante boa parte de sua existência, a uma estratégia política de desmobilização da sociedade, pesaram muito para o fortalecimento da opção pela categoria de Estado autoritário. No mesmo sentido, pesaram as pesquisas sobre a produção intelectual do período, que utilizava a categoria de Estado autoritário precisando os significados que a preenchiam. (Gomes, 2014, p. 17).

A opção pela classificação de regime autoritário, em detrimento de totalitário, não leva ao entendimento de que foi um período mais brando em relação à violência e à censura. Durante o Estado Novo, Vargas adotou medidas que possibilitassem o controle

político sobre a propaganda e a imprensa no país. Os meios de comunicação contribuíram para a divulgação de uma imagem positiva do Presidente da República.

A Constituição de 1937, também considerada por alguns como uma não Constituição no âmbito jurídico, limitada aos anos do Estado Novo, provocou a manifestação de pensamentos conservadores, autoritários, antiliberais e corporativistas, consolidando a institucionalização política do regime. A modernização do país foi realizada sem a participação popular. (Abreu; Rosenfield, 2019).

O domínio sobre os meios de comunicação eliminou de certa forma a possibilidade de oposição pública à ditadura estadonovista, possibilitando que seu projeto político tivesse uma difusão abrangente, proporcionando, desta maneira, a criação de bases sólidas para a validação do regime. “(...) Foi através do uso da propaganda que o regime inaugurado por Vargas, em novembro de 1937, pôde buscar a legitimação, pois o golpe foi dado sem qualquer participação da população, apenas com o apoio dos militares” (Pereira, 2013, p. 32). Entretanto, é preciso pontuar que não foram apenas regimes autoritários que passaram a utilizar da propaganda em diferentes meios de comunicação para controle dos discursos, visto que governos considerados democráticos, como o dos EUA, mesmo sem institucionalizar a censura, fizeram uso desse recurso no mesmo contexto da era Vargas. (Vieira, 2019).

Durante a era Vargas (1930-1945), foram criados órgãos para uso da propaganda política e também para a intervenção nos meios de comunicação. São exemplos desses órgãos: O Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP). O objetivo de produzir propaganda governamental já estava presente na pauta do DOP, órgão que enxergava nos canais de divulgação, potencial veículo para imprimir através da propaganda um discurso que legitimasse as ações do ainda Governo Provisório.

O controle sobre a imprensa foi aprofundado no contexto do Estado Novo, com a readaptação dos órgãos anteriores e criação do DIP.

Franz explica que:

[...] o DIP foi estrategicamente elaborado para atuar como a capacidade de intervenção do Estado na esfera dos meios de comunicação e da cultura. Esta era uma organização vinculada diretamente à Presidência da República, que transmitia o modelo de

centralização do governo com cargos de confiança atribuídos diretamente por Vargas e continha seis divisões: Divulgação; Radiodifusão; Cinema e Teatro; Turismo; Imprensa; e Serviços Auxiliares. (2017, p. 20-21).

A destinação do órgão era a de difundir o projeto político-ideológico estadonovista, visando criar uma base social capaz de conferir legitimidade às propostas de unidade nacional, de harmonia social, de intervencionismo econômico e de centralização política. A história da imprensa no Brasil se caracteriza nesse momento pela repressão e silenciamento por parte do Estado, tolhendo a liberdade de pensamento e divulgação de ideias. As ações de controle do órgão e os recursos utilizados no *modus operandi* do DIP eram variados e sofreram algumas modificações com o passar do tempo. Especialmente no Estado Novo, a relação entre a propaganda, a censura e os meios de comunicação se complexifica. “(...) Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas” (Capelato, 1999, p. 175).

Durante o Estado Novo a imprensa teve destaque na propaganda política através dos jornais, por meio dos quais Vargas divulgava somente a imagem e o discurso positivo em relação ao seu governo. No entanto, salienta-se que não ocorreu o monopólio absoluto do poder pelo Estado, a oposição ao Presidente da República ainda atuava e resistia, além de não existir uma homogeneidade entre os seus aliados, a exemplo da não afinidade com o fascismo por parte deles. (Capelato, 1997).

Para que os objetivos traçados pelo governo, envolvendo a difusão sistemática da boa imagem do presidente fossem atingidos com sucesso, era preciso impedir que qualquer tipo de mensagem contrária aos seus interesses fosse divulgada, e conseqüentemente popularizada, o que fatalmente significaria potenciais problemas. Assim, “em 1937, a censura, que obviamente não foi uma invenção do Estado Novo, foi legalizada constitucionalmente”. (Pandolfi, 2018, p. 107). A partir da criação do DIP, maquiou-se a realidade, tolhendo a imprensa de noticiar o que ocorria no cotidiano brasileiro, conseqüentemente privando a população de acesso à informação. Silva explica que:

O papel dos jornais é ressignificado durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, quando ocorre uma convergência de discursos, seja no Rádio ou nos Jornais, onde se

projeta uma busca pelo consenso: calando vozes díspares, fortalecendo o discurso, prendendo, matando e expulsando, o Estado Novo pôs em prática múltiplos métodos repressores para fazer valer sua voz (Silva, 2012, p. 335).

Foram criados, a partir de 1940, órgãos de controle estadual, ramificações associadas ao órgão central, denominados Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs) e desenvolvidas outras instituições com a intenção de apoiar as ações de controle e censura no regime estadonovista.

Um exemplo de intervenção do DIP na imprensa foi sobre *O Estado de São Paulo*. Apesar de assumir um discurso anticomunista e talvez por essa razão não ter se posicionado contra o plano Cohen, posteriormente colocou-se na oposição ao Estado Novo. O diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, foi preso e exilado. No ano de 1940 o jornal foi invadido e passou a ser controlado até o final do regime estadonovista. (Fidelis, 2022).

O domínio dos meios de comunicação era de fundamental importância tanto para cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder, quanto para enfatizar as realizações do regime e promoção pessoal e política de Vargas. Restava a quem fazia parte do universo brasileiro da imprensa escrita, empresários proprietários dos jornais e jornalistas, poucas alternativas, frente à ação repressiva do governo, já que, através dos objetivos traçados, o Estado Novo usou várias práticas, como meios de impor um consenso e afirmar seus ideais (Silva, 2012).

A expressão: “culto à personalidade” acaba por se identificar intimamente com as estratégias políticas traçadas no século XX por governos reconhecidamente autoritários e totalitários. A exaltação das figuras de Joseph Stalin, na União Soviética, e de Adolf Hitler, na Alemanha, assim como de Benito Mussolini, na Itália, são exemplos de líderes carismáticos que utilizaram a estratégia do culto à personalidade, em seus respectivos governos. Entre os meios usados nesse processo estão a (...) "utilização de bodes expiatórios para justificar problemas e desviar o foco dos cidadãos; a onipresença da imagem do governante ou de seu governo nos espaços públicos; e a idolatria à figura do líder" (Boeckel, 2005, p. 34).

Os trabalhadores também estavam no radar do DIP. Getúlio usava o dia 1º de maio, conhecido pelo seu governo por Dia do Trabalho, para anunciar novas leis trabalhistas, e fazia da data comemorativa, que deveria ser chamada Dia do

Trabalhador, um palanque político. O governo Vargas tirava o foco das lutas dos trabalhadores e direcionava apenas para as ações governamentais. Para reforçar sua imagem junto à população, o Presidente da República tinha suas imagens e discursos divulgados nos jornais em dias subsequentes. (Oliveira, 2011).

Adiante será abordada a ação do jornal *O Suburbano*, alinhado com os objetivos de Vargas, seja na propaganda e exaltação do presidente, seja na vigilância e no uso do seu espaço na imprensa para eventualmente servir como agente indireto do DIP.

3. O jornal *O Suburbano*

Os subúrbios cariocas tiveram conotações distintas no século XIX e XX. Inicialmente, era ocupado por uma aristocracia local. Posteriormente, passou a contar, em sua maioria, com camadas populares, formando uma população heterogênea. Um dos fatores que levaram ao surgimento de bairros suburbanos foi o crescimento e modernização da cidade do Rio de Janeiro, elevando o valor imobiliário, e a construção das estações de trem, a exemplo da Central do Brasil, que desapropriou muitos moradores. (Santos, 2011).

A falta de saneamento básico, dificuldade para adquirir meios de transportes entre as casas e os locais de trabalho, a ausência de iluminação pública em ruas, a segurança local e serviços de atendimento à saúde e educação estavam entre as maiores pautas discutidas para a vida dos moradores dos subúrbios.

Entre o fim do século XIX e início do século XX, a imprensa suburbana carioca transitava entre jornais e almanaques, que de certa forma representavam uma parcela relevante da população local, distante dos holofotes e das manchetes que circulavam nos principais jornais do RJ. Mendonça (2017) defende que boa parte do conteúdo produzido pelas publicações envolvia questões relacionadas aos direitos trabalhistas e também a luta por avanços nas melhorias de condição de vida dos subúrbios, objetivando também o direito do acesso à cidade para aqueles que viviam nas margens da então capital federal, destacando-se nesse cenário, *O Suburbano*. Nessa perspectiva, os impressos suburbanos contribuíam para levar demandas da população com o propósito de fomentar discussões e sensibilizar ou pressionar políticos locais.

Leandro Clímaco Mendonça afirma que:

Os periódicos criados nos subúrbios cariocas, ainda que não contassem com redações estruturadas sob uma complexa estrutura hierárquica e infraestrutura de porte, como os dos grandes diários do período, reproduziam, em grande medida, as características dos seus congêneres da imprensa empresarial. (Mendonça, 2017, p. 47).

Nas primeiras décadas do século XX existiram mais periódicos com o nome *O Suburbano*, mas dirigidos por pessoas distintas e em localizações diversas. Um exemplo é *O Suburbano*, dirigido por Esdras de Moura Magalhães, que tinha como um dos principais propósitos o de difundir valores da Igreja Católica. Esse jornal estava localizado na Ilha do Governador. Na Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB) há apenas um registro desse periódico, com data de maio de 1912. (Mendonça, 2011).

O acervo da hemeroteca da BNDDB possui quatro campos de buscas para os jornais intitulados *O Suburbano*. Na consulta que se realizou para o jornal fundado pelos irmãos Magalhães, consta apenas uma edição de 1935, nove para o ano de 1940 e três para o ano de 1941. Para essa pesquisa, delimitou-se a análise nos dois últimos anos em que há registros.

O autor Leandro Clímaco Mendonça desenvolveu pesquisas sobre o a imprensa suburbana carioca. Em um dos seus estudos também relatou a dificuldade para encontrar novas edições do jornal *O Suburbano*. O pesquisador afirma que:

[...] As poucas informações sobre o periódico foram mapeadas a partir da leitura de outros jornais, pois não há registro da preservação da folha em nenhuma instituição de guarda documental. Situação, aliás, parecida com a de dezenas de outros títulos que desapareceram ou se encontram indisponíveis para consulta por seu avançado estado de deterioração. O certo é que através da pesquisa na documentação do 1º Ofício de Títulos e Documentos preservado no acervo do Arquivo Nacional há referência ao jornal nos livros de matrículas de oficinas, impressos e jornais. [...]. (Magalhães, 2015, p. 55).

O periódico *O Suburbano*, fundado em 1914 pelos irmãos Eduardo Pedroso Alves Magalhães e Benjamin Magalhães, é o objeto desse artigo. Benjamin faleceu em 1935, e a partir desse ano o jornal foi dirigido apenas por Eduardo, que morreu em 1941. Embora compartilhassem o mesmo sobrenome, não foram encontrados dados que indicassem algum grau de parentesco entre Esdras e os irmãos Magalhães. Sua

localização era na rua Vinte e Quatro de Maio, no bairro Sampaio, que ficava próximo ao Engenho de Dentro. Foi um dos principais e mais longevos periódicos dos subúrbios do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. A partir do ano de 1940, já constava o registro do jornal no DIP. (Mendonça, 2017).

Eduardo Magalhães foi um tipógrafo, tenente e colaborador dos seguintes jornais: *Progresso Suburbano* (1902); gerente de *O Subúrbio*; redator da revista *O Teatro*; dirigente de *Almanaque Suburbano*; e dirigente da seção *Nos Subúrbios*, do diário *A Época*. Foi Primeiro Secretário do Congresso Suburbano e defendeu os interesses da população suburbana, especialmente dos comerciantes do subúrbio (Mendonça, 2017).

O jornal *O Suburbano*, dirigido por Eduardo Magalhães foi registrado no DIP, sendo uma condição necessária naquele contexto para não ser fechado ou até mesmo ter que circular na clandestinidade. A partir de edições de 1940 já constava a informação do registro no cabeçalho do jornal.

4. Reportagens autorizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda no jornal *O Suburbano* (1940-1941)

Nessa seção, são analisadas algumas reportagens que evidenciam a atuação do DIP na censura e também divulgação de propagandas favoráveis ao governo Vargas, no periódico, *O Suburbano*.

Goulart (1990) afirma que durante o Estado Novo o jornalista passou a ser entendido como funcionário do Estado, funcionário do governo, perdendo a sua autonomia. A ação do DIP visava se impor através da censura e controle sobre todos os meios de comunicação, especialmente sobre aqueles que ofereciam resistência à ditadura varguista, e que potencialmente poderiam trazer problemas.

Na coluna do jornal *O Suburbano* a seguir, é apresentado um exemplo de ação censora no contexto do Estado Novo.

Imagem 01. O Jornal *O Suburbano* noticia comunicado do DIP

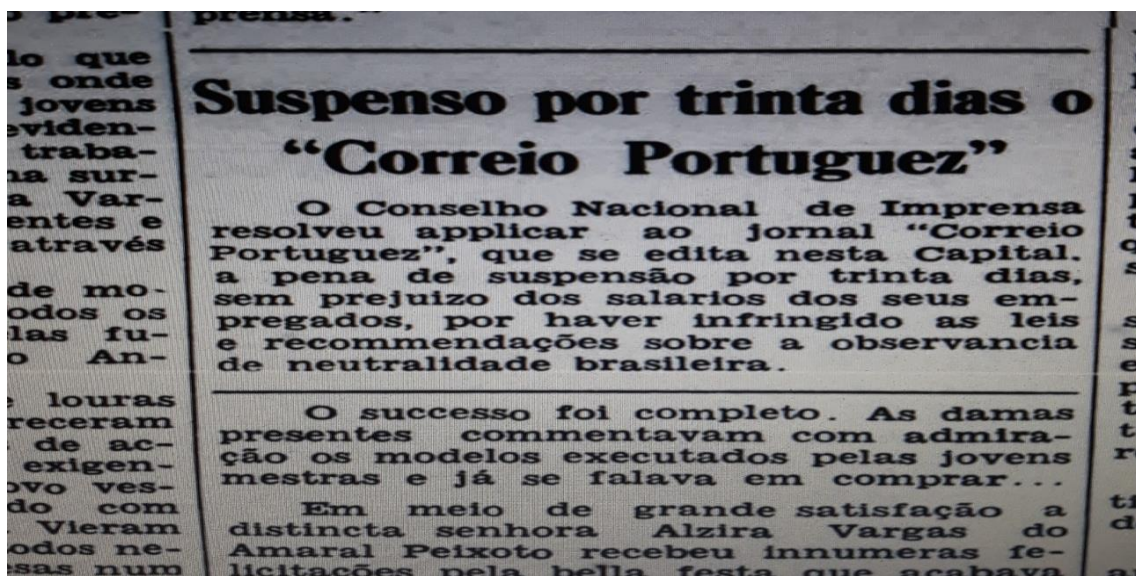


Fonte: O SUBURBANO. *Serao sumariamente fechadas*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de out. de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/801143/per801143_1940_01252.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

A partir de 1937, “muitos rádios, revistas e jornais foram fechados, entre eles, o poderoso jornal *O Estado de S. Paulo*”. (Pandolfi, 2018, p. 107). É possível afirmar que a ação do Estado Novo, a partir do DIP e do Conselho Nacional de Imprensa, assumiu uma fase mais censora e repressora até 1941, ao passo que a partir de 1942, ocorreram algumas alterações no direcionamento das medidas estadonovistas, devido à proximidade com os Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial. Nessa segunda fase do Estado Novo havia uma ênfase nas políticas sociais e na propaganda. (Gomes, 2014). “O DIP não só censurava o conteúdo dos jornais e lhes impunha sanções como também, através da Agência Nacional, produzia fotografias, artigos e notícias para serem incluídos nos periódicos” (Vieira, 2019, p. 79). É possível que a reportagem apresentada na imagem um seja um exemplo de notícia determinada pelo órgão.

Com base no periódico *O Suburbano* do dia 15 de outubro de 1940, de tiragem nº 1.252, é possível observar na página 02 a notícia de suspensão do jornal *Correio Portuguez*, localizado no RJ, por haver, segundo o Conselho Nacional de Imprensa, subordinado ao DIP, infringido as leis e recomendações sobre a observância de neutralidade brasileira. Segue abaixo ilustração da suspensão do jornal *Correio Portuguez*, publicada pelo *O Suburbano*.

Imagem 02. Publicação da suspensão do jornal *Correio Portuguez*



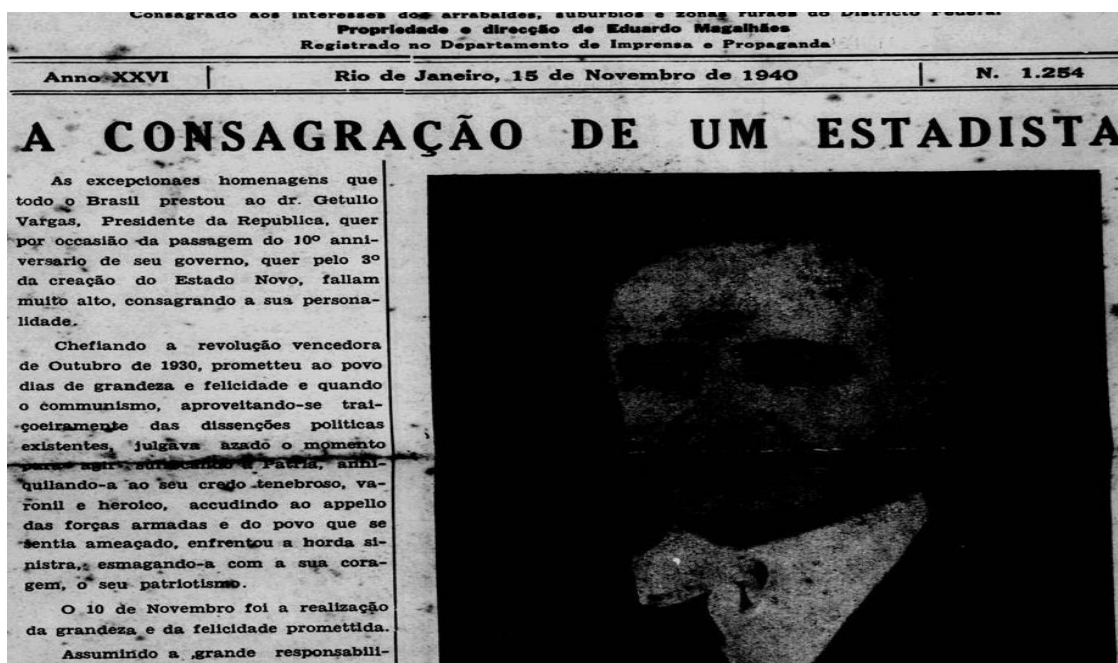
Fonte: O SUBURBANO. *Suspendo por trinta dias o “Correio Portuguez”*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de out. de 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/801143/per801143_1940_01252.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

“As punições por matérias publicadas sem autorização recaíam sobre os diretores do jornal, que estariam sujeitos à pena de prisão, enquanto a empresa poderia arcar com pena pecuniária e suspensão temporária ou permanente de suas atividades”. (Vieira, 2019, p. 77-78).

A ação de expor publicamente a penalidade e suspensão ao jornal *Correio Portuguez* por parte do Conselho Nacional de Imprensa, órgão atrelado ao DIP, demonstra a estreita ligação entre *O Suburbano* e o governo Vargas, sobretudo na colaboração para a propaganda política a favor do presidente, com matérias sobre as ações executadas por Vargas, compartilhando as determinações do DIP aos meios de comunicação, ou a qualquer setor que tivesse alguma relação com o meio jornalístico.

Na nota abaixo, publicada na edição nº 1263, o periódico carioca faz questão de destacar a capacidade administrativa de Vargas, ilustrada na sua ação de "amparo" junto aos trabalhadores por meio do fomento da economia do país.

Imagem 03. Reportagem “A Consagração de um estadista”



Fonte: O Suburbano. *A consagração de um estadista*. Ano XXVI, N. 1254, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1940. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=33>. Acesso em: 22 ago. 2024.

A imagem de Vargas publicada em matérias de *O Suburbano* é a representação do herói, do homem escolhido para conduzir o Brasil ao sucesso e à prosperidade. “O DIP era o zelador da boa imagem de Vargas e responsável pelos desfiles cívicos, como na Semana da Pátria, no 10 de Novembro, aniversário do Estado Novo, e 19 de abril, aniversário de Vargas”. (Pandolfi, 2018, p. 110). Nessa perspectiva, o jornal *O Suburbano* estava em sintonia com o que era esperado por esse órgão.

Ainda que seja notória a exaltação da imagem do presidente da República no *O Suburbano* durante o contexto de atuação do DIP, é necessário que haja uma cautela para se afirmar se seriam conteúdos recomendados, impostos ou não. Isso ocorre porque “ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências”. (Barbosa, 2006, p. 2020).

Até mesmo em reportagens anteriores ao registro no DIP, o proprietário e dirigente do periódico *O Suburbano* enaltecia o Estado Novo. Outra evidência são homenagens que Eduardo Magalhães recebeu após a sua morte, em diferentes colunas

do Jornal O Suburbano. Em uma delas, é lembrada a sua admiração pelo governo Vargas. (Silva, 1941). Porém, não foram localizadas fontes que apresentem as motivações de Eduardo Magalhães para tal alinhamento ao regime vigente. A coluna do jornal apresentada na imagem quatro é um exemplo dos elogios tecidos ao regime vigente naquele contexto.

Imagem 04. Reportagem Forma jurídica e definitiva para o Estado Novo



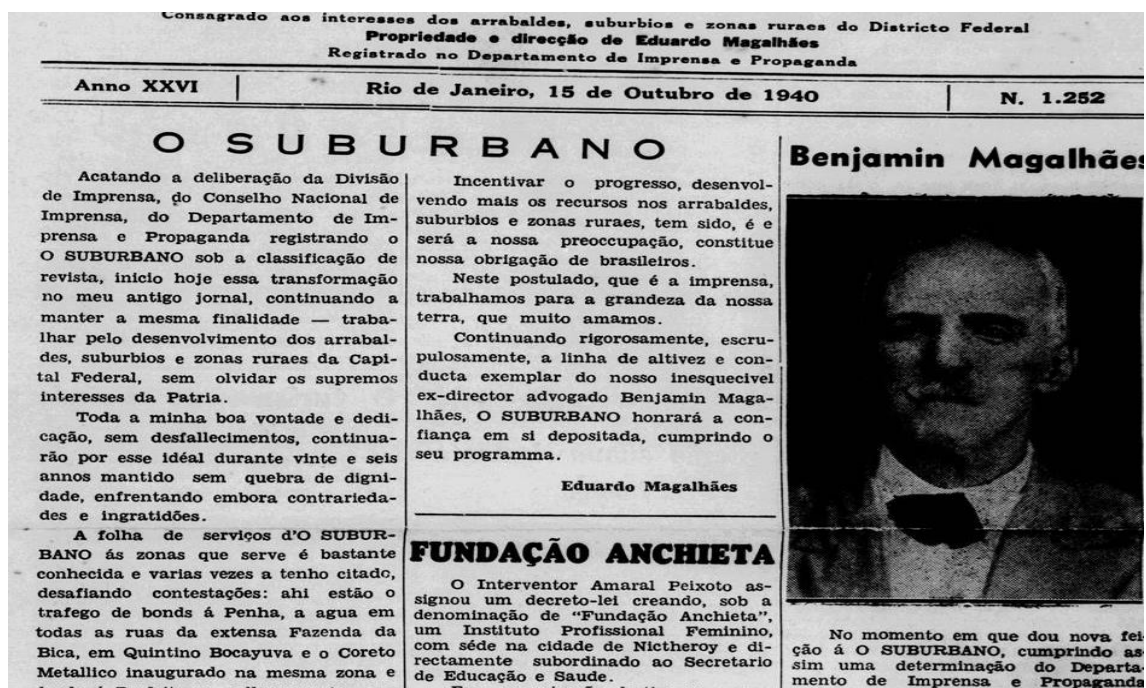
Fonte: O Suburbano. *Forma jurídica e definitiva para o Estado Novo*. Ano XXVI, N. 1244, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1940. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=9>. Acesso em: 29 ago. 2024.

A propaganda governamental esteve presente durante toda a era Vargas, porém no Estado Novo ocorre uma intensificação. “A despeito do grande cerceamento dos direitos civis e políticos, houve avanços nos direitos sociais”. (Pandolfi, 2018, p. 106). Gomes aponta que o Estado Novo:

[...] também deixou saldos favoráveis em termos de crescimento econômico, especialmente no setor industrial que se fortaleceu ao lado do de serviços, que não cessariam de se desenvolver nas décadas seguintes. Porém, tudo isso foi realizado com imensas restrições à cidadania civil e à eliminação da cidadania política, com a suspensão das práticas eleitorais e de garantias jurídicas fundamentais à segurança individual. (Gomes, 2014, p. 34).

Na reportagem a seguir, noticia-se a redução do jornal *O Suburbano* para a classificação de revista pelo DIP.

Imagem 05. Reportagem *O Suburbano*



Fonte: *O Suburbano*. *O Suburbano*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1940.

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17>. Acesso em: 22 ago. 2024.

É possível que Eduardo Magalhães tenha utilizado para essa reportagem um recurso denominado enquadramento de mídia noticioso, que consiste em “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”. (Porto, 2004, p. 91).

No segundo parágrafo da reportagem, gera-se uma dúvida sobre as insinuações de Eduardo Magalhães ao se referir que enfrentou contrariedades e ingratidões durante

os vinte e seis anos à frente do jornal. Não fica claro a quem se destinariam tais críticas. “[...] Mais do que atribuir características fixas às publicações, a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado”. (Cruz; Peixoto, 2007, p. 264).

Entendemos que o proprietário do jornal, Eduardo Magalhães, no contexto do Estado Novo, declarava-se um forte defensor do Presidente da República, mas que poderia, dependendo das circunstâncias, apresentar críticas à determinadas ações governamentais. Um exemplo seria a afirmação no segundo parágrafo da coluna do jornal *O Suburbano*, na imagem cinco, em que cita indiretamente que sofrera contrariedades e ingratidões. É provável que se referia a membros do DIP, que rebaixara o jornal a categoria de revista.

Analisando as notas e manchetes do jornal *O Suburbano* fica a nítida impressão de que tudo que fosse de acordo com a proposta da propaganda estabelecida pelo DIP, relevante no fortalecimento da imagem do presidente e conseqüentemente de seu governo, era registrado pelo periódico. Muito da popularidade de Vargas, comprovada posteriormente ao assumir a presidência novamente em 1951, foi potencializada pela ação e controle do DIP durante o Estado Novo sobre os meios de comunicação. Outro fator influente na popularidade de Vargas é o apoio do trabalhador, conquistado através da legislação trabalhista e de sua divulgação.

[...] Os materiais produzidos pelo DIP objetivavam a divulgação das mais variadas realizações econômicas, sociais e culturais do Estado Novo. Nesse contexto, teve importante destaque, através dos meios de comunicação, a divulgação da legislação trabalhista e a da imagem do trabalhador brasileiro, o novo símbolo do cidadão nacional, idealizado pelo Estado Novo. (Pereira, 2013, p. 37).

O DIP agia principalmente para atender aos interesses de Vargas. Para Capelato (1999), a imprensa se tornou, naquele contexto, um instrumento do Estado e transmissora da ideologia de Vargas no Estado Novo, colocando fim à liberdade de imprensa. Além de censurar, com as ações do DIP não se tinham notícias de revoltas oposicionistas, desabastecimento, e outras notícias que pudessem desacreditar o governo. Visando mostrar um país onde tudo caminhava bem e ordeiramente, Vargas através dos órgãos governamentais, controlava até as notícias que não deveriam ser

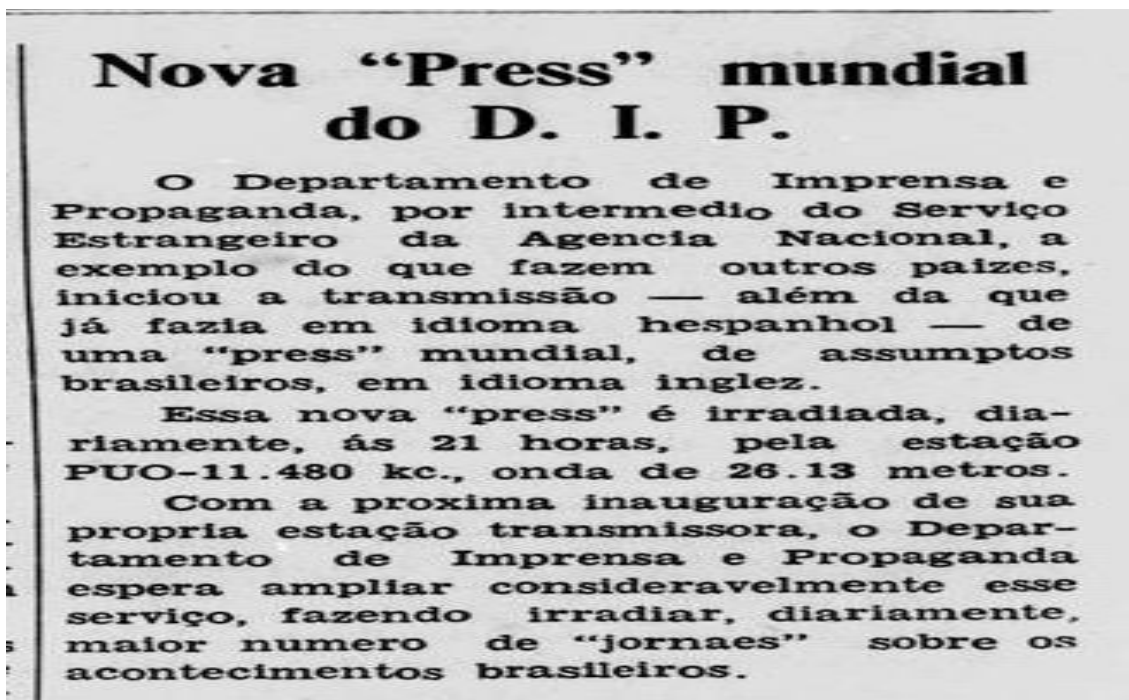
publicadas nos periódicos, que obrigatoriamente precisavam, se quisessem continuar a circular legalmente, ser registrados no órgão.

O alcance de *O Suburbano* esteve geograficamente limitado aos subúrbios da capital da República durante o Estado Novo da Era Vargas. Porém, independentemente do seu raio de ação, o teor de suas publicações esteve intimamente empenhado, ligado, aos objetivos de propaganda política traçadas pelo DIP durante a ditadura varguista. A constante exaltação da figura de Getúlio, o acompanhamento das suas ações representado nas manchetes do periódico e o eventual uso do espaço na mídia para publicar notas que transmitiam sanções e censura a veículos de comunicação o credenciam como colaborador dentro da estrutura propagandista do DIP.

No terceiro parágrafo da imagem cinco, Eduardo Magalhães destaca algumas contribuições atribuídas ao jornal *O Suburbano*. Nota-se que havia uma necessidade de destacar melhorias para a população de trabalhadores, que era o público-alvo dos periódicos suburbanos naquele contexto. (Mendonça, 2015). Era comum na primeira metade do século XX os periódicos suburbanos apresentarem problemas locais que afetavam a população com o intuito de pressionarem as autoridades locais para saná-los.

Na imagem seis, é possível compreender a busca do governo Vargas pela visibilidade internacional.

Imagem 06. Reportagem Nova “Press” mundial do DIP



Fonte: O SUBURBANO. *Nova press mundial do DIP*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de out. de 1940. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=18>.

A criação de mecanismos propagandistas pelos órgãos ligados à ditadura varguista que possibilitassem ao governo e a Getúlio popularização, como o canal de transmissão citado acima e publicado pelo *O Suburbano*, também em nível internacional, passava não apenas pelo controle do que a imprensa nacional produzia, mas pela moderação e fiscalização do que entrava da imprensa estrangeira no território brasileiro. O DIP tinha entre seus objetivos criar intercâmbio cultural entre o Brasil e países variados, o que também provocaria a divulgação de uma imagem positiva do país. “O DIP era responsável não só pela divulgação interna das realizações do regime, mas também por cuidar da imagem externa do país e, inclusive, por incentivar relações comerciais e culturais com outros países. (Vieira, 2019, p. 71). No ano seguinte à reportagem, em 1941, o Brasil se aproximou dos EUA.

A ação de controle sobre a imprensa, somada à propaganda pró-Vargas executada pelo DIP no Estado Novo, alastraram ideias acerca do governo, construindo em torno da figura política mitificada, prestígio suficiente para a tentativa de volta ao poder. A primeira era Vargas terminou em 1945, porém a popularidade de Getúlio,

resultado de 15 anos de propaganda e em grande parte de censura, contribuíram para a sua vitória nas eleições de 1950.

5. Considerações finais

O Estado Novo usou mecanismos de controle da informação unindo censura e propaganda no objetivo de legitimar e fortalecer a imagem de Vargas. O jornal, meio de comunicação popular nesse período, controlado pelo DIP, serviu para disseminar as ações da propaganda política estadonovista.

Através da análise de parte das reportagens publicadas pelo periódico *O Suburbano*, entre 1940 e 1941, período em que a publicação esteve sob fiscalização do DIP, constatou-se que o proprietário e editor do referido jornal era um admirador do governo Vargas. Não foi possível identificar os motivos que levaram Eduardo Magalhães a exaltar o governo Vargas.

Uma das lacunas que mais chamaram a atenção foi o rebaixamento do periódico para revista pelo DIP, não sendo possível constatar as motivações e quais seriam os opositores de Eduardo Magalhães. Em nenhuma reportagem há indícios de que o jornal teria burlado alguma orientação ou recomendação do DIP.

O jornal *O Suburbano* utilizava colunas para propagar ações sociais conquistadas em benefício da população que vivia no subúrbio Sampaio. Esse posicionamento era comum entre os demais periódicos suburbanos da primeira metade do século XX.

O número reduzido de edições disponíveis para consulta do jornal *O Suburbano* limitou em partes a pesquisa, que poderia ser mais ampla. Não é possível afirmar as razões pelas quais as demais edições foram ocultadas ou extintas. Há poucas publicações acadêmicas que citam o referido jornal. O acesso a mais edições de *O Suburbano*, fundado pelos irmãos Magalhães, caso existam e sejam disponibilizadas para consultas, poderá contribuir para estudos mais aprofundados sobre as ações do DIP por meio da imprensa suburbana carioca no contexto do Estado Novo.

Referências bibliográficas

ABREU, L. A. de; ROSENFELD, L. Conservadorismo, autoritarismo e legitimação política do Estado Novo: Notas sobre os “comentários à constituição de 1937” de Pontes de Miranda. *Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica*, v. 24, n. 3, set./dez., 2019. Disponível: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/15488/pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BARBOSA, M. C. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, v. 12, n. 2, p. 215-234, jul.-dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645955002.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2024.

BOECKEL, C. R. *História e propaganda política: a construção da imagem de Getúlio Vargas 1930 a 1945*. 2005. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CANCELLI, E. A leniência e Vargas: falas da História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 448-468, set./dez., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/bR5bHc9RvbWy8KWmZDfRZ9N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: (Org.) Dulce Pandolfi. *Repensando o Estado Novo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAPELATO, M. H. “A propaganda política no Varguismo e no Peronismo”: Aspectos Teórico-Methodológicos de uma análise sobre História Política. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 196-218, jan./dez., 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2858>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez., 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FIDELIS, T. *Preto no Branco*. As crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de São Paulo e Última Hora (1954/1956). São Paulo: Editora Dialética, 2022. 375p.

FRAGA, A. B. Os departamentos de propaganda política do governo Vargas. In: VANNUCCHI, M. A; ABREU, L. A de (Orgs.). *A era Vargas (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 347-374.

FRANZ, N. R. Fantasia (1940), Walt Disney e a imprensa no Estado Novo. *Revista NEP – UFPR*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 19-38, jun., 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/53511>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GOMES, A. de C. O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 9-37, maio/ago., 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2694961&forceview=1>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GOULART, S. *Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. 1 ed. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

MENDONÇA, L. C. *Jornalismo Como Missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. 2017. 253 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13633>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MENDONÇA, L. C. Nas margens dos trilhos, da cidade e do poder: imprensa suburbana na cidade do Rio de Janeiro, 1880-1940. *Escritas*, v. 7, p. 44-64, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1632>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MENDONÇA, L. C. *Nas margens: Experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1511.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

OLIVEIRA, E. de. Na Vanguarda da Visibilidade: Getúlio Vargas e as Imagens do 1º de Maio, Londrina. *Anais [...] Londrina, III Encontro Nacional de Estudos da Imagem*, p. 1024-1034, 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Eliane%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

O SUBURBANO. *Forma jurídica e definitiva para o Estado Novo*. Ano XXVI, N. 1244, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1940. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17>. Acesso em: 21 ago. 2024.

O SUBURBANO. *O Suburbano*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1940. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=17>. Acesso em: 21 ago. 2024.

O SUBURBANO. *Serao sumariamente fechadas*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de out. de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/801143/per801143_1940_01252.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

O SUBURBANO. *Suspensão por trinta dias o “Correio Portuguez”*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de out. de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/801143/per801143_1940_01252.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

O SUBURBANO. *Nova press mundial do DIP*. Ano XXVI, N. 1252, Rio de Janeiro, 15 de out. de 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/801143/per801143_1940_01252.pdf. Acesso em 21 ago. 2024.

O SUBURBANO. *A consagração de um estadista*. Ano XXVI, N. 1254, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1940. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=33>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PANDOLFI, D. C. Censura no Estado Novo. *Concinnitas*, ano 19, n. 33, dez., 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/39850/27924>. Acesso em: 28 ago. 2024.

PEREIRA, D. V. da S. *O Estado Novo e o Departamento de Imprensa e Propaganda: A propaganda política nos anos de 1941 a 1945*. 2013. 70 f. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/242>. Acesso em: 21 ago.2024.

PORTO, M. P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ALBINO, A.; RUBIM, C. (Orgs.). *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

SANTOS, L. S. dos. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. *MNEME – Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, J. M. Morreu Eduardo Magalhães. Sua vida – Sua morte – Nossa homenagem. *O Suburbano*, Ano XVII, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1941. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=801143&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=89>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SILVA, V. A. T. da. Notícias do Rio: A intervenção no Jornal o Estado de São Paulo e a auto-legitimação do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo, n.38, p. 335-341, jun., 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5250/3780>. Acesso em: 21 ago. 2024.

VIEIRA, A. P. L. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12885?show=full>. Acesso em: 27 ago. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 12/04/2024
Aprovado em: 22/07/2024

O estado do Rio de Janeiro como palco: as relações políticas entre o interventor Amaral Peixoto e o empresário-jornalista José Eduardo de Macedo Soares no período estadonovista

Cezar HONORATO¹
José Luís Honorato LESSA²

Resumo: Este artigo percorre o Diário Carioca em sua versão amistosa diante da interventoria Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro entre 1937-1945. Analisaremos as nuances centrais daquela administração bem como o agente José Eduardo de Macedo Soares e sua principal tribuna, o Diário Carioca. Na sequência, destacaremos os pontos de convergências em relação àquele governo, para finalizar, sinalizaremos o momento de ruptura do jornal com Amaral Peixoto no início de 1945. O trabalho sugere uma nova versão sobre o tema, pois, a historiografia fluminense parte da premissa desta ruptura já em 1938.

Palavras-chave: Interventor Amaral Peixoto; Estado do Rio de Janeiro; Diário Carioca.

¹ Professor Titular de História Econômico-Social do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Mestre História pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4212-7395>. E-mail: cezarhonorato@id.uff.br.

² Professor do PPGH-Universo. Pós-doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas / CPDOC. Mestre em História Social do Território - UERJ/FFP. Especialização em História do Brasil - UERJ/FFP. Possui Licenciatura Plena em História - UERJ/FFP. UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7589-7316>. E-mail: honorato.lessa@gmail.com.

The state of Rio de Janeiro as a stage: the political relations between the interventor Amaral Peixoto and the business man-journalist José Eduardo de Macedo Soares in the Estado Novo period

Abstract: This article looks at the friendly version of the *Diário Carioca* during the Amaral Peixoto administration in the state of Rio de Janeiro between 1937-1945. We will analyze the central nuances of that administration as well as the agent José Eduardo de Macedo Soares and his main tribune, *Diário Carioca*. Next, we will highlight the points of convergence in relation to that government, and finally, we will signal the newspaper's break with Amaral Peixoto in early 1945. The work suggests a new version of the theme, since Rio de Janeiro historiography starts from the premise of this break as early as 1938.

Keywords: Amaral Peixoto intervention; State of Rio de Janeiro; *Diário Carioca*.

Introdução

A interventoria federal de Ernani do Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro (ERJ) perdurou de 1937 a 1945, Honorato (1987), Castro (1996), Hees (2000), Luz (2005), Costa (2008 e 2019), Fernandes (2009), Quaresma (2010 e 2014), Côrte (2012) e Lessa (2021) lançam olhares sobre o intervalo. Aquele executivo, em que pese o regime de exceção e à montagem da hegemônica máquina burocrático-administrativa, não foi capaz de cooptar todas as forças políticas fluminenses. Em lado oposto, destaca-se um nome do imbricado ramo familiar Macedo Soares. Nesta passarela, transitava o irrequieto agente José Eduardo de Macedo Soares (por vezes, Macedo Soares ou Zé Eduardo, também como era chamado), aliado de primeira ordem que, ao fim do Estado Novo, tangenciou para implacável crítica à Amaral Peixoto. O opositor tinha como principal tribuna o jornal Diário Carioca (DC), de sua propriedade. Neste periódico passou a desfechar oposição à interventoria amaralista e ao próprio governo federal. Contudo, o norte do presente artigo consiste em discutir a fase do encantamento e pacificação entre ambos, somente rompida nos meses que seriam finais do Estado Novo. A partir da tese de Castro (1996), há uma tradição na historiografia fluminense que advoga a ocorrência do rompimento antes do primeiro ano da interventoria.

A pesquisa no DC, principal canal onde Macedo Soares se reportava ao governo fluminense, demonstra posicionamento contrário. Nomeado para o estado do Rio com certa articulação do seu futuro oponente, Amaral Peixoto tornou-se um dos mais longevos interventores daquela era. Para tal empreitada elegemos como metodologia: elencar as principais ações do interventor à frente do estado em questão; tomamos as edições do referido jornal entre 1937 a 1945 como fonte basilar para o presente estudo. Somado a isso, partimos da perspectiva teórica do jornal enquanto um dado tipo de partido, ideológico e orgânico, que assume posições muito claras no conflito interno das classes dominantes: trata-se da matriz gramsciana. Por outro lado, estabelecem-se algumas correlações gerais com as perspectivas da história política.

O agente Ernani do Amaral Peixoto e pontos centrais de sua administração no estado do Rio de Janeiro

Formado nos quadros da Marinha do Brasil, de ajudante de ordens do presidente Getúlio Vargas e articulador de sua futura candidatura à deputado pelo Partido Autonomista do então Distrito Federal, Amaral Peixoto passou a condição de Interventor Federal em 1937. Exerceu várias funções públicas até sair de cena nos anos 1980. No ERJ uma complexa política foi levada a cabo por sua administração com vistas a reestruturá-lo. O grupo político liderado pelo interventor procedeu com uma montagem administrativa que por tempo garantiu a sobrevivência e hegemonia do mesmo, em dado momento arregimentado no Partido Social Democrático (PSD).

A política de desenvolvimento fluminense daquela administração foi de amplo espectro, incluía: nova organização das secretarias; reforma administrativa; organização do funcionalismo público; reforma judiciária; arrecadação fiscal-tributária e padronização orçamentária; saneamento das finanças; formulações de agências, departamentos, conselhos, órgãos e comissões de fomento; investimentos em infraestrutura rodoviária, elétrica e urbana; educação; serviço de saúde pública; cultura; ensino técnico; rede assistencialista; incentivos fiscais; promoção da agroindústria, pecuária, cooperativismo, industrialização e do turismo; incentivo ao comércio e ao abastecimento interno e, participação do estado em exposições compõem as principais diretrizes

Para tal empreitada, o Comandante, como era apelidado, articulou distintas forças, cuja administração corporativa convergiu para a centralização econômico-social e política. Garantida a hegemonia da parcela conservadora, muitos agentes se faziam próximos do interventor, do núcleo do governo ou, institucionalmente, do PSD criado em 1945; outros, integraram mesmo as esteiras da contemporânea União Democrática Nacional (UDN), contudo, do mesmo modo próximo ao Comandante. O jogo era bastante intrincado: havia linha tênue no campo das oposições, por vezes, as divergências não fincavam raízes no solo, convergiam para o centro. Como atesta certa teoria, a prática do discurso forma um campo político tal como constrói imagens individuais e coletivas (Barros, 2000).

O agente José Eduardo de Macedo Soares e o perfil do jornal Diário Carioca

Com ramificações e profundos enraizamentos em diferentes esferas, o tradicional e nobiliárquico grupo familiar Macedo Soares protagonizou papel de destaque no meio público-privado fluminense e nacional desde século o XIX até a primeira metade do XX. Seus integrantes mais expoentes ocuparam posições como fazendeiros, empresários, militares, professores, escritores, jornalistas, lexicógrafo, filólogos, genealogistas, engenheiros, médicos, advogados, juristas, membros do Supremo Tribunal Federal, parlamentares, interventor, governador, diplomatas e ministros de Estado. Convém assinalar que os Macedo Soares articulam-se com outras cepas familiares que também se fizeram tradicionais na nobiliarquia fluminense: os Azevedo, Antunes e Sodré, por exemplo (Soares, 1947).

O personagem identificado no título deste tópico tinha como progenitores *José Eduardo de Macedo Soares* (1852/1918) e *Cândida de Azevedo Sodré de Macedo Soares*, logo, pai e filho são homônimos. O casal foi pródigo em filhos: onze ao todo, dentre eles os proeminentes quatro “*Josés*”: José Eduardo, José Carlos, José Roberto e José Cássio. A trajetória do filho Zé Eduardo, nascido em 1882, abrangeu diferentes momentos e desafios: ex-militar; jornalista e empresário do setor; latifundiário; pecuarista; político; integrante do Partido Republicano Fluminense (PRF); do Partido Popular Radical (PPR); pessedista e, depois, udenista. Deixou a marinha em 1912 para se dedicar ao jornal *O Imparcial*, de sua propriedade, logo fechado em 1914 e definitivamente encerrado pelo governo Artur Bernardes (1922-1926). Aliás, as dissidências abertas com distintos governos levaram-no para prisão em 1914 no governo Hermes da Fonseca; em 1922 na gestão Artur Bernardes, decorrente da sublevação tenentista e em 1930 pelo combatido e fragilizado governo Washington Luís. Em 1928 funda o DC. Quanto a sua atuação política, pelo PRF representou o estado do Rio na Câmara Federal em três legislaturas seguidas entre 1915 a 1923. Partícipe da revolta tenentista de 1922, ao lado de Nilo Peçanha, atuou na Reação Republicana. Foi constituinte de 1934 e senador pela mesma Unidade Federativa no período de 1935 a 1937 arregimentado no PPR. Sem o exercício do mandato, sua principal tribuna era este periódico (Abreu; Paula, 2014, p. 1242-1243. Abreu; Beloch; Lattman-Weltman; Lamarão, 2001, p. 5527-5529).

Macedo Soares, denominado “*Príncipe dos Jornalistas*”, em seu jornal, nascido em 1928, sem abandonar questões regionais, — manteve-se sempre atento aos rumos da política fluminense—, contudo, repercutia temas eminentemente nacionais. O DC passou a desfechar movimento duplo: oposição ao presidente Washington Luís; por outro lado, apoiou a Aliança Liberal e o golpe que conduziu Getúlio Vargas à presidência da República. Todavia, sem demora, migrou para as esteiras contrárias ao governo provisório (1930-1934), inclusive, sob empastelamento do aludido jornal entre fevereiro e abril de 1932 em face das posições pela constitucionalização do país. Sobre este episódio que marcou os rumos do Diário Carioca e da história nacional:

Edgar Carone enfoca o ataque ao Diário Carioca como a resposta imediata à decretação do Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, que não era senão uma concessão de Getúlio aos defensores da reconstitucionalização rápida, contrária por sua vez aos interesses tenentistas. Para Carone, o empastelamento teria sido uma etapa da luta entre as oligarquias e o tenentismo em torno do problema da constitucionalização (Abreu; Paula, 2014, p. 396).

Fruto das vicissitudes políticas, José Eduardo de Macedo Soares reaproximou-se do governo federal no período constitucional de 1934-1937. Aliás, no curso de sua existência, até 1965, o DC assumiu distinta variação política: verdadeiro pêndulo, se movimentava de acordo com as conveniências de sua diretoria — uma das marcas da empresa jornalística — “(...). *Denunciou desmandos administrativos, produziu crises institucionais, derrubou ministros (...)*”, (Costa, 2011, p.10). Destas incidências, bem ao estilo personalista e irrequieto, já havia afirmado seu fundador do desejo de participar das “*lutas da política brasileira.*” Liberal, pró-Estados Unidos, destinava-se a um público específico, setorizado e elitista. Tais princípios refletem a teoria que concebe o jornal enquanto partido amplo, defensor de interesses de classes, que suscita controvérsias e cuja atuação ultrapassa a esfera da técnica jornalística em si (Gramsci, 2006).

No campo fluminense, Zé Eduardo sobressai importante interlocutor para indicação de Amaral Peixoto a interventor em 1937. Somente mais tarde, as relações políticas entre ambos ficaram conflituosas quando o DC tornar-se-á muito reticente ao Estado Novo, e, por tabela, com críticas personificadas à Getúlio Vargas e à Amaral Peixoto. No percurso iniciado em 1945 passou a ser o mais destacado e importante veículo de oposição ao governo e à pessoa do Comandante, embora editado em

território carioca. Na verdade, pela proximidade geográfica, havia notadas influências da Capital Federal sobre o estado do Rio, sendo favoráveis ou não ao governo fluminense. Atuando em margens opostas, denúncias e críticas ao governo e à pessoa de Amaral Peixoto começaram a ganhar as páginas do jornal em questão. Era no referido diário onde externava sua plataforma política. Também em 1945 José Eduardo de Macedo Soares passou a engrossar as fileiras da UDN em deflagrada oposição ao PSD fluminense, controlado pelo Comandante.

Em linhas gerais, o DC figurou dentre os principais periódicos brasileiros daquela primeira metade do século XX. Cobria assuntos diversos: eventos políticos, econômicos, sociais, culturais e esportivos da cidade, do país e panorama da vida internacional; sem abandonar o acompanhamento de temas relacionados à vida fluminense. Ao longo de sua existência, entre 1928-1965, passou por diversas fases, refletindo vicissitudes históricas e variações políticas próprias. Logo em 1932 Horácio de Carvalho, *fiel escudeiro* de Macedo Soares, assumiu o controle da empresa jornalística, posição ocupada até 1965. Não obstante, seu fundador, continuava espécie de “iminência parda” — “*com plenos poderes para mandar e desmandar no tocante à linha editorial do jornal, (...) até o final da existência da folha que fundara*” (Costa, 2011, p. 114), isso, em 1965.

Editorialista contumaz e panfletário, José Eduardo de Macedo Soares discorria facilmente sobre questões que afligiam o país, o mundo e o ERJ. Sob linguagem afinada, metafórica, por vezes hiperbólica e textos estrategicamente costurados, parecia escolher bem as palavras, como artifício de sintaxe, capaz de efusivamente exaltar correligionários do momento e repelir os dissidentes da hora. É neste sentido que tomamos o Diário Carioca enquanto um partido ideológico, na condição de veículo de imprensa, atuava tanto na formulação de ideias, quanto no direcionamento de ações de acordo com os interesses político-econômicos de uma dada fração de classe ligada aos setores conservadores que dizia representar (Gramsci, 2020).

O tempo do encantamento: o Diário Carioca até a nomeação, posse e primeiros meses da interventoria Amaral Peixoto

Neste exercício, recuamos às primeiras edições do DC até o advento do Estado. Novo afim de perceber como aquela folha acompanhou a carreira do personagem Amaral Peixoto em sua célere trajetória. No turno, sobressaem quatro estágios identificados: vida militar; ajudante de ordens da Presidência da República; atuação política enquanto potencial candidato a deputado distrital pelo Partido Autonomista e o processo de indicação à interventoria federal no estado do Rio.

Enquanto integrante do corpo da Marinha do Brasil, o DC cobriu a participação de Amaral Peixoto nos episódios de 1930 e 1932, as designações militares a ele inculcidas e integrante da delegação brasileira na Conferência de Desarmamento de Genebra (1932). Sua atuação enquanto ajudante de ordens do presidente Vargas no governo provisório e no curto período constitucional é bem recorrente naquela folha. Se depreende este agente como espécie de “*figura carimbada*” na representação presidencial: no acompanhamento do presidente em reuniões ministeriais e nos distintos conselhos e comissões de Estado; em congressos; celebrações; eventos; em recepções e congratulações às comitivas estrangeiras; nos contatos e reuniões com ministros e chefes de outros países; na interlocução com chanceleres; na interlocução com variados agentes da atividade econômica, nacional e internacional. A lista de atribuições é exaustiva. Sobressai que, enquanto ajudante de ordens, Amaral Peixoto, sempre muito próximo dos círculos de poder, era partícipe das discussões da política nacional, internacional e fluminense. Habilidoso, esta proximidade lhe permitiu construir amplo lastro e ascensão política. Tanto que, cogitou alçar voos: inspirado no irmão Augusto do Amaral Peixoto desfechou algumas articulações políticas na então Capital da República com vistas a garantir uma cadeira de deputado. O projeto não foi adiante, apesar da formação de vários diretórios pelo subúrbio carioca.

No desdobramento que culminou na nomeação do interventor federal, Macedo Soares se coloca dentre os influentes atores do processo. Não só neste caso. A bem da verdade, sob fortes e entrelaçadas inserções na política carioca e fluminense, incidia na nomeação de agentes em diferentes governos do ERJ mesmo antes da interventoria, ou em eventuais rejeições: agudo, orgânico, sabia costurar múltiplos fios e redes. Dado seu enraizamento político, indicava nomes para postos chaves da administração estadual e

dos municípios, o que a teoria categoriza como *margem de manobra* (Rémond, 1994, p. 16).

Macedo Soares, reaproximado dos círculos getulistas, era figura de peso. Conselheiro político do irmão, José Carlos de Macedo Soares, este, Ministro das Relações Exteriores, depois, da Justiça, no período constitucional de 1934-1937, postulou candidatar-se ao governo estadual em 1935. Sob atmosfera hostil, irreconciliáveis contendas partidárias com Raul Fernandes, igual pretendente ao cargo, conduziram o nome do almirante Protógenes Guimarães à disputa do pleito. Amaral Peixoto, já da mesma forma envolvido com o mundo político carioca e fluminense e, na condição de ajudante de ordens, muito próximo do presidente Getúlio Vargas, afirma ter-se colocado como mediador do conflito (Peixoto, 1987, p. 103). Vencedor, Protógenes Guimarães governou o estado entre 1935-1937. Na ocasião, Macedo Soares foi eleito senador pelo ERJ na legenda PPR, contudo, ao olhar para o horizonte, almejava o executivo fluminense cuja sucessão, em tese, transcorreria em 1938. Também nos bastidores articulava o seu irmão e então Ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares para a sucessão presidencial.

O golpe de 1937 obrigou a reavaliação das estratégias políticas. A nomeação de Amaral Peixoto para interventor federal nitidamente passou pela tutela dos irmãos Macedo Soares: José Eduardo e José Carlos (Peixoto, 1987, p. 103; 124-125; 154). Naquelas conjunturas, haveria o chamado mandato-tampão, pois, caso o primeiro assumisse a interventoria tornava-se inelegível conforme preconização da Carta Constitucional de 1934. É sabido que o golpe do Estado Novo inviabilizou as eleições de 1938. Amaral Peixoto permaneceu no governo fluminense até os estertores da ditadura varguista. Ácido, a frustração de Zé Eduardo poderia ser sido o primeiro pomo da discórdia em relação ao Estado Novo e, em decorrência, ao próprio Amaral Peixoto. Contudo, ainda manteve-se nas hastes varguistas por longo período.

Empossado o interventor fluminense, vale a pena conferir as primeiras impressões do jornal. Na matéria de 11 de novembro de 1937, expõe a manchete em primeira página: *Intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Nomeado interventor o Commandante Ernani do Amaral Peixoto*. A chamada, ainda fazia questão de ressaltar o novo secretário de Interior e Justiça: Horácio de Carvalho, aliado de primeira ordem de

José Eduardo de Macedo Soares e diretor-presidente do DC. Na ocasião tece elogiosas ao interventor:

Por acto de hontem do chefe da nação, foi nomeado interventor no Estado do Rio o comte. Ernani do Amaral Peixoto. O illustre official da nossa gloriosa Marinha de Guerra. Intelligente e culto, o cmte, Ernani do Amaral Peixoto impõe-se ao respeito e à administração dos brasileiros pelas suas attitures nobres e elevadas, sempre ao serviço do país. Na Armada como nos meios sociaes da metrópole o novo interventor fluminense conquistou uma situação de inquestionável relevo pelas suas altas virtudes moraes e intelllectuaes. A notícia da sua nomeação para aquelle posto teve, por tudo isso, lisonjeira repercussão. O povo fluminense recebeu com aplausos a escolha do chefe do Executivo do seu Estado, na certeza de que o comte. Amaral Peixoto realizará um governo que vae satisfazer os seus anseios e aspirações(Diário Carioca. 11 nov. 1937. n. 2890. p.1).

No dia seguinte recobrava ao tema através de longa manchete que abria a edição, com desdobramentos em páginas seguintes, 2, 3 e 12: *Inaugurado o novo governo fluminense. Assumiu character de verdadeira consagração popular a posse do comte. Ernani do Amaral Peixoto na interventoria do Estado do Rio.* No topo da página trazia:

Empossou-se hontem no alto cargo de interventor federal no Estado do Rio o commandante Ernani do Amaral Peixoto, de cujo patriotismo e intelligência virá o ressurgimento econômico daquela gloriosa e, até hoje, infeliz unidade brasileira (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.1)

Na oportunidade, o articulista traçava suas expectativas. De imediato, partia da premissa do retorno à normalidade administrativa fluminense. Ao apostar na pacificação como se imediata, assevera:

Recebida como viva simpatia pelos principais chefes da política fluminense, a nomeação do sr. Amaral Peixoto despertou fundadas esperanças no ânimo popular, tão injustamente provado, ultimamente, pelas insuficiências de seus governos. Ontem mesmo o Estado do Rio viu com muito agrado restabelecidas a ordem e a disciplina governamental sendo preenchidos imediatamente os principais postos do seu governo (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.1).

Nesta empreitada pacificadora confere muita ênfase ao novo Secretário de Interior e Justiça — o plutocrata Horácio de Carvalho —, latifundiário, jornalista, ex-deputado estadual, diretor-presidente do DC, portando, de profundos laços com Zé Eduardo, conforme dito. Em discurso de posse, o secretário pondera “*ter entrado na vida pública pela nova escola do civismo, de generoso desprendimento, de esplêndido patriotismo brasileiro e fluminense do nosso chefe José Eduardo de Macedo Soares*”.

Na continuidade, infere sobre sua futura colaboração nas questões econômicas: perseguição central do novo governo do estado:

Sei que posso prometer um grande programa de restauração financeira, de organização econômica, de impulso ao progresso e à prosperidade do Estado do Rio, que o nosso Interventor deseja e está autorizado a realizar (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.12).

Logo, havia ampla aposta na expectativa de restauração da ordem financeira e administrativa; na reparação; no indispensável equilíbrio orçamentário; no ressurgimento econômico e no trabalho pela grandeza e prosperidade fluminense: são os valores dimensionados, atribuídos ao “*governo de homens moços*”, a “*dar lições a tantos governos que o antecederam*” (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.3).

Naquele conjuntura, o DC alude a completa calma reinante no país em face do novo governo da União e noticia a posse dos interventores da Bahia e Pernambuco. No caso do estado do Rio, comenta: “(...). A *diretriz principal, no momento, da nova administração estadual é a segurança pública secundando energicamente a ação do governo Federal*” (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.3). Aqui, parece se referir o combate ao comunismo.

Otimista, quiçá precipitado, já no fim de novembro de 1937 com o novo governo fluminense ainda tateando nas questões do estado, em carta ao presidente Vargas, José Eduardo de Macedo Soares expõe:

Rio, 30-XI- 1937

Meu caro Presidente

Venho manifestar a plena satisfação, contentamento e gratidão dos fluminenses agora que o nosso interventor restabelece a ordem moral e material no governo do Estado, articula suave sua opinião política que é hoje um bloco quase unânime, disciplinado e firme na colaboração e defesa do atual regime constitucional (Arquivo Ernani do Amaral Peixoto CPDOC/FGV. Classificação: EAP icp 1937.03.24. fl.16).

Tempos à frente, o “*bloco quase unânime*” se rompeu. Esteve longe da coesão, convém considerar importante aspecto. Já inserido nos bastidores da vida pública, quando assumiu a interventoria, o Comandante encontrava-se distante de ser totalmente tenro na seara política. Por outro lado, esteve respaldado por outros não neófitos. Além disso, não era completamente estrangeiro da política fluminense, sua família paterna possuía alguns enraizamentos. A seção seguinte discute a condução do governo da

interventoria e o comportamento de Macedo Soares através do DC em fase claramente amistosa, não obstante, prelúdio dos tempos ásperos.

O tempo da pacificação: o Diário Carioca no período da interventoria até os primeiros meses de 1945

Ao contrário de certa perspectiva presente na historiografia fluminense que interpreta o rompimento político entre ambos, antes mesmo de se completar um ano de governo, em nossa fonte principal, isto é, o DC, não foi possível tal comprovação. Aliás, até os meses de janeiro/fevereiro de 1945, Macedo Soares e o periódico permaneciam em fileiras próximas, como afiançadores da interventoria. Somado a isso, permaneceu contínuo observador da vida nacional, do mundo, do DF e da vida fluminense, quanto a última, no período pós-1937, pareceu dar maior atenção, se comparado com a fase anterior. Paralelamente, a coluna fixa “*Notícias do Estado do Rio*” tornava mais intensa. Além disso, o ERJ sob comando do interventor igualmente aparecia em outras seções do periódico.

A coluna acima referida, publicada em contínuas edições, costurava um panorama fluminense; as amplas ações do executivo; atos e decretos; reuniões e viagens das quais participava o interventor; conferência com os prefeitos; e, informações dos municípios estão dentre os temas. A partir de 1941 o ERJ também aparecia na coluna *Resenha Telegráfica dos Estados*, que reunia notícias de outras unidades federativas.

Zé Eduardo assinava os editoriais sobre diferentes contextos nacionais e internacionais. Havia também predileção pela realidade fluminense. De modo geral, se referia à administração do estado e o grande programa de realizações oportunamente listado no primeiro subitem deste artigo. Tinha como eixo argumentativo, fases administrativas anteriores, onde, governos malfadados, inescrupulosos, entregues a “*politicalha e a interesses inconfessáveis de toda ordem*” (Diário Carioca. 14 nov. 1937. n. 2893. p.1), aponta genericamente, eram tomados como recurso de comparação para exaltar a administração sã e honesta liderada pelo interventor que, conduziria o reerguimento político e prosperidade da Velha Província, como era tradição se referir ao ERJ.

O DC dedica especial olhar ao que denomina de anarquia administrativa; a situação econômico-financeira e cuidado para com a organização orçamentária estadual: uma metassíntese daquele grupo que chegara ao poder. Chegou a ser constituída comissão para debater a matéria sob parâmetros rigorosamente técnicos — concluía o periódico. Nisso repousava a grande expectativa dos irmãos José Carlos e José Eduardo, na hipótese de que este último receberia o estado saneado em 1938. Em seu depoimento posterior, Amaral Peixoto classifica aquela atitude como ingênua (Peixoto, 1987, p.154). Nos primeiros meses da interventoria o problema orçamentário se fez bastante presente nas edições daquele periódico e objeto de atenção do governo estadual ao longo do período 1937-1945 (Honorato, 1987).

Otimista com o curso das coisas, em apoio, o DC se debruçava sobre os principais temas enfrentados pelo governo, todos muito caros àquela administração. Tratam-se dos pontos já referenciados, reiteramos. Porém, neste momento, também trazia para o centro do palco a colaboração e desempenho do Secretário de Interior e Justiça, Horácio de Carvalho, espécie de testa de ferro de Zé Eduardo. Nos editoriais, sempre provocantes, Macedo Soares discorria sobre temas diversos: especialmente nacionais mais abrangentes e internacionais. Não obstante, igualmente expôs questões recorrentes ao ERJ. Em “*Redenção Fluminense*”, infere sobre o ressurgimento moral e material daquela terra. Verdadeiro proselitismo à nova administração e detrata grupos políticos anteriores — “*escórias de pigmeus*”, “*paixões facciosas*”:

(...). Mudado o cenário, parasitas e aventureiros desapareceram como por encanto. Os que alternavam as mesas dos cafés e botequins com os divãs e poltronas do Palácio do Ingá, entenderam, avisadamente, que os tempos eram outros. (Diário Carioca. 30 nov. 1937. n. 2906. p.1).

O editorial *Celeiro Fluminense* (Diário Carioca. 1 dez. 1937. n. 2907. p.6) trata do saneamento e das culturas agrícolas da Baixada Fluminense. No artigo, o governo da interventoria, trazido em primeiro plano, Macedo Soares, incisivo, também examina a situação política do ERJ para quem a administração Amaral Peixoto impõe novo conceito na condução da coisa pública, argumenta. Segue o articulista: dissidências e divergências são como moléstias incuráveis dos fluminenses. Mas, em outra oportunidade, ao cavar fundo, para quem 1930 ter representado a curatela da Velha

Província, o novo regime não conseguiu unir os fluminenses, que perdeu o instinto da conservação. Desta radiografia, externa sua expectativa:

O Sr. Ernani do Amaral Peixoto, que está à frente da administração fluminense, não pretende possuir a sabedoria de Salomão, não se julga um Moisés conduzindo o povo eleito à Canaã prometida. Moço ainda, teve, entretanto, a inteligência e o bom-senso de colocar o problema do Estado nos devidos termos, enquadrou no seu governo a opinião dispersa e incoerente, deu unidade à ação política que dirige de modo a realizar de fora para dentro, o governo que parecia somente realizável de dentro para fora! (Diário Carioca. 16 dez. 1937. n. 2920. p.1).

Com toda essa convicção em apenas 1 mês de governo, José Eduardo de Macedo Soares parecia mesmo ingênuo, empolgado ou negligenciar o porvir dos fatos, pois, neste mesmo texto afirmara: “*A política faz do quadrado, redondo*”.

Ao se posicionar em *Panorama da Política Fluminense* (Diário Carioca. 25 dez. 1937. n. 2928. p.1), comenta que desde a passagem de Nilo Peçanha, o estado se ressentia de um governo agregador em face de lideranças superficiais. Para o articulador, neste sentido, Nilo, deixou uma herança vazia cujos movimentos dispersos demonstravam ao país impressão de anarquia em desalinho ao papel exercido pela província fluminense — “*a mais civilizada*” dentre as brasileiras no período imperial. A julgar pelas palavras do colunista — “*parecia terra de ninguém*” — em desacordo ao que constituem “*o espírito tradicional da política fluminense*” — “*o gosto da ordem, da justiça, da tolerância, da honestidade de mãos e sentimentos e o prazer de servir e defender o interesse público*”. Enfim: “*A moderação de todas as coisas*”.

Porém, cambiante, neste mesmo panorama, destila crítica ao governo federal que no curso daqueles primeiros sete anos do “*regime revolucionário*” — refere-se a 1930/1937 — infligiu provações e sacrifícios ao ERJ perdendo o respeito aos fluminenses — “*tratou o Estado como o rebotalho de uma política aventureira, reservando-as às combinações dos ambiciosos mais imprudentes*” que se abateram sobre a Velha Província. Todavia, na perspectiva da cruzada vitoriosa “*inspirada nas raízes do espírito fluminense o senhor Amaral Peixoto*”, afirma, compreendeu bem o exato “*panorama político do que ia governar*”. Sua missão compreendia retirar o estado do Rio de Janeiro do marasmo, dando-lhe dinamicidade e coesão em diferentes frentes. Isso, na perspectiva do articulista.

Convém perseguir outros casos, no editorial *Justiça Fluminense* (Diário Carioca. 30 dez. 1937. n. 2931. p.6) — relata a tradição da magistratura daquela terra quando das

novas posses no Tribunal de Apelação do Estado; em *Reforma na Administração Fluminense* (Diário Carioca. 9 fev. 1938. n. 2965. p.6) discorre sobre novos rumos administrativos do governo. Já na coluna *Um Exemplo* (Diário Carioca. 24 mar. 1938. n. 3001. p.1) comenta a campanha de combate ao integralismo no território fluminense; em editorial na oportunidade do artigo *Realizações do Governo Fluminense* (Diário Carioca. 6 nov. 1938. n. 3194. p.6) percorre o processo de reformas pelas quais passou o ERJ nas esferas político-administrativa e econômico-social.

Cumprir observar que nos cursos de 1940-1941, no espaço da nova coluna — “*Nossa Opinião*”— Zé Eduardo também refletiu sobre temáticas relacionadas à vida fluminense. Algumas, de certo modo, autoexplicativas: *Financiamento de obras rodoviárias*; *O leite e o interesse fluminense*; *O problema rodoviário fluminense*; *Interesses fluminenses*; *Serviços públicos industriais*; *Transportes na Guanabara*; *O novo contrato da Cantareira*, refere-se à companhia de navegação entre as duas capitais — Rio de Janeiro e Niterói; *Uma eloquente mensagem*; *Serviço pelo custo*, sobre a encampação dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários; *Ressurgimento da Baixada Fluminense*; *Operação bem sucedida*, discorre sobre o empréstimo realizado pelo ERJ para financiamento das obras rodoviárias; *Realismo administrativo* e, *Benemerências de um governo* expõem sua percepção positiva do momento. Além das listadas, outra coluna do DC também se debruça sobre as temáticas fluminenses, não necessariamente sob lavratura de seu principal nome, é caso da: *Produção, Comércio e Finanças*, embora refletisse sobre temas nacionais.

Para além do seu privilegiado e expoente colunista, quer dizer, Macedo Soares, o DC seguia a pegada em relação à vida fluminense. Ao cobrir inspeção que o interventor fizera à Campos dos Goitacazes e região, — “*coração do Estado que, superiormente, governa*”— classifica o Comandante como “*completo homem de governo*” (Diário Carioca. 11 fev. 1938. n. 2967. p. 1 e 8). Com grande repercussão na comunidade política, o noivado e casamento Amaral Peixoto-Alzira Vargas foram tomados como acontecimentos sociais de pompa, isso, respectivamente em dada edição de novembro de 1938 e julho de 1939 (Diário Carioca. 24 nov. 1938. n. 3209. p. 2, e, 27 jul. 1939. n. 3.414. p.3); entusiásticas manifestações também eram veiculadas nas passagens natalícias de ambos, do presidente brasileiro e do aniversário do Estado Novo em si. A

propósito, para ilustrar este último caso, pelo primeiro ano do Estado Novo e da interventoria Amaral Peixoto, para esta última, dedicou página inteira a partir deste longo chamado:

O Estado do Rio no Estado Novo. Em um ano de governo, o interventor Ernani do Amaral Peixoto restaurou o crédito da Velha Província e abriu-lhe amplas perspectivas econômicas. A obra financeira da atual administração fluminense pode ser apontada como exemplo a ser seguido pela demais unidades federativas (Diário Carioca. 10 nov. 1938. n. 3197. p.12).

No decorrer, destaca a proeminência da obra financeira levada a cabo no ERJ, exemplo a ser seguido entre as demais unidades do país, como citado. O estado é “*uma imensa oficina onde trabalham todos*”:

As necessidades do Estado foram compreendidas, os seus males curados. Todos os membros do seu organismo movimentam-se pelo afluxo de novas forças. Na Educação ou na Saúde Pública, na Justiça ou nas Finanças, na Agricultura ou na Indústria, em qualquer dos setores onde se expressam as possibilidades do Estado ou se faz sentir a ação do governo, encontrará o registro da atualidade os índices da mais absoluta segurança (Diário Carioca. 10 nov. 1938. n. 3197. p.12).

Confiante na prosperidade, o DC ainda colheu depoimento do Comandante referente àquele quadro, de modo a exaltá-lo. Por outro lado e como contraponto, inferimos que na perspectiva de Castro (1996), em sua tese, interpreta os primeiros atritos entre Amaral Peixoto e José Eduardo de Macedo Soares já a partir dos meados de 1938. Com base em nosso mergulho nas páginas do jornal não identificamos tal rompimento naquele turno: a assertiva não foi comprovada, aliás, nos anos seguintes as relações sobressaíam amistosas. Ao nosso ver, a ruptura se dá posteriormente: deflagrada em 1945 já no cenário de combate ao Estado Novo e de sucessão presidencial.

A referida autora demarca o rompimento entre ambos agentes quando importantes nomes da configuração macedista, com postos chaves na interventoria, foram desembarcados do governo, muito em função da reorganização administrativa iniciada por Amaral Peixoto para, dentre outras intencionalidades, dá formas ao seu grupo político de maneira mais autônoma. De fato, nesta perspectiva, em 1938, o Comandante aciona o freio de arrumação do governo fluminense. Contudo, a estranheza Amaral Peixoto/ Macedo Soares precisou aguardar alguns anos.

A saída de Antônio Roussoulières da chefatura geral de polícia é apontada como pivô da dissidência, seguida pela debandada de Francisco de Paula Lupério dos Santos da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas e de Horácio Gomes de Carvalho Júnior da Secretaria de Interior, Justiça e Segurança Pública (Castro, 1996, p. 51-57). Entremeio àquelas vicissitudes de 1938, depois de aproximadamente quatro meses na função, o próprio Macedo Soares foi exonerado do Conselho Econômico e Financeiro do Estado, importante órgão de assessoria econômica do governo estadual. As mudanças explicitadas são verdadeiras, mas, neste particular, ainda distantes de promover a ruptura política.

Antes do advento de Amaral Peixoto ao executivo fluminense, Zé Eduardo mantinha forte incidência sobre os prefeitos. Paulatino e estrategicamente o interventor minava este predomínio pelo estado. Inclusive, procurou alinhar-se a distintos grupos políticos interioranos. O Comandante construía a hegemonia dos seus quadros: por cooptação, alijamento ou pela sua inserção no plano federal desde 1933 e, em 1939, reforçada após as núpcias com Alzira, filha e conselheira do presidente Getúlio Vargas. Não é possível negligenciar que a entrada na família do mandatário da república ampliaram suas possibilidades de articulação político-econômicas.

Vale acentuar o fato do próprio DC ter acompanhado o que foi a primeira reforma administrativa da interventoria sem o tradicional estilo combativo, embora importantes nomes ligados a principal personalidade do periódico analisado tenham perdido espaço no governo. Na verdade, se reportou ao fato até modo estranhamente conciliador. (Diário Carioca. 10 jul. 1938. n. 3093. p.1-2,6; 6 nov. 1938. n. 3194. p. 2; 11 nov. 1938. n. 3198. p.3 e 18 dez. 1938. n. 3320. p.3). Em que pese este processo de extirpação, o periódico não abriu combate naquele momento. O grupo de José Eduardo de Macedo Soares ainda talvez não estivesse totalmente fora do governo. Em 1939 quando da instalação da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro, cerimônia presidida pelo interventor e tendo como palco a Associação Comercial de Niterói, são anunciados os membros do Conselho Administrativo do banco, dentre eles: Horácio de Carvalho (Diário Carioca. 7 mar. 1939. n. 3294. p.2; 8 mar. 1939. n. 3295. p. 3 e 8).

Em tom amistoso, o DC continuava acompanhando os feitos do governo fluminense e suas injunções nacionais e internacionais. Amaral Peixoto, Getúlio e Alzira Vargas ainda são tomados como de prestígio. Em 1941, a segunda viagem por quase dois meses do casal Amaral Peixoto aos Estados Unidos, desta feita em comitiva, foi objeto de grande cobertura pelo jornal em questão. Reverberou o caso por semanas a fio, inclusive após o retorno, de maneira que considerava a atuação do agente Amaral Peixoto no exterior como destaque. Entendia aquela incursão como benéfica para o ERJ, na busca por solução dos problemas fluminenses e — diga-se de passagem — dos nacionais, dentre eles, o do investimento/empréstimo. Em face do regresso, Amaral Peixoto é homenageado em jantar no Copacabana Palace. No evento, se fazia presente o embaixador Jefferson Caffery (Diário Carioca. 3 jun. 1941. n. 3974. p. 5). É oportuno assinalar um elemento: na coluna *A nossa Opinião*, Macedo Soares em texto denominado — *Realismo administrativo* — expõe favorável àquela viagem. Somado ao tema discorrido, o documento resume bem uma posição ainda branda à figura do interventor (Diário Carioca. 7 jun. 1941. n. 3978. p.4).

Na sequência, o DC continua a colher impressões daquela viagem aos Estados Unidos, na busca de soluções dos vários problemas nacionais, dentre os quais, o da industrialização. Na análise do jornal, os esforços deveriam convergir para nossa independência econômica, “*sem a qual sempre precária é a nossa independência política*” (Diário Carioca. 8 jun. 1941. n. 3979. p.4). Na página 5 desta edição estampa em manchete: *Capitais norte-americanos para a execução de um gigantesco plano industrial brasileiro* — incluía uma série de estudos com potenciais investimos do capital estadunidense. Destas conexões externas do Comandante, em outra oportunidade arremata Zé Eduardo na coluna *A nossa Opinião* — com editorial sob o título — “*Uma eloquente mensagem*”:

(...), ponderam no seu espírito as responsabilidades do administrador, do homem que subordina a visão e o desejo das coisas à relatividade do possível. Além disso, como personalidade integrada na família do presidente da República, (...). Ao seu cunho de rigorosa e oportuna conexão política está ligada à própria personalidade do interventor fluminense, como a de um homem que no trato dos negócios públicos demonstra uma mentalidade escoimada de tendências, vigilante dos problemas oportunos e convenientes, fiel aos desígnios sadios de um bem orientado patriotismo, elevando o espírito continental e defendendo eficientemente os interesses do Brasil (Diário Carioca. 13 jun. 1941. n. 3983. p. 7).

O DC, ao olhar para a realidade fluminense, aludia aos êxitos da interventoria federal personificada na figura do Comandante:

Com efeito, o interventor federal no Estado do Rio de Janeiro vem realizando uma obra de reerguimento econômico da Velha Província, cuidando da solução dos seus magnos problemas, desenvolvendo uma atividade, sob todos os pontos de vista, tão notável, quão profícua (Diário Carioca. 17 jul. 1941. n. 4012. p. 7).

Em linhas gerais, continuava a exaltar o acervo de realizações tanto do Estado Novo quanto da interventoria. Às vésperas do quarto aniversário dos respectivos governos, informa:

O Sr. Ernani do Amaral Peixoto fez uma exposição detalhada sobre a administração fluminense. O interventor do Estado do Rio tratou do problema rodoviário daquela unidade federativa e da sua situação econômico-financeira (Diário Carioca. 8 nov. 1941. n. 4.110. p. 5).

O texto reúne o olhar do próprio interventor, assemelhando-se à espécie de prestação de contas, adaptada ao conteúdo jornalístico. Quando explorado o quarto ano do Estado Novo a coluna *A Nossa Opinião* através do texto — *Benemerências de um governo* usava a oportunidade para incutir valores que julgava centrais à época, dentre: energia construtiva; patriotismo espiritual e político; restauração econômica; afirmação nacional; espírito democrático (neste termo); ideias modernas; legislação social e cooperação dos esforços coletivos. Ao tratar particularmente do *problema fluminense* no seio do regime estadonovista, o DC vaticina:

É de justiça reconhecer a transformação operada na situação financeira do Estado do Rio de Janeiro, durante o último quadriênio. (...) Não temos espaço aqui para referir, mesmo de maneira sintética, tudo que foi realizado e que está em vias de realização no Estado do Rio de Janeiro. Muito foi feito, mas muito mais ainda há a fazer, o que, certamente, virá a seu tempo, num desdobramento harmônico, numa marcha segura. (...) Longo seria enumerar tudo o que o governo Amaral Peixoto realizou até agora e ainda mais longa seria a enumeração do que terá de executar para conseguir a restauração da grandeza da Velha Província (Diário Carioca. 9 nov. 1941. n. 4111. p. 4).

Nesta oportunidade, tal folha novamente analisava o exame feito pelo próprio Amaral Peixoto a respeito dos quatro anos da interventoria. Na quadra seguinte o DC segue hipotecando apoio, acompanha com entusiasmo as diretrizes e realizações do governo fluminense. Nos anos de 1942, 1943 e 1944 segue seu tom valorativo: confere vital importância aos atos do ERJ, caracterizados de exitosos e alvissareiros.

No contexto de guerra, o jornal apontou positivamente para as ações do governo fluminense pró-aliados: os esforços no combate à quinta coluna; a campanha para doar avião e submarino de guerras ao governo brasileiro; a participação de Amaral Peixoto no Comitê Interaliado de Cooperação no Brasil e na Liga de Defesa Nacional, os testes de proteção antiaérea, notadamente em Niterói e o cultivo do interventor pela Política da Boa Vizinhança. Como ato contínuo, em outra frente o DC se posicionou favoravelmente a participação do Comandante na Comissão de Mobilização Econômica. Ainda neste período, ao hipotecar tal apoio, aludia acerca do tirocínio, compreensão exata do problema, colaboração esclarecida, sincera e patriótica do interventor, tomado como de elevado senso e zelo com que conduzia o ERJ, cuja sistemática obra administrativa resolvia os problemas reclamados pela sociedade fluminense da ocasião (Diário Carioca. 3 jun. 1943. n. 4589. p.5). No fundo, aquela folha ainda se colocava ao lado dos governos federal e fluminense.

Eis que chega 1945, fazendo jus ao seu autoproclado princípio libertário, que, nas palavras de Austregésilo de Athayde, o jornal de Macedo Soares esteve sempre “*a serviço dos nobres ideais da democracia e da liberdade, sem desfalecimento e concessões*” (Diário Carioca. 31 dez. 1944. n. 5076. p.11), os ventos daquele ano sopraram as últimas nuvens brancas do DC em relação à interventoria fluminense. Ao cobrar a reconfiguração constitucional do país, conforme promessas do presidente, como em ato de “*mágica*”, o jornal mudou de humor quanto ao governo federal e fluminense. Naquele redemoinho, passou a se dedicar fortemente ao tema das eleições, especialmente da sucessão presencial, muito embora houvesse no seio daquelas expectativas certa desconfiança na ocorrência do pleito em face da campanha “*Queremos Getúlio*”, que, sob tons hostis, por vezes denominava “*Queremos nosso pai*”. O fato também era utilizado como recurso retórico para descaracterizar a um só lance, toda ação do governo, do candidato oficial, da organização do PSD e exaltar tanto a UDN também em construção, quanto seu candidato, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Na busca pelo poder, utilizando-se do “*partido*” Diário Carioca, José Eduardo de Macedo Soares esmerava para construir suas representações e visão de mundo, o que dada teoria interpreta como cultura política (Berstein, 1998).

No caso fluminense, Amaral Peixoto torna-se objeto direto de crítica, em claro esforço vexatório à sua pessoa. Na ânsia pela defenestração, o Diário Carioca criou caricaturas, denominando-o de múltiplas formas: Grão-Duque Fluminense; Grão-Duque de Niterói; O genro; Genro do Estado Novo; Bem nutrido genro do Pai dos Pobres; Rechonchudo e felizardo genro do sr. Getúlio Vargas; Conde Ciano; Comandante Ernani Galeazzo Ciano do Amaral Peixoto; Donatário de uma autêntica Capitania Hereditária; Dono da capitania; Herdeiro presuntivo; Comandante Peixoto; O Comandante embarcado no Palácio do Ingá; Marinheiro de Águas de Rosas do Ingá; Almirante da Baía de Guanabara; Apóstolo Amaral Peixoto; Morador do Palácio Guanabara; Alzirante e Alzirão, figuram dentre as principais. Tais prerrogativas, no campo da história política, condizem com o esforço pela construção de verdades (Rémond, 2003, p. 69).

Considerações finais

Da relação entre Amaral Peixoto e José Eduardo de Macedo Soares há três fases bem distintas com base no percurso feito no DC: a do encantamento, o processo que culminou na nomeação do Comandante em 1937 para interventor federal no ERJ; do estreitamento, o período relativamente amistoso entre o executivo fluminense e o jornalista proprietário da folha; por fim, a fase das animosidades, marcada pela virulência do periódico ao Estado Novo e à figura de Amaral Peixoto. O presente estudo tratou das duas primeiras fases.

Diferente da concepção historiográfica que marca o ano de 1938 como de rompimento entre os dois agentes, não foi possível identificar tal questão, revela-se uma anomalia. Ao lançar luz sobre o tema, como explicitado, as evidências direcionam para destacada louvação do DC às propriedades do regime estadonovista e da interventoria fluminense até pelo menos na tábua de 1944. Especificamente no campo fluminense, aquela folha subjazia um elenco de valores de modo a exaltar a interventoria, mesmo a despeito de Macedo Soares ter perdido posições-chaves no governo. Havia a figura de um personagem que se revelava ainda muito complacente em face do interventor fluminense. Ora, conforme antecipado, até 1944 fica patente que o destacado jornal permanecia nas fileiras do Estado Novo e, simultaneamente, entusiasta do próprio Amaral Peixoto. Não raro, emitia opiniões valorativas ao governo da interventoria.

Conforme assinalamos, nos termos de Gramsci, compreendemos o DC como intelectual coletivo, pois, em movimentos contínuos e orgânicos, defendia questões próprias, unificava interesses e propagandeava visões de mundo das parcelas conservadoras representadas pelo partido ideológico que fora. Assim, pode-se ensejar outro dado: Macedo Soares incorporou o olhar cosmopolita e nacional da elite carioca em relação ao ERJ — a denominada Velha Província. Contudo, praticante de uma política centrífuga, isto é, que por vezes o afastava do centro do poder, no horizonte de sua trajetória teve que lidar com um personagem emblemático: Amaral Peixoto. O tempo mudou e a iminência parda do Diário Carioca não deixou passar em brancas nuvens. Ao irromper o turno de 1945, das ilustrações arroladas no último parágrafo antes da abertura desta conclusão, depreende-se que José Eduardo de Macedo Soares tomou posições mais ácidas. O tablado político era outro, esse também é outro desdobramento na disputa pela hegemonia.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

_____; PAULA, Christiane Jalles de. (Coord.). *Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC/FAPERJ, 2014.

BARRROS, José D'Assunção. *História política, discurso e imagem: interconexões possíveis*. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/211/211>. Acesso em 10 jul. 2024.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1996. 316f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

CÔRTE, Andréa Telo da. (org.). *Amaral Peixoto: história, memória e política*. Niterói: Funarj; Imprensa Oficial, 2012.

COSTA, Cecília. *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

COSTA, Rafael Navarro. *Eleições se vencem em campanhas?* Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958). São Gonçalo (RJ), Rio de Janeiro, 2014. 267p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ), 2019.

_____. *Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. Rio de Janeiro, 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Rui Aniceto. *Historiografia e identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*, 2009. 272f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v.2. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

_____. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. v. 3. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

HEES, Martha. *As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro: jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político*, 2000. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2000.

HONORATO, Cezar. *O novo estado no Estado Novo: análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro*, 1987. 290f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

LESSA, José Luís Honorato. *O Comandante em marcha: Amaral Peixoto e a indústria fluminense*. 2021. 378f. Tese. (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

MOREIRA, Regina da Luz. *Tempos de Amaral*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araújo, Dora Rocha Flaksman (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

QUARESMA, Marcia da Silva. *As escolas praianas no estado do Rio de Janeiro: o ideário republicano dos anos 50*. 2010. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

_____. *O Comandante Amaral Peixoto e a política educacional fluminense: dos anos 1930 aos anos 1950*, 2014. 249f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Por que a História Política? In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 7, n. 13, 1994, p. 9-19.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Nobiliarquia fluminense ou genealogia das principais e mais antigas famílias da corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s. ed., 1947. (Parte III. Os Soares e os Macedos da província do Rio de Janeiro).



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 28/08/2024
Aprovado em: 14/10/2024

A cobra fumou no Estado Novo: a formação da Força Expedicionária Brasileira e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945)

Ana Luísa GOMES DOS SANTOS¹

Resumo: O presente artigo pretendeu analisar a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante os anos que se seguiram à ditadura do Estado Novo. Tendo em vista que a formação da Força Expedicionária se deu durante os anos da ditadura estadonovista, foi crucial a investigação da perpetuação de Getúlio Vargas no poder por meio de um golpe de Estado. Além disso, as relações entre Brasil e Estados Unidos também foram de suma importância para a compreensão dos motivos que levaram o Brasil a mandar homens civis ativos para o teatro de operações italiano. Dessa forma, a Política da Boa Vizinhança adotada pelos governos norte-americanos foi considerada e analisada. O retorno dos expedicionários e as consequências dos anos de guerra em suas vidas também são mencionados. O principal objetivo deste artigo é pormenorizar a formação da FEB e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Para tanto, a análise de documentos históricos, como periódicos da época, o filme documentário *Senta a Pua!* (1999) e o livro de memórias do pracinha Joaquim Xavier da Silveira, *Cruzes Brancas* (1997), foram imprescindíveis. Por fim, foi possível concluir que a formação da Força Expedicionária Brasileira serviu aos interesses econômicos nacionais e que a classe política pouco fez pela reintegração dos pracinhas à sociedade civil brasileira.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Estado Novo; Segunda Guerra Mundial; Política da Boa Vizinhança.

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. UNIMONTES. Montes Claros. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0123171524522405>. E-mail: analuissagsantos@gmail.com

The snakes moked in the Estado Novo: the formation of the Brazilian Expeditionary Force and Brazil's entry into the Second World War (1939 - 1945)

Abstract: This article aims to analyze the formation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) during the years following the Estado Novo dictatorship. Given that the formation of the Expeditionary Force took place during the years of the Estado Novo dictatorship, it was crucial to investigate the perpetuation of Getúlio Vargas in power through a coup d'état. In addition, relations between Brazil and the United States were also of paramount importance for understanding there as on sthatled Brazil to send active civilianment to the Italian the after of operations. In this way, the Good Neighbor Policy adopted by the US governments was considered and analyzed. The return of the expeditionaries and the consequences of the wary ears on their lives are also mentioned. The main aim of this article is to detail the formati on of the FEB and its impact on Brazilian society. To this end, the analysis of historical documents, such as periodicals from the time, the 1999 documentary film Senta a Pua! And the memoirs of the soldier Joaquim Xavier da Silveira, Cruzes Brancas (1997) were essential. Finally, it was possible to conclude that the formation of the Brazilian Expeditionary Force served national economic interests and that the political class did little to reintegrate the soldiers into Brazilian civil society.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; Estado Novo; World War II; Good Neighbor Policy.

O Estado Novo

Em 14 de setembro de 1937, o Jornal do Brasil publicava uma notícia a respeito das novas atividades comunistas no país. No jornal, mencionava-se a Intentona Comunista de 1935, cujos integrantes foram presos e torturados². O Jornal do Brasil informava que um dos chefes do levante comunista de 1935 estava de volta: “(...) coberto com um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal Militar, para a capital pernambucana partiu e ali está desenvolvendo, *coram populo*, as suas atividades subversivas” (JORNAL DO BRASIL, 1937, p. 5). Não mencionavam o nome do revolucionário comunista, mas o jornal tratou de esclarecer que um novo movimento insurgente causaria graves problemas à sociedade brasileira, uma vez que as forças armadas teriam que se sacrificar para evitar a ascensão do comunismo no país.

Diante de uma informação tão alarmante, é necessário ponderar algumas informações. A primeira, por certo, é a fonte da notícia. Por sorte, essa questão foi respondida pelo próprio jornal que informou que “É um longo telegrama do comandante da guarnição de exército em Pernambuco dirigido ao Sr. Ministro da Guerra e por este mandado publicar em todos os jornais do Rio de Janeiro” (JORNAL DO BRASIL, 1937, p. 5). De acordo com a notícia, o detentor de informações tão valiosas era o então comandante da guarnição de Exército em Pernambuco, cujo nome também não foi revelado. O comandante, por sua vez, tratou de informar ao Ministro da Guerra a respeito do que sabia. Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, julgou as informações contidas no telegrama tão importantes que ordenou a todos os jornais do Rio de Janeiro a publicação dos dados contidos no telegrama.

O mês de setembro de 1937 foi um mês turbulento. O Jornal do Brasil não informou apenas sobre as eventuais subversões comunistas, mas também destacou a questão da sucessão política ao cargo de Presidente da República do Brasil. Em 17 de setembro de 1937, a página 7 do jornal dizia: “O problema da Sucessão Presidencial da

²Em *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, Boris Fausto descreve a violência com a qual os comunistas foram tratados em 1935. Arthur Ewert foi preso junto com sua esposa, Elise Ewert, foi submetido à torturas que o deixaram pesando 54 quilos. Quando foi preso, Arthur pesava 108 quilos. Victor Barron foi outro participante do movimento insurgente de 1935 que foi detido e torturado. Barron foi dado como suicida, mas Fausto aponta que este foi defenestrado de uma das janelas da Polícia Central, após um interrogatório policial. Por fim, Luís Carlos Prestes e Olga Benário, que estava a espera de um filho, também foram detidos, tendo Olga sendo enviada para Alemanha Nazista onde morreu em um campo de concentração.

República”. Desde 1935, o governo estava em Estado de Sítio, que durou até julho de 1937, quando a situação excepcional escalou para o Estado de Guerra. A sucessão política era um tema recorrente nos jornais brasileiros. Em geral, o tema girava em torno da pergunta: quem irá suceder Getúlio Vargas?

Em 24 de novembro de 1936, um ano antes da instauração do Estado Novo, o jornal carioca A Noite realizou um concurso musical com a temática “Quem será o homem?”, baseada em uma notícia com título homônimo publicada pelo jornal em 11 de novembro do mesmo ano. Na referida notícia, os nomes de Armando de Salles, Arthur Bernardes, Plínio Salgado, Washington Luís e Borges de Medeiros eram mencionados como possíveis sucessores ao cargo de Presidente da República. O nome de Getúlio Vargas também aparecia, mas o A Noite ponderava: “insiste-se o nome de Sr. Getúlio Vargas, apesar da inelegibilidade” (A NOITE, 1936, p. 1). No concurso musical, duas músicas se destacaram. A primeira é uma composição de Ary Barroso cantada por Arnaldo Amaral:

Quem é o homem?
Eu não digo, não.
O nome delle.
É uma interrogação.
Eu sei quem é
Mas não quero dizer.
Pois tenho medo da polícia me prender (A NOITE, 1936, p. 1).

A segunda canção pertence a Antônio Nássara e Cristóvão de Alencar.

A menina presidente
Vae rifar seu coração
E já tem três pretendentes
Todos três chapéu na mão
O homem quem será?
Será “seu” Manduca, ou será
“Seu” Vává?
Entre esses dois meu coração
Balança porque
Na hora “H”
Quem vae ficar é o “seu” Gegê! (A NOITE, 1936, p. 1)

A canção fazia referência aos nomes de Armando Salles (Seu Manduca) e Osvaldo Aranha (Seu Vává), que também era um dos nomes cogitados para assumir o cargo de Presidente. Por fim, a canção se encerrava afirmando que quem ficará é o Seu

Gegê, referindo-se ao então Presidente da República, Getúlio Vargas. Parece até que a música parecia prever o desfecho político do ano seguinte. Apesar dos nomes cogitados, quem de fato ficou foi Getúlio Vargas através de um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937.

O tal telegrama, abordado ainda no primeiro parágrafo deste artigo, era uma artimanha do próprio Getúlio Vargas, que contou com o apoio do Exército Militar. Conhecido como Plano Cohen, este previa inúmeros horrores idealizados por comunistas para tomar o poder no Brasil. De acordo com Fausto (2006), o Plano Cohen foi forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Fato é que o Plano Cohen atendeu às expectativas de Vargas e os militares. Uma vez que os “planos comunistas” estavam em todos os jornais cariocas, a ameaça comunista tornou-se um consenso. Dessa forma, Vargas encontrou a brecha que precisava para se perpetuar no poder.

Por outro lado, as novas formações partidárias, surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refractárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao leitorado (A NOITE, 1937, p. 1)

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas realizou um discurso a fim de justificar o Golpe de Estado que deu início à ditadura estado-novista. Em seu discurso, alertava para o surgimento de “novas formações partidárias” em todo o mundo, enfatizando o caráter refratário destas perante aos processos democráticos. Diante dessa conjuntura, Vargas defendeu o fortalecimento do Estado. Em outro momento de sua fala, Vargas afirma que “essa situação especialíssima só se caracteriza (...), nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social” (A NOITE, 1937, p. 7). Embora a ameaça comunista fosse mais poderosa no plano das ideias do que na política institucional³, a retórica dos “comunistas que visam tomar o poder” parecia funcionar.

³Em *A Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm afirma que, nesse período, a ameaça às instituições democráticas liberais vinha apenas da direita política. No entanto, na época a ideologia considerada

Tal narrativa, no entanto, não foi inaugurada por Vargas. A bem da verdade, inúmeros líderes políticos se apropriaram desse mito para ascender ao poder ou, como no caso nacional, conservar-se nele.

Para Hobsbawm (1997), o liberalismo fez uma retirada durante os anos de 1930. Entretanto, a principal ameaça às democracias-liberais não era o comunismo, como assim alguns supunham, mas sim a direita política (HOBSBAWM, 1997, p. 101). O Estado Novo, por seu turno, é mais um exemplo da queda do liberalismo e a ascensão da direita política. Ainda assim, conforme Fausto (2006), “seria equivocados, porém, acreditar que Getúlio se encantasse com modelos prontos” (FAUSTO, 2006, p. 71). Dessa forma, não é exagero apontar o caráter original da ditadura varguista.

(...) o Estado Novo pode ser definido como um regime autoritário, semelhante a alguns vigentes na época no Leste Europeu e menos ao Portugal de Salazar. O Estado Novo não era fascista, ainda que na época esse termo fosse, compreensivelmente, utilizado pela oposição para defini-lo. Também não se identificava com o paralisante conservadorismo salazarista nem com o regime de Franco, nascido dos escombros da guerra civil. Embora Getúlio aludisse à necessidade de dissolver todos os partidos para a constituição de um partido único logo após a implantação da ditadura, nunca levou a ideia a sério, e ela serviu como uma cortina de fumaça para despistar os integralistas. Quanto às mobilizações de massa, elas só surgem nos últimos anos do regime, quando se tornaram um recurso de sua sustentação. Se se quiser definir o Estado Novo numa fórmula sintética, pode-se dizer que ele foi, a um tempo, autoritário e modernizador (FAUSTO, 2006, p. 91).

Para entender o Estado Novo, temos que ressaltar duas características primordiais: o nacionalismo e o corporativismo. De acordo com Capelato (2019), a associação entre Estado, Pátria, Nação e Povo foi muito importante, pois reforçava a ideia de que todos os brasileiros são irmãos, sem qualquer tipo de distinção. Nesse contexto, cria-se um novo nacionalismo. Segundo Oliveira (1982), esse novo nacionalismo liga o passado ao presente, em uma tentativa de enfatizar as semelhanças entre os brasileiros e minorar as diferenças. Para tanto, o respeito às tradições, costumes e raça se fez imprescindível. Desse modo, Getúlio Vargas tratou de reforçar o mito das três raças, no qual o Brasil seria um país advindo da interação entre os brancos colonizadores, os povos originários e os africanos escravizados, sendo, portanto, todos os brasileiros mestiços e iguais. Nesse contexto, a feijoada, outrora prato da culinária

ameaçadora era inequivocamente a comunista. Segundo o historiador, a URSS encontrava-se isolada após a ascensão de Josef Stalin, e não desejava ampliar o comunismo no mundo.

escrava africana, tornou-se iguaria nacional; o samba e o carnaval perpassaram pelo mesmo caminho.

Conforme Gomes (2005), o corporativismo estado-novista é sintetizado por meio de uma interação entre um Estado forte e um indivíduo livre; de um Estado voltado para a proteção do trabalho e do trabalhador e uma política de defesa do capital. Na mesma medida em que o Estado defendia a propriedade privada e o capital, também defendia a justiça social. O corporativismo moderno nacional idealizava “a democracia das corporações” (OLIVEIRA, 1982, p. 139). Cada brasileiro tinha uma função a desempenhar no Estado, e um bom desempenho, aliado à obediência que se confiava ao Estado, traduzia-se em um poder institucional assistencialista. Dessa forma, para gozar de uma justiça social e das políticas estadistas, o povo tinha o dever de trabalhar. Assim, contribuindo para o bem-estar da sociedade nacional, o trabalhador brasileiro teria direito aos benefícios previstos pelo Estado. Nota-se, portanto, uma lógica de reciprocidade. Getúlio Vargas, em seu emblemático discurso de 10 de novembro de 1937, já anunciava a visão do Estado brasileiro a respeito da justiça social:

Emquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se voltara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferencia as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quaes não póde o individuo tornar-se util á collectividade e compartilhar dos beneficios da civilização (A NOITE, 1937, p. 1)

O Estado Novo teve seu fim em 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto do cargo pelos militares. Se a década de 1930 foi conturbada, o que dizer da década seguinte, os anos que envolveram a Segunda Guerra. Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha nazista invadiu a Polônia dando início a Segunda Guerra Mundial. Em 1940, os nazistas invadiram a Noruega, a Dinamarca, os Países Baixos, a Bélgica e a França. Na Europa, o único país que resistia às forças alemãs era a Inglaterra. A situação mudou de figura quando, em 22 de junho de 1941, Adolf Hitler invadiu a URSS de Josef Stalin. Os soviéticos resistiram aos ataques nazistas e entraram de vez no conflito.

Do outro lado do mapa, na Ásia, a conjuntura da Segunda Guerra também estava em vias de mudança. O Japão, aliado dos nazistas, havia invadido a Indochina, desagradando os Estados Unidos. Por sua vez, estes aplicaram duras sanções ao Japão, dificultando o abastecimento e comércio japonês. Assim como a Alemanha nazista

pretendia tornar-se um império, o Japão alimentava uma sonhada missão imperial, na qual este se tornaria um Império no continente asiático. Com os interesses japoneses indo de encontro aos interesses norte-americanos, um conflito entre os dois países era fatalmente esperado. Em 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou a base naval de Pearl Harbor, no Havaí. Assim, a Segunda Guerra Mundial passou a ser um confronto entre as forças Aliadas, formadas pelos Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra e a França; e as forças do Eixo, constituídas pela Alemanha nazista, pela Itália fascista e pelo Japão. A entrada dos Estados Unidos no confronto obrigaria os países americanos a escolher um lado. Nesse contexto, o Brasil preferiu a luta pela democracia, ainda que o país vivesse sob uma ditadura.

Em 27 de janeiro de 1942, o Rio de Janeiro sediou a Conferência dos Chanceleres. Nela, os chanceleres dos países americanos decidiram pelo corte de relações diplomáticas para com os países do Eixo. Em janeiro do mesmo ano, o jornal *A Noite* destacou: *A América Contra a Agressão*.

Foi aprovado, na Reunião dos Chanceleres, a proposta de ruptura com as potências do Pacto Tripartite - O projeto vitorioso obteve a adesão de todas as Repúblicas do Hemisfério - “Marcha para a frente, sem mais vacilações!”, declara o ministro Oswaldo Aranha - Vibrantes discursos! proferidos na memorável assembleia (*A Noite*, 1942, p. 1).

Para Fausto (2006), a decisão do Brasil foi motivada pelas vantagens que os Estados Unidos ofereceram. Segundo o historiador, os norte-americanos ofereceram crédito para a exploração de ferro e para o aproveitamento da borracha, além de garantir a venda do café e cacau nacionais. A Alemanha, por sua vez, não podia oferecer vantagens imediatas da mesma forma que os Estados Unidos. Militarmente, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos intensificou-se. A declaração de corte de relações diplomáticas ainda levaria algum tempo para se traduzir em uma declaração de guerra. Mas, logo de início, já mostrava o tamanho da influência dos Estados Unidos nas decisões políticas brasileiras. O casamento entre Brasil e Estados Unidos inequivocamente era um casamento de interesses, mas quais interesses estavam em jogo? Por que o Brasil se tornou tão importante para os Estados Unidos? E por que o Brasil, um país tradicionalmente neutro em conflitos bélicos internacionais, decidiu enviar homens para o teatro de operações?

Brasil e Estados Unidos: o casamento de interesses

De acordo com Karnal (2007), desde os governos de Hoover e Roosevelt a política externa dos Estados Unidos alterou-se sensivelmente. Nos governos supracitados, foi implementada a chamada Política da Boa Vizinha, cujos objetivos “eram, na medida do possível, garantir a colaboração política e o alinhamento das nações latino-americanas à liderança dos Estados Unidos” (MOURA, 2012, p.40). Desse modo, a igualdade jurídica de todos os países americanos foi reconhecida e defendeu-se uma cooperação entre as nações a fim de garantir o bem-estar a todas. De acordo com Gerson Moura (2012), a iminência da Segunda Guerra Mundial e a ascensão da Alemanha Nazista durante os anos finais da década de 1930 levou os Estados Unidos a adotar uma linha combativa política, cultural, econômica e militarmente em oposição à Alemanha Nazista, uma vez que os países do Eixo representavam uma ameaça a liderança estadunidense no continente americano. Assim, os Estados Unidos estavam interessados em proteger o continente americano mediante a colaboração dos demais países americanos, especialmente no que tange à concessão de bases militares e à manutenção de interesses políticos e econômicos.

Para entender a relação Brasil-Estados Unidos, é importante considerarmos a importância da política externa para o Brasil. Para tanto, é importante relembrarmos que, embora o Estado Novo fosse uma ditadura de direita, existiam divisões políticas bastante polarizadas ligadas ao governo Vargas - um reflexo da política mundial. De um lado, os germanófilos Filinto Müller, chefe da Polícia Política, Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, General Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, Francisco Campos, Ministro da Justiça, e Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Por outro lado, o Ministro das Relações Exteriores do governo, Osvaldo Aranha, era um eminente defensor dos Estados Unidos⁴. De qualquer modo, a palavra final pertencia a Getúlio Vargas. E, para este, as divisões políticas

⁴Os integrantes do governo já citados aqui tiveram uma importante e dúbia participação nas relações exteriores que o Brasil manteve com os Estados Unidos e com a Alemanha Nazista. O chefe do Estado Maior do Exército, Góis Monteiro, foi convidado para visitar a Itália e a Alemanha, em 1939. Góis Monteiro visitou os Estados Unidos e recebeu, no Brasil, o General Marshall, chefe do Estado-Maior dos EUA. Em 1939, Osvaldo Aranha visitou os Estados Unidos a fim de fortalecer os laços comerciais entre os dois países. Segundo Gerson Moura (2012), na ocasião, o Presidente Roosevelt contou a Osvaldo Aranha a respeito da eventual entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, esperando uma colaboração brasileira.

externas eram uma forma de explorar as melhores oportunidades econômicas para o Brasil.

A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos cresceu à medida que a influência britânica no país sul-americano declinou. De acordo com Moura (2012), a dependência econômica brasileira se aprofundou, uma vez que os Estados Unidos eram produtores de matérias-primas e alimentos essenciais, precisamente os itens de maior necessidade brasileira. Nesse contexto, a Alemanha apareceu como uma alternativa durante a década de 1930 para reduzir a dependência brasileira em relação aos Estados Unidos. Segundo Mourelle (2020), a participação alemã no comércio brasileiro foi de 12% para 25% durante os anos de 1928 e 1938, enquanto a participação norte-americana declinou saindo de 27% para 23%. A partir de 1937, no entanto, os interesses estado-novistas estavam amplamente ligados às forças armadas e à construção de uma grande siderúrgica. Tais interesses repercutiriam na política externa nacional.

A construção da siderúrgica de Volta Redonda era um tema de tamanha importância para o Brasil que, mesmo com o nítido desinteresse dos Estados Unidos, este não teve outra alternativa a não ser garantir o capital necessário ao levantamento da siderúrgica. Era evidente que se os Estados Unidos quisessem um Brasil alinhado com as políticas norte-americanas, a construção da siderúrgica era um preço a se pagar. Após negociações pouco interessantes para o Brasil e discursos de Vargas que acenavam para a Europa, especialmente para a Alemanha Nazista⁵, os dois países assinaram um acordo que previa a compra de maquinários, através do banco *Eximbank*, e assistência técnica de empresas norte-americanas.

Quanto às questões militares, devemos destacar que, para a inteligência militar norte-americana, o norte e nordeste brasileiros eram regiões que deveriam ser vigiadas de perto. A cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, poderia evitar um ataque do exército nazista vindo da África, além do domínio da região garantir o controle dos Estados Unidos sobre a defesa do Atlântico norte até o extremo sul da América do Sul.

⁵De acordo com Moura (2012), os Estados Unidos, inicialmente, ofereceram 10 milhões de dólares de empréstimo para a construção da siderúrgica de Boa Vista - valor relativamente baixo, diga-se de passagem. Por consequência, Getúlio Vargas realizou um discurso, em 11 de junho de 1940, afirmando que o Brasil estava interessado em se industrializar e em reequipar as forças armadas nacionais. Para isso, o governo estaria disposto a olhar para a organização política de povos fortes, referindo-se à Alemanha Nazista.

Segundo Ferraz (2005), Natal foi considerada um dos quatro pontos estratégicos de maior importância do mundo. Os militares ligados ao governo Vargas não enxergavam com bons olhos a vinda de militares norte-americanos para o Brasil, haja vista que os brasileiros consideravam o controle militar estadunidense em território nacional um escárnio à soberania brasileira. Ademais, as Forças Armadas brasileiras exigiam material bélico para reequipar o Exército brasileiro. Posteriormente, Brasil e Estados Unidos chegaram a um acordo. Assim, os norte-americanos enviaram armamento e munição para o Brasil, ao passo que este concedeu liberdade para a construção de instalações e envio de militares em territórios nacionais.

A declaração de cortes diplomáticos durante a Reunião dos Chanceleres impactou as relações entre Brasil e Alemanha, uma vez que as autoridades alemãs viram a decisão como um ato de hostilidade direto ao país europeu. O Alto Comando Alemão autorizou ataques a qualquer embarcação do Atlântico Sul dos países envolvidos na Conferência dos Chanceleres. Com isso, sete embarcações brasileiras foram torpedeadas pelas forças do Eixo. O navio mercante *Comandante Lyra* foi o primeiro a sofrer ataques no litoral brasileiro. Em 15 de agosto de 1942, foi a vez das embarcações *Beapendi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, resultando na morte de 551 pessoas. Nos dias subsequentes, mais três navios, *Itagiba*, *Arará* e *Jacira*, foram torpedeados, culminando no falecimento de 56 pessoas. A imprensa brasileira reagiu aos ataques sofridos e convocou a população civil para uma “reação à altura”, como assim foi enfatizado pelo jornal carioca *Correio da Manhã*:

Enquanto o nosso país, com o rigor posto sempre na sua orientação, segue as normas ditadas pelo rompimento, o Eixo faz-nos, afinal, a guerra. Em acatamento a suas normas, não comboiamos os barcos costeiros ou de longo curso nem os artilhâmos devidamente. Por isso mesmo, o nosso comércio marítimo é assim perturbado. Os contrários sabem que nos agarramos às fórmulas e sentem-se mais seguros para nos acometer, além do mais crentes numa passividade que não existirá senão na sua imaginação de dementados pela sanha do seguninarismo. Ao contrário do cruzar de braços, saberemos guardarmos contra novas surpresas, reagindo à altura do nosso brio, com a força da unidade que inspira o nosso governo e o nosso povo (CORREIO DA MANHÃ, 1942, p. 2).

O pedido imperativo do jornal foi atendido. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* noticiou as manifestações populares que tomaram as ruas do Brasil. No título, destacavam o patriotismo contra a brutalidade nazista. De acordo com Fausto (2006),

as manifestações contra os torpedamentos dos navios mercantes brasileiros contaram com a participação desde conservadores a comunistas. No contexto do Estado Novo, governo este marcado por altas exaltações nacionalistas, não causa estranhamento algum a ênfase no patriotismo, bem como a presença da bandeira e do hino nacional nas manifestações. O jornal destacou que o país inteiro, de norte a sul, ergueu-se em atitude contra o gesto covarde dos países do Eixo. Ademais, enfatizou que estes mesmos países não tiveram a hombridade de declarar guerra ao Brasil, embora praticassem atos de beligerância contra os brasileiros.

É possível notar que as manifestações contaram com atos de hostilidade à Alemanha e à Itália, como três passagens do texto revelam a ojeriza dos manifestantes pelos dois países. Em uma delas, o Correio da Manhã noticiou que uma placa com os dizeres “Itália” “foi arrancada pelos populares, no logradouro onde se acha instalado o prédio que serviu de sede à Casa d’Italia, na esplanada do Castelo”. Em seguida, o jornal aborda uma situação envolvendo os manifestantes e o morador de um prédio que conta com uma companhia de seguros de origem italiana. Conforme a notícia, o morador teria jogado água nos civis que reagiram invadindo o prédio. Para evitar o agravamento da situação, a Polícia Especial foi chamada para intervir. Já na página seguinte, uma bandeira da Alemanha Nazista é mostrada sendo queimada pelos manifestantes durante um comício na praça Floriano, no Rio de Janeiro.

Os estudantes quiseram que também um operário estivesse entre eles, no protesto contra a tirania nazi-nipo-fascista. Esse operário surgiu da multidão e fez um rápido improvisado, que a todos comoveu. Pediu, ao presidente Getúlio Vargas, que contasse com os trabalhadores do Brasil. Na nova azada, de que pode ser já amanhã – disse – saberemos trocar a ferramenta pelo fuzil, em defesa da pátria amada (CORREIO DA MANHÃ, 1942, p. 5).

A população civil nacional clamava por uma declaração direta de guerra à Alemanha e à Itália. As divergências políticas no seio do Estado Novo sequer perduraram diante das manifestações populares, pois nenhum governista queria ser alvo dos manifestantes, inclusive os germanófilos. Os Estados Unidos, que já se encontravam envolvidos diretamente no conflito, não exigiram a entrada do exército de nenhum país americano. Para o Brasil, a declaração de guerra significaria “exigir mais suprimentos militares e uma fatia mais avantajada de seus próprios recursos estratégicos” (MOURA, p. 113). Assim, a entrada do Brasil na Segunda Guerra

Mundial parecia uma alternativa atraente para os interesses nacionais. Politicamente, o Brasil acreditava que participar da Segunda Guerra Mundial levaria o país a ocupar um papel de destaque na política internacional.

Em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou Estado de Beligerância contra a Alemanha Nazista e a Itália fascista. Em 31 de agosto de 1942, o país declarou guerra aos países supracitados. Contra o Japão, no entanto, a declaração de guerra se deu apenas dois meses antes do fim do conflito, em junho de 1945.

A cobra fumou

O termo “a cobra fumou” é muito popular até hoje quando se trata da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um mito criado a partir de um discurso do presidente Getúlio Vargas, no qual este teria afirmado que era mais fácil uma cobra fumar que o Brasil entrar na Guerra. O país não só entrou na guerra, como a expressão caiu nas graças dos brasileiros, tendo virado até distintivo da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O jargão também era usado para se referir a situações de perigo iminente pelos expedicionários, como relata em seu livro de memórias o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira: “quando a cobra fumava, cada qual tratava de enfiar o focinho no chão para não “sobrar” (SILVEIRA, 1997, p. 57). O correspondente de guerra da BBC, Francis Hallawell, também utilizou a expressão para se referir à noite da tomada do Monte Castello pelos combatentes brasileiros. O jornal O Globo Expedicionário, que circulava no teatro de operações, noticiou a chegada do carnaval do ano de 1945: “Se a cobra não fumar e vocês estiverem bem (...) creiam que aqui também o povo canta e se diverte, pensando em vocês, esperando a queda de Berlim” (O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, 1945, p. 3).

A partir da Portaria ministerial n. 44 - 47, em 9 de agosto de 1943, foi criada a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Estava decidido, portanto, a formação de uma Força Expedicionária e o seu eventual envio para o teatro de operações de guerra. Em dezembro de 1943, os primeiros homens, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes⁶, foram enviados para o teatro de operações europeu localizado no norte da

⁶ De acordo com Boris Fausto (2006), a escolha pelo General Mascarenhas de Moraes se deu em virtude deste ser considerado um oficial sem pretensões políticas e conhecido por se guiar pela rígida disciplina militar.

Itália. Já o primeiro regimento a desembarcar na Europa foi o 6º Regimento de Infantaria, em julho de 1944. O 1º Regimento, conhecido como Regimento Sampaio, e o 11º Regimento levaram 45 dias para entrar no teatro de operações de guerra.

Segundo Maximiano (2019), foram realizadas cerca de 107.609 inspeções de saúde e 3.111 oficiais e 63.013 praças foram dispensados. No fim, foram selecionados 334 homens. Inicialmente, o Brasil planejava enviar 60 mil homens, mas logo este planejamento mostrou-se pouco viável, uma vez que o país precisava seguir as regras de seleção norte-americanas que se apresentavam distantes da realidade nacional. Conforme as regras de seleção, os exames físicos e psicológicos deveriam exigir altura igual ou superior a 1,60 metro, peso mínimo de 60 quilos e pelo menos 26 dentes naturais (FERRAZ, 2005, Posição 427, via *Kindle*). No processo seletivo, um dos principais motivos das dispensas foi a má qualidade das arcadas dentárias. Ademais, muitos foram diagnosticados com doenças como desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, patologias circulatórias, pulmonares e dermatológicas. Tiveram ainda os homens que foram impedidos de embarcar com a FEB em função de “doenças incompatíveis para o combate”, tais como daltonismo, pés chatos, doenças respiratórias e circulatórias e até mesmo icterícia, epilepsia e hanseníase, além de psicoses variadas (FERRAZ, 2005, Posição 458 - 461, via *Kindle*). Além disso, de acordo com Rocha (2016), muitos funcionários públicos se desligavam da FEB sob a justificativa de que seus ofícios eram imprescindíveis para o país e, portanto, não poderiam abandoná-los para ir lutar na Itália. Dentro dos quadros do Exército, alguns comandantes de unidades enxergaram uma oportunidade na Força Expedicionária: livrar-se de maus elementos do quartéis enviando-os para a guerra.

Já no teatro de operações, os combatentes brasileiros enfrentaram problemas de infraestrutura, haja vista que o Brasil não conseguiu adotar um sistema sólido de instrução militar (MAXIMIANO, 2010, p. 41). As armas cedidas pelos negociantes norte-americanos só foram entregues no teatro de operações quando o Brasil já estava em vias de realizar o seu batismo de fogo. Além disso, os manuais não foram traduzidos para o português, dificultando o uso do armamento pela FEB. A Força Aérea Brasileira (FAB), que recebeu os primeiros treinamentos de guerra em 3 de janeiro de 1944, nos Estados Unidos, também passou por dificuldades referentes ao número de homens aptos

para as missões aéreas, como destaca o documentário *Senta a Pua!* de 1999, que contou com os relatos dos pilotos do 1º Grupo de Caça brasileiro. Na ocasião, o Brigadeiro Magalhães Mota criticou o Ministério da Guerra, que estava sob a liderança de Eurico Gaspar Dutra.

O problema de recompletamento na Itália havia se tornado crítico. A perda era, na média, de 3 pilotos por mês e vinha se acumulando desde o início das operações em novembro de 44. A minha impressão pessoal disso, e pelo o que eu vivi posteriormente, é que realmente o Ministério não viveu a situação. Foi criado o grupo de caça, foi mandado e todo mundo ficou esperando. Ninguém tomou uma providência de continuação. Uma operação de guerra não é uma coisa que a gente decida, entre nela e saia fora. A gente tem que dar uma continuação. Tem que haver suprimentos de material e tem que haver suprimento de pessoal, que é o recompletamento. Sem isso, a unidade simplesmente para (SENTA A PUA!, 1999).

Na Itália, os combatentes brasileiros tiveram conquistas importantes, tais como a do Monte Castello e a de Montese. As ações da Força Expedicionária Brasileira são lembradas até hoje na Itália. Segundo Rigoni (2003), há um monumento à Liberdade localizado em Montese, um monumento destinado ao Sargento Max Wolff Filho, pracinha que morreu em combate, e um monumento construído na cidade de Castelnuovo, em virtude dos corpos de brasileiros que pertenciam ao 1º Regimento de Infantaria que foram encontrados mortos na região após a guerra. A relação entre brasileiros e italianos também merece destaque. O pracinha Joaquim Xavier da Silveira narrou como foram os primeiros dias nos acampamentos de guerra: “em volta do acampamento havia uma porção de civis, mulheres e crianças geralmente, as mulheres ofereciam-se para lavar roupa e as crianças pediam comida” (SILVEIRA, 1997, p. 38). Mais adiante, Silveira afirmou que, com o tempo, os brasileiros se acostumaram à delicada situação vivida pelos italianos e passaram a enxotá-los dos acampamentos.

A relação entre brasileiros e os *partigianos*, a resistência armada italiana, deve ser particularizada. Após a oficialização da resistência armada, os *partigianos* ficaram responsáveis pelas missões de guia, de intérpretes, da polícia provisória e, por fim, de combatentes. No filme documentário *Senta a Pua!* (1999), o Brigadeiro Joel Miranda contou que, após uma missão aérea na qual foi atingido e fraturou o braço, Miranda precisou ser atendido por um médico. Nesse meio tempo, passou a andar com um grupo de *partigianos*, cujo líder era um inglês de nome Steve. Após retornar para o local onde se encontravam os demais componentes da FAB, o brasileiro foi informado que Steve

fora capturado e assassinado com dois tiros em sua face por soldados nazistas. Conforme Rigoni (2003), os brasileiros eram vistos pelos *partigianos* como “benevolentes e alegres” (RIGONI, 2003, p. 103), além de trazer uma nova ordem administrativa para a população de comunas italianas ao abastecer estas com gêneros de primeira necessidade e prestar socorro à população civil necessitada.

A Segunda Guerra Mundial chegou ao fim em 25 de agosto de 1945, quando os Estados Unidos lançaram duas bombas atômicas sobre as cidades de Nagasaki e Hiroshima, no Japão. Antes disso, no entanto, Benito Mussolini, o líder do governo fascista italiano, havia sido assassinado a tiros por membros da resistência anti-fascista italiana, em 28 de abril de 1945. Dois dias depois, Adolf Hitler cometeu suicídio em um búnquer localizado em Berlim, capital da Alemanha. Em 8 de maio de 1945, os países constituintes das forças Aliadas decretaram um cessar-fogo, ocasionando em muitas comemorações por toda a Europa pelo fim da guerra. Por sua vez, a Força Expedicionária Brasileira foi desmobilizada ainda em solo italiano. O 6º Regimento de Infantaria foi o primeiro a chegar na Itália, e também o primeiro a retornar para o Brasil, em 18 de julho de 1945. A viagem de retorno, bem como a de ida, estava longe de ser uma viagem confortável. Mas, para os pracinhas, aquela viagem tinha gosto de missão cumprida e de Brasil, país este que os combatentes tanto sentiam falta, como assim relatou o Comandante Rocha:

Embarcamos no General Meights. General Meights era um navio de transportes de tropa. Como todo navio de transportes de tropa, não era nada confortável. Beliches em cima de beliches, tudo amontoado, mas só o fato de nós estarmos voltando pra casa era... Foi a viagem mais maravilhosa que eu fiz (SENTA A PUA!, 1999).

O jornal A Noite noticiou o retorno dos expedicionários ao Brasil com um título marcante: “O Brasil aclama seus heróis! Vibra a cidade com a chegada dos nossos expedicionários”. Na notícia, citavam inúmeras homenagens, como a empresa ferroviária Leopoldina Railway que construiu uma placa de bronze com o nome dos empregados que participaram da guerra, a distribuição de selos comemorativos na cidade carioca, postes de iluminação ostentando os escudos da FEB, da Força de Aviação Brasileira (FAB) e os do IV e V Exércitos Americanos e atividades cívicas nas escolas a fim de homenagear os combatentes. O Major Braga, um dos entrevistados do documentário Senta a Pua! (1999), confirma as festividades descritas pelo jornal

carioca: “nós fomos recebidos fora da barra por milhares e milhares de barcos, soltando foguete, bandas de música e o povo gritando vivas” (SENTA A PUA!, 1999).

Considerações finais

O fim da Segunda Guerra Mundial significou o enfraquecimento das ideologias que alimentavam a direita política, isto é, o nazi-fascismo. Assim, a defesa da democracia retornou à pauta política. Em fevereiro de 1945, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) já estava desmoronando. Logo, os meios de comunicação tinham maior liberdade para tecer críticas ao governo vigente. Os anos da ditadura varguista não são exemplos de anos de combate à fome. Segundo Capelato (2019), a carestia de vida foi uma constante durante o Estado Novo, contando com inúmeras reclamações de trabalhadores a respeito do aumento de preços. Uma das mais famosas obras do poeta mineiro, Carlos Drummond de Andrade, descreve as demandas do brasileiro em um poema intitulado “Nosso tempo”: “Os homens pedem carne. Fogo./ Sapatos./As leis não bastam” (ANDRADE, 2000, p. 29). De acordo com Fausto (2006) e Capelato (2019), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial agravou a situação dos brasileiros, pois ocasionou no racionamento de alimentos e o aumento do custo de produtos de primeira necessidade. Consequentemente, a oposição à figura de Getúlio Vargas cresceu.

Os combatentes da Força Expedicionária Brasileira, por seu turno, foram utilizados por políticos dissidentes contrários ao Estado Novo para alavancar as críticas direcionadas a Getúlio Vargas, mas os ex-expedicionários nunca chegaram a protagonizar nenhuma dessas articulações políticas (FERRAZ, 2005, Posição 676, via *Kindle*). A esmagadora maioria de brasileiros que deixaram suas casas no Brasil a caminho da Itália para lutar contra o nazi-fascismo eram jovens que se encontravam em fase de especialização profissional e que pouco sabiam a respeito da guerra, como assim relatou o pracinha Joaquim Xavier da Silveira ao contar das suas conversas com brasileiros do interior do país “de Minas, da Bahia, pequenos agricultores, boiadeiros, colonos”, haja vista que estes “muito poucas vezes tinham ouvido falar em Hitler, nazismo, vagamente sabiam onde ficava a Alemanha: *nas Europas*” (SILVEIRA, 1997, p. 23).

Quando esses jovens retornaram para o Brasil, sentiram o peso dos anos perdidos em guerra: não contavam com qualquer experiência profissional, formação e tampouco empregos. Além disso, as leis que determinavam a retomada dos empregos nem sempre eram cumpridas, além das frequentes dispensas sob a justificativa de inadaptação, incompetência ou problemas de relacionamento (FERRAZ, 2005, Posição 690 - 694, via *Kindle*).

A sociedade brasileira que recebeu os expedicionários com tamanho júbilo e farra esvaeceu-se. Os, agora, ex-expedicionários eram vistos como neuróticos de guerra, uma vez que os civis não conseguiam entender as complicações psíquicas que alguns desenvolveram após o conflito. O alcoolismo e a violência doméstica eram problemas frequentemente atrelados aos veteranos da Segunda Guerra. Para uma parcela da sociedade civil, os brasileiros não tiveram atos de grande expressão na guerra e as conquistas, ainda que inexpressivas, só lhes foram possíveis em razão da “esperteza” e da “malandragem” inerentes ao povo brasileiro. Para muitos, os brasileiros foram à Itália à passeio. Quanto às adversidades da guerra, Joaquim Xavier da Silveira pode responder:

O que há na guerra é sujeira, lama, frio, fome, cansaço de noites a fio sem dormir, medo da morte, sofrimento e monotonia. A monotonia de cavar um *fox-hole* e ficar escutando aqueles ruídos surdos, ouvindo aqueles estrondos que não param nunca. A guerra nada tem de heroico. É triste, e a trincheira é dos piores lugares da guerra (SILVEIRA, 1997, p. 130)

Nos quadros militares, a situação também não era das melhores. Os pracinhas que optaram por seguir carreira militar tiveram que lidar com um Exército dividido: de um lado o Exército de Caxias, que ficou no Brasil, do outro o novo Exército representado pelos veteranos de guerra. De acordo com Meron (2009), os ex-combatentes foram proibidos de usar o uniforme verde-oliva característico da FEB, distintivos desta e de ostentar as condecorações conquistadas na campanha italiana. Para o Exército de Caxias, a FEB reforçava todas as falhas da instituição, a começar pela má alimentação oferecida, uma vez que as forças norte-americanas ofereceram uma alimentação melhor no teatro de operações para os brasileiros combatentes do que o Exército brasileiro dispunha.

A FEB, que antes era um aglomerado de homens em uniforme, usando um “Brasil” no braço, que nas ruas da cidade sempre encontravam algum engraçadinho para perguntar

quando embarcava, mostrou que, apesar de fazer a guerra como amador, era capaz de levar de vencida os técnicos da profissão, os prussianos. É claro que no meio de tantos homens devia haver muitas queixas contra tudo, mas nunca houve mágoa. Mágoa haverá no dia em que os homens esquecerem que outros seus semelhantes, centenas deles, jazem num cemitério militar, enquadrados na derradeira disciplina, sob uma fila de cruzeiras brancas (SILVEIRA, 1997, p. 121).

Os ex-combatentes tinham queixas a fazer, especialmente a respeito da assistência estatal prometida. A atual Constituição prevê uma pensão especial destinada aos pracinhas. Entretanto, a Constituição marcou o fim da ditadura militar, em 1988, 43 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, e Ferraz (2005) observou que no referido ano dos 25 mil homens enviados para a Itália, apenas 10 mil ainda estavam vivos. Sendo assim, as promessas feitas tanto por políticos anti-Vargas como por governistas aos ex-expedicionários não alcançaram a maioria dos ex-combatentes brasileiros.

Em função dos sentimentos de solidão e descrença para com a sociedade civil, muitos pracinhas criaram e participaram de associações de ex-combatentes. A associação de ex-combatentes colocava-se como uma representante dos pracinhas e assumia o papel do poder institucional, tendo em vista que contribuía com assistência médica, moral, material e de instruções. Com o passar dos anos, e com o falecimento de muitos ex-expedicionários, muitas associações foram obrigadas a fechar suas portas.

A associação de pracinhas mais antiga do Brasil fica em São Paulo, mais precisamente em Campinas. Fundada em 28 de outubro de 1945, a associação quase encerrou suas atividades, mas conseguiu se manter com o apoio de famílias descendentes de veteranos da Segunda Guerra. Hoje, a associação de Campinas possui um museu, uma loja *online*, oferece palestras abertas ao público, além de visitar escolas da região para contar a trajetória dos brasileiros que serviram à FEB durante a Segunda Guerra. Diferentemente do propósito das Associações criadas logo após o fim do conflito, hoje as associações que resistem assumiram um papel de preservação da memória da Força Expedicionária Brasileira.

Em suma, este artigo pretendeu se debruçar sobre a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em um contexto indubitavelmente marcado pela relação entre Brasil e Estados Unidos e pelo golpe de Estado de Getúlio Vargas. Com o uso das fontes e a bibliografia, foi possível notar que a ida do Brasil para a Segunda Guerra resultou em importantes acordos políticos e econômicos. Porém, para os

veteranos de guerra, a ida para a Itália converteu-se em esquecimento e penúria, uma vez que muitos dos sobreviventes não voltaram a trabalhar e nem eram bem quistos pela sociedade civil. Nota-se, portanto, que apesar do nacionalismo exacerbado e a já citada concepção da reciprocidade presente no Estado Novo, os pracinhas foram marginalizados social e historicamente. Diante do exposto, este artigo espera contribuir para a memória dos pracinhas brasileiros, para a divulgação de fontes históricas ligadas à temática, além de promover discussões em torno da formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do retorno dos ex-expedicionários para o Brasil.

Referências bibliográficas

A AMÉRICA UNIDA CONTRA A AGRESSÃO. *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1942. p. 2.

AS MANIFESTAÇÕES PATRIÓTICAS DE ONTEM CONTRA A BRUTALIDADE NAZISTA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 agos. 1942. p. 1.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Rosa do Povo*. 21 Ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

A PALAVRA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 de nov. 1937, p. 7, 1937.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge. ELGADO, Lucilia Almeida Neves. *O tempo nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. *Ebook*.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Zahar. 2005. *Ebook*.

FESTEJADOS COMPOSITORES CARIOCAS INTERESSADOS NO CONCURSO D'A NOITE, *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1936, p. 3.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALLAWELL, Francis. *Os sons esquecidos dos pracinhas*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43389816>. Acesso em: 13 jun. 2024. às 16:292013.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. *Ebook*.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil 1939 - 1950*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

O problema da Sucessão Presidencial da República e a palavra de ordem dos responsáveis pela defesa do regime, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1937. Seção A Situação, p. 7.

O NOVO ATENTADO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 agos. 1942, p. 2.

Os comunistas em atividade, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 set. 1937, p. 5

Quem será o “homem”?, *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1936, p. 1 - 3.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. O OCIAA e a boa vizinhança nos Estados Unidos (1940 - 1945). In: NETO, Wilson de Oliveira Neto (Org.). *O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos*. Joinville, SC: Editora Univille, 2020. *Ebook*.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Cruzes Brancas*. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1997.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 28/06/2024
Aprovado em: 14/02/2025

“Não temos raça definida!”: indígenas, negros e mestiços sob a óptica dos discursos do Conselho de Imigração e Colonização no Governo Vargas, 1930 a 1950¹

Pedro Jardel Fonseca PEREIRA²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como os indígenas, os negros e os mestiços foram representados pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC), criado no governo de Getúlio Vargas. A fonte principal, que é a Revista do CIC, será analisada por meio da *análise do discurso*. A ideia de “uma nova raça” deveria ser viabilizada pelo branqueamento da população. A partir, sobretudo, da Eugenia, alguns intelectuais ligados ao CIC, a exemplo de Oliveira Vianna, argumentavam sobre como deveria ser formado o “homem novo”, o trabalhador ideal. No entanto, observa-se que o indígena, o negro e o mestiço foram considerados racial e culturalmente inferiores. Nesse sentido, o imigrante europeu branco não só era considerado o tipo desejável, mas também cumpriria a função de branquear a população brasileira.

Palavras-chave: Conselho de Imigração e Colonização, trabalhador ideal, discurso étnico-racial.

¹ Este artigo é uma versão revista do trabalho apresentado na seção: *Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos*, na XVII Semana de História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e XIV Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade – Povos Originários e Ancestralidade: florestanias e alianças afetivas, em 2023. O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de doutorado em andamento, financiada com recursos [bolsa] da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Doutorando em História Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela Universidade Estadual e Montes Claros. Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. UFJF. Juiz de Fora. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9949-7157>. E-mail: fpedrojardel@yahoo.com.br.

“We have no defined race!”: indigenous people, black people and mixed-race people from the perspective of the discourses of the Immigration and Colonization Council during the Vargas Government, 1930 to 1950

Abstract: The objective of this article is to analyze how indigenous people, black people and mixed-race people were represented by the Immigration and Colonization Council (CIC) created during the Getúlio Vargas government. The source, which is the CIC Magazine itself, will be analyzed through discourse analysis. The idea of a “new race” was supposed to be made viable through the whitening of the population. Based mainly on Eugenics, some intellectuals linked to the CIC, such as Oliveira Vianna, argued about how the “new man”, the ideal worker, should be formed. However, we observed that indigenous people, black people and mixed-race people were considered racially and culturally inferior. In this sense, the white European immigrant was not only considered the desirable type but also fulfilled the function of whitening the Brazilian population.

Keywords: Immigration and Colonization Council, ideal worker, ethnic-racial discourse.

Introdução

Na reformulação da política imigratória realizada durante o Estado Novo, alguns intelectuais ligados ao Conselho de Imigração e Colonização (CIC) expuseram os motivos pelos quais o Brasil elegeu o europeu branco como o imigrante desejável e por que os brasileiros não eram capazes de sozinhos assumir esse papel. Além disso, havia a questão da baixa densidade demográfica, que era vista como um problema a ser resolvido. Os grupos que compunham a população brasileira, com exceção da raça branca, tida como civilizada e superior, segundo Francisco José de Oliveira Vianna, o idealizador das primeiras formulações do CIC, eram considerados degenerados racial e culturalmente.

Para Oliveira Vianna, o negro não poderia ser considerado o trabalhador ideal devido a fatores genéticos, pois era suscetível a certas doenças. Em relação ao indígena, Vianna o situava abaixo do branco, do negro e do mestiço, afirmando que o nativo não era propenso à servilidade e que suas tarefas demandavam menores esforços e períodos maiores de folga. Além disso, ele argumentava que era impossível trazê-los à civilização, por eles serem refratários ao processo de arianização. Quanto o mestiço, Vianna alegava que ele teria herdado as piores características das raças que lhe deram origem, inclusive os vícios da raça branca. Isso o tornava portador de todos os tipos de desordem moral, de instintos e de caráter: arrogantes, atrevidos, violentos, preguiçosos e rebeldes.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar como esses três grupos foram representados pelo Conselho de Imigração e Colonização. Quanto à problematização, questiona-se: que fatores desqualificavam o indígena, o negro e o mestiço da qualidade de trabalhador ideal? Com base na análise das fontes e do próprio referencial teórico utilizado nesta investigação, foi possível constatar que o principal fator era o racial.

A Eugenia³ influenciava, direta ou indiretamente, alguns intelectuais ligados ao CIC. Como afirma Josiane Debastiani:

No Brasil as ideias eugênicas ganharam destaque nos meios intelectuais e políticos do Governo Vargas, em um país que apresentava uma grande miscigenação, as ideias eugênicas surgiram como uma forma de construção de um projeto nacional, através destas ideias se pretendia realizar um projeto de branqueamento da população brasileira visto como forma de atraso e de degeneração. O projeto de branqueamento da população brasileira consistia em trazer para o país imigrantes europeus brancos com o intuito de melhorar a população brasileira (Debastiani, 2018, p. 8).

Segundo Fabio Koifman (2012), nos próprios discursos de Getúlio Vargas, ficou evidente a preferência pelos imigrantes europeus, enquanto os imigrantes negros eram preteridos. Sob essa perspectiva, “Tanto no discurso oficial quanto nas publicações dos intelectuais da época encontramos a perfeita afinação” (Koifman, 2012, p. 27). Renato Kehl, defensor da Eugenia no Brasil, por exemplo, orientava sobre a “importância de que fossem feitos incentivos às migrações de grupos de países de raça nórdica” (Diwan, 2015, p. 132). Especificamente, o eugenista estava se referindo aos suecos, noruegueses, ingleses e alemães.

No entanto, é importante enfatizar que nem todos membros e colaboradores do CIC concordavam com as ideias racistas de Oliveira Vianna. Em outra vertente, intelectuais como Edgard Roquette-Pinto e Artur Ramos partiam do princípio de que os problemas enfrentados pelos brasileiros, como a desnutrição, as doenças e os próprios costumes adquiridos, eram decorrentes de fatores sociais, políticos e culturais. Esses problemas eram passíveis de correção e a solução viável se daria por meio do acesso à educação, saúde pública e alimentação. A Eugenia também influenciava as ideias desses

³A Eugenia, assim nomeada por Francis Galton, que se tratava da interseção da ciência biológica e o cenário social, surgiu na Europa, no século XIX, e foi definida como a ciência da hereditariedade. Seu surgimento correu no período da transição do século XIX para o XX, como Vanderlei Sebastião de Souza (2012, p. 01) enfatiza, sobre seu expoente: “Suas idéias sobre o aperfeiçoamento das características raciais se associariam intimamente às discussões sobre evolução e degeneração, progresso e civilização, conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais”. No Brasil, o médico e farmacêutico Renato Kehl foi um dos nomes que se destacaram, entre outros que o antecederam, como propagador da Eugenia, a partir de 1917. Nesse intuito: “Seu primeiro trabalho, uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços, foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias” (Souza, 2012, p. 06). A partir das ideias de Galton, ele abordou em seu artigo questões como hereditariedade, fatores disgênicos, doutrina de Malthus, entre outros assuntos. Entretanto, a Eugenia colocada em prática no Brasil estava mais associada aos fatores de prevenção, esta não tinha como objetivo eliminar, pelo menos não diretamente, o sujeito degenerado.

intelectuais, mas desta vez em diálogo com a tradição sanitarista, em uma perspectiva preventiva.

As fontes utilizadas neste estudo foram extraídas da Revista do CIC, criada em 1940, logo após a fundação do órgão, durante o Estado Novo, por meio do decreto-lei n. 406, e extinta em 1954. O CIC era composto por sete conselheiros, sendo um deles presidente e outro vice-presidente, os quais eram nomeados pelo presidente da República. De acordo com Debastiani (2018), com base em informações do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Imigração, o CIC buscava “propor medidas que favorecessem a assimilação e nacionalização dos imigrantes, evitar a concentração de imigrantes em qualquer ponto territorial do país, estudar as melhores correntes imigratórias ao país” (Debastiani, 2018, p. 9). Mas também constam informações sobre os deslocamentos internos e o perfil do trabalhador nacional, sobretudo em relação às migrações de nordestinos.

Segundo Fleury (2021), os membros atuavam de maneira técnica, conforme a lei; além disso, exerciam a função de coordenação em outro órgão que se ocupava de questões relacionadas à imigração e colonização no Brasil. A autora acresce que “escreviam nas páginas da RIC outros funcionários do governo federal, políticos, militares, policiais, sociólogos, geógrafos, médicos. Eles debatiam, a partir de diversos pontos de vista, a questão da imigração” (Fleury, 2021, p. 17).

Nas tiragens da Revista do CIC, eram publicados cerca de 800 a 1000 exemplares, com 124 a 252 páginas. Em relação ao seu conteúdo, a maioria era composta por decretos, relatórios, artigos, legislação, estatísticas, pareceres e circulares do CIC, além de noticiário sobre livros e revistas. Inclusive com a publicação de textos em inglês e francês, evidenciando a importância da circulação dessas ideias em outros países. No início de cada edição, era postado um balanço das atividades realizadas pelo CIC. Suas funções no âmbito da imigração/migração, conforme os editores, eram estabelecer cotas para imigrantes, assim como os critérios sobre a entrada e o destino de imigrantes estrangeiros no Brasil, também da migração interna e colonização.

Para a análise dessa fonte, baseou-se na perspectiva de que a imprensa é um “Manancial fértil para o conhecimento do passado, fonte de informação cotidiana, material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz; Peixoto,

2007, p. 04). No que diz respeito à *Análise do Discurso*, de acordo com Durval Muniz Albuquerque Junior, deve-se levar em conta o contexto de produção do discurso no passado. Independentemente do documento, ele é uma forma de discurso e precisa ser interpretado. O historiador orienta que:

Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais (Albuquerque Júnior, 2009, p. 235).

A etapa seguinte é a análise interna, quando se identifica o “acontecimento” e o interroga. Para isso, ele cita o exemplo de que o discurso não tem a mesma transparência de uma lente de vidro: “tem uma espessura própria, tem regras de constituição e produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 237).

Os autores PietraDiwan, Vanderlei Sebastião de Souza e Fabio Koifman foram cruciais para a fundamentação das questões sobre a política biológica e racial. Assim como Flávio Gomes, Marcelo Paixão, Leonardo Ângelo Silva, André Cicalo e Kabengele Munanga potencializaram o debate sobre as desigualdades raciais vivenciadas pelos trabalhadores negros. Eles também abordaram os silêncios que mascararam as divisões raciais, como a ideia de democracia racial. Embora o negro não fosse considerado o trabalhador ideal, ele era considerado o executor propício de atividades pesadas.

“Não queremos que o índio permaneça índio”: os indígenas nos discursos do Governo Vargas

Uma das perspectivas sobre os indígenas na Era Vargas está ligada à noção de “indianidade”. Os povos originários foram considerados como os detentores das raízes genuínas da brasilidade, e essa ideia tinha uma importância crucial na formação do Estado. Entretanto, para o governo, os pequenos grupos étnicos ainda existentes viviam isolados nas regiões fronteiriças e representavam um quantitativo ínfimo da população

brasileira.⁴ Apesar dessa marginalização, Oliveira Vianna, cuja perspectiva é central neste artigo, resgatava uma visão dos indígenas que remontava aos anos iniciais da colonização.

Conforme destaca Sergio Pessoa Ferro (2023), Oliveira Vianna:

[...] remetia ao "índio" dos anos iniciais da colonização, mantendo a classificação da identidade étnica em duas categorias, uma dócil, pacífica e ingênua; outra guerreira, intratável e apavorante aos primeiros bandeirantes e colonizadores brancos (Ferro, 2023, p. 211).

No discurso de Vargas, os indígenas passaram a ocupar um lugar específico na política, o que refletia as preocupações da elite com as origens da nação e a composição racial da época. “Tudo isso influencia uma formulação do Estado sobre a identidade cultural dos índios e uma política para a sua integração” (Garfield; College, 2000, p. 15).

Essa “descoberta” do indígena ocorreu no contexto da Marcha para o Oeste, lançada em 1938, vista como a expressão do “verdadeiro sentimento de brasilidade e a solução para alguns problemas enfrentados pela nação” (Garfield; College, 2000, p. 15). A ideia era adentrar o Brasil em direção ao interior, pois se entendia que o desenvolvimento na região do litoral havia sido mais intenso em períodos anteriores.

O sertão era considerado por Vargas como uma área desperdiçada. A exploração dos seus recursos humanos e naturais seria essencial para garantir a prosperidade da nação. Os pesquisadores também destacam a ideia de Vargas de que o Brasil possuía um imenso território com terras férteis, propícias para o desenvolvimento e progresso almejado. Nesse contexto, os indígenas, segundo Rafael C. L. S. Hoerhann (2005), passaram a ser considerados um possível trabalhador sertanejo, sobretudo nas regiões de fronteira com outros países.

Vargas, por meio do decreto-lei n. 1.794, criou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), de caráter consultivo. O órgão colaboraria com diretrizes voltadas

⁴ O genocídio dos povos originários é algo incontestável. No entanto, o “aparente desaparecimento” desses povos também configura um dos mecanismos de resistência, por exemplo, a miscigenação com outros grupos raciais e a omissão da origem dos indígenas foram táticas utilizadas no intuito de manter a sobrevivência. O processo de retomada identitária foi evidenciado no Censo-IBGE de 2022, o qual demonstrou um aumento da população que se declara indígena. Ver: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>.

para a política indigenista. Porém, o fragmento evidencia um aspecto importante a ser ressaltado desse contexto: “a política indigenista do Estado Brasileiro mostra-se na esquizofrênica e ambivalente relação entre o proteger e o atentar contra os direitos dos povos indígenas que ele mesmo criou por meio de leis, decretos e Constituições” (Ferro, 2023, p. 221).

Embora a política indigenista tivesse o objetivo de “civilizar” o indígena, o que ficou a cargo de profissionais ligados ao CNPI, como o “Marechal Rondon e os antropólogos Heloísa Alberto Torres (1895-1977), Darcy Ribeiro (1922-1997) e Roberto Cardoso de Oliveira” (Ferro, 2023, p. 220). É importante destacar que nem todos os intelectuais que colaboravam com o governo estavam de acordo. No caso de Oliveira Vianna, por exemplo, ele atribuía ao “índio” e ao caboclo “uma incapacidade para a vida civil por ser incivilizável, isto é, inteiramente refractário a qualquer influxo educativo no sentido da aryanização” (Ferro, 2023, p. 217). Ainda que Vianna não fizesse parte do CNPI, é relevante notar que nem todos os integrantes do governo compartilhavam a mesma percepção sobre os indígenas.

Operacionalizada por Vargas e pelo CNPI, a política indigenista buscava prestar assistência aos indígenas como “proporcionar escolas e serviços de saúde para índios e sertanejos, e redes de comunicação e transporte, o governo consolidaria a nação como um todo orgânico” (Garfield; Colledge, 2000, p. 16). Ao mesmo tempo, a marcha do desenvolvimento econômico buscava expandir suas fronteiras, “produzindo uma indianidade romântica no discurso público, permeada pela tarefa de aculturação e civilização dos indígenas” (Ferro, 2023, p. 229). Nesse cenário, Vargas ocupava o papel principal e os indígenas foram alçados, sem serem ao menos comunicados, à posição de heróis da nação.

A partir da análise da política indigenista de Vargas, nota-se que a história dos povos indígenas, sem dúvidas, é marcada pela agência e resistência, mas também pelo silenciamento, sobretudo do Estado e da sociedade, em relação a toda a violência e o extermínio desses povos. Como lembra Ferro (2023), o próprio Censo de 1940 é um exemplo da tentativa de apagamento. Ao substituir a classificação de raça pela de cor, os indígenas foram classificados como pardos na época. Isso se alinha a esta ideia: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua

incorporação à nacionalidade brasileira” (Garfield; College, 2000, p. 18). No caso dos indígenas, como acreditava Vianna, eles seriam paulatinamente reduzidos pelo processo de clareamento das “seleções sexuais” (Ferro, 2023).

As informações que se identificam sobre os povos indígenas nas publicações do CIC possuem uma imagem estereotipada do *selvícola*. Segundo Ferro (2023), essa foi uma expressão adotada pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, no lugar de indígena. Um dos aspectos negativos que chama atenção diz respeito aos costumes desses povos, como enfatizado a seguir: “[...] do nomadismo do índio, mais caçador e pescador que lavrador; da indolência tropical do negro; do espírito aventureiro, inconstante, de arremetidas e hibernações, próprio dos mestiços, mamelucos, curibocas, cafuzos e mulatos” (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 18-19).

Dessa maneira, a utilização do solo por um período temporário era típica das “culturas aborígenes”, “começando com a derrubada ou a queimada da mata e terminado com o esgotamento do solo e a emigração para nova região de terra virgem, onde recomeça o ciclo de destruição” (RCIC, 1946, n. 2 e 3, p. 19). Os jesuítas, segundo o CIC, até teriam tentado, “mas sem sucesso”, ensinar aos selvícolas algumas técnicas agrícolas e práticas manuais tidas como essenciais para sua fixação na terra.

“Temos como acertada [...] a escolha do homem branco para o nosso imigrante”: a exclusão do negro da ideia de trabalhador ideal

O argumento de que o negro era inferior biologicamente e suscetível a doenças foi uma das justificativas utilizadas pelo CIC para explicar o motivo de o negro não ser um trabalhador ideal. O CIC fundamentou suas afirmações em estudos realizados e publicados na *Revista Metropolitan Life Insurance Company*, uma fonte estadunidense. “[...] de acordo com os dados de 1920, a população total apresentava 11,9 por cento de mortes. Em 1925, a taxa de mortalidade dos negros era ainda 62,5 por cento mais elevada do que a dos brancos, mantendo-se essa situação com pequenas modificações até os tempos atuais” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172).

Foram ressaltadas também as doenças às quais o negro era mais propenso: “A tuberculose faz o maior número de vítimas, seguindo-se, em ordem, outras doenças do

aparelho respiratório, doenças orgânicas do coração, causas externas, má formação congênita, doenças da primeira infância, hemorragia e amolecimento cerebral e câncer” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172). Comparado aos brancos, a tuberculose vitimava os negros três vezes mais; em uma amostra de 100.000, pelo menos 226,2% eram afetados. Outras doenças apresentavam uma taxa de mortalidade duas vezes maior, como as do coração, infarto, hemorragia cerebral, febre tifoide, influenza e bronquite, e em uma proporção um pouco maior, a pneumonia.

O CIC também cita um relatório produzido pelo médico e antropólogo Artur Ramos, mas apenas os trechos favoráveis ao seu discurso. Uma das informações ressaltadas foi que, no Brasil, não existiam dados demográficos atualizados suficientes sobre a condição do negro. Contudo, a partir de uma observação atenta, já se notava a incidência de algumas doenças nos negros e nos mestiços brasileiros, inclusive em relação às doenças típicas da África. Para fundamentar a discussão, recorre-se a outro conhecido médico brasileiro, um dos precursores desse debate:

Nina Rodrigues, no seu tempo, já se preocupava em estudar o que ele chamava impropriamente “a etnologia patológica” do nosso país, divulgando os dados da clínica Moura Brasil que verificou a grande frequência de glaucomatosos entre os negros e mulatos, 12,38 por cento dos primeiros, 4,18 por cento dos segundos, em relação a apenas 1,98 por cento dos brancos; e ainda a maior porcentagem de leprosos, entre os negros e mulatos (RCIC, 1946, n. 2, p. 173).

Percebe-se que, alguns anos depois, o pensamento de Nina Rodrigues continuava a ressoar entre alguns intelectuais brasileiros, sobretudo em relação ao *(i)migrante ideal*.

Os dados baseados nos estudos de Artur Ramos também são utilizados para refutá-lo e contradizê-lo: “Artur Ramos, que é, aliás, um fervoroso defensor da raça negra e do mestiço, confessa lealmente ainda existir maior incidência da tuberculose na Bahia, entre pardos e negros, em todos os dados verificados” (RCIC, 1946, n. 2, p. 172). Isso evidencia discordâncias de pensamentos entre a ideia do citado médico e o artigo com orientações do CIC, assinado pelo médico Jaime Poggi.⁵ Em uma perspectiva baseada na desigualdade das condições de higiene, segundo o CIC, Artur Ramos argumentava que a morbidade e mortalidade dos negros eram causadas por fatores

⁵ Intitulado: *A política imigratória: o papel do médico na realização do magno problema*.

econômicos e sociais e não devido à raça. A justificativa do estudioso era fundamentada no baixo nível de vida dos pretos e mulatos, em contraste com a ideia de uma patologia de raças, como acreditavam, por exemplo, os eugenistas mais radicais e o próprio Oliveira Vianna.

Consoante afirmação do CIC, sem citar dados demográficos, a população branca era numericamente superior à preta e à mestiça, sendo esses últimos “quem moureja pelos hospitais [...] atacados pelas mais variadas moléstias” (RCIC, 1946, n. 2, p. 173).⁶ Ao analisar essas informações, observou-se que elas contribuíram para sustentar o racismo estrutural vigente no Brasil.

Embora seja evidente que o arcabouço de ideias e ações que favorecem a exclusão do negro na sociedade seja muito mais amplo, é importante destacar a contribuição da política migratória no intuito de tentar excluir o negro do projeto de desenvolvimento do Brasil, que estava em curso. Além disso, Ferro (2023) ressalta a crítica de Abdias do Nascimento a Oliveira Vianna, especialmente quanto à sua contribuição na proibição da entrada de pessoas pretas no Brasil, por meio do decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945.

O CIC, inclusive, estruturava seu pensamento na perspectiva da “democracia racial”, a qual defendia que no Brasil não existia racismo. Para justificar sua posição, ressaltou-se, com base na obra de Gilberto Freyre: “A contribuição do imigrante negro para o desenvolvimento da nossa civilização foi enorme. Do ponto de vista econômico, resolveu o problema do braço e deu prosperidade e riquezas às fazendas de café em São Paulo” (RCIC, 1946, n. 2, p. 200). Frequentemente, essa influência se manifesta em diversos aspectos da cultura brasileira: “A influência se nota até na nossa cozinha, no nosso modo de falar e tratar as pessoas, na música e na arte popular, diz Gilberto Freire. A língua abrandou e enriqueceu-se com modismos peculiares” (RCIC, n. 2, p. 200, 1946).

Todavia, na perspectiva da política biológica, fundamentada, sobretudo, nas ideias da Eugenia, o negro não era classificado como trabalhador ideal, pois estava em curso o plano de branqueamento da população. Como foi enfatizado: “uma bem

⁶Ver mais sobre dados em: DELGADO, Ignacio Godinho. Ações afirmativas e o horizonte normativo da democracia racial. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 1º sem. 2016. Disponível em: [10.5752/P.2237-8871.2016v17n26p182](https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2016v17n26p182). Acesso em: 22 nov. 2023.

orientada política migratória e o cruzamento de elemento branco com os descendentes africanos ou já mestiços, determinará que o branqueamento se faça” (RCIC, 1946, n. 2, p. 160). O excerto seguinte também enfatiza a mesma perspectiva: “Temos como acertada e indispensável a escolha do homem branco para o nosso imigrante e só o homem branco” (RCIC, 1946, n. 2, p. 173). Na interpretação dessa historiadora,

[...] a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano"! Dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas (Diwan, 2015, p. 87).

Esse contexto evidencia como a política migratória estava homologada ao discurso da Eugenia. Além de se preocupar com o fornecimento de mão de obra, também levava em conta a cor da pele da população brasileira. No entanto, os outros aspectos também emergem desse contexto. Segundo a historiadora inglesa Brodwyn Fischer, no Brasil, as questões racial e social não devem ser tratadas como categorias antagônicas. Pois: “[...]as disparidades raciais e o preconceito eram enraizados nas desigualdades sociais e materiais herdadas do sistema escravista e perpetuados por padrões distorcidos de desenvolvimento econômico” (Fischer, 2004, p. 32). Esse ponto de vista é compartilhado por Silva (2016, p. 45), o qual afirma que “[...] a questão racial brasileira nunca se colocou independente da questão social, da posição de classe social e a ação discriminatória sempre as combinou.

Outro aspecto fundamental dessa discussão é o espaço reservado ao negro pela sociedade, que, apesar de não ser considerado um trabalhador ideal por concepções biológicas, enfrentava um contexto de marginalização. Na prática, conforme Silva (2016), os discursos fundamentados na democracia racial contribuíram para estabelecer um silêncio em relação às desigualdades raciais vivenciadas pelos trabalhadores negros. Ressalta o autor que “A situação precária dos trabalhadores negros era evidente e, ao mesmo tempo, torna-se evidente o silêncio na produção acadêmica e o forte discurso de unidade para classe trabalhadora. É como se a igualdade racial existisse”(Silva, 2016, p. 51).

André Cicalo (2015), ao questionar a presença maciça de negros no Sindicato de Carregadores e Ensacadores de Café (SCEC) que trabalhavam no Porto de Volta Redonda, obteve a seguinte resposta: “[...] o transporte de café era, originalmente, trabalho típico de escravos (‘isso vem do trabalho escravo’). Outros disseram que era porque eles executavam um trabalho braçal, que exigia baixa escolaridade” (Cicalo, 2015, p. 121). Em vista disso, “[...] um corpo negro racializado representava o executor “ideal” para trabalhos físicos e pesados” (Cicalo, 2015, p. 121). Entre as conclusões do autor, destaca-se que, associado à pobreza, o discurso racial estava fortemente entrelaçado à memória da escravidão.

Nesse sentido, fica evidente que a política adotada pelo CIC também contribuiu com o racismo estrutural em curso no Brasil há séculos. Essa realidade se manifestou quando intelectuais ligados ao órgão tentaram excluir o negro do processo de colonização e desenvolvimento do Brasil, ignorando completamente a presença desses sujeitos e suas valiosas contribuições. Em contrapartida, Freyre reconheceu a importância dessa contribuição ao afirmar que o negro era o “colonizador africano do Brasil” (Vainfas, 1999, p. 6).

“Essa gente ociosa, perversa e inútil”: o mestiço/nordestino representado como degenerado sob o ponto de vista biológico, moral e psicológico

O CIC descreveu um mapa que indicava a maior concentração de mestiços brasileiros nas regiões Norte e Nordeste:

“O roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”, impresso em 1814, de autor desconhecido, informava que nos sertões da Baía, Pernambuco e Ceará, principalmente pela vizinhança de São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. [...] índios mais ou menos mansos. De fato, são contingentes índios que lastreiam a miscigenação da zona semi-árida. [...] Essa gente ociosa, perversa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupado, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 176).

O sertanejo mestiço, justamente o sujeito que migrava, era considerado pelo CIC como despreparado moral e intelectualmente, além de inferior sob o ponto de vista

biológico, em razão de sua origem étnico-racial. Desse modo, “Quanto à população sertaneja nordestina, Vianna (1938, p. 215) afirmou tratar-se de uma ‘sub-raça mestiça’ e que aos ‘caboclos do Nordeste’ restaria ‘evoluir, portanto, num sentido ou noutro, ou para o homem americano, ou o homem europeu’” (Ferro, 2023, p. 212).

Conforme alguns Conselheiros e seus colaboradores, “o Brasil estava em fase de desenvolvimento industrial, necessitava de operários, sua lavoura estava abandonada, a população ainda contabilizava um número inexpressivo de 41. 637. 572 homens”, das quais uma grande porcentagem era considerada doente, dada a falta de uma “raça definida” (RCIC, 1946, n. 2, p. 159). Nesse contexto, é relevante questionar: a qual Brasil, à qual lavoura o CIC estava se referindo?

Odair da Cruz Paiva aponta que as políticas do CIC visavam, sobretudo, suprir a lavoura paulista com mão de obra. Isso se reflete nas cobranças dos agricultores paulistas ao governo pelo fornecimento de mão de obra para a agricultura. Como Paiva (2004, p. 105) explica, “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período”. Para garantir que esses trabalhadores cumprissem as condições adequadas, o CIC estabeleceu como critérios as triagens médicas, realizadas em diferentes etapas: antes da partida, na cidade Montes Claros, no Norte de Minas, e depois da chegada, na Hospedaria do Imigrante.⁷

Nina Rodrigues, já na sua época, destacou a suscetibilidade da população mestiça a diversas doenças, argumentando que a questão racial era um fator determinante nesse quadro. Suas ideias, frequentemente citadas em artigos publicados pela Revista do CIC, refletiram uma visão de inferioridade racial negra que permeou o pensamento médico e político do final do século XIX e início do século XX. Como destaca Diwan:

Raimundo Nina Rodrigues, que acreditava na inferioridade racial negra, tendo debatido durante o final do século XIX a construção do saber médico no país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito. Para tornar o Estado saudável, seria

⁷ Ver mais em: PEREIRA, Pedro J. Fonseca. “A legião dos rejeitados”: trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão de obra em Montes Claros–MG, na década de 1930. *Revista Cantareira*, n. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44211>. Acesso em: 22 maio 2022.

necessário extirpar todos os resquícios de nossa *miscigenação*. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888 (Diwan, 2015, p. 92).

Os historiadores afirmam que, conforme o racismo científico vigente naquele período, “o tipo híbrido seria naturalmente degenerado e inconfiável, incorporando a pior das qualidades das raças das duas pessoas que o teriam gerado. A população brasileira, então, estaria fadada à inevitável degenerescência biológica, moral e psicológica” (Gomes; Paixão, 2008, p. 179). Além disso, havia o temor de contaminação do sangue europeu. Nessa perspectiva, Vainfas (1999) observa que, para intelectuais como Paulo Padro, o óbice do Brasil não era o negro, mas a miscigenação, vista como um “problema moral ou patológico que cabia resolver para o bem da Nação” (Vainfas, 1999, p. 4).

Os seguidores das ideias do médico maranhense direcionavam sua atenção para “[...] os indivíduos das raças de baixo *escol* genético, especialmente, os erráticos mestiços” (Gomes; Paixão, 2008, p. 179), refletindo a visão de que a mestiçagem representava um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o pensamento do fator biológico foi visto como diretamente relacionado a questões epidemiológicas e de saúde pública, reforçando a ideia de que a miscigenação inviabilizava o projeto de desenvolvimento econômico, político e cultural do país. A mão de obra do trabalhador nordestino, disponível em maior contingente nesse período, por exemplo, era vista como problemática, como observa Albuquerque Júnior (2011, p. 47): “O Norte [*assim usado*.: Nordeste] estaria condenado pelo clima, pela raça e pela decadência” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 47). Esse discurso reforçava a exclusão e a marginalização desses trabalhadores, justificando a discriminação e perpetuando o racismo estrutural no Brasil.

O CIC considerava que o nordestino era desnutrido [carência alimentar], por isso era mais suscetível às doenças endêmicas, verminoses e outras (RCIC, 1946, n. °3, p. 199). Essa condição justificava a implementação de controle e restrição, por meio de exames médicos, desses sujeitos que se dispunham a trabalhar em São Paulo. Além das questões de saúde, o mestiço era visto como moralmente degenerado, sendo a imprevisão uma das principais características da psicologia coletiva do nordestino. Sua vida era descrita como um dilema constante: “[...] ter para esbanjar ou não ter para pedir

– eis o dilema que cerca a vida dos lendários daqueles rincões brasileiros” (RCIC, 1947, n. 1, p. 153). Uma das características atribuídas ao nordestino era uma tendência aos vícios, o que se tornava um fator determinante para a escassez de recursos. Essa percepção é evidenciada neste excerto:

No Nordeste, o caboclo produz nos anos de inverno, apenas para converter, quase sistematicamente, sua produção de cereais nas substâncias alcoólicas que os intoxicam nos dias de fartura. Na fase de escassez, graças a essa dupla dissipação do dinheiro e da saúde, a sua marcha para a morte é, não só fatal, como precedida de todo o cortejo de agruras, decorrentes da perversão e da carência alimentar (RCIC, 1947, n. 1, p. 153).

Subalimentados e inanimados, assim era a vida de milhares de brasileiros, segundo o CIC, que nasciam nas famílias pobres, quando não morriam pela falta de alimentação na primeira infância, seu desenvolvimento orgânico ocorria em situação precária, à mercê das moléstias da nutrição e do “fantasma” da tuberculose.

É observado pelo CIC que, nem mesmo em relação à reprodução humana, esses sujeitos obedeciam a algum critério moral e de saúde. Agiam como animais subordinados à sua espécie, “[...] casando-se ou unindo-se sem qualquer exame, a tarados e doentes de todos os feitios, para produzirem, como consequência, proles inaproveitáveis, quer pelo estado de debilidade mental, quer pela desordem moral e social” (RCIC, 1947, n. 1, p. 157).

Até mesmo a organização do trabalho era objeto de questionamento. Segundo alguns conselheiros, em um relatório realizado durante uma viagem de inspeção à região, os problemas do Nordeste não estavam restritos aos baixos índices pluviométricos. Eles enfatizaram que houve “[...] uma contribuição decorrente de observações pessoais e da funda impressão de desânimo, que trouxe das coisas do sertão, onde os homens vivem no meio das riquezas e morrem de fome, por falta de um trabalho organizado” (RCIC, n. 2, p. 94, 1942). Nem mesmo em relação às Obras Contra as Secas que estavam sendo executadas em benefício dos sertanejos, o CIC acreditava que teria um aproveitamento adequado se não fosse feito um trabalho de preparação desse sujeito: “O homem do sertão precisa ser educado para bem usufruir

das grandes obras que o governo está erigindo em seu benefício” (RCIC, n. 2, p. 74, 1942).

Esse trabalho de classificação do perfil biológico e epidemiológico do nordestino foi realizado anteriormente, com a colaboração, em grande parte, dos médicos, inclusive eugenistas. Exemplos notáveis incluem Arthur Neiva e Belisário Penna, os quais, durante suas viagens de inspeção, produziram relatórios sobre o perfil médico-sanitário dessa população. Portanto, já existiam informações formuladas sobre o Nordeste, como é evidenciado neste excerto:

Em 1912 Arthur Neiva e Belisário Penna lideraram a expedição médico-científica ao nordeste brasileiro - Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás -, que percorreu mais de sete mil quilômetros. Esse trabalho, realizado a serviço da Inspeção de Obras contra a Seca e ligado ao Instituto Oswaldo Cruz, tinha como finalidade diagnosticar a situação epidemiológica da região para o desenvolvimento de medidas profiláticas. Os objetivos iniciais da expedição serão superados quando os relatórios questionam os determinismos raciais e climáticos até então tidos como regra nas análises sobre população. A expedição mostra que o Brasil está "doente" e muitas das futuras ideias de saúde, saneamento e limpeza se desdobrarão a partir da publicação, em 1916, do relatório dessa viagem. O texto alcançou tanta repercussão que muitos intelectuais se envolvem nas questões relativas à saúde, a partir de então. Nesse mesmo ano, num discurso em saudação a Aloysio de Castro, o médico Miguel Pereira declara: "O Brasil é um imenso hospital" (Diwan, 2015, p. 95).

A noção de determinismo racial e climático, que dominava as análises populacionais, passou a ser questionada pelos citados médicos. No entanto, a perspectiva do racismo científico, incluindo a eugenia, não foi totalmente descartada. As causas das doenças eram atribuídas à mestiçagem, implicando que essas condições afetavam essa população em maior proporção devido ao seu perfil biológico e cultural. Essa compreensão torna-se mais evidente na afirmação: “O discurso racista frequentemente atribuía o atraso e muitos dos problemas brasileiros à ‘má-formação étnica’ da população” (Koifman, 2012, p. 27).

Entretanto, nem todos os intelectuais viam o mestiço como um degenerado. Oliveira Vianna, um dos formuladores do CIC, era favorável à imigração de grupos como portugueses e espanhóis, os quais eram considerados com um coeficiente de miscigenação ideal (Koifman, 2012; Queiroz, 2013). Nesse contexto, é fundamental ressaltar a análise de Silva (2016) e Cicalo (2015). Segundo Cicalo (2015, p. 105): “O discurso dominante tornou-se uma ideologia nacionalista de mestiçagem e democracia

racial, e a promessa de que o desenvolvimento industrial seria a solução para os problemas sociais do Brasil”. Silva (2016) destaca que um dos problemas dessa conjuntura foi o papel do Governo Vargas em estabelecer um “silêncio racial”. O discurso da democracia racial promoveu a ideia de tolerância, mas muitas das percepções defendidas pelos intelectuais ligados a Vargas “tentaram abafar” os problemas raciais existentes no Brasil.

O professor Kabengele Munanga enfatizou os prejuízos gerados pelo ideário de mestiçagem e branqueamento, argumentando que esses conceitos roubaram “dos movimentos negros, o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos” (Munanga, 2019, p. 25).

Gomes e Paixão (2008) advertem que os estudos genéticos mostraram que não existem raças biológicas, o que inviabiliza definir quem é considerado preto ou branco. Como seria, então, definida essa taxa de mestiçagem de que o brasileiro seria portador? Além disso, ressalta-se que os brasileiros não foram os primeiros povos miscigenados na história da humanidade. Partindo do princípio de que existem diferenças físicas, os autores argumentam: “se é bem verdade que raças não existem, as aparências físicas entre grupos de seres humanos efetivamente existem”. E complementam: “Desse modo, os diversos tipos de seres humanos possuem vários tipos de cabelos, tonalidade de cor de pele, alturas, formatos faciais e de olhos, entre outras características que são transmissíveis intergeracionalmente” (Gomes; Paixão, 2008, p. 186).⁸

Segundo Guimarães (2004), a ideia da miscigenação contribuiu para que, até os anos 1960, o preconceito de cor e raça fosse amplamente discutido no Brasil, e o racismo fosse visto apenas como uma “doutrina ou ideologia política”. Acreditava-se que as mudanças trazidas pela modernização e pela sociedade de classes iriam superá-lo. Porém, essa visão começou a mudar na década de 1970, quando pensadores como Abdias do Nascimento redefiniram o que era racismo. A historiografia mais recente contribuiu por meio de estudos sobre a escravidão e o período pós-abolição. No âmbito do paradigma das “relações raciais”, destacam-se os trabalhos de historiadores como “João Reis (2003), Sidney Chaloub (1990), Manolo Florentino (1997), Laura de Mello e

⁸ De acordo com Oracy Nogueira (2006, p. 292): “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca”.

Souza (1989) e Hebe Mattos (2000), entre outros. Esses historiadores têm enfrentado com absoluto êxito esse desafio” (Guimarães, 2004, p. 32).

Em suma, a Revista do CIC contém um amplo e diversificado repertório de textos sobre o (i)migrante ideal, ou seja, o trabalhador ideal. São posicionamentos que convergem e divergem em vários aspectos, algumas vezes aproximando-se da Eugenia, outras se afastam, mas sem se desconectar totalmente dela. Médicos, antropólogos, juristas, entre outros, buscavam colaborar sob o argumento de que o objetivo era solucionar questões relacionadas à baixa densidade demográfica do país, como a colonização e a escassa oferta de mão de obra.

Como mencionado anteriormente, não havia unanimidade quanto ao perfil do trabalhador ideal, tampouco em relação à valorização do trabalhador nacional. O nordestino, por exemplo, poderia resolver o problema da ausência de mão de obra, mas era visto com desconfiança devido à sua origem étnico-racial. Ao mesmo tempo em que a ideia de uma “democracia racial” era vista como um fator positivo, o mestiço ainda gerava suspeitas entre alguns intelectuais, seja por razões biológicas ou culturais. Apesar disso, o CIC e seus colaboradores não eram unânimes em considerar o europeu como o trabalhador ideal para o Brasil.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A dimensão retórica da historiografia*. In: Pinsky, Carla; Luca, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 235.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, p.101-130, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Wg67CVZ6NmbJTJLzMvQLcwy/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do

Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DEBASTIANI, Jesiane. A Política Imigratória Brasileira na Revista de Imigração e Colonização. *Revista: Em Tempos de Histórias (PPGHIS/UNB)*, Brasília, n. 32, jan./jul. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14704/13026>. Acesso em: 20 out. 2024.

DIWAN, Píetra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. 2. ed., 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

FERRO, Sérgio Pessoa. O estado brasileiro e as relações étnico-raciais no pensamento de Oliveira Vianna. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 184, n. 493, p. 207-233, 2023. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/75>. Acesso em: 17 out. 2024.

FISCHER, Brodwyn. Quase pretos dito pobres? Race and Social Discrimination in Rio de Janeiro's Twentieth-Century Criminal Courts. *Latin American Research Review*, v. 39, n. 1, February 2004. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/quase-pretos-de-tao-pobres-race-and-social-discrimination-in-rio-de-janeiros-twentiethcentury-criminal-courts/B383E1046C321F04E65EA84469C6D17E>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FLEURY, Maria Dóris Simões. “A Boa Raça Europeia e Branca”: representações do imigrante nas páginas da Revista de Imigração e Colonização (1940-1952). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/63622>. Acesso em: 14 set. 2023.

GARFIELD, Seth; College, Bowdoin. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42. 200. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/5WGW9qddWRkHSnkrckzLHrx/>. Acesso em: 19 out. 2022.

GOMES, Flávio; Paixão, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 171- 194, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13231/10110>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2004, V. 47, n. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/B8QfF5wgK3gzDNdk55vFbnB/>. Acesso em: 02 out. 2022.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. *O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912 – 1926)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102410>. Acesso em: 26 ago. 2024.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno*. Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

SILVA, Leonardo Ângelo Silva. A Classe Trabalhadora tem Cor: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987). *NORUS*, v. 4, n.5, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/sociologicos/article/view/3058>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As Idéias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 6, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cqF46>. Acesso em: 4 abr. 2022.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, ago. 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/1218386/Coloniza%C3%A7%C3%A3o_miscigena%C3%A

[7% C3% A3o e quest% C3% A3o racial notas sobre equ% C3% A3o e tabus da historiografia brasileira.](#) Acesso em: 18 de outubro de 2024.

Fonte

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (RCIC), n. 1, 3 e 4, 1942; n. 2 e 3, 1946; n. 2, 1947, n. 1; 1950.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution- Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 31/06/2024
Aprovado em: 13/12/2024

O ronco da cuíca: Estado Novo e (contra) discurso através dos fonogramas (1937 – 1942)¹

*Arthur DUPIM*²

Resumo: O presente artigo busca compreender as diferentes maneiras que o Estado Novo se apropriou do samba enquanto gênero musical fundamentalmente nacional. De modo que, a partir dos fonogramas mapeados no acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS – RJ) e do Instituto Moreira Salles, entende-se que, apesar do projeto varguista, o samba também empreendeu e veiculou canções que contradizem o discurso estatal de valorização do trabalho e da nação. Para tal reflexão, optamos por realizar a análise lírica e semântica de quatro canções compostas entre 1937 - 1942 que aderiram ou negaram o discurso oficial para compreender as particularidades do projeto cultural varguista e sua aproximação ao samba.

Palavras-chave: Samba, identidade nacional, análise de fonogramas.

¹ O artigo que segue é fruto de uma monografia finalizada no ano de 2024 com o título “A cara do Brasil”: samba e identidade nacional na Era Vargas (1930 – 1945).

² Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro na Faculdade de Formação de Professores. UERJ-FFP. São Gonçalo. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5089791958910238>
E-mail: arthurdupim565@gmail.com

The cuíca rumble: New State and (counter) discourse through phonograms (1937 – 1942)

Abstract: This article aims to understand the various ways in which the Estado Novo (New State) appropriated samba as a fundamentally national musical genre. Through an analysis of phonograms from the collections of the Museum of Image and Sound (MIS – RJ) and the Instituto Moreira Salles, it is argued that despite the Vargas regime's agenda, samba also produced songs that contradicted the state's discourse of valorizing labor and the nation. To explore this, the study focuses on analyzing four songs composed between 1937 and 1942 that either adhered to or resisted the official discourse, aiming to grasp the nuances of the Vargas regime's cultural project and its relationship with samba.

Keywords: Samba, national identity, phonogram analysis

1 – Afinando os tambores: delimitação e contextualização da pesquisa

Ao longo dos sete primeiros anos do governo Vargas, a tônica de seu governo não se demonstrava enquanto uma ditadura. Todavia, a partir de 1937 e em curso até a derrubada de Vargas em 1945, o regime se caracteriza dentro da fase estadonovista. De modo que, segundo Maria Helena Capelato, o que justificaria essa virada seria um acúmulo de políticas de massas esquematizadas desde 1930 como uma resposta ao liberalismo. Nesse sentido, urgia a ascensão de um líder forte e carismático para suscitar maneiras de controlar a sociedade a partir de um Estado forte e responsável por criar uma identidade nacional coletiva através da arte (CAPELATO, 2007, p. 107 – 145).

Nota-se que o período estadonovista continuará ecoando a proposta de uma identidade nacional adequada ao regime. De modo que, uma característica deste período, visando atingir tal finalidade e, concomitantemente, produzir um discurso de legitimação da ditadura será o uso dos meios de comunicação e a censura. Tal ensejo atingirá jornais e periódicos que, por sua vez, foram sistematicamente silenciados e impedidos de tecer críticas ao regime. Não obstante, salientasse que estes meios de comunicação acabaram se dividindo entre o apoio e a oposição ao regime. De modo que, enquanto o primeiro grupo procurava legitimar as ações autoritárias do regime e colaborar com a construção da imagem política de Vargas enquanto um líder carismático e que governava junto com o povo, o segundo – opositor – estará sob ameaças de ser atingido pela censura a qualquer momento (CAPELATO, 2007, p. 118).

Visando garantir o êxito do controle cultural e midiático, Vargas, através do decreto-lei nº 1915 de 27 de dezembro de 1939 irá fundar o Departamento de Imprensa e Propaganda. Sendo que, as origens deste dispositivo remontam ao ano de 1934, onde o regime irá defender o uso do rádio, do cinema e dos esportes para realizar a educação moral e cívica da população. Em tempo, o DIP se estruturou em cinco grandes polos de atuação: divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa e deveriam realizar o controle e fiscalização das expressões artísticas do país (VELLOSO, 2007, p. 145 – 181).

Ângela de Castro Gomes acrescenta que será dentro deste cenário em que o Estado irá se aproximar do samba e da música popular a partir do silenciamento e readaptação de suas características originais. Como por exemplo, a figura do malandro,

tema tão presente nos sambas de outrora e ligado à desvalorização do trabalho, a partir do Estado Novo, ele será caracterizado como regenerado e, em adição, procura-se introduzir no samba valores que façam uma positivação sobre o trabalho (GOMES, 2005, p. 244).

Dado esta introdução sobre a conjuntura do país entre 1937 a 1945, o artigo que se apresenta abaixo pretende analisar quatro composições do período a fim de esmiuçar a relação entre samba e censura. Entendemos que essa relação deve ser analisada com atenção a fim de compreender que, mesmo sob um contexto de controle cultural em que o Estado irá elencar o samba para servir aos interesses ideológicos do regime, também se veicularam canções do gênero que não se alinham a tais fundamentos.

De modo que, para realizar a análise, procuramos os fonogramas nos acervos do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ) e no site discografia brasileira - <https://discografiabrasileira.com.br/> -, mantido pelo Instituto Moreira Salles (IMS). A escolha por esses arquivos se justifica devido a sua ampla disponibilidade de materiais, bem como a organização dos fonogramas a partir das gravadoras, intérpretes e arranjos musicais utilizados. Em tempo, para a seleção das fontes fonográficas utilizadas nesta pesquisa monográfica, privilegamos a captura dos significados semânticos e imagens construídas pelos compositores dos sambas e como tais composições dialogavam com o contexto político e social durante o Estado Novo.

Por fim, para auxiliar a compreensão do leitor, as canções analisadas serão divididas em três grupos analíticos denominados, respectivamente, como nação, trabalho e resistência. Visando assim, compreender as tensões entre discurso estatal e o (contra) discurso apresentado pelos sambistas durante um período ditatorial.

2 – Nação: O Sorriso do Presidente – Alcir Pires Vermelho e Alberto Ribeiro; Intérprete: Déo (1942)

O caráter ufanista dos sambas voltados para a construção do nacionalismo estadonovista não se limitou apenas a exaltar as paisagens naturais do Brasil³. De modo que, em o sorriso do presidente, composta sobre o contexto de atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda, enxerga-se uma tentativa de enaltecer a exuberância natural

³ Ver: BARROSO, Ary. *Aquarela do Brasil*. Intérprete: Francisco Alves. Rio de Janeiro: ODEON, 1939, Fonograma.

do país e, ao mesmo tempo, construir uma figura carismática ao redor de Getúlio Vargas. Vejamos a letra deste samba para analisa-lo a seguir:

Quem já sondou o teu céu
E já viu o seu mar
Eu sei que não poderá querer
Outro céu nem outro mar.
E sob a bênção do azul
E aos beijos do mar
Vive sempre a sonhar.
É bem maior que o próprio céu
E maior que o próprio mar
O seu amor por ti
Há um sorriso feliz
Alegrando o país
Onde eu nasci⁴.

A partir desta canção, vemos que a ideia geral desta composição apresenta a narrativa de um eu lírico impressionado pelas paisagens descritas pela música, mais especificamente, os céus e o mares do país. Desta forma, ainda sob este sentimento de encanto, o eu lírico irá afirmar, categoricamente, que não existem chances de trocar a paisagem brasileira por nenhuma outra, estendendo esse julgamento para qualquer outro indivíduo que passe pela mesma experiência.

Nos trechos finais da composição, aponta-se que por trás de todo esse cenário estonteante existe um sorriso feliz que alegra o país, esse sorriso seria o de Getúlio. De modo que, o uso desta categoria se insere em um contexto de construção da imagem de Vargas enquanto um grande e indiscutível líder nacional e que, a partir de tais notoriedades, Vargas governaria em conjunto com a população (GOMES, 2005, p. 219).

Compreendemos que, a partir do samba analisado, observa-se traços de uma dominação a ser exercida a partir do carisma. Segundo Max Weber, a dominação exercida por um grupo sobre outro seria a probabilidade de construir uma legitimidade para que uma classe se submeta a outra

. Nesse sentido, Weber distingue três grandes categorias de dominação – legal, tradicional e carismática - que, vale ressaltar, não atuam de maneira isolada na

⁴ RIBEIRO, Alberto & VERMELHO, Alcir Pires. *O sorriso do presidente*. Intérprete: Déo. Rio de Janeiro: COLUMBIA. 1942. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/disco/55228/columbia-55336> . Acesso em: 10 nov. 2024.

sociedade, podendo interagir e se mesclar mediante a atuação dos grupos sociais (WEBER, 1956, p. 128).

A autoridade carismática baseia-se na “crença” no profeta ou no “reconhecimento” que encontram pessoalmente o herói guerreiro, o herói da rua e o demagogo, e com eles cai. E, todavia, sua autoridade não *deriva* de forma alguma desse reconhecimento por parte dos submetidos, mas ao contrário: a fé e o reconhecimento são considerados um *dever*, cujo cumprimento aquele que se apoia na legitimidade carismática exige para si, e cuja negligência castiga. Sem dúvida, a autoridade carismática é uma das grandes forças revolucionárias da História, porém em sua forma totalmente pura tem caráter eminentemente autoritário e dominador (WEBER, 1956, p. 136).

A partir do modelo weberiano de dominação, compreendemos que “o sorriso do presidente” se relaciona com uma tentativa de dominação carismática pois, retornando a fonte, a paisagem natural bela que o Brasil possui estaria condicionada a figura do presidente, que, não só zela por ela, mas o faz com alegria e visando guiar a sociedade junto com ele, construindo assim, dentro da perspectiva defendida por Max Weber, uma submissão voluntária a partir do reconhecimento das qualidades deste líder (WEBER, 1956, p. 135).

Essencialmente, o uso de um apelo simpático atrelado a uma figura política, para determinadas linhas historiográficas seria uma ação populista. De modo que, embora compreenda-se que esse conceito já fora criticado por uma série de historiadores, acreditamos que é válido realizar uma menção à tal debate afim de mostrar as suas atualizações.

Segundo Maria Helena Capelato, embora o uso deste conceito tenha sido útil para compreender o populismo latino-americano, ele acabou perdendo sua força explicativa com o correr dos estudos sobre o tema. De modo que, a autora justifica esse decaimento a partir da compreensão de que tal ideia não considerou devidamente as diferenças nacionais entre os países latino-americanos e tão pouco abarcou em seu uso as especificidades e dimensões conjunturais do período em que se pretendia analisar (CAPELATO, 2010, p. 132).

A concepção adotada pelo sociólogo Gino Germani – teoria da modernização – também será criticada. Para este autor, o populismo seria uma espécie de necessidade fundamental no contexto latino-americano para concretizar a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial. Nesse sentido, Norberto Ferreras criticara Germani ao constatar que o termo populismo acabou ganhando uma conotação

ambígua e pejorativa, sendo utilizada apenas para rebaixar determinada ideologia política, perdendo assim, seu status científico (FERRERAS, 2011, p. 216 – 217). Nesse sentido, procuramos compreender que o populismo enquanto conceito já fora demasiadamente criticado, porém, segundo Capelato, este debate retoma, em alguns pontos, a importância de privilegiar as características nacionais, vejamos:

As análises que, nas últimas décadas, retomaram o estudo do chamado populismo estão trilhando um caminho inverso ao percorrido na elaboração das interpretações generalizantes: privilegiam as particularidades nacionais e os recortes mais específicos, sem, contudo, perder de vista a totalidade na qual se inserem. A reconstituição histórica em perspectiva comparada de vários “populismos” pode contribuir para a compreensão dos aspectos comuns, bem como das especificidades (CAPELATO, 2010, p. 141).

Logo, retornando ao objeto da canção, compreendemos que o apelo ao “sorriso” do presidente se torna um uso carismático e que auxiliou na construção de uma imagem populista de Vargas. Todavia, esse apelo também acabará condicionando o indivíduo enquanto alguém passivo e facilmente impressionável, retirando deste a sua agência.

3 – Trabalho: O Bonde de São Januário – Aaulfo Alves e Wilson Batista; Intérprete: Ciro Monteiro (1940)

Notadamente, o varguismo procurou tecer uma relação simbiótica com o trabalho. De modo que, se conseguimos anteriormente observar o ufanismo como um eixo da política cultural do Estado Novo, outro fator fundamental será a exaltação do ato de trabalhar, sendo o DIP um departamento fundamental para a fiscalização e censura de sambas que fugissem deste padrão.

Adiciona-se a esse quadro inicial as inclinações ideológicas da política cultural do Estado Novo. Ao passo que, a construção desta política remonta com a derrocada do mito cientificista e ascensão do pensamento nacionalista a partir da década de 1920, onde os intelectuais modernistas passam a se preocupar em buscar as raízes da brasilidade. Tal procura irá resultar na entrada destes artistas dentro dos órgãos estatais apenas na década de 1930, a partir da compreensão de que este seria o responsável por manter a ordem e garantir o funcionamento harmonioso da sociedade (VELLOSO, 2007, p. 148).

Logo, outro fator que irá se fazer presente na concepção cultural do Estado Novo será o culto aos grandes personagens e a história “oficial”. De tal maneira, percebe-se que o regime busca compreender a brasilidade a partir do trabalho e da cultura popular, conforme aponta Velloso em:

No estado novo, a questão da cultura popular, a busca das raízes da brasilidade ganha uma outra dimensão. O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e de reflexão. Assim, a busca da brasilidade vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais. Temos, então, a história dos grandes vultos, das grandes efemeridades, do Brasil “impávido colosso” (VELLOSO, 2007, p. 172)

Compreendidas as bases da política cultural do Estado Novo, o samba de Alves e Batista apresenta uma narrativa que elogia o trabalho, revelando que este ato traz diversos benefícios em detrimento da vadiagem. Vejamos a letra:

Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu quem vou trabalhar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu quem vou trabalhar
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz, vivo muito bem
A boêmia não dá camisa a ninguém, é, vivo bem
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz, vivo muito bem
A boêmia não dá camisa a ninguém, é, vivo bem⁵

A interpretação de que este samba está fazendo uma alusão positiva ao ato de trabalhar pode ser observada logo na primeira estrofe. De modo que, o eu lírico realiza uma equação entre trabalhar e ter razão, enfatizando que isso seria um valor fundamental e introjetado no comportamento do trabalhador. Assim como, a segunda e

⁵ ALVES, Ataulfo; BATISTA, Wilson. *O Bonde de São Januário*. Intérprete: Ciro Monteiro. Rio de Janeiro: RCA VICTOR. 1940. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/disco/48777/victor-34691> . Acesso em: 10 nov. 2024.

terceira estrofe – *O bonde são Januário / leva mais um operário / sou eu quem vou trabalhar* – repetidas sequencialmente, procuram apontar, segundo Cláudia Matos, duas características sobre a rotina de ir trabalhar e os valores comportamentais que o trabalhador sob a ideologia estadonovista deveria nutrir: a repetição e a massificação (MATOS, 1982, p. 92).

Desta forma, a menção ao bonde São Januário auxilia na construção de uma ideia que integre o deslocamento ao trabalho como algo do cotidiano deste eu lírico. Imaginando que este utiliza diariamente o bonde para ir e voltar do trabalho – e realiza este deslocamento com alegria e animação – e, em seguida, a perspectiva de Matos aponta que os versos *leva mais um operário / sou eu quem vou trabalhar* constroem a ideia de massificação. De modo que, o operário da canção seria apenas mais um entre um coletivo de trabalhadores que tomam este bonde e, pacificamente vão trabalhar para servir o país através deste ato. Ângela de Castro Gomes irá esmiuçar essa relação entre trabalhador e Estado em:

O trabalho deveria ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de “ganhar a vida”. Isto implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado (GOMES, 2005, p. 201)

O julgamento moral que a narrativa deste samba expressa se dá a partir da tentativa de mudar o comportamento do eu lírico. Uma vez que, os trechos *antigamente eu não tinha juízo / mas resolvi garantir meu futuro* revelam que o operário citado nem sempre foi um cidadão modelo. Uma vez que, podemos relacionar esse passado marcado pela falta de juízo como um sinônimo de malandragem. Porém, os valores deste malandro se cruzam com os princípios do mundo do trabalho e, em uma relação marcada por idas e vindas, ele adere ao mundo do trabalho e se regenera⁶ – *garante o futuro* - e, em tempo, o personagem da canção constata que seguir uma vida honesta garante a ele segurança financeira – *a boêmia não dá camisa a ninguém* – e felicidade a partir da renúncia à boêmia.

⁶ Sobre as encruzilhadas entre trabalho e malandragem no Estado Novo, sobretudo a ideia de malandro regenerado, Adalberto Paranhos aponta que tal temática não é fruto dos esforços culturais da fase estadonovista da Era Vargas, mas que já era anterior ao período. Ver: PARANHOS, *Op. Cit.*, p. 122 – 123.

De tal maneira, a partir de Benedict Anderson, compreendemos que os símbolos seriam elementos fundamentais para a construção identitária de determinado grupo, pois seriam capazes de construir uma lógica afetiva ao grupo. Logo, aplicando-os a composição de Alves e Batista, os signos *bonde*, *operário* e *camisa* serão elementos que compõem a identidade do trabalhador desta canção. Porém, esses estão colocados em oposição à boêmia e a vadiagem, justamente para reforçar que o processo de regeneração do eu lírico – alguém que já foi malandro e agora se alinhou ao cânone do trabalho – fora exitoso e que, por extensão, a partir deste referencial teórico, compreende-se que uma das características deste trabalhador será construída em oposição a outro tipo de valores: os da malandragem (ANDERSON, 2008, p. 34).

4 – Resistência: Acertei no Milhar – Wilson Batista e Geraldo Pereira; Intérprete: Moreira da Silva (1940)

Em *acertei no milhar*, temos uma narrativa que irá, sutilmente, ironizar o discurso oficial acerca da regeneração do malandro pelas vias do trabalho, mas também, colocar em questão o enriquecimento financeiro através da atividade laboral. Evidenciando concretamente que o trabalho não seria suficiente para eximir as hierarquias entre as classes, mas sim, para ser possível que o trabalhador alcance esse local, talvez só o mundo dos sonhos possa garantir a ele uma melhoria financeira.

Vejamos a letra:

Etelvina, minha filha
O que é Morengueira?
Acertei no milhar
Ganhei quinhentos contos
Não vou mais trabalhar
Você dê toda a roupa velha aos pobres
E a mobília podemos quebrar
(isso é pra já)
Etelvina
Vai ter outra lua de mel
Você vai ser madame
Vai morar num grande hotel
Eu vou comprar um nome, não sei onde
De Marquês Morengueira de Visconde
E um professor de francês, monamour
Eu vou trocar seu nome
Pra Madame Pompadour
Até que enfim agora eu sou feliz

Vou passear a Europa toda até Paris
E os nossos filhos, oh que inferno
Eu vou pô-los no colégio interno
Me telefone pro Mané do Armazém
Porque não quero ficar
Devendo nada a ninguém
E vou comprar um avião azul
Para percorrer a América do Sul
Mas de repente, mas de repente
Etelvina me chamou
Está na hora do batente
Mas de repente, Etelvina me chamou
Foi um sonho, minha gente⁷

O samba de Geraldo Pereira e Wilson Batista, composto em 1940 se enquadra liricamente no grupo de composições cujo tema seria a regeneração dos malandros (MATOS, 1982, p. 114). Em adição, torna-se importante apontar que tal característica da composição se localiza, cronologicamente, em um período que sucede a exaltação do samba malandro, isso é, segundo Tiago de Melo Gomes, entre a virada da década de 1920 e começo dos anos 30, onde ainda se enxergava os morros e os malandros como personagens portadores da cultura popular em sua essência (GOMES, 2004, p. 184).

Retornando a fonte, enxergamos que através deste samba satírico e caricatural podemos perceber a linguagem de fresta acerca da malandragem. De modo que, a partir do diálogo que Morengueira estabelece com Etelvina para falar sobre um sonho, enxerga-se um tom cômico sobre os personagens narrados. Destaca-se ainda, que a composição irá apresentar imagens que ajudam a visualizar a oposição entre a vida do rico e a vida do pobre, ao passo que, enquanto o primeiro está ligado ao luxo parisiense, viagens de avião, aulas de francês e o poderio financeiro de colocar os filhos em um colégio interno, ao segundo, as imagens que se referem a ele seriam o batente, as dívidas e a ânsia de pagar elas com rapidez.

Primeiramente, o disparate da canção – e motivo para o sonho de Morengueira – parte dele ter ganho quinhentos contos por ter acertado omilhar no jogo do bicho, prática ligada a contravenção em 1946 e que se difundiu largamente entre as camadas

⁷BATISTA, Wilson; PEREIRA, Gerado. *Acertei no milhar*. Intérprete: Moreira da Silva. Rio de Janeiro: ODEON, 1940. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/disco/37363/odeon-11883>. Acesso em 10 nov. 2024.

populares do Rio de Janeiro⁸. Em adição, a primeira ação do burguês Morengueira, da fantasia, será abandonar o trabalho. Para que em seguida, na segunda estrofe, podemos identificar uma ironia sobre o comportamento burguês que recém ascendeu economicamente a partir do desejo de falar francês e trocar de nome a partir da escolha de títulos que combinem com a nova realidade do eu lírico – *Marquês Morengueira de Visconde / Madame Pompadour* – conferindo a ele um maior prestígio social a partir da ostentação de elementos europeus, mais precisamente, franceses (MATOS, 1982, p. 116).

Já na terceira estrofe, o eu lírico irá apresentar novamente uma afeição por Paris a partir do desejo de viajar para o estrangeiro. Todavia, para realizar esse movimento e sustentar a aparência de *nouveau-riche*, o burguês em ascensão Morengueira não vê problemas em mandar os filhos para o colégio interno, evidenciando um sentimento discutível deste burguês sonhado conforme sublinha Matos em:

Tal como o “*nouveau-riche*”, o sujeito proletário quer ser o que não é. Sonha ser um burguês brasileiro, que, por sua vez, sonha garantir legitimidade social imitando um aristocrata francês. Só que a distância que separa o proletário do Palace Hotel é bem maior do que a que separa o “*nouveau-riche*” de verdade de Paris. Enquanto a sátira da burguesia assenta sobretudo na denúncia da futilidade e da ostentação falsificada, a do proletário que sonha, parece dirigir-se mais à ingenuidade do sonho, que afinal não passava de sonho. Quando ele acorda, já “está na hora do batente” (MATOS, 1982, p. 117)

Finalizando o samba, o eu lírico é surpreendido com o fim do sonho e o chamado ao batente. De modo que, esse chamado faz com que os sonhos de ostentação se esvaíam e as barreiras sociais se coloquem em primeiro plano. Assim, Batista e Pereira irão apontar por meio do samba analisado que o sistema capitalista é marcado por barreiras e hierarquias intransponíveis para um trabalhador poder usufruir de uma vida abastada. Elegendo assim, o sonho como o local ideal para superar a fronteira entre a vida abastada e a proletária, colocando em questão, evidentemente, o ideal estadonovista de valorização do trabalho enquanto um meio de ascender socialmente através do esforço individual (MATOS, 1982, p. 118; PARANHOS, 2005, p. 155).

⁸ Para compreender o contexto de formação do jogo do bicho, ver: MAGALHÃES, Felipe Santos. O início do jogo do bicho entre os séculos XIX e XX. In: *Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito. Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960)*. Tese (Programa de pós-graduação em história) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2005, cap. 1.

5 - Resistência: Tenha pena de mim – Babaú e Ciro de Souza; Intérprete: Aracy de Almeida (1937)

Contrariando o discurso do trabalhismo que irá trazer o trabalho enquanto um instrumento dotado de superioridade moral e cívica, o samba “tenha pena de mim” traz consigo uma antítese para tal ideologia. De modo que, o eu lírico se lamenta por trabalhar, vejamos a letra para realizar a análise:

Ai, ai, meu Deus
Tenha pena de mim!
Todos vivem muito bem
Só eu quem vivo assim
Trabalho, não tenho nada
Não saio do miserê
Ai, ai, meu Deus
Isso é pra lá de sofrer
Sem nunca ter
Nem conhecer felicidade
Sem um afeto
Um carinho ou amizade
Eu vivo tão tristonha
Fingindo-me contente
Tenho feito força
Pra viver honestamente
O dia inteiro
Eu trabalho com afinco
E à noite volto
Pro meu barracão de zinco
E pra matar o tempo
E não falar sozinho
Amarro essa tristeza
Com as cordas do meu pinho⁹

O contexto de publicação deste samba é peculiar, pois, parte do encontro entre Ciro de Souza - compositor oriundo do bairro de Vila Isabel – e do então anônimo Valdomiro José da Rocha, o Babaú, que resolveu mostrar ao Ciro de Souza um samba que esboçará. A parceria deu certo e o samba foi lançado para ser tocado no carnaval de 1937, o primeiro sob o Estado Novo¹⁰.

⁹ BABAÚ; SOUZA, Ciro de. *Tenha pena de mim*. Intérprete: Aracy de Almeida. Rio de Janeiro: RCA VICTOR, 1937. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/44984/tenha-pena-de-mim>. Acesso em: 10 nov. 2024.

¹⁰ Detalhe: o nome original da composição foi alterado, pois a censura costumava vetar o emprego da palavra Deus nos títulos das músicas. Com Deus ou sem Deus, porém, “Tenha pena de mim” seguiu sua trilha em direção ao sucesso, estabelecendo, como se pode imaginar, uma profunda relação de empatia

Em tempo, os elementos semânticos deste samba se abrem a partir de um lamento do eu lírico pela sua condição paupérrima apesar de trabalhar regularmente – *tenha pena de mim! / todos vivem muito bem / só eu quem vivo assim / trabalho, não tenho nada / não saio do misere* – e somado a este lamento inicial, o eu lírico constata que o trabalho faz com que ele esteja privado de conhecer outros sentimentos como felicidade, afeto, carinho ou amizade.

Conforme vimos anteriormente, um dos eixos da ideologia do trabalhismo se dão a partir de uma atribuição positiva ao ato de trabalhar. De modo que, a identidade do trabalhador ideal seria o indivíduo que realiza o seu ofício e utiliza do labor para elevar-se moralmente e servir ao país.

No samba *tenha pena de mim*, observamos que esse tipo ideal é prontamente descartado pelo eu lírico quando ele atesta que vive triste e fingindo felicidade, fazendo forças para trabalhar e viver honestamente. Não obstante, a partir deste fingimento, o eu lírico confessa que sua situação socioeconômica ainda é ruim – *e à noite volto / pro meu barracão de zinco* – e encontrará afago nas lembranças da malandragem sintetizadas na imagem do pinho, elemento característico dos malandros do Estácio. Ou seja, mesmo que o eu lírico procure integrar o mundo do trabalho, este local não lhe completa ou faz com que se esqueça de suas origens (PARANHOS, 2005, p. 129 – 130).

A partir das reflexões de Carlo Ginzburg, compreendemos que é possível relacionar o samba interpretado por Aracy de Almeida com este quadro teórico. De modo que, por meio desta recusa e lamúria sobre o ato de trabalhar, o eu lírico da canção irá sustentar suas ideias frente a uma conjuntura que prega justamente o contrário daquilo que ele lamenta. Logo, em outros termos, tem-se expresso uma cultura subalterna que, ao invés de se apequenar ao ser deparada com a cultura dominante, se utiliza desta para propagar o seu discurso (GINZBURG, 2006, p. 193).

6 – Discurso em desalinho: conclusões rumo a dispersão do cortejo

A partir do exposto, procuramos compreender as complexificações da política cultural varguista a partir do Estado Novo. De modo que, buscou-se explicar como que o samba se inseriu dentro deste contexto ditatorial, em que, a partir da análise de

com a massa da população trabalhadora/sofredora, e convertendo-se, momentaneamente, numa espécie de hino dos escanteados. In: PARANHOS, *Op. Cit.*, p. 129.

fonogramas, entendemos que, mesmo sob esse cenário, o samba não se curvou totalmente aos caprichos do regime e do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Em um primeiro momento, identificamos que o nomeado “bloco do nacionalismo” será marcado pela ramificação do samba exaltação. De modo que, o samba analisado e encaixado neste bloco foi o sorriso do presidente. Em que, a composição de Alberto Ribeiro e Alcir Pires Vermelho é marcada por uma caracterização de Vargas como um líder carismático, utilizando-se de seu sorriso acolhedor para zelar pela nação, inferindo – a partir de uma leitura populista – que o povo deposite passivamente sua confiança aos caprichos e a ação de Vargas. Todavia, vale frisar que a acepção clássica do populismo enquanto um fenômeno de massas pautado unicamente pela submissão já foi criticado pela historiografia, apontando-o enquanto um conceito generalista e que não considera a agência da sociedade para resistir e propor outras maneiras de se inserir nas dinâmicas políticas e, tampouco o conceito irá considerar as especificidades nacionais dos países latino-americanos.

Por sua vez, o “bloco do trabalho” também fará coro com o discurso oficial. De modo que, os sambas selecionados para compor este bloco convergem a partir da concepção positiva do ato de trabalhar – corroborando com o conceito de trabalhismo, cunhado por Ângela da Castro Gomes – e de como, a partir desta ação, o indivíduo pode auxiliar diretamente o governante. Não obstante, observamos que Vargas procurou desarticular um dos personagens centrais do samba da primeira metade do século XX – o malandro – e atribuir a ele a ideologia do trabalhismo, ou seja, com o Estado Novo, o malandro será incorporado à nação a partir de um processo de regeneração em que ele deixará o mundo da malandragem para adentrar no universo do trabalho.

Logo, vale frisar que, mesmo com as tentativas do Estado Novo em controlar a cultura nacional – sobretudo através do DIP – também ocorreram, simultaneamente, brechas para que um discurso contrário ao da ideologia oficial continue a se propagar. É o que procuramos demonstrar no terceiro e último bloco de análises, nomeado de “bloco das resistências”. De modo que, a partir das composições mapeadas e analisadas, identificamos que a presença de um discurso em desalinho aos padrões estadonovistas se faz presente na composição ironizar o ato de trabalhar e o trabalhador, apontar o caráter hierárquico da sociedade de classes e lamentar o fato de que, mesmo com o

trabalho, este não será responsável por suprir todas as necessidades materiais e subjetivas do indivíduo.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman, São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilía Neves (orgs.) *O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 107 – 145.

_____. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 132.

FERRERAS, Norberto. A sociedade de massas: os populismos. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 216 - 217.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição / Carlo Ginzburg; tradução: Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no Milhar: Samba e Malandragem nos Tempos de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. *Samba e identidade nacional: das origens à era Vargas*. 1ª edição, São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilía Neves (orgs.) *O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 145 – 181.

WEBER, Max. Die dreireinen Typen der legitimen Herrschaft. In: *Wirtschaft und Gesellschaft*. 4ª ed, organizada e revista por Johannes Winkelmann. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II, p. 551 – 8. Tradução por Gabriel Cohn. p. 128.

Teses e dissertações

MAGALHÃES, Felipe Santos. O início do jogo do bicho entre os séculos XIX e XX. In: *Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito. Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960)*. Tese (Programa de pós-graduação em história) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2005, cap. 1.

PARANHOS, Adalberto de Paula. *Os Desafinados: Sambas e Bambas No Estado Novo*. Tese. (Programa de Pós Graduação em História Social) – PUC/SP, São Paulo, 2005.

Revistas

TRAGTENBERG, Maurício. O pensamento de Max Weber. *Revista de História*, São Paulo, v. 32, n. 65, p. 175, 1966. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1966.124027. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/124027>. . Acesso em: 2 maio. 2024.

GOMES, Thiago de Melo. Gente do samba: malandragem e identidade nacional no final da Primeira República. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 5, n. 9, p. 171–198, jul. 2004.

Fontes Fonográficas

ALVES, Ataulfo; BATISTA, Wilson. *O Bonde de São Januário*. Intérprete: Ciro Monteiro. Rio de Janeiro: RCA VICTOR. 1940. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/disco/48777/victor-34691> . Acesso em: 10 nov. 2024.

BATISTA, Wilson; PEREIRA, Gerado. *Acertei no milhar*. Intérprete: Moreira da Silva. Rio de Janeiro: ODEON, 1940. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/disco/37363/odeon-11883> . Acesso em: 10 nov. 2024.

RIBEIRO, Alberto & VERMELHO, Alcir Pires. *O sorriso do presidente*. Intérprete: Déo. Rio de Janeiro: COLUMBIA. 1942. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/disco/55228/columbia-55336>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BABAÚ; SOUZA, Ciro de. *Tenha pena de mim*. Intérprete: Aracy de Almeida. Rio de Janeiro: RCA VICTOR, 1937. Fonograma. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/44984/tenha-pena-de-mim>. Acesso em: 10 nov. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution- Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 15/07/2024
Aprovado em: 14/02/2025

O trabalhismo como linguagem e cultura política: por uma história da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas (1948 – 1954)

Maycon Douglas Vieira DOS SANTOS¹

Resumo: O principal objetivo do presente trabalho é apresentar as linguagens políticas da *Revista do Rádio*, bem como da classe dos radialistas. O intuito é, primordialmente, encarar o trabalhismo de Vargas não apenas como uma categoria analítica de um dado período, mas também como uma linguagem e cultura política, que operou de formas diversas, adentrando no universo radiofônico, fazendo desta linguagem base para suas ações e atuações. Analisarei os números que tratam especificamente da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas, expressões organizativas dos trabalhadores do rádio que dialogavam com a cultura política trabalhista. Dois órgãos que, segundo a revista, foram ações que visavam à união da “classe radiofônica”, o que também estava em sintonia com o que era de mais basilar no trabalhismo varguista.

Palavras-chave: Rádio, trabalhismo, Getúlio Vargas, Revista do Rádio.

¹ Doutorando e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). USP. São Paulo. SP. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4739-7813>. E-mail: mdougllas0@gmail.com

Laborism as a language and political culture: towards a history of the Brazilian Radio Association and the Radio Workers' Union (1948 – 1954)

Abstract: The main objective of this work is to present the political languages of Revista do Rádio, as well as that of the radio broadcasters. The aim is, primarily, to view Vargas' laborism not only as an analytical category of a given period, but also as a political language and culture, which operated in different ways, entering the radio universe, making this language the basis for its actions and performances. I will analyze the numbers that deal specifically with the Brazilian Radio Association and the Radio Workers' Union, organizational expressions of radio workers who dialogued with labor political culture. Two bodies that, according to the magazine, were actions aimed at uniting the “radiophone class”, which was also in line with what was most fundamental in Vargas laborism.

Keywords: Radio, labor, Getulio Vargas, Radio Magazine.

Introdução

Pode uma revista expressar uma linguagem ou uma cultura política de uma dada época? Foi partindo desse questionamento que procurei esquadrihar minha fonte principal de pesquisa: a *Revista do Rádio*². Periódico especializado em assuntos do universo radiofônico, foi criado em 1948 por Anselmo Domingos, editor-chefe e escritor de radionovelas daquele período. O periódico contava, geralmente, com 50 páginas. A capa vinha com fotografia de artistas de rádio, principalmente mulheres. Embora a revista tenha dedicado suas páginas para falar da vida íntima de artistas do rádio, ela não deixou de apresentar suas respectivas linguagens e culturas políticas.

Uma cultura política seria um conjunto de referentes que estão formalizados no seio de um partido ou de um determinado grupo social, ou seja, um código que se torna inteligível numa dada sociedade e num dado momento da história, sob o qual operam as linguagens e os comportamentos políticos. Não há, portanto, uma cultura política que esteja descolada de seu tempo histórico, pelo contrário, se constitui a partir da lógica espaço temporal na qual é formulada (BERSTEIN, 1998).

Ao folhear as páginas da *Revista do Rádio*, encontrei inúmeras publicações dedicadas a tratar das atuações da Associação Brasileira de Rádio (A.B.R.) e do Sindicato dos Radialistas. O que observei foi o engendramento dessas reportagens com uma linguagem e cultura política bastante específicas: o trabalhismo. Segundo Ângela de Castro Gomes, foi mobilizado um pacto entre as classes trabalhadoras e o governo varguista, onde a legitimação de seu governo se daria a partir da adesão consciente dos trabalhadores à lógica trabalhista, e em contrapartida, caberia ao Estado garantir o funcionamento das leis trabalhistas criadas nesse período (GOMES, 2005).

Essa lógica construiu duas importantes representações: a primeira é a figura paternalista de Vargas, podendo até mesmo dizer que trabalhismo é sinônimo de “getulismo” (GOMES e D'ARAÚJO, 1989); a segunda é a imagem do trabalhador como ator político, o que invariavelmente moldou os sentidos que a categoria “trabalho” possuía até então. Trabalho e trabalhador, leis trabalhistas, todas estas categorias passaram a fazer parte da linguagem política vigente naquela época, e que produziu uma

²Todos os números da revista utilizados na presente análise podem ser encontrados na página da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Link para acesso: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-radio/144428>.

cultura política que não se conteve com a deposição de Vargas em 1945. A cultura política trabalhista, forte nos anos 1950 entre as massas populares urbanas (que, aliás, constituíam a maioria dos ouvintes de rádio), dava o tom e a tinta para as “páginas revisteiras” da *Revista do Rádio*?

Segundo Elias Palti, “uma linguagem política não é um conjunto de ideias ou conceitos, mas um modo característico de produzi-los” (PALTI, 2020, p. 13). Ou seja, para além da criação, invenção de ideias e conceitos para enquadrar determinadas ações políticas, uma linguagem política é, antes de qualquer coisa, uma construção de narrativa, que independe da concretização das ações enquadradas por ela.

Tomemos como exemplo a categoria “trabalho”, que no Brasil do período imperial possuía uma forte carga negativa, e que segundo Ângela de Castro Gomes, tornou-se no período varguista, um instrumento de construção da nacionalidade. Essa mudança de sentido, essa inversão na operação foi engendrada na “invenção” do trabalhismo. As novas formulações que há sob as categorias de trabalho e trabalhadores, é o que está sendo aqui denominado como uma “linguagem política trabalhista”. Essa linguagem incorporou e inseriu “o trabalhador” brasileiro, principalmente da zona urbana, no cenário político nacional (ANGELI, 2016).

Logo, o que está sendo levantado como questão principal é que o trabalhismo, além de uma ideologia fundada na ditadura do Estado Novo, é uma linguagem política, ou seja, um sistema de referências e representações de um universo político onde a palavra “trabalho” passava a ser, em certa medida, o “motor da história”, e o trabalhador brasileiro passou a ter suas reivindicações legitimadas, e seus direitos de cidadania atrelados às políticas sociais gestadas pelo Estado varguista, em que pesem todas as insuficiências e contradições dessa relação.

Ainda segundo Angela de Castro Gomes, o culto ao trabalho em nossa sociedade se inicia anteriormente ao governo Vargas, mais precisamente com o fim da escravidão e no alvorecer da República. O trabalho esteve sempre ligado a aspectos negativos, visto que eram os negros escravizados que “trabalhavam”. Logo, “a operação implicava inverter os sinais pelos quais a categoria trabalho era identificada na sociedade de então. O trabalho não mais poderia ostentar o sinal da desgraça e do atraso, como acontecia na escravidão” (GOMES, 2005, p. 23). Já na década 1930, houve um esforço institucional

para inverter essa lógica, tornando o trabalho como o que “dignifica o homem”, formulando, a partir do “roubo da fala” (PARANHOS, 1996) dos trabalhadores pelo Estado varguista, as relações entre estes e as classes trabalhadoras.

Logo, o principal objetivo do presente trabalho é compreender de que maneira a Revista do Rádio apropriou-se do trabalhismo enquanto linguagem política, fazendo desta linguagem base para suas ações no contexto do universo radiofônico. Analisarei os números que tratam especificamente da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas, expressões organizativas dos trabalhadores do rádio que dialogavam com a cultura política trabalhista. Dois órgãos que, segundo a revista, foram ações que visavam à união da “classe radiofônica”, o que também estava em sintonia com o que era de mais basilar no trabalhismo varguista.

Associação Brasileira de Rádio, um órgão de (primeira) classe

A A.B.R. foi fundada em 1944. Ali no alvorecer da República Democrática, surgia uma organização que tinha por pretensão ser um agregador dos membros dessa mesma classe, que segundo a *Revista do Rádio*, “na boca do povo tudo era bom, menos o pessoal do rádio. A designação generalizada da ‘gente do rádio’ tinha um sentido pejorativo”³. Assim, em uma reunião com diversos radialistas, em 1944, foi criada a A.B.R. que, sob as palavras de Anselmo Domingos, seria o órgão “mais ideal da classe” dos radialistas.

A *Revista do Rádio* se colocou no papel de informar aos seus leitores, obviamente formado também por radialistas, cantores, artistas, enfim, “gente do rádio”, sobre os feitos, propostas e ações da A.B.R. Não à toa, o próprio editor-chefe, na primeira edição, teceu as seguintes palavras: “já temos enfim o que se pode chamar um órgão da classe. Resta que todos nós cooperemos. Não se compreende um radialista fora da associação”⁴. Os radialistas retratados no periódico, primeiramente, se enxergavam enquanto classe, ou pelo menos, houve um grande esforço regido pela *Revista do Rádio* em formular este sentimento entre os pares. Seguidamente, o próprio semanário apresentou diversas entrevistas com radialistas nas quais eles também se referiam à

³Revista do Rádio, n. 65, 5 de dezembro de 1950, p. 30.

⁴Revista do Rádio, n. 1, fevereiro de 1948, p. 3.

"classe radialista", ou aos "trabalhadores do rádio", o que revela a maneira como se enxerga enquanto tal.

Partindo do pressuposto de que podemos encarar os radialistas como classe, circunscrevem-se também as práticas e ações que visavam, principalmente, à concretização de suas vontades e anseios. Outrossim, enquanto esta classe estava "se fazendo", eles reconheciam entre si as demandas que diziam respeito aos radialistas, e quais formas de organização (e associação) melhor poderiam atender a estas respectivas demandas. Foi estampado, por diversas vezes, pequenos "lembretes" aos leitores sobre a importância da associação como um "órgão de classe", tais como na imagem a seguir:

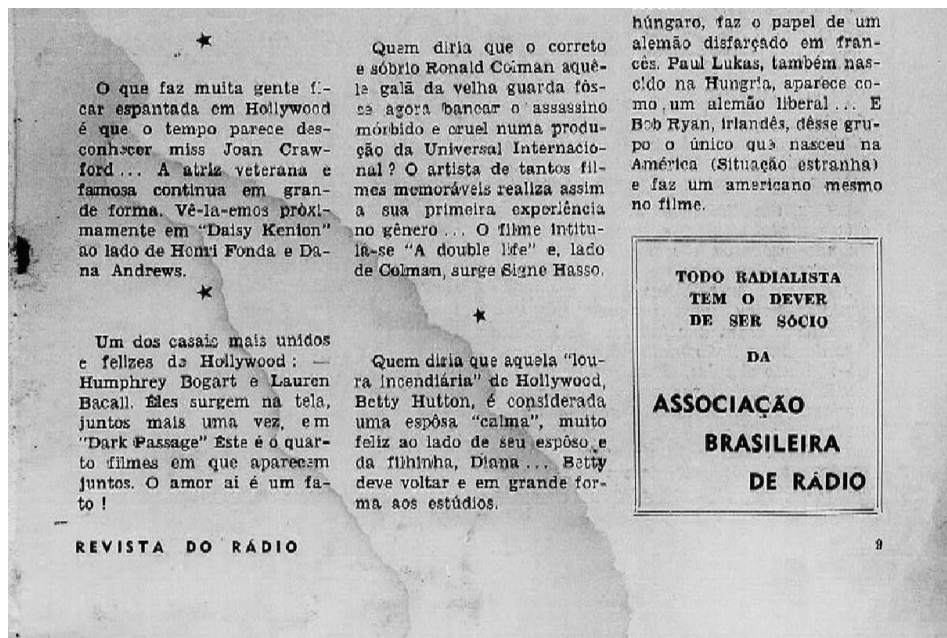


Imagem 1: Trecho da *Revista do Rádio* que apresenta um "lembrete" aos radialistas sobre a Associação Brasileira de Rádio. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Esses avisos, colocados não de maneira despretensiosa, revelam um claro posicionamento político dos editores da revista quanto à adesão cooperativa (e corporativa) dos radialistas à associação, visto que tornar-se membro dela era um "dever de todo radialista". No entanto, o que os editoriais da revista demonstravam é que, no final dos anos 1940, segundo as palavras de Anselmo Domingos, a classe dos radialistas era composta por uma desunião generalizada. Nas palavras do editor-chefe,

Não vamos ao ponto de elevar a Associação Brasileira de Rádio o órgão perfeito e ideal da classe [...] O maior mal dos radialistas é a desunião. Sabem que existe uma sociedade da classe — boa ou má — e ao invés de nela se congregarem para a fortalecer e conduzir aos seus verdadeiros rumos, preferem fazer política menos recomendável,

qual seja a de combater de fora, sem construir, sem cooperar, sem dar um pouco do seu trabalho, da sua parcela imprescindível [...] A prova está em que no mês findo a A.B.R. comemorou mais um aniversário de fundação e raríssimos radialistas souberam disso. É uma lástima.⁵

O que vemos neste editorial é a significativa indignação de Anselmo quanto ao tipo de política que os próprios radialistas faziam, por ao invés de congregarem, a criticavam “do lado de fora” O que nos leva à seguinte pergunta: teve a *Revista do Rádio* algum papel no sentido de congregar em um periódico os interesses de uma “classe” que ainda operava com os sinais voltados para desunião? O que já fica evidente é que o semanário radialista possuía entendimentos precisos sobre política, uma linguagem adensada no trabalhismo varguista.

A A.B.R., enquanto um órgão que deveria congrega os interesses dos radialistas, não teve vida fácil, o que acabou encontrando forte resistência dos trabalhadores do rádio em se tornarem membros, pelo menos em fins da década de 1940. A situação passou a ter significativa melhora no contexto do segundo governo Vargas. Embora não haja relação direta entre Getúlio e a adesão mais expressiva de radialistas na associação, a volta de Getúlio ao jogo político, agora como presidente democraticamente eleito, fortalecia a linguagem do trabalhismo dentro do universo radiofônico.

Existe uma significativa insistência por parte da revista, pelo menos ao longo de 1949, para os radialistas e artistas de rádio se associarem à A.B.R., seja entrevistando os diretores da associação, onde eles indicavam a importância dela para a vida e profissão dos radialistas, ou, por outro lado, para insinuar a desunião dos radialistas frente ao estimado órgão da classe. Já em abril de 1950, é publicado que

Talvez o maior mal do rádio, da sua gente, seja a desagregação. Nunca se supôs que uma associação de classe, como a ABR, tivesse por destino ter de viver mais pelo entusiasmo de quatro ou cinco. O resto, verdade crua, não se inflamou até agora. Houve um sopro forte, espécie de ‘vai ou racha’, quando Getúlio em seu tempo lhe deu uma ajuda de mão beijada. Mas caímos depois na realidade, voltou a associação a viver de suas mensalidades e raríssimas rendas eventuais. Temos uma sede, bonita, central, mas não temos quase associados. Temos um nome pomposo, uma classe simpática, popular, mas não há cooperação. Um mal do rádio, um defeito de sua gente.⁶

⁵ Revista do Rádio, n. 9, novembro de 1948, p. 3.

⁶Revista do Rádio, n. 31, 11 de abril de 1950, p. 3.

Ora, se o principal “defeito” da “classe radiofônica”, sob a ótica de Anselmo Domingos, era a desunião, provavelmente, aqueles que diariamente trabalhavam no rádio, e que não eram as “estrelas”, cantores, locutores, estavam mais ainda na margem dessa classe. E ao que parece, a revista pretendia alcançar os corações daqueles que labutavam no rádio sem o reconhecimento, visto que não eram “cartazes”, pois trabalhavam nos bastidores. Acredito que o semanário de Anselmo queria também comunicar-se com essa parcela dos “trabalhadores do rádio”.

O nome de Getúlio foi citado para exemplificar que, no período em que estava no poder, mais especificamente no final da ditadura do Estado Novo, a A.B.R., ao ser fundada, recebeu “uma ajuda de mão beijada”. Em outros termos, Getúlio Vargas doou uma quantia expressiva de cruzeiros para os cofres da associação, o que lhe rendeu o título de presidente honorário. Ora, no mesmo ano em que A.B.R. surgia, estava a ditadura varguista caindo em ruínas. Cai o ditador, mas não o seu o seu prestígio (FERREIRA, 1998). Prova disso reside no fato de que este mesmo Getúlio, que estava saindo da cena política, não deixou de ser alçado como “presidente”, o que revela também o prestígio que possuía perante os radialistas.

Parece, a meu ver, que a *Revista do Rádio* selecionou certos aspectos da linguagem trabalhista, tais como a formação de associações e sindicatos, ou das formulações das ideias de “união de classe”, que eram bastante alardeadas na ditadura do Estado Novo, para, definir e defender os seus próprios interesses. Ora, por mais que haja o reconhecimento de uma “ajuda” por parte de Getúlio, não houve uma subserviência entre os radialistas para com Vargas. Isto quer dizer que, e talvez por conta do próprio contexto “democrático”, existia um esforço por parte da Associação e da Revista em buscar uma autonomia de classe.

Fica então escancarada uma postura mais “trabalhista” do que “getulista”. Há uma combinação, às vezes tensa, entre as duas facetas da liderança varguista. A primeira implicava autonomia, ainda que relativa, e a segunda, adesão personalista. Ou seja, na tessitura das ações e proposições políticas dos radialistas há algo de “trabalhismo”, mas que extrapola os limites desta linguagem, visto que os mesmos, ou pelo menos a A.B.R. e a própria revista em tornar a linguagem radiofônica mais democrática e participativa possível. Quando o semanário se esforçava para alcançar os

“trabalhadores do rádio”, e tentava convencer de que a associação era o órgão ideal da classe, acredito que o cálculo político foi aprendido através das bases do trabalhismo. Ainda em 1950, em um editorial escrito por Anselmo Domingos, ele escreveu que,

Por que não se inicia uma tarefa de conagração? Precisa o rádio mostrar ao público que a classe é vasta porém coesa. Já há tempos se falou que o mal da A.B.R. seria o de estar nas mãos dos patrões do rádio. Já agora parece-nos que não mais prevalece esse sentido. Vamos pois! Compenetrem-se os radialistas de que todos reunidos, valem muito. A Associação é nossa, vamos trabalhar por ela!⁷

O editor-chefe, pois, explorou os sentidos do entendimento de classe, que seria o antagonismo de outra, a “dos patrões do rádio”, que não dominavam mais a diretoria da associação, pelo menos segundo seu ponto de vista, o que também ratifica a ideia de que o conagração deveria ocorrer a quem diariamente labora por meio do rádio. Portanto, por não haver mais o domínio já citado, não haveria motivos concretos para que os radialistas não se comprometessem em se unir, visto que a “associação é nossa”. A ideia de trabalhar por ela também traz algo da memória do trabalhismo de Vargas. Trabalho e os trabalhadores são pilares fundamentais para formulação da linguagem trabalhista e aqui é evocado por Anselmo para que se “trabalhe” ao ponto de tornar-se a associação, de fato, o ideal órgão de “conagração” entre os radialistas.

No número 65 foi publicada a história da fundação da A.B.R. Também foram estampadas diversas fotografias, principalmente quando de suas primeiras reuniões. Nas palavras de Demostenes Gonzalez, cronista radiofônico, “nascida do idealismo de alguns, a Associação Brasileira de Rádio é hoje uma realidade que constitui orgulho para a classe radiofônica”⁸. Gonzalez também destacou que o termo “gente de rádio” era, pelo menos nos anos 1940, utilizado de maneira pejorativa e preconceituosa, onde os radialistas eram interesseiros e só pensavam em fama, ou algo assim. Porém, “foi aí que alguém lembrou de que os trabalhadores do rádio deveriam ter a sua associação”⁹, e segundo o que foi publicado, em 1944 nascia a A.B.R., cujo principal interesse era “cuidar dos que verdadeiramente trabalhassem no rádio”.

A *Revista do Rádio*, ou seus respectivos editores, parecem estar formulando nas páginas que se dedicavam em tratar dos assuntos da associação, uma pomposa trajetória

⁷ Revista do Rádio, n. 32, 18 de abril de 1950, p. 3.

⁸ Revista do Rádio, n. 65, 5 de dezembro de 1950, p. 3.

⁹Revista do Rádio, op. cit.

da A.B.R., que embora tenha por principal obstáculo a falta de união entre os radialistas, conseguiu “graças ao dinamismo e a inteligência de Vitor Costa”, concretizar alguns serviços assistenciais para a classe radiofônica. As intenções, acredito, do semanário em falar de uma história da associação é, talvez, justamente se utilizar de prerrogativas de uma tradição que se instaurou entre os radialistas, para justificar o porquê de sua associação.



Imagem 2: Trecho da reportagem sobre a história da Associação Brasileira de Rádio, n. 65, dezembro de 1950. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

As fotografias estampadas na reportagem combinam com o que está sendo descrito como os serviços prestados pela A.B.R.: assistência médica e jurídica. Esse assistencialismo, traço característico da linguagem trabalhista, foi proposto na notícia como uma espécie de “benefício” para os radialistas associados, ou seja, sob a ótica da revista, a Associação, graças ao desempenho de Vitor Costa, foi capaz de entregar à classe direitos “trabalhistas”, que provavelmente não teriam por outras vias, visto que a profissão de radialista ainda não era reconhecida como tal. Logo, o ofício da associação,

que se vinculava em sua essência com o trabalhismo varguista, nutria-se dele para promover suas próprias ações associativas.

Nota-se que as diversas ocorrências a respeito da A.B.R., bem como seus feitos, quase sempre eram destacadas na revista logo nas primeiras páginas, mais especificamente, na seção onde o próprio editor-chefe era quem a escrevia. Isto quer dizer, talvez, que Anselmo Domingos tinha por preocupação divulgar e falar sobre a A.B.R. para que seus leitores, que também eram “gente do rádio”, soubessem o que seu “órgão de classe” estava realizando e concretizando em prol da classe radialista. Outro feito noticiado pelo semanário foi sobre o maior “congraçamento” dos radialistas para então alcançar, sob a ótica do editor-chefe, “o espírito de classe”. Em maio de 1951, é publicado a seguinte notícia

Indiscutivelmente, vem a nova diretoria da Associação Brasileira de Rádio levando a efeito obra digna de encômios, notadamente pelo muito que já realizou em apenas tão pouco tempo de trabalho. Do novo corpo de dirigentes da Casa do Radialista, o qual tem à frente Manoel Barcelos, atual presidente, muito espera a classe dos trabalhadores do microfone e tudo indica que essa diretoria corresponderá em tudo por tudo aos seus anseios. Assim é que, em menos de sessenta dias de mandato, já a Associação Brasileira de Rádio acaba de inaugurar seu Serviço de Assistência Odontológica, o que representa a realização de uma das maiores aspirações da entidade dos radialistas.¹⁰

O contexto vivido no país e que repercutia também sobre a classe dos radialistas era o do retorno de Getúlio ao poder, agora eleito democraticamente. As expectativas geradas eram muitas. O semanário também, que se mostrava ainda que timidamente entusiasmado com a volta de Vargas ao poder, não deixou de estampar o otimismo quanto à liderança de Manoel Barcelos. Era um tempo de mudanças, tanto no cenário político nacional, quanto no universo radiofônico brasileiro.

O periódico parece ter interpretado um ponto de virada no que dizia respeito à unidade classista da “gente do rádio”: o que antes parecia ser somente desunião, desacordo e desalinho dos trabalhadores do microfone, agora, e através da vitória de Manoel Barcelos e seus primeiros feitos como presidente da Associação, apontava para a concretização de seus anseios. Além disso, o Serviço de Assistência Odontológica entra em sintonia com aspectos da linguagem do trabalhismo, sendo encarada por Anselmo Domingos como uma das “maiores aspirações” da entidade dos radialistas.

¹⁰Revista do Rádio, n. 86, 1 de maio de 1951, p. 12.

E o semanário prosseguiu estampando as mais diversas realizações da associação, tais como o campeonato de futebol entre os radialistas, a doação de brinquedos para os filhos dos radialistas, a construção do Hospital do Radialista, bem como todos os bailes e desfiles promovidos pela Associação para o coroamento da Rainha do Rádio, concurso este também organizado pela entidade. Isso, somado à reeleição de Manoel Barcelos, levou ao entendimento de que a classe radiofônica estava mais unida.

E não apenas, mas também demarcou os traços de assistencialismo, que era tipicamente característico da linguagem do trabalhismo varguista, e que em larga medida, encontrou nas ações da A.B.R. formas de se atualizar num outro contexto, e como venho ressaltado ao longo do presente trabalho, a linguagem trabalhista não operava automaticamente e totalmente alinhados aos preceitos varguistas, mas sim, com características que ganham certa particularidade dentro do universo dos radialistas.

No próximo tópico, tratarei especificamente de um outro órgão que também se colocou como representante dos “trabalhadores do rádio”, qual seja, o sindicato dos radialistas. A proposta é semelhante: verificar como a linguagem do trabalhismo adentrou as formas representativas da radiofonia brasileira, além de averiguar as dimensões apresentadas pela *Revista do Rádio* sobre, por exemplo, uma suposta “necessidade” de haver além de uma associação, um sindicato.

Sindicato dos Radialistas, não dos mandões, mas dos que labutam no rádio

É possível também esquadrihar, a partir das publicações da *Revista do Rádio*, o significativo alinhamento político desta com os preceitos fundamentais da linguagem trabalhista/varguista. Ainda mais quando se atenta à forma como o semanário retratou a tamanha “necessidade” de ter um Sindicato dos Radialistas, valendo também ressaltar que a A.B.R e o sindicato dos radialistas poderiam realizar concretamente o modelo de organização getulista para o rádio. Diferentemente da A.B.R, o sindicato dos radialistas não passava de um desejo e vontade de “poucos radialistas”, ou da própria Revista que, neste momento, se colocou também no papel de falar para a “gente do rádio” sobre a pretensa inevitabilidade de se ter um sindicato.

Um dos aspectos fundantes e constituintes do trabalhismo varguista era a adoção do corporativismo, bem como do sindicalismo. Na década de 1930, principalmente quando na ditadura do Estado Novo em 1937, Vargas e seu Ministério do Trabalho construíram, através de um aparato político-institucional, uma série de medidas que visavam a incorporação das classes trabalhadoras no cenário político, e dentre essas medidas, a sindicalização oficial, tutelada pelo Estado e sendo ele mediador dos conflitos classistas. Sobre o corporativismo, que segundo a Ângela Maria Carneiro de Araújo, fora do tipo inclusivo, ela nos diz que

esta política continha uma dimensão positiva de concessão de benefícios, de atendimento concreto de certos interesses desta classe e que, principalmente no que dizia respeito à construção das estruturas corporativas, ela necessitava, para sua concretização, de certa aquiescência dos trabalhadores (ARAÚJO, 2002, p. 30).

Araújo também concorda que ainda nos 1930, as classes trabalhadoras não aderiram à lógica trabalhista de forma direta e automática, se submetendo ao governo Vargas ou de sua figura paternalista, sem antes realizar um cálculo de benefícios que, segundo Gomes (2005), foi de exígua importância para o firmamento do pacto entre o Estado varguista e as classes trabalhadoras. A *Revista do Rádio*, porta-voz da classe dos radialistas, e sendo ela também alinhada à linguagem do trabalhismo varguista, a utilizou para informar e formar em suas páginas as conquistas e os anseios do meio radiofônico, e dentre estas, a suposta “necessidade” de um sindicato. A primeira vez na Revista em que é mencionado sobre essa questão foi em 1948, logo nos primeiros editoriais, que segundo Anselmo Domingos,

Não é de hoje que se pensa fazer o sindicato dos que trabalham no Rádio. Mas tudo não saiu ainda do terreno das cogitações, porque infelizmente, em matéria de união os radialistas do Brasil ainda não mostraram lá grandes exemplos. Estamos nos referindo aos trabalhadores. Os patrões não. São mais unidos [...] Trata-se do Sindicato das Empresas de Radiodifusão. Isso quer dizer nada mais nada menos que eles, os donos, os patrões, os mandões, estão plenamente organizados dentro da Lei, para o que der e vier. Os empregados não. E vá a gente tentar convencê-los de que o **Sindicato é uma necessidade**. Ninguém aparece para trabalhar. Mas quando for a hora de ‘malhar’ é um Deus nos acuda!¹¹

Vemos aqui, novamente, a incorporação da linguagem política trabalhista moldando as afirmações dos editores da Revista acerca de uma suposta necessidade da criação de um sindicato. Ora, de onde surgiu tal necessidade? Quando no Brasil passara

¹¹ Revista do Rádio, n. 8, outubro de 1948, p. 4.

a ser incentivada a formação de sindicatos como via de representação de grupos e classes sociais? Como dito anteriormente, a sindicalização como política institucional de cooptação (e repressão) das classes trabalhadoras viera da lógica trabalhista, fundamentada no traço corporativista e autoritário do regime de Vargas (GOMES, 2005b). Nesse percurso, se o sindicato e a união dos que trabalham no rádio era, para Anselmo, como uma necessidade, isto se explica, talvez pela linguagem e tradição política na qual ele se situava e ao mesmo tempo se baseava para operar os comportamentos políticos, tanto o seu quanto dos demais radialistas.

Através do antagonismo proposto pelo editorial supracitado, de por um lado existir um sindicato dos “patrões” e não daqueles que “trabalham no rádio”, se vislumbra uma divergência da proposta trabalhista de Vargas, qual seja, a de uma “união das classes” e da “paz e harmonia social”. Logo, a proposta de criação de um sindicato dos radialistas seria a de, principalmente, reunir as demandas específicas da classe, utilizando este vínculo corporativo - que seria uma característica do trabalhismo - para alcançar a união entre os “trabalhadores do rádio” e os respectivos benefícios que seriam alçados através dessa forma organizacional. Na prática, porém, percebeu-se que “os radialistas do Brasil não deram bons exemplos”.

Inclusive, vale comentar que, novamente, os sinais apresentados pela revista a respeito da organicidade da “classe radiofônica” eram, também nesse caso, de desunião. No ano de 1951, um editorial escrito por Anselmo Domingos, comentou sobre o assunto dizendo que

Há tempo, apareceu a boa nova no mundo radiofônico: a criação de um sindicato dos radialistas, destinado a congregar a gente do microfone nas questões mais específicas, fora do alcance da Associação Brasileira de Rádio, completando a assistência à gente do microfone [...] Por tudo isto, pensou-se que a sociedade de classe, de embrião, crescesse e atingisse a todas as necessidades dos radialistas, gente sacrificada em salários, apesar dos paradoxais ordenados de vinte a cinquenta mil cruzeiros, pagos a alguns.¹²

Junto a isto, percebe-se, através das palavras escolhidas por Anselmo, certa distinção com recorte classista, entre aqueles que são “sacrificados em salários” em contraposição aos “vinte mil cruzeiros pagos a alguns”. Este ponto em específico, ainda que pontualmente, se distancia do núcleo mais importante do trabalhismo de Vargas: a

¹² Revista do Rádio, n. 71, 16 de janeiro de 1951, p. 3.

pretensa “harmonia” entre as diferentes classes, e a solução dos conflitos através da união de todas elas perante a construção da nacionalidade. A formulação do trabalhismo pretendia tornar o Estado a fonte de conciliação, distanciando-se de qualquer preceito marxista de “luta de classes”. Claro, Anselmo não estava convocando os “trabalhadores” para se unirem e destronar seus patrões, mas, para defender seus interesses específicos da relação de trabalho.

No entanto, essa linguagem permanecia equidistante daquela dos tempos varguistas, na medida em que o periódico organizava e separava detidamente quem eram os “patrões” e os “trabalhadores” do rádio. Os primeiros possuíam um sindicato, estavam unidos para o que der e vier, diferente do outro lado da ponta, que permanecia desunido, sem nenhum compromisso de “trabalhar” para que os interesses classistas fossem atendidos. Porém, assim como ocorreu com a A.B.R., algo próprio do contexto vivido pelos radialistas passou a alterar as relações entre rádio e suas organizações de classe, mais especificamente ao longo do segundo governo Vargas. O semanário seguiu os anos 1951 tensionando por meios dos editoriais a “falta” que fazia um sindicato. Ainda segundo Anselmo Domingos,

Ainda constando com a assistência valiosa da ABR, nem por isso a gente do microfone prescinde da existência de um sindicato efetivo, que pugne pelos seus interesses, investindo nas questões de salários, melhorias de trabalho e reconhecimento de direitos, enfim, que só uma entidade sindical pode abordar com a certeza de sucesso [...] Realidade insofismável, empregando dezenas de milhares de técnicos e artistas, o rádio exige esta cobertura na legislação trabalhista. E ela virá se os próprios radialistas colocarem de lado o comodismo, trabalhando em prol do ressurgimento do seu sindicato... e das funções que lhe competem.¹³

Novamente, o editor-chefe da revista precisou sua linguagem política, deixando evidente seu entendimento sobre a questão que lhe parecia imprescindível gastar tinta e papel: um efetivo sindicato. Ora, apesar da avaliação de Anselmo Domingos para com a A.B.R. ser quase sempre positiva, ele compreendia que existiam determinadas demandas que somente um sindicato poderia, “com sucesso”, alcançar, sobretudo no que diz respeito à melhoria de salários e condições de trabalho. Ao final, tem-se evocação da ideia do trabalho e que, somente “trabalhando” será possível reacender a chama sindical dentro do meio radiofônico. Com alguma frequência, a ideia da laboração é destacada no periódico quando se tratava dessas organizações, ou de que a

¹³Revista do Rádio, n. 76, 20 de fevereiro de 1951, p. 3.

união da classe radialista somente seria possível se os trabalhadores radiofônicos trabalhassem por ela.

Em junho de 1951, o semanário publicou uma notícia sobre os preparativos que a classe dos radialistas estava realizando para as eleições da diretoria do Sindicato de Radiodifusão. Normando Lopes, que nesse período, venceu e se tornou o primeiro presidente do Sindicato, foi constantemente elogiado pela *Revista do Rádio*, o que não era nenhuma novidade, adentrando no rol das celebridades radiofônicas que o semanário destilava grandiosas congratulações. A primeira medida tomada por Normando Lopes e explorada pelo semanário foi a greve geral do rádio com o intento de melhorias salariais.



Imagem 3: Notícia sobre uma suposta greve geral dos radialistas, n. 150, 1952. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Essa greve ocorreria especificamente entre radialistas cariocas, e caso não houvesse o firmamento de um acordo entre os donos das emissoras, as rádios ficariam em completo silêncio, buscando assim forçar que os interesses dos radialistas fossem atendidos. Ainda de acordo com a reportagem, o motivo que levou a pleitearem por um dissídio coletivo foi o fato de o custo de vida não era compatível com os baixíssimos salários recebidos, não pelas estrelas e cartazes, mas por quem trabalhava nos bastidores radiofônicos.

O semanário, seguiu noticiando e publicando as ações promovidas pelo Sindicato dos Radialistas, e que por mais que estivessem no plano das cogitações, a revista, permaneceu tecendo elogios à entidade, sobretudo ao Normando Lopes, que está “vivamente empenhado na conquista de melhores salários para o pessoal do microfone”¹⁴.

A notícia ainda destaca que os radialistas, que lutavam por um aumento de quatro mil, não iriam “voltar atrás de suas pretensões”. Junto a isto, o semanário de Anselmo Domingos utilizava a força e influência que possuía para que a mensagem da greve chegasse a todos os cantos, quem sabe até nos “patrões” do rádio, certamente leitores da revista. Não tratou-se, portanto, de uma publicação ingênua, visto que o periódico deixava claro “paralisarão as novelas, locutores fecharão a boca e os cantores descansarão a garganta”¹⁵.

Como ressaltado ao longo do presente estudo, os “trabalhadores do rádio” e seus representantes, que tinha como um de seus expoentes Normando Lopes, na época presidente do Sindicato dos Radialistas, inebriaram-se da cultura e da linguagem política trabalhista, e nesse processo, eram estas interpretadas e encaradas de maneira a fazer um cálculo de benefícios que fosse favorável à classe.

Em dada entrevista publicada pela *Revista do Rádio*, Normando Lopes assegurou aos radialistas que o aumento salarial viria em breve, e que estava “trabalhando” para que fosse de fato concretizado, e a revista não deixou de tecer pomposos elogios frente à figura do presidente do sindicato, pois “quando se fala em aumento dos radialistas, vem à tona o nome de Normando Lopes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Radiodifusão do Rio de Janeiro (ou melhor Sindicato dos Radialistas)”¹⁶.

Os radialistas e artistas de rádio, amparados pela A.B.R. e o recém-criado Sindicato de Radiodifusão, passaram a construir relações de unidade, diferentemente das primeiras notícias retratadas por Anselmo, de que a classe fosse desunida. Com a atuação do sindicato e da associação, houve uma alteração nas ações políticas. Estavam, pois, lutando juntos por um aumento de salários, como estão também utilizando um

¹⁴Revista do Rádio, n. 153, 12 de agosto de 1952, p. 43.

¹⁵ Revista do Rádio, op. cit.

¹⁶Revista do Rádio, n. 164, 28 de outubro de 1952, p. 32.

recurso que até então estava “veladamente proibido” no período do Estado Novo, qual seja, as greves e os dissídios. A reivindicação por aumento salarial não foi exclusiva desse grupo, pois ao observar o próprio contexto, vemos que esta prática estava sendo tomada por outras classes trabalhadoras.

Ainda sobre o contexto histórico, durante o segundo Governo Vargas, sobretudo em 1953, estouraram inúmeras e intensas greves e dissídios coletivos das classes trabalhadoras. Durante esse período, segundo Juliana Martins Alves (2015), a greve era encarada pelas forças políticas como um “antidireito”, ou seja, por mais que legalmente era permitido que houvesse greves dos trabalhadores, na prática, o que houve no pós-Estado Novo, foi uma grande repressão frente aos movimentos operários. Com o retorno de Vargas ao poder, houve uma espécie de “reatualização” do discurso trabalhista, encarada nesse trabalho como uma readequação a partir da transformação deste discurso em linguagem política.

Ora, na antessala das grandes greves ocorridas em 1953, insurgiu dentro das classes radiofônicas reivindicações que levaram estas ao dissídio coletivo, ao passo que houve ameaças de algumas estações do Rio de Janeiro de “desligarem seus microfones”. Por mais que as greves fossem encaradas como um “antidireito”, vê-se que para além de uma resistência por parte de alguns radialistas, houve a reutilização do discurso trabalhista a favor de seus próprios interesses. A questão sobre o aumento de salário dos radialistas arrastou-se ao longo do mandato de Normando Lopes sem nenhuma resolução concreta:

Até o momento em que encerrávamos os trabalhos desta edição, o Sindicato dos Radialistas encaminhava aos canais competentes, no Ministério do Trabalho, o pedido de dissídio-coletivo para colocar artistas e técnicos do rádio do rádio em greve legal de protesto contra a decisão dos proprietários das emissoras, que decidiram não atender aos sucessivos apelos de aumento de salário para a classe [...] Dessa maneira, não aceitando os empregadores as pretensões já reduzidas do Sindicato, o rádio entrará em greve, silenciando por completo os microfones¹⁷

O que se evidencia ao longo das publicações da *Revista do Rádio*, principalmente quando ela se detinha a retratar as visões e as representações políticas de seus pares, seja o Sindicato ou a Associação, era uma harmoniosa e coesa construção imagética de uma classe unida, ou que estejam em vias de alcançar a tão esperada

¹⁷ Revista do Rádio, n. 165, 4 de novembro de 1952, p. 49.

“unidade da classe”. Prova disto está no fato de que o semanário vislumbrava que a dissidência e a vontade de realizar a greve vinham também daqueles e daquelas que menos apareciam nos cartazes do rádio, técnicos de som, enfim a “gente do rádio” que tanto o sindicato, bem com a A.B.R. queriam representar.

Considerações finais

Getulismo e trabalhismo, faces da mesma moeda, pelo menos em termos de linguagem política (GOMES e D’ARAÚJO, 1989), encontrou terreno fértil no universo radiofônico, ganhando contornos específicos no fazer político da “classe radiofônica”, bem como do semanário que aqui chamamos de “trabalhista”. Certamente a *Revista do Rádio* não levantava a bandeira trabalhista em sua plenitude, mas também, não deixou de noticiar as ações políticas de seus pares. Verifica-se, portanto, um evidente alinhamento com a linguagem política trabalhista, seja por meio das ideias e definições das categorias de trabalho, sindicato, associações, que foram engendradas através do trabalhismo, ou pelas representações de um Vargas amigo dos radialistas.

A Associação Brasileira de Rádio e o Sindicato dos Radialistas, amplamente divulgados na revista, são a prova cabal do tamanho alinhamento político destas com a linguagem do trabalhismo. A principal característica, herdada das práticas trabalhistas/varguistas, diz respeito a um tipo de organização corporativista e assistencialista, que visava, ainda na ditadura do Estado Novo, cooptar e tutelar as classes trabalhadoras. O que se pode concluir desta questão é que, o trabalhismo foi a linguagem política dos radialistas, representados pela A.B.R. e por um Sindicato, que travava batalhas para conquistar ganhos materiais para a classe. Ou seja, um trabalhismo que não era totalmente devoto ao Vargas.

Desde aumento de salário e organização de bailes para artistas de rádio, até a saga do Hospital do Radialista, as duas organizações representativas do meio radiofônico utilizavam do trabalhismo varguista como fonte de inspiração para agirem em prol de sua classe. A partir da análise empreendida neste trabalho, foi possível verificar que além de apoiar, a classe radiofônica soube canalizar aspectos da linguagem trabalhista para defender seus interesses. Para além de colocar-se para concorrer a

cargos políticos, sob a ligação direta com o partido de Getúlio, a classe de radialistas, estampados no periódico, conduziram suas práticas políticas, também, internamente ao rádio.

Referências bibliográficas

ALVES, Juliana Martins. Trabalho e Trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como "antidireito" (1951-1954). In.: *Revista de História*. São Paulo, n.º 172, p. 367-396, jan.-jun., 2015.

ANGELI, Douglas Souza. Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro. In: *Estudios Históricos*, Uruguai, n. 17, 2016.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e trabalhadores. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean P.; SIRINELLI, Jean. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

D'ARAUJO, M. C. *O segundo governo Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores 'querem': política e cidadania na transição democrática de 1945. In: *História Oral*, n. 1, 1998, pp. 169-19

GOMES, Ângela Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 65, 2005

PARANHOS, Adalberto de Paula. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution -Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 12/04/2024
Aprovado em: 22/07/2024

Resenha: Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio

Laura FERRAZ BASTOS¹

MOURELLE, Thiago; LAGO, Mayra; FRAGA, André (org.). *Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023. 299 p. ISBN 978-65-5905-639-2.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. UERJ. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8570601433159350>
E-mail: fblaura@hotmail.com

A presente resenha visa discutir o livro *Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio*, o projeto foi idealizado por pesquisadores do período com o fim de tornar a obra um instrumento de divulgação científica. Nesse sentido, o livro é um exemplo de produção de História Pública, alinhando a qualidade do conteúdo com a capacidade de divulgação. A publicação é composta por 50 capítulos, redigidos por mais de 50 autores diferentes sobre temas diversos que vão desde futebol à saúde mental dos pracinhas no pós-guerra. Essa amplitude de temas torna a obra uma referência completa para o governo Vargas.

O livro tem como público-alvo não só acadêmicos, como também a população em geral. Os autores envolvidos cumprem com esse objetivo de forma exemplar, conseguindo articular facticidade e debate historiográfico de maneira didática e acessível para além da universidade. Fica nítida a preocupação dos autores em facilitar a leitura ao público não especializado ao explicarem conceitos, termos, siglas que não são óbvios ao público leigo. Os capítulos podem ser lidos de forma individual, sem perda de compreensão sobre o assunto, uma vez que alguns aspectos são contextualizados repetidamente nos capítulos, tornando-os independentes entre si. Assim, pode ser usado tanto como consulta para temas específicos, quanto também como uma leitura generalizada sobre o período. As possibilidades de uso nas escolas também são interessantes, tanto na preparação de aulas expositivas quanto no uso como material paradidático a ser lido pelos alunos. A pluralidade de temas permitiria inclusive que os discentes escolhessem os capítulos que se conectassem com seus interesses pessoais como carnaval, literatura, futebol, entre outros.

O sumário é organizado de forma a manter em algum grau uma ordem cronológica, além de distribuir os capítulos com similaridades temáticas de maneira sequencial. Um exemplo disso é a ordem dos textos “Igreja Católica” “Periódicos católicos”, “Imprensa (1930-1937)” e “Movimentos sociorreligiosos”. Essa escolha torna a experiência de leitura da obra mais agradável e coesa.

Em geral, os autores reunidos reproduzem a mesma ideia de que a Revolução de 1930 representou uma ruptura institucional que construiu um novo projeto para a nação brasileira. Ao final de todos os capítulos, há um item denominado “saiba mais” com

indicações de referências bibliográficas para que o leitor possa se aprofundar mais no tema.

Passaremos agora a comentários pontuais sobre alguns capítulos, infelizmente não será possível abordar todos pela limitação de páginas da resenha.

Começando com a “Revolução de 1930”, Thiago Mourelle se preocupa em conceituar o termo “revolução” e justificar seu uso. De acordo com o autor, o uso da palavra nesse contexto é consagrado pela historiografia e tem o sentido de demonstrar a natureza intensa das transformações ocorridas. Neste capítulo, o autor faz uma contextualização do cenário político anterior à posse de Getúlio, além de tratar sobre as mudanças impostas pela chegada desse ao Palácio do Catete.

Em “Direito das mulheres e a proteção à maternidade” Isabelle Pires, Natália Esteves e Yasmin Bragança dão protagonismo aos movimentos feministas e trabalhadores no mérito pelas conquistas desses direitos. Durante o Governo Provisório, essas reivindicações ganharam força e o ativismo alcançou garantias como o sufrágio feminino, a licença-maternidade, os intervalos para amamentação, entre outras. As autoras deixam claro que os direitos adquiridos nesse período não são simples concessões dadas pelo governo de Vargas, mas sim fruto de pressões praticadas por um ativismo articulado com o projeto de nação que se construía.

Nos capítulos “Povos Indígenas”, “Questão racial”, “Futebol”, “Política de turismo” e “Literatura brasileira” a temática da construção de símbolos de uma identidade nacional é abordada pelos diferentes autores. Ao escrever sobre a questão indígena durante o Governo Vargas, Benedito Ribeiro traz a atuação dos grupos Galibi, Tikuna, Tembé, Palikur, Xucuru-Kariri e Terena como agentes capazes de articular, dentro das transformações institucionais impostas pelo Estado, seus interesses. Assim, o autor não trata os nativos como personagens passivos às decisões do governo, mas sim enfatiza aqueles que foram hábeis em jogar o jogo de Vargas. É esse movimento que o autor nomeia, citando Célia Xakriabá, de *práxis de resistência*. Uma abordagem semelhante é usada pelos autores Danilo Bezerra e Guilherme Faria no capítulo “Os carnavais”. Essa passagem trata do momento onde as escolas de samba ganharam espaço na nação e passaram cada vez mais a representar o carnaval brasileiro. Apesar

disso, a relação da sociedade com o samba era ambígua, ora com apoio, ora com repressão policial. É nesse contexto que sambistas buscam ascensão e legitimação social através de seu reconhecimento como agentes culturais, para isso foi relevante reproduzir o discurso do Estado através do uso de letras nacionalistas. Dentro dessa conjuntura, a Portela teve especial destaque no emprego de letras ufanistas que valorizavam a história e a natureza brasileiras, isso permitiu que o grêmio tivesse maior visibilidade. Desse modo, os autores enxergam os sambistas também como indivíduos mediadores de seus próprios interesses dentro das ações tomadas pelo governo.

O livro possui 5 capítulos que tratam diretamente sobre o trabalho durante o governo Vargas: “A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, “O Conselho Nacional do Trabalho durante o Governo Provisório”, “O Ministério do Trabalho e o trabalhismo”, “Trabalhismo e o Partido Trabalhista Brasileiro”, “O Movimento Operário Brasileiro”². Em “O Ministério do Trabalho e o trabalhismo” as autoras Karen Nunes e Mônica Pegoraro fazem um histórico daqueles que chefiaram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1930 e 1945 e o desenrolar de suas decisões na História Brasileira. Especial destaque é dado a Marcondes Filho, que ocupou o cargo de ministro entre 1941 e 1945 e foi responsável não só pela Consolidação das Leis do Trabalho, como também pela incansável divulgação de caráter pedagógico dos então novos direitos para a classe trabalhadora através do programa de rádio *Hora do Brasil*. É interessante notar como a autora Angela de Castro Gomes é frequentemente citada em vários capítulos por sua contribuição ao estudo do trabalhismo no Brasil, isso demonstra uma consonância teórica entre os trabalhos publicados.

A Segunda Guerra Mundial é tema de vários capítulos como “Educação e Patriotismo no Brasil em tempos de guerra”, “O Brasil e o cotidiano civil em tempos de guerra”, “Conflitos étnicos e relações de classe durante a Segunda Guerra Mundial” e “Saúde mental dos pracinhas no pós-guerra”. Em geral, os autores defendem que o estudo da experiência brasileira durante a guerra não pode ser limitada apenas ao campo

² Outros textos também abordam o assunto, como “Direito das mulheres e a proteção à maternidade” onde as autoras discutem ainda sobre outros direitos femininos além da esfera de trabalho e “Os Acordos de Washington e o despertar econômico da Amazônia” cujo foco está nas relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos e a extração de borracha durante a Segunda Guerra Mundial, mas também trata das condições de trabalho dos seringueiros.

de batalha, as alterações no cotidiano civil também devem ser analisadas. Marina Carvalho aborda especificamente as vivências em “O Brasil e o cotidiano civil em tempos de guerra”. A autora trata da militarização da vida civil, cita os “soldados da produção” – trabalhadores fabris comparados a combatentes - e os impactos nos costumes, alimentação e moda. No capítulo “Educação e Patriotismo no Brasil em tempos de guerra”, a autora Daviana da Silva argumenta que já estavam em andamento uma intensa formação educativa patriótica e uma política de mobilização de guerra. Isto é, ainda que o contexto tenha intensificado o discurso nacionalista, esse já era fortemente presente desde a instauração do Estado Novo em 1937. As ações realizadas pelo governo tanto na educação formal – como cartilhas patrióticas e execução do hino nacional nas escolas – quanto informal se refletiram na mentalidade dos estudantes do período, o que influenciou a mobilização estudantil durante a guerra. Em “Conflitos étnicos e relação de classe durante a Segunda Guerra Mundial”, Patrícia Alcântara trata de uma narrativa criada pelo Estado onde a conciliação entre patrões e operários seria crucial para o esforço de guerra. Assim, interesses antagônicos deveriam ser suprimidos pelo bem maior e a unidade do povo brasileiro deveria prevalecer. Para isso, foi útil delimitar inimigos internos a serem combatidos pela população - espiões e súditos do eixo. Enquanto a cultura nacional era cada vez mais valorizada, estrangeiros e seus descendentes se tornaram alvo de desconfiança e eram perseguidos.

Os capítulos “O pensamento autoritário brasileiro”, “O Judiciário e a repressão política (1934-1937)”, “Cultura jurídico-penal no Estado Novo”, “Os departamentos de propaganda e censura”, “Corporativismo e Estado Corporativo” e “A atuação das polícias políticas” enfocam no aspecto autoritário do governo Vargas. No primeiro destes capítulos, Luis Rosenfield e Anna Coelho veem a origem do autoritarismo brasileiro no período colonial, traçando uma continuidade até o século XX. Nas décadas de 1930 e 1940 esse pensamento se expande e ganha maior visibilidade. Ideias antidemocráticas e antiliberais se tornam amplamente difundidas tanto em âmbito institucional quanto na imprensa, um *autoritarismo doutrinário*. O governo Vargas se utilizava de uma rede de intelectuais que defendiam um Estado forte e centralizado nas mãos do chefe do executivo, sendo esse o próprio Getúlio. Francisco Campos Góes Monteiro, Gustavo Barroso, Miguel Reale e Oliveira Vianna são nomes importantes

para entender as bases ideológicas do regime. No capítulo “O Judiciário e a repressão política (1934-1937)”, Raphael Marques faz uma análise das decisões judiciais de crimes políticos e da organização do judiciário durante o governo provisório. Além disso, também faz um exercício de reflexão metodológica útil àqueles que se interessam em pesquisar questões jurídicas.

O assunto das relações internacionais é abordado nos capítulos “O Brasil e a América do Sul”, “Diplomacia Cultural”, “Desafios da relação Brasil-Estados Unidos nos anos 1950” e “Os Acordos de Washington e o despertar econômico da Amazônia”. No primeiro, Rafael Gomes examina características da diplomacia brasileira na América Latina no governo Vargas. Dois pontos marcantes na política adotada pelo Estado eram a rivalidade com a Argentina - então maior potência do Cone Sul - pela zona de influência e o anticomunismo - monitorando e perseguindo a atuação de comunistas brasileiros para além das fronteiras.

Por fim, os capítulos “Os partidos políticos na democratização do país”, “Contexto político de 1945 a 1950”, “A campanha eleitoral de 1950”, “Desafios na relação Brasil-Estados Unidos nos anos 1950”, “Crise e os últimos momentos de Vargas” e “A repercussão da morte do presidente” tratam de questões políticas do pós 1945 até o fim do regime Vargas.

Getúlio Vargas foi uma das figuras mais importantes para a História Política brasileira e as decisões tomadas durante seu governo tiveram grande influência nos rumos que o país tomaria nas décadas seguintes. Ao final da obra, o leitor deve ter adquirido uma compreensão muito superior sobre o período que se propôs a estudar, com uma grande amplitude de temas.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution - Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 14/03/2025
Aprovado em: 17/05/2025

Ainda há relevância em se estudar Vargas?

Orlando de BARROS FILHO¹
Thiago CAVALIERE MOURELLE²
Thiago FIDELIS³

Thiago Cavaliere Mourelle & Thiago Fidelis: Muito obrigado por ter aceitado conceder essa entrevista. O senhor, como um dos principais pesquisadores sobre o período Vargas do Brasil, poderia nos contar como surgiu esse interesse? Houve algum tema em específico dentro da trajetória de Getúlio que mais chamou sua atenção?

Orlando de Barros Filho: Eu é que agradeço a vocês pela bondade de querer saber de meu trabalho. Aproveito para dizer que eu próprio não me considero um dos principais estudiosos do período Getúlio Vargas. Apenas por ter atuado no magistério por um longo tempo (60 anos contínuos, completados em abril de 2025, na UERJ, até hoje) me permitiu pesquisar os assuntos mais variados e a escrever sobre eles. As razões que me levaram a me interessar pelos temas relativos ao regime Vargas são várias, a

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pós-doutorado na Università Degli Studi Tor Vergata (Itália) e professor aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e líder do grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPQ/UERJ). UERJ. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9861518495327275>. E-mail: orlandodebarros@gmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio de pós-doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Historiador do Arquivo Nacional e líder do grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPQ/UERJ). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8234494633512350>. E-mail: thiagomourelle@gmail.com.

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), com estágio de pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), membro da comissão editorial da Revista Histórias Públicas e do grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPQ/UERJ). UEMG. Frutal. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8837582381518616>. E-mail: thiago.fidelis@uemg.br.

começar pelo fato de que nasci em 1942, quando vigorava o Estado Novo. O nome de Getúlio Vargas e os fatos de seu governo estavam ainda no ar na minha infância, em minha família, circulavam por todos os lados. Meu pai e meu avô paterno eram getulistas convictos, assim como outros familiares. Recebia minha mesada infantil com moedinhas com o perfil de Getúlio. O “retrato do Velho” estava em todos os lugares públicos.

Em 1954, já com doze anos, acompanhei pelo rádio a crise política que redundou no trágico desfecho do segundo governo de Getúlio. Mas atravessei o ensino médio e o curso universitário de graduação sem me interessar especialmente pelo assunto, ao contrário, meu interesse então estava no estudo da história colonial brasileira. Preferi estudar temas diversos, como as bandeiras paulistas (a questão étnica e a língua sincrética) e a história do Brasil holandês. No final da graduação passei da história colonial para o fim do período monárquico e o começo da República. Como tinha grande interesse pela música, foi pela canção popular e acabei me voltando para a história do governo Vargas. É que, com boa dose de razão, muitos acham que o tempo de Getúlio foi o período mais rico e criativo da canção popular brasileira, impulsionado pela radiodifusão e outras mídias convergentes. Iniciei então uma coleção bibliográfica e discográfica sobre o assunto, o que foi importante, bem adiante, para escrever minha tese de doutorado.

Nesse ínterim, já professor na UFF em 1967 e 68, lá encontrei dois colegas com os quais travei amizade, Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio, e José Nilo Tavares. Vínhamos de volta ao Rio, de barca, conversando sobre o período de Vargas e seus problemas, vendo, ao longe, a construção da Ponte Rio-Niterói. Aprendi muito na época e comecei a ler sistematicamente sobre o primeiro e segundo governo Vargas.

Logo depois, no início dos anos 70, teve início o mestrado na UFF. Chegaram então muitos brasilianistas, a maior parte norte-americanos, para lecionar no curso, como Richard Graham, Vincent Valla e Stanley Hilton. Muitos livros de brasilianistas foram então traduzidos, a maior parte sobre temas da história brasileira do período republicano. O que se dizia naquela época é que os historiadores brasileiros tinham relegado os estudos do passado recente aos estudiosos estrangeiros. Eu me sentia incomodado com isso, ainda mais que alguns desses brasilianistas escreveram

importante trabalhos sobre o Brasil republicano, como Robert Levine, Stanley Hilton e Thomas Skidmore. Eu me sentia, então, deslocado cronologicamente e quis encontrar um nicho de estudos no período posterior à Grande Guerra e fui me dirigindo para a Revolução de 30 e o período Vargas. Isso foi na mesma ocasião em que se organizava o CPDdoc, com seu importante acervo sobre o governo Getúlio Vargas e sobre personagens desse tempo. Fiz então pesquisas com essa documentação em organização e escrevi alguns artigos e um livreto, ainda coisa de estudioso neófito, nos anos 70 e 80. E fui me fixando nos estudos dos temas dos anos 30 e 40, ou de acontecimentos importantes ocorridos um pouco antes.

TCM & TF: Há uma tendência, ainda presente, de se analisar Vargas pelos extremos, sendo considerado um herói do país ou um grande vilão autoritário, de acordo com culturas e percepções políticas. Dentro de sua perspectiva, como situar a figura de Getúlio entre essas duas abordagens?

OBF: Provavelmente os historiadores jamais se libertarão dessas aludidas “deformações” historiográficas porque, efetivamente, Getúlio foi, de fato, ao mesmo tempo, as duas coisas, em seu regime político de 15 anos (1930-1945). Foi assim especialmente no Estado Novo, quando guiou o Brasil com maestria, diante de um sistema internacional rompido e profundamente ameaçador, sabendo tirar grandes vantagens disso. Também se aproximou ou se afastou dos regimes fascistas nas horas mais convenientes, e fez a sua perigosa escolha, que lançou o Brasil na guerra, que se disse certa vez, não ser nossa, mas dos outros. Aproveitou-se para infundir preocupação ao governo Roosevelt exibindo o problema da vasta população brasileira de descendentes de alemães e italianos, que os regimes fascistas procuravam cooptar. E fez ver a ambos os lados, pouco antes da II Guerra Mundial, o quanto haveriam de perder se os recursos inesgotáveis do vasto território brasileiro servissem um ou outro.

Foi pendulando entre os blocos do sistema internacional fraturado que obteve apoio técnico e financeiro para metas ambiciosas que almejadas fazia tempo. Foi nesse panorama que Getúlio se impôs como herói, como líder onisciente das necessidades nacionais. A obtenção dos recursos para implantar a siderúrgica de Volta Redonda e o reequipamento das forças armadas, avançando também na melhoria dos transportes e na

exportação de matérias primas estratégicas. Mesmo com recursos escassos num país insuficientemente industrializado, Getúlio aplicou um programa de investimentos públicos que rapidamente apontou o caminho para um Brasil bem mais moderno do que encontrou em 1930. Também mudou em muito o perfil administrativo anterior a 1930, criando empresas públicas em que adotou perfis administrativos atualizados para a época. A direção segura e determinada dos assuntos públicos nacionais foi explorada pela propaganda, sendo ele chamado muitas vezes “o timoneiro” (tomado de empréstimo a uma propaganda de Stalin), ou de “Chefe da nação” (emprestado de Führer ou Duce). A consolidação do “Getúlio heroico” deu-se principalmente a partir de 1943, quando formalizou a sua aproximação com a classe dos trabalhadores, muito bem aproveitada pela propaganda oficial para torná-lo uma figura muito popular.

Por ocasião da vitória da Revolução de 1930, o novo regime havia anunciado a criação do ministério do trabalho, destinado a vir a ser “o ministério da Revolução”, mas daí em diante avançou pouco, com Getúlio ainda hesitante em descontentar os patrões. Por um bom tempo, Getúlio pouco fez além de regular leis trabalhistas anteriores a 1930 e tentar a todo custo, desde o ministério Lindolfo Collor, adotar por alto a legislação trabalhista de Mussolini, como de fato foi denunciado na época. Na iminência da guerra mundial e com as alianças feitas no plano externo e interno, criou em tempo breve a Consolidação das Leis do Trabalho que, com muitas reformas ao longo do tempo, ainda continua sendo a espinha dorsal da legislação do trabalho. A CLT fez retornar o herói de 1930.

Quanto ao Getúlio vilão, não há como negar que tenha sido violento não poucas vezes, com um impressionante estado policial. Perseguiu à esquerda e à direita, usando maquiavelicamente os comunistas, que na época não chegavam nem de longe a ameaçar o Estado, fazendo de um incidente em tentativa revolucionária. Também aboliu os partidos políticos e rejeitou uma aliança fácil com os integralistas. As prisões estiveram quase sempre cheias, e a tortura era habitual. Uma propaganda implacável em prol do estado e do regime vigente edulcorava o Getúlio vilão. Quando já predominava o Getúlio popular, a violência do Estado vazava e começavam os rumores, o usual era a desculpa o “O doutor Getúlio não sabe...”. Em geral, não chegava a tanto, pois a censura prévia das mídias impedia a divulgação da violência do Estado.

Originário do positivismo gaúcho, Getúlio não amava, propriamente, o regime liberal e democrático, sendo um autoritário de origem. De 1930 até a constituição de 1934 governou por decreto. Fez de tudo para neutralizar os efeitos liberalizantes da constituição vigente. Não demorou a conseguir leis especiais de segurança do Estado e, em 10 de novembro de 1937 deu o golpe de estado e instituiu a ditadura do Estado Novo. Mas no segundo governo, de 1951 a 54, teve de se amoldar à constituição de 1946, nada propícia a decisões cesárias, e acabou operando conforme a situação institucional posta. E não se saiu bem no enfrentamento dos implacáveis inimigos. Todo o segundo governo foi de crises políticas, em que seus adversários não deixavam de evocar os episódios violentos do Estado Novo. Aliás, há um episódio que ilustra bem os opostos herói/vilão na recepção histórica de Getúlio. Na noite de 24 de agosto de 1954, por ocasião do suicídio do presidente, contou certa vez o secretário de Getúlio, que havia uma multidão enraivecida no entorno do Palácio do Catete gritando todo tipo de imprecações contra Getúlio. Então, em certo momento da madrugada, um funcionário do Palácio do Catete se dirigiu à multidão informando que o presidente havia posto fim à própria vida. Fez-se então um profundo silêncio para logo depois cessarem os protestos e começarem os prantos e as lamentações.

TCM & TF: Você geral critica o uso da expressão “Era Vargas”, que é muito corrente. Qual a justificativa que você apresenta para não utilizar tal termo?

OBF: Penso que a semente da “Era Vargas” nasceu em 1944, quando Simões Lopes, um revolucionário das primeiras horas do movimento de 1930, e gaúcho, como Getúlio, propôs ao presidente a criação da Fundação Getúlio Vargas. O propósito original era criá-la conforme as fundações presidenciais existentes nos Estados Unidos. Deveria reunir uma coleção de documentos que dessem azo à preservação da memória e da história do governo. De certo modo, foi concebida no momento em que surgiam os sintomas que o governo de Getúlio chegava ao fim. Ainda que, com o tempo, a FGV tenha ido além de seus propósitos originais, foi quando, entre seus pesquisadores e funcionários, nasceu o “Era Vargas”. É bem compreensível que ali se tenha destacado o período de Getúlio como o mais relevante da história republicana, mesmo porque foi o mais duradouro e em que o governo fez-se mais fortemente presente em todas as

matizes da vida nacional. Entretanto, trata-se de uma distorção historiográfica, do mesmo tipo que foi outra criação daquela época, o “República Velha”, a ressaltar e exaltar por contraste o período “novo” de Getúlio. Mas historicamente, penso eu, é inconveniente o “Era Vargas”.

Eu mesmo, em meus pretéritos cursos costumava dizer que o período Vargas se estende entre 1930 e 54, porque o “interregno” de Dutra foi muito marcado pela inauguração das obras que Getúlio deixou por inaugurar e, ademais, o legislativo e a mídia de então se ocupavam o tempo todo do governo de Getúlio, geralmente para lembrar dos eventos infaustos do Estado Novo. O que não gosto na expressão “Era Vargas” é a cunha teleológica ali posta em nossa história, a transformar Getúlio em figura meio santificada, além de carismática, messiânica mesmo, quando então Getúlio ascende com o “Era Vargas” ao cume do “Antes ou depois de Cristo”, ou de “Antes ou depois Maomé”. Como Getúlio foi bem carnal e eminentemente histórico, para o bem e para o mal, isso me tem incomodado ao longo dos meus dias. Alguns colegas não gostam que eu diga isso.

TCM & TF: Em seu livro “Custódio de Mesquita: um compositor romântico no tempo de Vargas” você trata muito sobre música popular. Poderia falar sobre a importância da música romântica nessa época, especialmente em tempos de ditadura?

OBF: O livro citado é resultado de pesquisas feitas há mais ou menos 40 anos passados. Na época eu ouvia muito música popular brasileira, além de todo tipo de música, inclusive a clássica, como sempre ouvi. Reuni uma grande quantidade de livros e registros fonográficos, inicialmente por diversão e curiosidade intelectual. Aos poucos fui me dando conta da riqueza histórica da MPB, especialmente no período Getúlio, que Lucio Rangel, notável e pioneiro estudioso, considerou a “Era de ouro da MPB”. De fato, é nessa época que encontramos a fase mais criativa da canção brasileira, que se encontrou então com a nascente mídia massiva, sobretudo o rádio e as gravações fonográficas. E foi o tempo de grandes compositores populares, como Noel Rosa, Ari Barroso e Custódio Mesquita, e intérpretes muito amados pelas multidões, como os cantores Francisco Alves, Carlos Galhardo e Orlando Silva, e cantoras como Carmen Miranda, Aracy de Almeida e Dalva de Oliveira.

A variedade temática e os gêneros das canções eram muito ricos e, se somados, bem poderiam resultar numa espécie de trilha sonora daquele tempo vivido pelos brasileiros. Mas, nos anos 70 e 80, foi se tornando um consenso entre os que escreviam colunas nos jornais sobre música popular, influenciados por certo pela canção de protesto brasileira e internacional, de que o mais característico da MPB no tempo de Getúlio teria sido algo também de sabor político, o samba de exaltação, ou “patriótico”, ou, ainda, “cívico”. De fato, uma boa quantidade de compositores fez do gênero copiosa produção, como Ari Barroso, Herivelto Martins, Atila Iório e Alcyr Pires Vermelho. O protótipo desse gênero cancionero é “Aquarela do Brasil”, uma canção icônica que se internacionalizou. Havia boa recepção para tal tipo de produção musical e, aparentemente, o governo a aprovava, pois vinha de encontro às manifestações nacionalistas e trabalhistas, sobretudo durante o Estado Novo.

Quis olhar de perto, então, o que estava posto na época sobre o assunto. E comecei um demorado e detalhado estudo sobre as canções do tempo de Getúlio, nos gêneros mais divulgados, sem me deter, como era o comum na época, apenas nas “letras” das canções. Fiz um estudo bem abrangente, considerando outros aspectos nada comuns na ocasião, como a escrita musical, os arranjos, os aspectos das gravações e edições. Isso me obrigou a considerar seriamente a questão das significações, me fazendo voltar para o campo da ideologia, da política e das idealizações sociais. Tive de me deter muito tempo no aprendizado das teorias e metodologias do sentido, que só naquela época os historiadores começavam a dar atenção. No meu livro em questão é bem visível as presenças de autores como Roland Barthes, Umberto Eco e Edgard Morin. E então ficou claro para mim o quanto as canções expressavam o espírito de seu tempo e formavam, quando somadas, uma espécie de trilha sonora de uma “era”. A propósito, foi Umberto Eco que disse certa vez que as canções eram “ideologia pura”, constatação que muito me motivou.

Eu me decidi por escrever o livro depois de ter lido uma reportagem numa entrevista de revista de 1938, quando um funcionário da Rádio Nacional considerou enfaticamente a necessidade de produzir programas radiofônicos de gêneros diversos, principalmente os musicais, para consolar as pessoas que estavam sofrendo com as notícias ruins de uma guerra mundial que se avizinhava, fora as dificuldades gerais da

vida, numa sociedade que vivia em condições bem precárias, mesmo na capital da República. Mais adiante, nas condições da guerra já em curso, as agruras da sociedade se agudizaram, com a falta de gêneros de todas as naturezas, os apagões, a falta de combustíveis e o racionamento de comida e outras necessidades. Foi uma época em que surgiram os dramas populares das novelas de rádio e se intensificou a propaganda governamental. Nesse contexto, ficou para mim patente que o melhor que convinha em matéria político-ideológico era a canção sentimental.

Ari Barroso é o campeão das canções de exaltação, ao menos seja pelo Aquarela do Brasil, um sucesso mundial. Na verdade, estas canções não eram muito do agrado do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Os censores examinavam com cuidado suas letras, pois elas aludiam ao nacionalismo e outros temas ideologicamente sensíveis. A repetição nessas canções das propriedades comuns e indisputadas dos brasileiros, como o céu azul, o rio Amazonas, as cores do país tropical, parecem que foram indicações que vinham de cima e que aconteciam quando os autores eram chamados para dar explicações. Parece ser o caso da parceria de Wilson Batista e Ataulfo Alves no célebre samba O bonde de São Januário, que a tradição diz ter mudado de uma temática folgazã para outra exaltadora das qualidades do trabalho.

A canção sentimental era a mais copiosa naquela época, como, aliás, em todas as épocas. Elas não são suspicazes e só davam algum trabalho à censura se resvalavam na “moral e bons costumes”. E elas não instalavam conflitos sociais nem apresentavam disputas sobre as propriedades. Cheguei à conclusão de que elas eram, no fundo, as verdadeiras canções políticas da época. Então fiz uma relação dos autores principais encontrei o autor mais importante, Custódio Mesquita, cujas canções eram de uma doçura sem par, como bem mostra a conhecida Nada Além, em que há um trecho em que o inextinguível cantor Orlando Silva canta, a boca chiosa, de modo a sugerir que estivesse a degustar um doce. As canções desta época, como aliás de quase todas as épocas, são do tipo que Umberto Eco chamou, num famoso prefácio, de *canzone della cattiva coscienza*. Elas não instalam conflitos; não encontramos nelas traços da luta de classes, nem resistência ao poder constituído. Na maioria das vezes são eufóricas, como as marchinhas carnavalescas, boas para um governo que se quer exaltado. Já os sambas de desilusões amorosas do tipo “dor de cotovelo”, que já existiam antes, mas só se

tornaram predominantes mais tarde, eram mais apropriados à fase conflitiva do fim dos anos 1940 e 50, tempos da autoridade política abalada e da sociedade brasileira assombrada por golpes de estado e de crescimento econômico e social contidos.

TCM & TF: Você tem um livro chamado "A Guerra dos Artistas: Dois episódios da história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial". Muitas vezes, a participação brasileira nesse evento é diminuída ou subvalorizada, em especial pelo senso comum. Que aspectos você destaca como essenciais para serem analisados por quem tem como objeto de estudo a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial?

OBF: A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial me parece realmente bem negligenciada, talvez por causa da dificuldade de acesso aos arquivos militares. A situação está mudando, haja vista a disponibilização de muitos processos judiciais sobre fatos ocorridos em meio à campanha da FEB. Faz pouco mais de um ano que acabei um livro sobre um acontecimento ocorrido na Itália, levando à condenação de uma pessoa a 20 anos de prisão, pena comutada no governo Dutra. Isso só se tornou possível pela liberação dos documentos pela justiça militar. Nessa direção, um antigo orientando meu, de mestrado, se prepara, agora em seu doutorado, para estudar processos referentes a crimes praticados por militares da FEB na Itália. Esse é um assunto mal estudado por causa da documentação só recentemente liberada.

É de prever que a produção historiográfica a respeito da participação brasileira na guerra aumente não só pela proliferação de cursos de pós-graduação em história e pelo acesso à documentação, mas também porque recentemente a WEB foi "inundada" de vídeos do Youtube e de outras plataformas por documentários sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Muitos desses vídeos trazem a marca do "assunto esquecido", da "importância e relevância", "da injusta rejeição dos esforços de guerra dos brasileiros", etc. Fora isso, há assuntos quase desconhecidos mesmo, como o caso do uso do entretenimento durante a guerra, que procurei sanear no livro aludido e em alguns artigos e ensaios.

Fora isso, no plano das relações internacionais, só se acham razoavelmente bem estudadas as relações culturais com os Estados Unidos. Mesmo assim, ainda há coisas pouco conhecidas. Em 2022 publiquei o artigo "Aliados em ondas curtas", sobre o uso

do rádio na aliança Brasil-EUA, e também como celebração do Centenário da radiodifusão no Brasil, uma das primeiras do mundo. Fiz algumas palestras online para esclarecer algumas colocações, tal a surpresa dos leitores com o que se revelou no artigo aludido. Em 2009, também publiquei um ensaio em livro e um artigo em revista de história tratando da participação do Colégio Pedro II durante a guerra. Esses são exemplos que mostram como basta olhar para os lados, como tive oportunidade de fazer, que achamos temas. No caso do Pedro II, seus estudantes foram os primeiros a protestar nas ruas, em plena ditadura, contra os torpedamentos dos navios brasileiros, em face de o governo ainda se mostrar pouco propício a chegar à declaração de guerra à Alemanha. Nas pesquisas sobre o Pedro II durante a guerra também se revelaram as campanhas em favor dos “pracinhas”, a tropa de soldados, e as ações do esforço de guerra, tudo isso a revelar importantes e profundos aspectos da cultura social da época. Também estudei do colégio as questões ideológicas presentes em seu corpo docente, os favoráveis ao Eixo e os adeptos dos Aliados, inclusive um surpreendente e inusitado caso de antissemitismo.

Importante tema a estudar ainda é sobre a economia brasileira durante a guerra, sobre as soluções criativas para manter a logística em funcionamento quando o Brasil tinha ainda uma produção industrial precária. Daí surgem subtemas interessantes: o racionamento de produtos essenciais, a precarização dos serviços, o chamado esforço de guerra, a “guerra passiva”, a campanha contra os quinta colunas, a manipulação midiática da população por motivos ideológicos (por publicações de livros e outros meios impressos), pelo rádio e cinema e que ainda se acham, a meu ver, mal compreendidos. Também um campo que já está em exploração e tem ainda muito a extrair é sobre os efeitos da guerra nas diversas regiões do Brasil.

Um tema que me fascina particularmente é o da reestruturação do país e atualização de equipamentos tecnológicos. Por exemplo, o transporte aéreo precário dos anos anteriores à guerra se desenvolve rapidamente pela necessidade dos EU em afastar as pioneiras companhias alemã e italiana da América do Sul por outra norte-americana, que ajudou na implantação de aeroportos e fez alianças com companhias brasileiras que estavam surgindo. Também a guerra trouxe importantes mudanças de hábitos e quebra de tradições, seja pela exposição ao mundo exterior seja pela mudança nos padrões de

consumo. A guerra também mostrou o quão precário estava ainda o país em matéria de equipamento militar, pois até mesmo o transporte das tropas ficou por conta dos Aliados. Todavia, mesmo diante das dificuldades, as tropas mostraram rápido aprendizado, familiarizando sem demora com os novos equipamentos. Os temas sobre a guerra são, portanto, quase inesgotáveis.

TCM & TF: Em relação à bibliografia sobre o período, há inúmeros estudos mais recentes trazendo novas abordagens ou aspectos até então pouco estudados. Quais assuntos ou fatos, relacionados a essa época, que o senhor julga que ainda não foram analisados e que mereceriam uma maior atenção por parte de pesquisadores e pesquisadoras?

OBF: Num período histórico tão rico sempre há fatos que merecem reestudos, quando não serem estudados de modo novo. Eu me lembro, por exemplo, de uma colega que estudou em sua dissertação de mestrado (em letras, era professora de português, nos anos 80) os primeiros de maio nos os discursos de Getúlio, na grande efeméride trabalhista. Nesse estudo, o assunto foi tratado como um problema de lógica, sintaxe e manuseio da linguagem, e menos como uma expressão histórica, com seu “modo de produção” engendrado pelo momento. Eu pensei completar esta lacuna e não pude ir muito em frente, por muitas razões. Penso que agora deve haver muitos trabalhos a respeito. Também recentemente o historiador André Fraga fez um estudo muito relevante e original sobre as publicações do DIP, em que cataloga e localiza a maior parte do que foi produzido pela agência governamental multirefunções de propaganda durante o Estado Novo. Muitos ensaios do que escrevi seriam refeitos hoje em dia se houvesse então o referido trabalho de André Fraga.

Do primeiro governo de Getúlio penso que falta compreender as relações com os problemas do campo. Getúlio priorizou os trabalhadores urbanos, mais preocupado com a regulamentação do trabalho e com a expressão política do trabalhador citadino, com o qual urdiu a política trabalhista. Dizem que os trabalhadores rurais “foram deixados à mercê” dos fazendeiros e feitores, à espera de que fossem resgatados adiante. Entretanto, me parece que essa simples constatação corrente não deve bastar. Falta esclarecer as relações do governo com os proprietários agrícolas, que Getúlio confiou

em grande parte aos líderes locais. Em mão contrária, uma coisa que me intriga especialmente me veio da infância, vivida no meio rural do estado do Espírito Santo. Uma boa parte do estado foi desenvolvido por meio de colônias agrícolas concedidas a imigrantes estrangeiros, desde o fim do século XIX. Entretanto alguns proprietários médios e pequenos que conhecíamos, não descendentes de imigrantes, receberam suas “colônias” por concessão do governo. Alguns nada mais fizeram que escrever uma carta pessoal ao “Dr. Getúlio” para serem atendidos.

Mais recentemente, ao pesquisar para escrever o livro referido que se acha em publicação, sobre um célebre julgamento derivado de um crime praticado durante a campanha da FEB, fiquei convencido que todo o governo Dutra foi assombrado pela figura gigantesca de Getúlio. Durante o início da legislatura, Getúlio atuava como senador (eleito por vários estados), sendo muito atacado e impedido de atuar pela pressão dos adversários, o que o fez retirar-se em autoexílio para o Rio Grande do Sul. O retorno à vida pública, e a memorável campanha eleitoral de 1950 são bem conhecidas, mas em linhas gerais. Muitos eventos que se deram então em muito ajudaram na eclosão das crises do tumultuado mandato que terminou tragicamente em 1954.

TCM & TF: Há estudiosos que falam, com razão, que o trabalhador recebeu contrapartidas para apoiar Vargas, como as leis trabalhistas. Porém, por outro lado, há pesquisadores que salientam que não se pode esquecer que havia censura e propaganda, que combinadas levaram a uma opressão do trabalhador pelo governo. Como você enxerga a relação entre Vargas e os trabalhadores? Houve negociação? Opressão? As duas coisas?

OBF: Getúlio Vargas em suas relações com os trabalhadores usou de ambos procedimentos. Desde os tempos de Lindolfo Collor, anos de muitas reivindicações dos trabalhadores e de promessas do governo de mudança de tratamento da “questão social” pelo estado, tratada, na Primeira República, como caso de polícia. O ministério de Lindolfo Collor representou mesmo uma grande esperança, mas Collor foi demitido em 1932, o que apareceu aos trabalhadores e líderes políticos um retorno ao passado, tendo havido um reavivamento da exigência de direitos trabalhistas que se consideraram não

atendidos até então, muitos deles pendentes de longa data, antes do advento de Getúlio. Ocorreu, assim, um período de agitação, seguido de crises políticas, culminadas com o movimento paulista de 1932. Resultou daí a constituição de 1934, propícia a sanar muitas das reivindicações trabalhistas e satisfazer as lideranças políticas. Mas Getúlio tinha um projeto nacional que implicava no aumento do poder presidencial e centralização política. E conseguiu que o legislativo aprovasse a Lei de Segurança Nacional com a qual construiu paulatinamente as condições para a instituição da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937.

Instituída a ditadura, não foi difícil disciplinar os trabalhadores pelo uso da força, e isso ele fez prodigamente. Prisões ilegais, tortura, perseguições de todo tipo, método das delações e espionagem dos líderes sindicais eram os métodos usuais de controle e pressão do regime. A propaganda massiva era confiada ao DIP, que também era um órgão repressor, sobretudo pela censura. Como a repressão ao comunismo tornou-se muito violenta depois da chamada Intentona Comunista, de 1935, líderes sindicais e políticos eram muitas vezes acusados de pertencerem ao PCB ou a ele relacionado. De modo a reforçar a violência, também concorreu para o disciplinamento dos trabalhadores a mídia governamental. Em 1943, por exemplo, quando ainda da cogitação da CLT, o governo encampou a Rádio Ipanema, no Rio de Janeiro, e a transformou em Rádio Mauá, destinada a ser a “emissora do trabalhador”, isto é, para divulgar os direitos trabalhistas contidos na CLT, mas também para reforçar a presença política nacional de Getúlio. Tudo isso constitui o lado repressor e controlador de Getúlio, mas há também o lado do líder que instituiu as modernas relações de trabalho no Brasil.

Muitos dos direitos adquiridos pelos trabalhadores antes de 1930 foram sendo reformulados ao longo do governo até o começo de 1943, quando, em plena guerra mundial em curso, Getúlio anunciou a elaboração de um código trabalhista abrangente. Em novembro a CLT foi promulgada, sob a intenção de vir a ser um amplo sistema de direitos e proteção do estado brasileiro aos seus cidadãos trabalhadores. Muitos desses direitos eram conquistas antigas, mais letra morta, com pouco efeito prático, e outros eram mesmo adiantas para o mundo daquela época. Por essas leis, o estado brasileiro se destinava a ser um provedor das necessidades do povo, o que valeu a Getúlio o apelido

de Pai dos Pobres. Getúlio foi um exemplo claro de líder populista, mas que efetivamente engendrou conquistas sociais importantes para os trabalhadores, posto que a CLT já é octogenária e, passadas por tantas reformas, ainda é a base do código trabalhista em curso no Brasil.

TCM & TF: O último mandato de Vargas, nos anos 1950, normalmente desperta menor curiosidade do que o período mais amplo, salvo pela crise final dos últimos meses e do suicídio. Quais aspectos, a seu ver, mereceriam um maior destaque, na historiografia, relacionado ao seu último governo?

OBF: Certamente o período de 1930 a 45 desperta mais atenção, é mais espetacular e animado, é um período tipicamente eufórico. O primeiro e longo governo de Vargas é o de grandes transformações do país, em boa conformidade com o projeto revolucionário de 30, que foi sendo alterado conforme os eventos do panorama nacional e internacional, muitas vezes com episódios dramáticos. Por exemplo, foi marcado pelo conflito com setores liberais, pelo choque com os comunistas, em 1935, e também pelo estabelecimento da ditadura nacionalista e da violência repressora. Também foi o período da aliança especial com os Estados Unidos e o da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Não menos, foi uma época de reestruturação administrativa do país sob um claro projeto nacional de modernização e progresso, ainda que ditado de cima para baixo, isto é, conduzido autoritariamente. É a ocasião também do estabelecimento de uma forte e indelével relação entre Getúlio e os trabalhadores por meio do código trabalhista e de concessões populistas.

O governo de Getúlio nos anos 50 é mesmo muito mais conhecido pela delongada crise política que culminou dramaticamente com o suicídio do presidente, sendo, de fato, por isso mesmo, ocupação principal da historiografia do período. É disfórico do começo ao fim. Encerra muitas questões que merecem estudos, uma delas as relações de Getúlio com os militares. Nos primeiros quinze anos de Getúlio no poder verifica-se uma boa cooperação nesse sentido, às vezes harmoniosa, outras vezes um tanto divergentes. Góis Monteiro e Dutra deram amplo apoio a Getúlio em tudo, isso até a deposição em 1945. Getúlio também aprovou e apoiou as ações de Góis Monteiro no sentido de disciplinar os Tenentes, politicamente agitados em diversos locais do país.

Getúlio também ouviu e compreendeu os rogos militares em busca do reequipamento das forças armadas, então muito desatualizadas, e tomou providências nesse sentido, chegando até a delinear a política externa brasileira. Penso que as identidades entre Getúlio e as forças armadas podem ser mais estudadas, para melhor compreensão. Cheguei a esta conclusão ao escrever o meu livro mais recente, que se encontra no prelo. Outra constelação de temas a investigar, mencionei acima, são as relações de Getúlio com o mundo rural, ele mesmo um originário do mundo rural.

Outro assunto fascinante, à espera do prosseguimento em melhor entendimento é o da administração pública durante o primeiro governo. Sabemos o quanto progrediu o gerenciamento das entidades públicas, o quanto demandou de recursos, o quanto teve de se esforçar para adotar procedimentos já há muito incorporados à administração pública nos países mais adiantados. Um fato particularmente interessante foi o das expectativas diante dos resultados do censo de 1940, todo ele um magnífico segmento à espera dos historiadores. Getúlio tinha um agudo senso das necessidades conjunturais do país, e era cercado de uma geração de funcionários competentes e imaginativos, com os quais pode organizar um sem número de companhias estatais ou órgãos controladores, os “departamentos” ou “institutos”.

Outra coisa muito interessante, já em parte estudada é o das relações de Getúlio com a cultura popular. Eu mesmo já estudei o assunto. Jairo Severiano fez um livro instrutivo e divertido sobre Getúlio e a canção popular. Mas as relações de Getúlio com a classe artística são muito mais ricas e merecem mais estudos. Ele foi patrono da Casa dos Artistas, que protegeu e visitou, quando era recebido festivamente como “protetor”. Já escrevi algumas vezes sobre o assunto, mas gostaria, por exemplo, de estudar Getúlio nas peças de teatro de revistas, de que tanto ele mesmo apreciava, a ponto de haver atores especializados em representá-lo nos palcos. Pesquisei e escrevi dois livros e alguns artigos tratando disso, mas sinto que há ainda espaço para outras investigações a respeito.

TCM & TF: Por fim, pensando no mundo em que vivemos, qual é a relevância, a seu ver, de continuar existindo estudos e pesquisas sobre Getúlio Vargas, mais de 70 anos após a sua morte?

OBF: Em primeiro lugar esses estudos e pesquisas continuam relevantes porque foi no primeiro governo de Getúlio Vargas que o Brasil vislumbrou o uso da necessária maquinaria política, econômica, social, tecnológica, cultural e ideológica para alçar o Brasil da letargia de um país estruturado por monoculturas de exportação para a se converter numa moderna sociedade em processo de industrialização. E ainda somos um país “em desenvolvimento”. Mesmo em assuntos já estudados, há ainda aspectos e detalhes relevantes só parcialmente conhecidos, como a relação, já em parte estudada, de Getúlio com a cultura popular. Eu mesmo já estudei o assunto algumas vezes, inclusive num capítulo de livro publicado em 2024, organizado pelo professor André Azevedo. Nos anos 70, Jairo Severiano publicou um livro instrutivo e divertido sobre a canção popular, tematizando aspectos diversos do governo Getúlio. Enfim, os temas estudados podem ser revisitados com proveito. Mas penso que o mais relevante a ser estudado ainda é o projeto nacional de Getúlio, quais as forças que o inspiraram, as forças que o apoiaram e as alianças feitas para levá-lo adiante, para superar as resistências que resultaram, às vezes, em fracassos relativos. Outra coisa que muito me importa é como o governo considerou a obtenção dos imensos recursos necessários para por em marcha planos tão ambiciosos, quando o Brasil tinha uma população menor que ¼ da de hoje, sendo ainda predominantemente rural. E o país ainda era, do ponto de vista da integração nacional, o mesmo gigante de hoje, mas um país insular que mal contava para integrar-se, contando com o milagre da radiodifusão para completar a tentativa de estabelecimento de um rede telegráfica nacional, começada na Primeira República.

Também penso que merece novos estudos o conceito de povo e nação, conforme as considerações do governo e das suas agências, como DIP, e os ministérios da Educação e Saúde e o da Justiça. Foi depois da Grande Guerra (1914-18) que, lentamente, o antigo ideal elitista de “branqueamento” por meio da imigração começou a se desfazer em favor do reconhecimento das virtudes de uma população miscigenada, consagrada pela obra de Gilberto Freyre, contemporânea de Getúlio, que se entende tanto possa ser causa como resultado do panorama cultural e étnico reinante nos meios oficiais nos anos 30, e adiante.

Em outro sentido, o governo de Getúlio Vargas ergue-se, em perspectiva no tempo, como um muro paradigmático à posteridade, a convidar os presidentes que nossa república teve adiante a tê-lo como modelo e exemplo, ou dele, ao contrário, se constranger, em virtude da performance pífia de seus governos. Um desses mandatários, Fernando Henrique Cardoso, chegou a considerar que o melhor que seu governo fazia era desmanchar o que Getúlio fizera, isto é, reduzir ou anular a participação do estado na sociedade e na economia, impondo um predominante modelo liberal. Em suma, deixar que o país se fizesse por conta própria. Já no governo Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes aprofundou esse conceito de gestão pública. Trinta anos antes, Fernando Collor fez sua campanha eleitoral prometendo a “modernização” do país pela remoção das barreiras de importação e uma mudança radical das relações de trabalho, acenando com a remoção de uma boa parte da CLT e das leis do funcionalismo público. Mas, nesse caso, o resultado foi desastroso porque houve uma corrida dos funcionários para a aposentadoria.

Ao longo do tempo, outra importante herança de Getúlio se erodiu. Os direitos concedidos aos trabalhadores pela CLT foram sendo paulatinamente “aparados”. Os vastos recursos arrecadados pelo recolhimento aos cofres públicos dos descontos nas folhas de pagamento (o perfil demográfico favorecia isso, quando o número de aposentados era ainda pequeno) serviram muitas vezes como recursos de investimento público para grandes obras (consta que até serviu à construção da ponte Rio-Niterói). Em certo momento firmou-se no meio legislativo e governamental o conceito de que se torna necessário comprimir o valor das pensões, sob o argumento de que “as contas não fecham”. E o que foi transferido impropriamente ou desviado da previdência não retornou à sua origem.

Estudar o tempo de Getúlio Vargas não é só uma questão de memória. A sombra de Getúlio permanece, uma vez que as suas realizações prodigiosas aí estão a serem vistas. As grandes empresas do estado, pioneiras e deflagradoras da modernização do Brasil, continuam vivas e funcionais, mesmo que tenham sido desestatizadas mais tarde: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Petrobrás, a Eletrobrás e tantas outras pioneiras, sendo que esta última deixou em embrião, mas já funcional, aliás, proposta em projeto enviado ao congresso quatro meses antes de sua morte, só se

formalizou em 1962, com resultados indeléveis no desenvolvimento do país. O que move muitos de nós que estudamos os dois diligentes governos de Getúlio, o primeiro e o segundo, são lições preciosas sobre a proficiência da gestão e da administração pública, que se impõem aos brasileiros como inesquecíveis.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution- Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 10/01/2025
Aprovado em: 10/03/2025

Liberdade: Reflexões sobre o Ensino das Ditaduras Chilena (1973-1990) e Argentina (1976-1983) no Contexto Escolar

Alice Ribeiro DIAS¹
Giovanna de Oliveira TEPERINO²
Maria Eduarda Leite VERAS³

Resumo: Liberdade é uma palavra constantemente presente em nosso cotidiano, seja no meio social ou político. No entanto, seu significado pode ser diferente dependendo do contexto em que é empregada. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a abordagem do conceito de liberdade no ensino de História, especificamente como ele é discutido no conteúdo das ditaduras latino-americanas chilena e argentina. Para isso, é utilizado uma abordagem metodológica qualitativa baseada em entrevistas feitas com professores do ensino básico, buscando compreender como o conceito de liberdade aparece ou interfere no dia a dia da sala de aula. Ao mesmo tempo, investigamos como as ditaduras mencionadas são abordadas durante as aulas.

Palavras-chave: Ensino de História, ditaduras latino-americanas, liberdade.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense. UFF. Niterói. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3926058297435722>. E-mail: diasalice@id.uff.br.

² Mestranda em História Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense. UFF. Niterói. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5143159217074669>. E-mail: giovannateperino@id.uff.br.

³ Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense. UFF. Niterói. RJ. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7103011778904143>. E-mail: mariaveras@id.uff.br.

Freedom: Reflections on the Teaching of the Chilean (1973-1990) and Argentine (1976-1983) Dictatorships in the School Context

Abstract: Freedom is a word constantly present in our daily lives, whether in social or political contexts. However, its meaning can vary depending on the context in which it is employed. That said, this article aims to analyze the approach to the concept of freedom in teaching History, specifically as it is discussed in the topic of the Chilean and Argentinean Latin American dictatorships. For this purpose, a qualitative methodological approach is used, taken from interviews with primary school teachers. The main goal was to understand how this concept appears or interferes in the daily life of the classroom. At the same time, we seek to address how dictatorships are covered during classes.

Keywords: History Teaching, latinamerican dictatorships, freedom.

Introdução

*En la miseria
Tráenos tu reino de justicia
E igualdad
Sopla como el viento la flor de la quebrada
Limpia como el fuego el cañon de mi fusil (JARRA, 1969)*

Esse artigo faz parte de um estudo comparativo mais amplo desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial⁴ (PET) do curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) que tem como objetivo analisar como o conceito de liberdade vem sendo trabalhado em diferentes temas históricos presentes nos planejamentos do Ensino Fundamental. Com esse intuito, o grupo foi dividido em seis, conforme os conteúdos escolhidos, dentre esses temas estão: ditaduras latino-americanas, ditadura brasileira, revolução francesa, independência dos EUA, guerras coloniais e colonialismo na África nos séculos XIX e XX. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram feitas, por cada grupo, entrevistas com 10 professores da rede pública e particular da cidade de Niterói e regiões próximas, procurando compreender de que forma o conceito de liberdade é trabalhado em sala de aula.

Neste artigo optamos pelo conteúdo das experiências ditatoriais do Chile (1973 e 1990) e da Argentina (1976 a 1983). As discussões em torno das ditaduras latino-americanas no ensino fundamental estão previstas para acontecer durante o período letivo do 9º ano, dentre as diversas possibilidades de abordagem e desdobramentos desse assunto existe o debate sobre o conceito de liberdade no período referente.

Na tentativa de buscar qual o conceito de liberdade, propomos, inicialmente, compreender o contexto em que ele está inserido, levando em conta que conceito é mutável, podendo variar dependendo da época e dos grupos que está inserido.

Durante a segunda metade do século XX emergiu na América Latina, especialmente em países do Cone Sul, governos autoritários liderados, principalmente, por Forças Militares. Estabelecidas em período de Guerra Fria⁵, onde grande parte do

⁴O PET é um programa do Governo Federal Brasileiro, financiado pelo Ministério de Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ele tem como intuito desenvolver projetos que integram ensino, pesquisa e extensão durante o período da graduação por meio de grupos de estudantes com a tutoria de um docente.

⁵ Entende-se por Guerra Fria o momento em que as relações geopolíticas entre Estados Unidos e União Soviética estavam mais tensionadas, impactando os países alinhados a essas potências. O marco para

globo estava polarizado entre dois ideais - genericamente, esquerda e direita - alguns governos de direita utilizaram como justificativa o medo comunista para implementar um golpe. Esses regimes tinham, dentre diversas características, o uso sistemático da violência de Estado como prática cotidiana contra aqueles que nomeavam “subversivos” ou inimigos do governo⁶. Se instauram, assim, as Ditaduras.

O conceito de ditadura é complexo e tem sido debatido por diversos teóricos ao longo do tempo. Em termos gerais, uma ditadura é caracterizada pela concentração de poder nas mãos de um indivíduo ou grupo restrito, a ausência de eleições livres e justas, e a repressão das liberdades individuais e dos direitos humanos.

Norberto Bobbio, dentro do livro "Dicionário de Política"⁷ (2004), define a ditadura moderna por suas características essenciais que refletem a natureza não-democrática dos regimes políticos contemporâneos. Segundo Bobbio, uma ditadura é marcada pela concentração e pelo caráter ilimitado do poder, onde a autoridade é exercida de forma absoluta por um grupo restrito, sem os mecanismos de controle e balanceamento presentes nas democracias. Além disso, as condições políticas ambientais em uma ditadura são caracterizadas pela exclusão de amplos segmentos da população da política e pela ausência de soberania popular. A precariedade das regras de sucessão do poder também é uma característica importante, levando a mudanças abruptas e instáveis na liderança⁸.

No contexto latino-americano, especialmente nas décadas de 1960 a 1980, a definição de Bobbio se aplica particularmente às ditaduras militares que marcaram a história da região. Esses regimes, que emergiram frequentemente em contextos de instabilidade e crise, concentravam o poder nas mãos das forças armadas. O

início desse período pode ser definido com o lançamento da Doutrina Truman em 1947 e o fim corresponde à dissolução da URSS, em 1991. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver FIELD JR., Thomas C.; KREPP, Stella; PETTINÀ, Vanni (Org.). *Latin America and the Global Cold War*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2022 e WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Intervention and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

⁶ Uma das políticas de terror mais conhecidas desse contexto foi a Operação Condor, que pode ser melhor entendida em QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 167–182, 2002. DOI: 10.15448/1980-864X.2002.1.23793. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/23793>. Acesso em: 7 ago. 2024.

⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª edição. Brasília: Editora UnB, 1998.

⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op.Cit.* p. 372-373.

recrutamento da elite dominante vinha do próprio exército, resultando em uma estrutura política altamente militarizada. A justificativa para esses regimes geralmente envolvia a promessa de restaurar a ordem e combater a corrupção, mas frequentemente levou à repressão severa e à limitação das liberdades políticas.

Governos ditatoriais, como os de Augusto Pinochet no Chile e da Junta Militar na Argentina, seguiram um padrão similar. Ambos foram impostos por meio de um golpe comandado pelo setor militar. Também conseguimos observar que tanto no Chile, quanto na Argentina, o poder foi concentrado nas mãos de um líder ou de uma junta militar, eliminando a separação de poderes e centralizando as decisões políticas e administrativas. Houve, também, um uso sistemático da violência e da repressão para eliminar a oposição política e social. Isso incluiu desaparecimentos forçados, tortura, assassinatos e prisões arbitrárias. O objetivo era silenciar qualquer forma de dissidência e manter o controle total sobre a população. Muitos desses regimes usaram a ideologia para justificar suas ações e também suspenderam o sistema de eleições livres. Tais regimes não apenas buscaram manter o controle político, mas também implementar mudanças sociais e econômicas que favorecessem suas agendas autoritárias e neoliberais.

Nesse contexto, a disputa pela liberdade, em seus mais variados sentidos, também estava presente. Desde a liberdade de expressão, a liberdade de ir e vir, e também a liberdade individual entraram em pauta em um momento de cerceamento e constantes disputas. Para falar sobre esse tema temos que ter um norte bem definido e entender: liberdade de quem e para quem? A liberdade deve ser individual ou coletiva? Quais são os seus limites? Os questionamentos são inúmeros e as respostas incertas, contudo, diferentes grupos sociais e políticos apresentam caminhos possíveis para se pensar o tema, e é sobre esses possíveis caminhos e diversos entendimentos que vamos nos debruçar.

A inclusão do conceito de liberdade no contexto das ditaduras na América Latina representa um desafio significativo no ambiente escolar contemporâneo. Apesar das diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), de acordo com as competências “Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e

internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras.”(BRASIL, 2018, p.433)⁹e “Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.”(BRASIL, 2018, p.433)¹⁰, para a abordagem desse tema no ensino fundamental e médio, sua efetiva implementação e discussão em sala de aula permanecem em questão.

É fundamental, ainda, refletir sobre as implicações de se pensar um passado tão recente como o da Ditadura Militar, tanto no contexto brasileiro, como nos demais casos latino-americanos. Nesses casos, a memória se torna uma questão central, uma vez que esse tema carrega consigo os debates públicos e as pré-concepções dos alunos, como lembra Juarez Dayrell, apesar de ainda manter o monopólio da cultura acadêmica, a escola perdeu o monopólio cultural, com uma concorrência cada vez maior da cultura de massas e da circulação social de informações. (DUBET, 2006).

Sendo assim, teóricos da educação apontam para a importância de utilizar dessas memórias durante as aulas, não apenas como forma de corrigir noções distorcidas, mas principalmente como forma de engajar os alunos nas discussões.¹¹ Diante disso, nossa pesquisa se propôs a analisar a viabilidade e as limitações de abordar o conceito de liberdade dentro do contexto de ensino de história sobre as ditaduras latino-americanas na rede básica de ensino. Para isso, utilizamos como principal fonte entrevistas com professores de diferentes escolas, tanto públicas quanto privadas, procurando compreender como e se esse tema está sendo trabalhado, e como o conceito de liberdade se encaixa durante a prática de ensino-aprendizagem. Ao analisar as experiências dos professores, tentamos contribuir para um maior entendimento das dinâmicas do ensino sobre as ditaduras e conceitos trabalhados.

Caso Chileno

Antes de adentrarmos para o debate sobre quais pensamentos de liberdade estavam circulando na sociedade, é preciso entender o que estava acontecendo nessa

⁹ Competência EF09HI29.

¹⁰ Competência EF09HI30.

¹¹Para uma discussão mais aprofundada: CERRI, L. F. (org.). *O ensino de história e a ditadura militar*. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

época. No início dos anos 70 o socialista Salvador Allende venceu a eleição presidencial do Chile a partir de uma coalizão de partidos de esquerda conhecida como Unidade Popular¹². Durante seu governo, Allende propôs diversas políticas de mudança na estrutura do Estado com o intuito de fazer uma transição do sistema capitalista para o socialista, projeto este denominado de “via chilena ao socialismo”. Tal programa levava em conta o processo histórico do país bem como da sociedade, ou seja, foi pensado a partir das especificidades locais. Para implementação do socialismo foi pensado um plano de governo onde houve a criação de uma nova ordem institucional: o Estado Popular. Para isso ser posto em prática teria que seguir o Programa básico de governo da Unidade Popular¹³. Ademais, era previsto que nesse novo modelo de governo “o povo e os trabalhadores teriam o real exercício do poder, através da Assembleia do Povo (órgão superior de poder) e da incorporação massiva do povo no poder estatal.” (BORGES, 2007, p.2)

Diante das investidas de Allende para a via socialista, o lado ocidental se sente ameaçado. Então, com ideais liberais e desenvolvimento de pensamentos neoliberais pelos pensadores e pesquisadores econômicos da Universidade de Chicago, como Milton Friedman, o Departamento de Estado dos EUA inicia uma oferta de bolsas aos universitários chilenos. Esse projeto tinha como intuito levar esses jovens para estudarem o modelo econômico de livre mercado com Friedman. Este intercâmbio ocorreu entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica do Chile. Assim, grande número de chilenos aprendeu sobre essa nova doutrina e retornam ao seu país natal com as ideias neoliberais. Em outras palavras, os EUA financiam um intercâmbio de ideias com intuito de frear as políticas socialistas do governo chileno.

Durante este momento de disputa ideológicas e anticomunismo, os EUA junto com uma parcela da direita chilena estavam insatisfeitos com o governo allendista, organizam-se para tentar conter o avanço socialista no Chile. A primeira tentativa de golpe de Estado, mal sucedida, ocorreu no dia 29 de julho de 1973. No entanto, no dia

¹²Faziam parte desta coalizão o Partido Comunista (PC), Partido Socialista (PS), Partido Radical (PR), Movimiento de Acción Popular Unitário (MAPU), Izquierda Cristiana (IC) e Acción Popular Independente (API).

¹³ Este programa previa a “nacionalização dos grandes monopólios, a realização da reforma agrária e de medidas sociais nas áreas da educação, saúde, cultura, etc. Seria criada a Área de Propriedade Social (APS) formada pelos setores nacionalizados do setor mineiro, bancário, comerciário e empresas de distribuição.” (BORGES, 2007, p.2).

11 de setembro de 1973, Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, mais conhecido como general Pinochet, e seus aliados invadem o Palácio Presidencial e instauram o golpe. Esse ato marca a instauração de um regime autoritário que estabeleceu uma nova ordem sociopolítica e econômica de orientação neoliberal.

A ditadura chilena (1973-1990) ficou marcada pelo seu forte aparato repressivo, isso inclui cerceamento de direitos, censura e repressão política, com prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores que fossem considerados uma ameaça ao regime. Esses tipos de práticas mudaram também a lógica de como a liberdade se apresentava para a sociedade, em outras palavras, a liberdade se reduziu a liberdade de mercado, as oposições foram caladas, a cultura perseguida e a população amedrontada. A liberdade, nesse contexto, tomou uma nova forma traduzida em liberalismo econômico.

Para analisar a situação do ideal de liberdade dos opositores à ditadura chilena, é preciso pensar como essas ideias apareciam para esse grupo. A Unidade Popular, como apresentada anteriormente, foi uma união de partidos da esquerda chilena que se juntaram para eleger a principal liderança política, que foi Salvador Allende. Assumindo em 1970, Allende representou o projeto de implantação do socialismo através da via democrática, que se tornou uma característica muito forte da “experiência chilena”, se diferenciando de movimentos que se pautavam pela revolução para atingir o socialismo. Para o governo de Allende, a democracia era um ponto fundamental até mesmo para o “desenvolvimento” ao ponto desejado e com isso a liberdade política era um elemento intrínseco ao modelo adotado.

Nesse período, nota-se tal liberdade devido ao sentimento de festa (MOULIAN, 2006, p. 35)¹⁴ que o governo do Unidade Popular proporcionou à população, que passou a se envolver e mobilizar mais, como aponta o cientista político chileno Tomás Moulian.

Chile, fue, entre 1970 y 1973, una sociedad movilizada, dinámica, en La cual muchos individuos se vivían como actores Del proceso histórico. Fue una sociedad donde era posible expresar se com libertad, pero también una sociedad plagada de conflictos

¹⁴Tomás Moulian interpreta o governo de Salvador Allende (1970-1973) como dois momentos, sendo eles “fiesta y drama”.

gatillados por las acciones del gobierno, por ende, fue un país atravesado pela pasión. (MOULIAN, 1998, p.33)

A liberdade se via em uma espécie de esperança que chegava para os chilenos com o novo governo em contraponto com momentos anteriores que não se aproximavam tanto da sociedade como fez a UP com Allende.

No contexto Latino Americano, falar de liberdade significa tratar também do neoliberalismo e a liberdade individual, principalmente se tratando da ditadura chilena, que foi fortemente marcada pela política liberal dos Chicago Boys, o grupo de economistas chilenos que estudou na Universidade de Chicago, orientado sobretudo por Milton Friedman. Inúmeros trabalhos não só de Friedman, mas de outros importantes nomes do neoliberalismo como Friedrich August von Hayek tem a liberdade como tema central, contudo, que liberdade?

Em uma de suas mais conhecidas obras intitulada “Os Fundamentos da Liberdade”, Hayek inicia definindo o que para ele, e de certa forma para o pensamento liberal, seria a liberdade. O autor entende a liberdade como a ausência de coerção de um homem sobre o outro, isto é, a independência da vontade arbitrária do outro sobre suas ações. Para definir o conceito o autor vai citar também o que, na sua visão, não é a liberdade, fazendo uma distinção entre *a* liberdade e *as* liberdades, entendendo estas como pequenas “regalias” dentro de uma realidade de opressão. Dentre essas liberdades ele cita a liberdade política, a liberdade nacional, entre outras, entendendo que essas “liberdades coletivas” seriam prejudiciais, pois “limitariam” ou “reduziriam” a vontade do indivíduo, e portanto, seriam também uma forma de coerção.

Para Hayek, Friedman, os Chicago Boys, e toda a teoria do pensamento liberal, a liberdade significa liberdade individual. Ainda em “Os Fundamentos da Liberdade” o autor aponta os cinco pilares para se alcançar essa liberdade, sendo eles: todos os indivíduos serem cidadãos sujeitos às mesmas leis; nenhum indivíduo poder ser preso arbitrariamente; liberdade de ir e vir; liberdade na escolha de sua atividade laboral; e liberdade de possuir e adquirir propriedades (HAYEK, 1983, p.51-52), considerando que com todos esses elementos assegurados não haveria coerção.

No contexto de ditadura chilena toda essa teoria liberal ganha traços muito particulares, visto que, como poucos países do mundo, o Chile, a partir do golpe de

1973, adotou rapidamente uma série de medidas econômicas liberais que deram praticamente uma carta branca para a atuação da iniciativa privada no país. Essa ação econômica, que também é política, mesmo que Friedman e seus discípulos insistissem em negar, não só deixou o povo chileno em uma situação extremamente precária com insegurança alimentar, desemprego e no final de 1975 uma inflação anual de 341% (LETELIER, 1976), como também deflagra uma enorme contradição. Friedman escreve em “Capitalismo e Liberdade” sobre a estreita ligação entre o neoliberalismo e formas de governo democrático, logo, como explicar seu apoio na construção da economia de um país que explicitamente violava os direitos humanos?

As vezes que Friedman, além de outros economistas e atores internacionais, apoiadores do modelo econômico liberal chileno, foram questionados acerca da violência e repressão de Pinochet, as respostas seguiam a mesma linha: "lamentamos o estado político do país, contudo, felicitamos a liberdade econômica".

Dentro de um modelo onde a pequena burguesia nacional chilena pode enriquecer e receber de volta terras que haviam sido redistribuídas com a reforma agrária, e recomprar empresas que haviam sido estatizadas durante o governo de Allende, em nome da liberdade individual e do livre mercado, milhares de chilenos foram presos, mortos e assassinados em uma das mais violentas ditaduras da América Latina.

Caso Argentino

Assim como o Chile, a Argentina também passou por um período conturbado e violento devido um governo golpista e autoritário liderado por militares com apoio de parcela de civis. A década de 1970 foi um período complexo na história da Argentina, caracterizado por uma profunda crise política, econômica e social. Durante esse tempo, o país enfrentava uma intensa agitação política, com manifestações de diversos setores da sociedade, incluindo grupos de esquerda e sindicatos, insatisfeitos com a situação política e econômica. A presença de movimentos revolucionários armados e a fragmentação do governo peronista liderado por María Estela Martínez de Perón, popularmente conhecida como Isabelita Perón, contribuíram para a instabilidade política.

A inserção da Argentina em um contexto mundial bipolarizado pela Guerra Fria também desempenhou um papel significativo nesse processo de enfraquecimento do governo peronista. Discursos radicais ganharam força, o que proporcionou uma oportunidade para os militares e seus apoiadores avançarem sobre o país. Diante disso, em 1975, utilizando o discurso de guerra anti-subversiva, o comandante chefe do exército, general Jorge Rafael Videla, pressionava o governo com uma mensagem em tom de ameaça, dizendo que era preciso “purificar a imoralidade e corrupção” no país (NOVARO; PALERMO, 2007, p.24). Com isso, em 24 de março de 1976, as forças militares e de elite promoveram a invasão dos edifícios do governo e do congresso, consolidando sua tomada de poder que culminou no golpe de Estado. Para liderar o país formou-se uma Junta Militar composta pelos comandantes das Forças Armadas, Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera e Orlando Ramón Agosti, que autodenominou o golpe como "Processo de Reorganização Nacional".

No entanto, as alegações da Junta Militar de que o golpe visava restabelecer a ordem, reorganizar as instituições e criar condições para uma democracia autêntica foram contestadas por diversos grupos da sociedade. O período que se seguiu ao golpe foi marcado por uma das fases mais violentas da história argentina, com inúmeras violações dos direitos humanos, perseguições políticas e desaparecimentos forçados. Segundo o Professor Torcuato S. Di Tella (DI TELLA, 1998, p.369-370), o regime militar argentino tinha como um de seus objetivos consolidar alterações substanciais nas estruturas internas do país. Para alcançar esse fim, os líderes militares recorreram à força repressora do Estado, visando suprimir a oposição, particularmente os sindicatos e os movimentos guerrilheiros. Com a violência do Estado legitimada ocorreu a criação de diversos centros clandestinos de detenção¹⁵ espalhados por todo país, utilizados para alocar, torturar e matar presos políticos. Também era uma prática recorrente deste regime o sequestro de crianças como também maternidades clandestinas onde os bebês eram retirados à força de sua mãe e distribuídos entre famílias militares e civis.

¹⁵Dados Ministério de Justiça e Direitos Humanos do país já identificou cerca de 800 centros. A partir desta página também é possível ver um mapa com os Centros de Detenção e outros lugares ilegais utilizados pelos militares para repressão. Cf: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/sitiosdememoria/centrosclandestinos>. Acesso: 18. fev. 2024.

De acordo com os registros da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), é calculado que mais de 30 mil indivíduos foram vítimas da brutalidade exercida pelo aparato repressivo do Estado durante o período do regime militar na Argentina e 8.960 que continuam desaparecidas (CONADEP, 1984). Esses números representam uma tragédia e refletem a gravidade dos abusos de direitos humanos perpetrados durante o período ditatorial da história do país. Todo esse aparato repressor representa como o Estado lidava com quem era considerado subversivo, assim, a liberdade, de determinado grupo da sociedade, em suas diversas manifestações foi sendo cerceada.

Esta ditadura foi, como dito acima, caracterizada por uma intensa repressão política que atingiu níveis alarmantes de violência. Sob o pretexto de combater a subversão e o comunismo, o regime militar impôs um estado de terror que reprimia as liberdades individuais e coletivas dos cidadãos argentinos considerados inimigos do governo. Nesse contexto de cerceamento, a liberdade de expressão foi restringida. A censura foi imposta em parcelas da sociedade, desde a imprensa até as manifestações culturais, com o objetivo de controlar a disseminação de ideias consideradas subversivas pelo regime. Jornalistas, escritores, artistas e intelectuais foram perseguidos, presos e, em muitos casos, desapareceram, vítimas do aparato repressivo do Estado.

Além disso, a ditadura argentina também reprimiu violentamente qualquer forma de organização social que questionasse ou desafiasse a autoridade do regime. Sindicatos, organizações estudantis, grupos de direitos humanos e até mesmo comunidades religiosas foram alvo de repressão, com prisões arbitrárias, tortura e assassinato sendo táticas comuns utilizadas pelo governo militar para silenciar qualquer forma de discordância.

Nesse ambiente de medo e opressão, a busca pela liberdade tornou-se um ato de resistência e coragem para muitos argentinos. Movimentos de resistência clandestina surgiram, lutando pela defesa dos direitos humanos e pela restauração da democracia. Mulheres, em particular, desempenharam um papel significativo nessa luta. Um grande exemplo disso, são as *Madres da Plaza de Mayo* que se organizavam exigindo informações sobre seus filhos desaparecidos e denunciando as atrocidades cometidas

pelo regime. Uma grande característica desta organização foram as marchas, as *madres* e *abuelas* protestavam contra o regime militar marchando em volta da pirâmide central da praça, visto que a reunião de pessoas estava proibida (QUADRAT, 2002, p.116).

Mesmo com esforços do regime ditatorial para silenciar qualquer forma de oposição, a luta pela liberdade e pela justiça permaneceu, fazendo com que os militares fossem perdendo força. A tentativa de recuperar um território nas ilhas Malvinas em 1982, pela busca de legitimação do regime, acarretou num conflito bélico contra o Reino Unido, onde a Argentina saiu derrotada, agravando a crise interna do regime militar. Além disso, a permanente pressão da sociedade civil e de grupos internacionais em prol dos Direitos Humanos que reivindicavam, sobretudo, pela memória, verdade e justiça sobre os presos e desaparecidos políticos, fez com que o governo militar não se sustentasse. Assim, com intensas pressões, o governo militar foi forçado a convocar eleições democráticas em 1983, resultando na transição para o restabelecimento da democracia na Argentina.

Observa-se que ambas ditaduras tinham características similares, como a utilização da violência e o cerceamento de liberdades. No entanto, mesmo que possamos abordar esses processos históricos como ditaduras latino-americanas, demonstrando que as duas fizeram parte de um contexto maior, reconhecemos a necessidade de compreender as particularidades de cada país. E, ainda sim, percebemos que o conceito de liberdade permeia constantemente as discussões acerca do período ditatorial. Diante deste panorama, o próximo estágio deste estudo consistiu em investigar de que forma esse conceito, tão falado, aparece durante as aulas sobre ditadura chilena e Argentina no Ensino Fundamental.

Resultado das entrevistas

Ao entrevistar os professores que se dispuseram a participar da pesquisa proposta, foram destacadas perguntas que direcionam para uma análise qualitativa sobre como se desenvolvem os conteúdos citados. Quando questionados sobre quais os conceitos eles acham fundamentais para iniciar as discussões verificou-se a importância de conceituar “ditadura” e “democracia” com os alunos, visto que foi uma resposta recorrente. Esses pontos são essenciais linhas de partida, como se percebe na

justificativa de um dos docentes¹⁶ entrevistados: “para começar o conceito de ditadura, ainda mais num tempo como o nosso, em que a gente tem muita produção de conteúdo online, nas redes sociais, e que muitas experiências são chamadas de ditadura por vários grupos, várias linhas de pensamento”¹⁷.

Em uma segunda pergunta, buscou-se entender se existe o debate sobre o conceito de liberdade em sala de aula e as respostas, em sua maioria, foram positivas, porém percebe-se que acontece de forma indireta. Iniciar com os conceitos de ditadura e democracia, visto que esses são comumente abordados, é uma forma de introduzir o conceito de liberdade como um elemento de diferenciação entre os dois modelos de governo, pois coloca em perspectiva tanto o cerceamento quanto os direitos que garantem principalmente as liberdades políticas, a liberdade de expressão e a liberdade econômica. Um dos entrevistados aponta:

não faz sentido eu falar sobre ditadura e não tem como ele [o aluno] entender o que é uma ditadura sem eu conceituar liberdade e mostrar os diferentes conceitos de liberdade. Porque, enfim, né? A ditadura, ela tem a supressão de liberdades e a gente tem que definir em que sentido, aí você está falando liberdade, em que sentido a gente classifica essa supressão de liberdade também¹⁸.

Além do ponto apresentado, outro que se destaca é a intensa necessidade, por parte do professor, de abordar a questão do neoliberalismo, principalmente quando o assunto é o regime ditatorial do Chile.

[...] a questão de como o Chile vai ter uma ditadura que argumenta que está defendendo a liberdade econômica ao mesmo tempo que está suprimindo liberdade política, direitos sociais. Então, até contrastar com essa liberdade, ela precisa e deve ser qualificada, né? Liberdade não é um conceito abstrato, genérico. Não é uma liberdade platônica e tal. É uma liberdade concreta. Liberdade de fazer o que? Liberdade de se manifestar? Liberdade de ter acesso aos direitos? De ter acesso a uma vida plena, realizada numa sociedade? Então, assim, essa é uma discussão que aparece, mas mais direcionada para essa questão prática da liberdade política, da liberdade econômica, né¹⁹?

¹⁶ O nome dos professores foi omitido para preservar sua identidade.

¹⁷ PROFESSOR 3, entrevista concedida em 11/09/2023, entrevista número 3, 39 minutos, arquivo mp4. Entrevistadoras Alice Dias, Giovanna Teperino e Maria Eduarda Veras.

¹⁸ PROFESSOR 2, entrevista concedida em 01/09/2023, entrevista número 2, 12 minutos, arquivo mp4. Entrevistadoras Alice Dias, Giovanna Teperino e Maria Eduarda Veras.

¹⁹ PROFESSOR 1, entrevista concedida em 29/08/2023, entrevista número 1, 16 minutos, arquivo mp4. Entrevistadoras Alice Dias, Giovanna Teperino e Maria Eduarda Veras.

O neoliberalismo enquanto sistema econômico prevê a atuação mínima do Estado no mercado em defesa de uma economia livre para se auto-regular através da ação de empresas privadas, que assumem a prestação de serviços e o oferecimento de produtos que deveriam caber ao Estado. Esse modelo implica em uma lógica que prega o individualismo em detrimento das liberdades coletivas. Tendo isso em mente, enxerga-se uma preocupação por parte dos entrevistados em expor as contradições do neoliberalismo para os alunos no momento em que se trabalha com as ditaduras latino-americanas, e o caso chileno se destaca justamente por ter sido um laboratório desse sistema na América Latina, projetado pelos Estados Unidos atrelado ao contexto da Guerra Fria, com as disputas ideológicas entre capitalismo e socialismo. Um dos entrevistados relatou sua vivência apresentando esses conteúdos

Por exemplo, hoje mesmo, tratando com eles sobre essa entrada no cenário de Guerra Fria, é... Falar como esses impactos desse cenário global chegaram no circuito da América, né? É... E colocaram em xeque essas estruturas de governo que a gente tinha aqui na América. E fizeram surgir esses modelos de governo alinhados com a lógica do capital americano e tudo mais. Ou seja, esse desdobramento desse cenário de Guerra Fria é o que acaba tendo o meu ponto central, né? É... Então, assim... De algum modo, essa discussão vai ficar margeando esse ponto mais central aí pra mim. Cara, a minha expectativa é que, de algum modo, eles consigam fazer esse link, né? Entre a desconstrução das liberdades democráticas frente ao interesse de um capital global em choque²⁰.

Um elemento em comum que se identifica, entre os aspectos gerais da forma como os professores abordam as ditaduras do Chile e da Argentina, é a constante comparação com a Ditadura Militar brasileira, como estratégia para englobar os referentes conteúdos no calendário letivo.

É possível perceber, a partir das conversas com os professores, a existência de camadas mais complexas sobre o conceito de liberdade, que podem assumir tanto um sentido mais concreto, como no caso do neoliberalismo econômico, como também permear uma discussão mais subjetiva e, possivelmente, filosófica. Nota-se, como mencionado por diferentes entrevistados, que as ditaduras latino-americanas não ocupam um lugar de prioridade dentro dos conteúdos programados para o ano letivo,

²⁰ PROFESSOR 5, entrevista concedida em 15/09/2023, entrevista número 5, 15 minutos, arquivo mp4. Entrevistadoras Alice Dias, Giovanna Teperino e Maria Eduarda Veras.

logo, a rápida discussão sobre liberdade nesses contextos raramente consegue entrar nesse espaço mais etéreo, considerando também que se trata do circuito do ensino fundamental. Contudo, ao longo das entrevistas, foi possível perceber que há repertório entre os professores para abordar diferentes facetas desse mesmo conceito, ligado também às experiências ditatoriais.

Uma das perguntas feitas aos entrevistados foi: “Qual é a diferença entre a noção de liberdade no contexto das ditaduras latino-americanas do século XX e no contexto atual?”. É interessante perceber a diversidade das respostas que, ao mesmo tempo, convergem em temas similares e evidenciam a potencialidade do debate. Temas recorrentes nas respostas foram o contexto geopolítico e a ausência de democracia durante as ditaduras o que, evidentemente, caracterizavam um período de cerceamento de liberdades para grupos específicos, contudo, as respostas iam além e, nesse sentido, caminhavam para diferentes discussões que poderiam se dar em sala de aula, caso houvesse tempo hábil. Um dos entrevistados logo pontuou a questão da impossibilidade de se fazer uma distinção entre “liberdade nas ditaduras” e “liberdade atualmente”, uma vez que - como já constatado - não há apenas uma ideia de liberdade em nenhum dos dois casos, e seu significado é alterado dependendo dos interesses do grupo social analisado.

Primeira coisa que não existia um conceito de liberdade no contexto das ditaduras latino-americanas, não. Existiam vários conceitos diferentes. Dependendo do grupo que você está trabalhando, dependendo da questão que você está vendo, há muita diferença entre o conceito de liberdade. Um grupo revolucionário, tem uma visão. Um grupo que está ali. Um grupo mais ligado à área cultural, provavelmente, vai ter uma outra visão. Só para pegar dois aí. Mesmo aqueles que patrocinaram os golpes e fizeram isso em nome da liberdade²¹.

Seguindo a mesma linha, outros professores pontuaram essas múltiplas possibilidades de liberdade e como a variação de seu significado tem ligação com o período histórico, reconhecendo, portanto, sua historicidade, mas principalmente com os interesses de quem evoca o conceito. Outro entrevistado trouxe uma reflexão importante acerca da liberdade no contexto brasileiro dos últimos anos, afirmando que, no ínterim

²¹ PROFESSOR 3, entrevista concedida em 11/09/2023, entrevista número 3, 39 minutos, arquivo mp4. Entrevistadoras Alice Dias, Giovanna Teperino e Maria Eduarda Veras.

de 2018 a 2022 a mesma noção de liberdade que era usada na ditadura apresentou-se em nossa sociedade, por grupos que reivindicavam a "liberdade de cercear a liberdade".

Obviamente tem algumas alterações por causa do cenário contemporâneo que é um pouco diferente, mas um elemento fundamental é um elemento de crise, uma crise que vai motivar determinados grupos a reivindicar a restauração de uma sociedade. Para restaurar essa suposta sociedade vai se implementar uma reivindicação por uma liberdade. Uma liberdade que obviamente é marcada, como foi lá atrás nas ditaduras latino-americanas, por um cerceamento da contestação, do diálogo, do debate (...) da perseguição a qualquer crítica que fugisse daquele modelo determinado. Então, é bem próximo, né²²?

Pode-se relacionar a isso outra questão abordada por diferentes professores: a relação entre liberdade e tecnologia, em especial o uso das redes sociais, que é um assunto muito atual, mas que também dialoga com elementos ditatoriais como a censura e a liberdade de expressão. Os entrevistados afirmaram como, atualmente, algumas fontes informais de informação e a evocação de uma "liberdade de expressão absoluta" complexificam a discussão acerca do conceito, e nos fazem questionar ideias como liberdade individual e responsabilidade coletiva. Contudo, considerando o contexto de sala de aula, os professores precisam fazer recortes e, na maioria dos casos, por mais ricos que sejam esses debates, uma possível recepção negativa por parte dos pais e da escola, bem como um cronograma apertado, podem fazer com que professores optem por não explorar essas áreas.

Ainda sobre as proximidades e diferenças do conceito de liberdade atualmente e no contexto das ditaduras latino-americanas o tema do neoliberalismo e da liberdade de consumo apareceu novamente. Como apontado por um professor, o caso chileno dos Chicago Boys e sua experiência neoliberal estabelece o início de uma cultura econômica e de consumo que vai marcar muito a América Latina e que se faz presente até hoje.

Em um âmbito social, um professor mencionou também a liberdade contemporânea em relação a pessoas LGBTQIA+, constatando como, atualmente, se conquistou um espaço muito maior e mais livre em comparação com o período das ditaduras, que estrangulava o debate e a liberdade de grupos minoritários.

²² PROFESSOR 6, entrevista concedida em 15/09/2023, entrevista número 6, 13 minutos, arquivo mp4. Entrevistadoras Alice Dias, Giovanna Teperino e Maria Eduarda Veras.

Seguindo a conversa, foi perguntado aos entrevistados o que, para eles, significava liberdade e, de forma quase unânime, a ideia de pensar numa liberdade coletiva e social resume as respostas.

A liberdade individual, ela deve ser adequada, não é a ideia de cercear a liberdade individual, mas ela tem que ser adequada, porque ela tem que respeitar a liberdade do coletivo, da sociedade. (...) Então, eu acho que essa liberdade tem que se adequar a um interesse que é maior, que é o interesse social. O indivíduo não pode ser mais importante do que a sociedade. Mas ele tem que ter as condições para exercer o que lhe interessa, desde que não haja contra o bem coletivo²³.

Para alguns, o Estado desempenha um papel fundamental de assegurar necessidades básicas para que os indivíduos tenham a liberdade de alcançar suas potencialidades. Um dos professores frisou a incompatibilidade da liberdade e da desigualdade social, afirmando que, enquanto esta não for superada, não há como pensar em uma liberdade plena.

De forma quase unânime, também, os entrevistados afirmaram que a liberdade é direito inalienável que deve acompanhar a legalidade, ou seja, ser livre dentro dos limites da lei e, principalmente, através de um aparato legal que garanta essa liberdade e os direitos básicos.

Conclusão

Nesse sentido, pode-se perceber que os professores, de fato, refletem sobre o conceito de liberdade, contudo, não o fazem de forma plena em sala de aula, em razão, principalmente, da falta de prioridade dos conteúdos relacionados à América Latina na educação básica, o que acarreta um planejamento que reserva pouquíssimo tempo às ditaduras do Cone Sul. Assim, o professor se vê obrigado a fazer recortes e generalizações e não consegue trazer as reflexões apresentadas durante as entrevistas para os alunos, ainda que julguem o conceito de liberdade relevante.

Outra percepção que extraímos a partir das conversas é que, dentro dos recortes escolhidos no planejamento e na prática da aula, a experiência chilena, apesar de estar presente nos conteúdos pouco explorados, ainda ganha mais destaque que a Argentina.

²³ PROFESSOR 6, entrevista concedida em 15/09/2023, entrevista número 6, 13 minutos, arquivo mp4. Entrevistadoras Alice Dias, Giovanna Teperino e Maria Eduarda Veras.

Isso demonstra que o caso do neoliberalismo e dos *Chicago Boys* é um tema relevante, tanto para o cenário latino-americano atual, como para os vestibulares, que acabam sendo um dos principais determinantes nos recordes de conteúdo. Foi possível notar como o Chile é abordado de forma específica, enquanto a Argentina não foi citada de forma isolada em nenhuma resposta. É possível presumir, portanto, que o mesmo se dá em sala de aula.

Diante das análises e reflexões apresentadas, torna-se evidente a complexidade do conceito de liberdade, considerando seus múltiplos sentidos e entendimentos, que, como constatamos, variam não só de acordo com o contexto histórico e geopolítico, mas principalmente nos recortes internos dos diferentes grupos sociais.

Por fim, a partir das entrevistas feitas e analisadas, podemos concluir que existe um esforço por partes dos professores em trabalhar o conceito de liberdade - ou os conceitos - porém, as questões já citadas, como falta de prioridade e tempo hábil, limitam o professor a pequenas pinceladas de reflexão que não dão ao debate a profundidade necessária. Isso nos leva a pensar também na prática de liberdade que exercemos diariamente e como ela se apresenta em sala de aula. O conceito de liberdade, portanto, não precisa, necessariamente, ser trabalhado em contextos fechados, podendo ser ensinado durante os afazeres diários. Para isso, devemos pensar de forma crítica os limites das liberdades, como Paulo Freire diz: “Quanto mais criticamente a liberdade assuma o limite necessário tanto mais autoridade tem ela, eticamente falando, para continuar lutando em seu nome.” (FREIRE, 1996, p.103)

Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª edição. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 20. fev. 2024.

CONADEP, Informe. *Desaparecidos, Nunca Más* - Informe CONADEP. Argentina, 1984. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas0001.htm>. Acesso: 18. fev. 2024.

BORGES, Elisa. *O movimento operário no Governo de Salvador Allende (1970-1973): O caso dos Cordones Industriales*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2007

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: *Revista Educação Social*, Campinas, vol. 28, n° 100 – especial – pp 1105-1128, out 2007.

DI TELLA, Torquato. *Historia social de la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Troquel, 1998

FIELD JR., Thomas C.; KREPP, Stella; PETTINÀ, Vanni (Org.). *Latin America and the Global Cold War*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2022

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

HAYEK, Friedrich August von. *Fundamentos da Liberdade*. São Paulo: Visão, 1983.

JARRA, Victor. *Plegaria a un labrador*. Santiago de Chile: Alerce gravadora: 1969. 3min18s.

LETÉLIER, Orlando; *The 'Chicago Boys' in Chile: Economic Freedom's Awful Toll*. The Nation. Agosto, 1976.

MOULIAN, Tomás. *Fracturas: De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

_____. *Conversación interrumpida con Allende*. Santiago: Universidad ARCIS, 1998, p. 33

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007

QUADRAT, Samantha Viz. *Aparição com vida: as Madres de Plaza de Mayo e a luta por justiça*. Revista Gênero, v. 3, n. 1, 2002.

_____. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 167–182, 2002. DOI: 10.15448/1980-864X.2002.1.23793. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/23793>. Acesso em: 7 ago. 2024.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 29/02/2024
Aprovado em: 16/08/2024

Metodologia do ensaio biográfico: organização estrutural, desafios e proposta para algumas Guidelines

Otávio Barduzzi RODRIGUES DA COSTA¹

Resumo: Um dos maiores desafios para o pesquisador é o domínio das metodologias para desenvolvimento do trabalho científico. Para que o projeto de pesquisa tenha relevância científica é necessário que o pesquisador entenda e se familiarize com a estrutura do trabalho a ser desenvolvido. A metodologia do ensaio biográfico permite a fuga da história tradicional para diferentes pontos de vista, para isso força o pesquisador em caminhos de técnica múltiplos e difíceis e transite pelos caminhos do saber fazendo uso de instrumentos científicos para alcançar garantir a qualidade e a integridade de um trabalho acadêmico. O presente artigo tem como objetivo esclarecer dúvidas referentes ao processo de estruturação e abordagem da metodologia do ensaio biográfico. Os resultados alcançados com este trabalho servirão como subsídio e suporte no processo de desenvolvimento crítico e intelectual na formação de alunos universitários. Além de tentar fornecer algumas dicas na pesquisa.

Palavras-chave: Ensaio biográfico, História, Sociologia, Antropologia.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho com ênfase em antropologia. Sociólogo com registro no MTB. Bacharel em Direito pela ITE-Bauru. Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Licenciado em Filosofia pela ETEP. Licenciado em Pedagogia pela FACOL. Licenciado em História pela Mozarteum. Doutor em Educação, arte e História da Cultura pela Mackenzie. UNESP. Bauru. SP. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0668-4015> E-mail: joebarduzzi@yahoo.com.br.

Biographical essay methodology: structural organization, challenges and proposal for some Guidelines

Abstract: One of the biggest challenges for researchers is mastering methodologies for developing scientific work. For the research project to have scientific relevance, the researcher must understand and become familiar with the structure of the work to be developed. The methodology of the biographical essay allows the escape from traditional history to different points of view, for this it forces the researcher to follow multiple and difficult technical paths and travel along the paths of knowledge making use of scientific instruments to achieve guarantee the quality and integrity of an academic work. This article aims to clarify doubts regarding the process of structuring and approaching the biographical essay methodology. The results achieved with this work will serve as subsidy and support in the process of critical and intellectual development in the training of university students. As well as trying to provide some tips in the research.

Keywords: Biographical essay, History, Sociology, Anthropology.

Introdução

O ensaio biográfico permite o registro de testemunhos, documentos e o acesso à vida direta do pesquisado e assim dar um ponto de vista complementar muitas vezes diversa da história oficial. Dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação dos fatos históricos ou eventos sociais ou culturais estudados. Por exemplo, pode-se descobrir que certo homenageado histórico tinha mais do que mostrado, ou ser mais vilão, do que o herói comumente apresentado.

Segundo Bourdieu, que desenvolveu uma crítica à maneira simplista com que as biografias são muitas vezes escritas e entendidas. Para ele, há uma tendência de se contar a vida de uma pessoa de forma linear e lógica, organizando os eventos como se tudo fizesse sentido de maneira ordenada e predestinada. Essa abordagem biográfica, no entanto, pode mascarar a complexidade e a aleatoriedade dos acontecimentos e das escolhas que moldam a vida de alguém. A *ilusão biográfica* surge quando a vida de uma pessoa é narrada como uma história coerente e contínua, sugerindo que o indivíduo tinha um controle claro sobre suas ações e que tudo aconteceu como consequência lógica de decisões anteriores. Isso, segundo ele, é uma forma de simplificação que ignora os fatores sociais, as contingências e as estruturas de poder que influenciam o percurso de vida de uma pessoa, fato ou local.

Normalmente é usado para descrever a vida de uma celebridade, personagem histórico, alguém com um legado importante na vida. No entanto, ainda que usualmente pouco usado como método, pode-se fazer de pessoas que são representantes de um grupo donde tenham coisas em comum. Essa pesquisa surge de tese de doutoramento em Educação, Arte e História da cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisa modos de vida de pertencentes a assembleia de Deus, maior igreja pentecostal da América Latina.

A tradição do relato biográfico foi o principal veículo de propagação através do tempo vivido, sempre se constituiu como a principal comunicação entre os seres humanos, era o conjunto de saberes divididos no contato direto entre pessoas, gerador dos conhecimentos em conjunto e seus respectivos povos, sendo sempre usado um chefe, um líder, um ancestral como modo de vida de como certo povo deveria viver. Por não ser registrado de modo sistemático foi considerado carente de veracidade (por uma academia moderna que julgava o que era ou não verdade) como vários saberes

sequestrados² (FOUCAULT, 1999) durante a história, no entanto, com o advento da história científica, este relato oral foi deixado para segundo plano, sendo o argumento principal para tal opção, o seu déficit de cientificidade.

As fontes escritas foram adotadas como únicas fontes válidas dos estudos históricos após os registros comerciais oriundos da pós-neocolonização, em especial para registrar os lucros da exploração das metrópoles coloniais das nações (Jenkins, 2001). A revolução histórica que trouxe a chamada nova história ocorrida em meados do século XX, chamada nova história, que trouxe diversas consequências contrárias ao seu paradigma tradicional (BURKE, 1992). Uma dessas consequências foi o resgate do relato oral como fonte histórica, possibilitando sua adesão na academia e sendo hoje um complemento importante na análise sócio-histórica.

Na pesquisa científica das ciências sociais, do método de ensaio biográfico, tem por base um projeto de pesquisa, um objetivo e com referencial teórico previamente definido. Cada pesquisador recorre ao ensaio biográfico de acordo com os pressupostos de sua disciplina, seja ela antropologia, sociologia, história ou outra; porém todos recorrem à palavra gravada do sujeito de pesquisa, ou suas memórias registradas documentalmente, ou através de testemunhas que dá origem a um documento que constitui fonte de pesquisa.

Estes dados foram aumentados pelo surgimento da memória eletrônica (tecnologia), que promoveu uma vertiginosa transformação na história de utilização da memória pela humanidade tais como câmeras e gravadores. Estes registros são as emoções, sentimentos, a memória viva de pessoas comuns que fornecem seus depoimentos. Os registros dessas pessoas por serem comuns foram desprezados pela História Oficial (CERTEAU, 1994). Os registros podem ser a história de vida destas pessoas ou a história temática, nos quais, por meio de lembranças pessoais, os entrevistados relatam suas experiências em determinados contextos. E com isto é

² Segundo Foucault, a história das ciências a serviço da política e dos poderes (capital?) enterrou e subjogou diversos saberes que não eram passíveis de ser postos em uso monetário, tais como os saberes populares ou o ponto de vista da história que não gerava patriotismo ou capital, ou seja foi enterrado na história as vozes dos excluídos, dos escravos, das mulheres, dos loucos, em suma, do povo não vencedor e isso causou um tremenda perda de poder popular. A história oficial passa a ser contada pelos vencedores.

possível obter uma visão mais completa sobre suas visões de mundo e do grupo social a que pertencem.

O ensaio

Para conhecer a realidade histórica por meio da voz-relato das pessoas que nele viveram, ouve-se a e analisa-se a voz do narrador, e como mostrou Halbwachs (1990), a memória não é apenas individual, mas social. Vale, ainda, lembrar que registrar a história com outros valores, é (re)construir um documento diferente do que se apresenta na história. Tal processo de coleta registrada de depoimentos orais leva o pesquisador a fazer uso das palavras e informações das testemunhas e nem sempre recorrer o registro oficial.

As informações devem ser colhidas, diretamente pelo pesquisado, de preferência em áudio e/ou vídeo, para posterior escrita, dando certo grau de confiabilidade, protegendo o pesquisador e permitir futuras análises deste material por outros historiadores e ineditamente pela própria comunidade (o qual chamaremos se apropriando de um conceito jurídico de *Stakeholders*³ que significa demais interessados). Isto também preservando e vinculando em uma honesta ética envolvida na relação pesquisador X pesquisado. Pode-se também buscar material histórico tradicional, como registros, diários, e metodologia de análise documental. Ainda se pode fazer através de testemunhas.

Na medida em que o vínculo com os entrevistados se firma, percebemos que outros tipos de texto e subtexto podem emergir e servir para a pesquisa: informações escritas, literatura, documentos, imagens entre outros. Principalmente busca o testemunho e opinião do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações dando-lhe certo poder de voz.

Empodera o agente da história dando-lhe oportunidade de desvelar o que nem sempre é relatado na história oficial. Nesse sentido a história oficial sempre foi a dos vencedores (na famosa frase de G. Orwell), dos intelectuais que detinham ou exploravam os meios de informação ou de quem tinha mais poder. Sempre foi excluído

³ São exemplos de outros interessados: o orientador do pesquisador, o departamento a qual ele se vincula, órgãos de fomento, futuros outros pesquisadores, a academia em geral e principalmente a comunidade pesquisada, a qual recomendamos retornar o resultado da pesquisa por uma questão de respeito.

do relato aqueles pobres, o povo, quem não tinha voz. A história biográfica da voz ao ponto de vista as vezes excluído da história podendo dar um relato de outro ponto de vista do registro oficial.

O ensaio biográfico é um método normalmente definido como uma forma de pesquisa e a criação de fontes para o estudo da história contemporânea, que surgiu em meados do século XX, no entanto já era usado os exemplos biográficos partilhados como exemplo de como se viver desde antes da história escrita. O ponto de testemunhas também importa. Trata-se de entrevistas com pessoas que testemunharam certos acontecimentos. Estas entrevistas são conduzidas como parte de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas a entrevista, o que e como perguntar, e este objetivo será dado ao material produzido (GAGNEBIN, 1997).

O trabalho com a metodologia do ensaio biográfico não termina na realização, gravação, transcrição e arquivamento da entrevista, pois o documento gerado precisa ser interpretado quanto à forma e conteúdo, além do estabelecimento das relações com o contexto e outras fontes documentais, como a associação dos relatos orais a outras fontes de dados, imprensa diária e periódica da época, registros, cartas, fotos, livros de instituições, escolas, literatura, produções escritas dos entrevistados e outros. (Alberti, Fernandes E Ferreira, 2000). Não se pode desconsiderar a interpretação do pesquisador.

Esta diversidade de documentos torna-se fundamental para a confiabilidade da pesquisa e a recorrência de fonte do pesquisador e *Steakeholders*. Evidentemente outras fontes documentais e até mesmo outras histórias orais podem e deveriam ser comparadas para uma fidedignização do objeto que se pretende pesquisar (CHIZZOTTI, 1991). Assim, este método valoriza o conhecimento popular, no sentido de responder aos interesses sócios históricos. Esse fato não é só legítimo como é inevitável, uma vez que, busca as origens dos fatos presentes (GAGNEBIN, 1997).

Ferreira (1994, introdução), da importância as representações obtidas nos relatos orais, sendo necessária a análise ou intervenção para sanar as possíveis deformações e a subjetividade contida nos relatos com documentos escritos e que pode atuar de forma importante junto com a fonte escrita.

O Trabalho

O trabalho com ensaio biográfico se beneficia de ferramentas teóricas de das Ciências Humanas, muito comum na antropologia e sociologia quantitativa. Tem a possibilidade de ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento direito, marketing, medicina educação etc... Em todas essas áreas já foram desenvolvidas pesquisas que adotaram a metodologia da História oral em algum momento da sua trajetória constitutiva.

O ensaio biográfico não é novidade, Flávio Joséfo o usava em várias partes de sua *História do Povo Hebreu*, bem como Hesíodo e outros historiadores da Antiguidade, já utilizaram esse procedimento para escrever sobre acontecimentos de sua época (AQUINO; FRANCO; LOPES, 1980). As memórias de imperadores romanos, bem como até mesmo os escritos bíblicos, estão plenos de elementos biográficos. A famosa Escola de Chicago, segundo a qual caberia ao pesquisador sair das bibliotecas e ir para o campo, no caso, a cidade, transformada em laboratório era celebre nesses relatos.

Houve um *boom* da biografia⁴ após a facilidade de publicação de livros na década de 1930 acabou marcando bastante a própria metodologia: suas práticas e a forma como passou a ser vista por historiadores e outros cientistas sociais, As biografias logo chegam ao Brasil, onde vão ser escritas – e, conseqüentemente, lidas – com regularidade a partir dos anos 1930, período de grande impulso da indústria do livro. Jovens romancistas em ascensão vão experimentar o gênero, como Erico Verissimo, com sua história da guerreira santa Joana d’Arc, e Jorge Amado, que tratará do poeta do romantismo Castro Alves e, mais tarde, do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Mesmo antes disso, com o celebre *Os Sertões*, Euclides da Cunha, já em 1902 coloca elementos de ensaio biográfico de alguns sertanejos e até mesmo de Antônio Conselheiro.

A maravilhosa capacidade de gravar as experiências de grupos cujas histórias foram mal representadas apresenta um avanço das disciplinas de humanidades. Mas o reconhecimento só foi possível após um extenso movimento de transformação dessas ciências, com o tempo, de já não pensar em termos de uma única história ou identidade nacional, a reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades na

⁴ Não se pretende aqui menosprezar os historiadores do século XIX que eram fizeram sua carreira em biografias, no entanto a partir da década de 1930 surge a prensa de tubo, o que aumentou a publicação de livros. (MENANDRO, et al. 2011)

sociedade. Houve certa resistência. Resistência essa causada em parte, devido à forma como as investigações foram realizadas utilizando a história oral.

Cuidados na técnica

Acreditar que o simples relato constitui uma história mais autêntica é uma mentira relatada por alguns historiadores, isso porque não analisar, não verificar e não cruzar com outras fontes é um erro comum nas ciências humanas, visto que fontes sempre estão sob determinado contexto e dificilmente serão neutras (LABROUSSE, 1973)⁵, salvo se acompanhado com a exclusiva opinião do relatado avisado no texto, mesmo assim deve ser feito com reservas é um caso em que se despreza a formação técnica e a própria análise - opinião –problemática levantada pelo pesquisador.

É um erro comum também no que Alberti et al (op. cit) chamam de biografia “militante” comum em sociólogos e antropólogos (especialmente estudantes pós-graduandos) “deslumbrados” com seus pesquisados (o que também é muito comum): O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise (Alberti et al, p. 43).

Outro erro é considerar que a História é uma *reparação* para dar apenas voz aos excluídos (ibidem), de fato ela faz isso, mas tratar ela como a panaceia de dar voz a uma suposta incapacidade daqueles grupos de escreverem sobre si mesmos é inverter o objeto de pesquisa. Dar voz para esses (em nossa opinião) é encaixá-los de fato na justiça social e tira-los da exclusão construindo suas identidades como cidadãos que tem voz ativa nos rumos de sua nação. O argumento principal para esse tipo de erro é considerar um dado grupo como exótico e exatamente com intenção de considerá-lo igual. O inferioriza, o infantiliza de modo indireto, surgindo um falso e não intencional preconceito em relação a eles acaba reforçando as diferenças sociais: de que eles não são capazes de deixar registros eficientes sobre si mesmos (desprezando o trabalho do arqueólogo e antropólogo). Há em todos os povos uma cultura riquíssima passível de resgate de seu registro que vai além de lhe dar voz e sim pela luta em lhe dar ação e não

⁵ Sobretudo para quem como nós professores, vemos alunos vítimas da falha educação brasileira básica, lidamos com muitas correções de trabalhos incompletos baseados nessa mera técnica.

registro, comum fazer a pesquisa e não voltar mais para lhes ajudar a lutar por sua cidadania. Isso decorre da falta corrente de análise.

Com as transformações técnicas e a consequente mudança social oriunda que mudaram os meios de fazer comunicação e de registro (COSTA, 2005), alteraram também o conteúdo dos arquivos históricos., outros registros sonoros (músicas, *jingles*, gravações radiofônicas), imagéticos, arqueológicos, divididos a velocidade eletrônica, hoje são fontes divididas e guardadas. O documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado (VAINFAS, 1998) podendo assim ser revalorizado o ensaio biográfico.

Concordamos com Edgar Morin (1995) que em todas as ciências dentre a qual se inclui a história, deve ser mediada pela trans-multi-interdisciplinaridade. A História beneficia-se do diálogo com a Antropologia, a Literatura, a Sociologia, a Ciência Política e outras áreas do conhecimento. O fato de uma pesquisa de História oral ser interdisciplinar por natureza constitui, pois, mais um fator que favorece hoje sua aceitação por parte de historiadores e cientistas sociais. Essa reconciliação da História oral com a academia, notadamente a partir do decênio de 1990, se deve, sobretudo a necessidade de se contar a história dos vencidos que não era muito bem contada⁶.

Para que serve?

A metodologia normalmente é usada para grandes personagens, no entanto pode ser usada para pesquisa de determinado grupo. Em excelente artigo exemplifica a celebre obra de Susan Sontag (2010), que relata a vida de portadores de HIV, como excluídos da sociedade.

O ensaio biográfico é uma maneira para conhecer e gravar várias oportunidades que surgem dar sentido histórico e voz aos vários grupos sociais em todas as camadas da sociedade. Neste sentido, está em sintonia com as novas tendências da pesquisa em ciências humanas, que reconhecem múltiplas influências que estão sujeitas a diferentes grupos do mundo globalizado, sobretudo os que eram excluídos da história (CERTEAU, 1994).

⁶ O fato de não contar se deve a teoria de Foucault (op. cit.) de que a história oficial de certo modo estava a serviço do poder econômico e o ponto de vista do vencido não era interessante ser contado.

Vale observar, contudo, que há todo um espaço ocupado pelo ensaio biográfico fora da academia, como é o caso de algumas práticas pedagógicas e terapêuticas, já praticadas há anos pelos médicos e psicólogos em suas anamneses (SANTANA JÚNIOR, 2012), nos testemunhos jurídicos para descobrir a verdade e, sobretudo em ciências da religião (ANDRADE CABRAL, 2005) a qual nós temos dedicados sérias pesquisas.

Nossa Pesquisa quer entender primeiramente o que a identidade membro da de um grupo do ponto de vista antropológico. Para tanto, recorreremos a algumas histórias orais de membros do grupo para relatar sua biografia. Assim estabelecemos suas trajetórias de vida. Em suma, existe uma transmissão de memória ativa que constitui uma identidade diferenciada, desconexa da memória oficial, positivista e histórica. A memória e identidade transcendem o texto, o registro, e é existente de fato nas suas práticas cotidianas e não se restringem apenas à religião.

A memória pode ser entendida não somente como uma ferramenta que guarda dados mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re)significação das coisas e de si mesmo (RICOEUR, 2007, p. 40); que se manifesta em uma crença coerente com um comportamento social que representa a diferença que constitui a sua única identidade diferenciada de qualquer outro grupo. Essa identidade se faz transmissível não exatamente através de um discurso ou de uma recuperação de memória, mas através de uma imitação desconexa da história formal, feita por outros membros do grupo mais antigos que se manifesta numa manifestação grupal. Para Pollak, o relato desempenha um papel fundamental no processo de solidificação da memória. Quando sobreviventes de eventos traumáticos, como o Holocausto, compartilham suas experiências, eles ajudam a fixar essas memórias na consciência pública e garantem que as futuras gerações entendam a magnitude e a gravidade dos eventos. Esses testemunhos não apenas preservam a história pessoal, mas também ajudam a construir uma memória coletiva sólida.

Por exemplo, nas religiões pentecostais, o novo convertido pentecostal não chega ao culto de terno e gravada citando trechos da Bíblia, ao contrário, muitas vezes sua natureza anterior era diametralmente oposta à figura assembleiana, é comum nos relatos pessoas se confessarem como ex-protistutas, ex-drogados ou ex-bandidos.

Muitas vezes, tratava-se do sujeito sem qualquer conhecimento bíblico. Por convivência e imitação, vai adquirindo os hábitos, as práticas cotidianas, a linguagem, os costumes daquele grupo. Assume-se então uma disposição bourdieusiana de *habitus* ao conviver dentro desses grupos. Aqui, entende-se *habitus* como:

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (BOURDIEU, 1996, p. 65)

O entrevistado, cria e recria modos de ser, fazer e se relacionar, ou seja, disposições de ser, que serão mais ou menos duráveis, transpondo-as a outras práticas que não só as que o entrevistador queira saber, adquiridas com as experiências dos membros preexistentes no grupo. Cria-se assim uma matriz de observação, valoração e ação no mundo. Desse modo, realiza sua vida de acordo com os novos valores que lhe foram transmitidos.

Peter Berguer e Luckmann (2005), afirmam que a memória chega a ser construída pelos pertencentes de um grupo, sem necessariamente a fidelidade com a memória histórica. Assim a memória é construída conforme as crenças, necessidades e até interesses do grupo, pervertendo assim toda história real (BOSI, 1994).

O uso da metodologia do ensaio biográfico é muito dispendioso e nada fácil. Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros e psíquicos (Ferreira, 1994). Como em geral um projeto de pesquisa em biografia pressupõe a realização de várias entrevistas, o tempo e os recursos necessários são bastante expressivos (SELAU, 2004).

O interessante do ensaio biográfico está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, de modo libertário. Isso possibilita entender como pessoas e grupos experimentaram o passado, O ensaio biográfico pode trazer contribuições mais interessantes. No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às “distorções” da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade (VAINFAS, 1998). Hoje considera-se que a análise oral pode levar à melhor compreensão história de uma pessoa, grupo ou comunidade (MARIA de FREITAS,

2006). Devemos lembrar que o projeto da modernidade capitalista não aceitava muito bem subjetividades (FOUCAULT, 1999).

A capacidade de a entrevista contradizer e conter generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica e permite a “mudança de perspectiva” (MARIA de FREITAS, 2006). É no erro possível do entrevistado que o pesquisador pode encontrar uma nova perspectiva e interpretar sua linguagem nem sempre oficial e fácil. Existe uma riqueza nas resultantes do ensaio biográfico que permite o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos e lhes dar voz, constitui, portanto, verdadeiro instrumento para realizar uma análise mais detalhada dos testemunhos obtidos em uma pesquisa.

A coleta de entrevista não deve ser o objetivo final a ser analisado pelo pesquisador, mas deve ser parte de um processo maior: o seu trabalho (FERREIRA, 1994). Sua coleta deve ser precedida de largo conhecimento prévio da situação sócio histórica dos entrevistados e vai ser mais eficiente se houver a confiança participante dentro do grupo (CHIZZOTTI, 1991). Não é fácil trabalhar com a chamada fonte oral. Como fazer para interpretar sua mensagem? É preciso considerar as condições factuais de do momento e da situação tomando certos cuidados (MARIA de FREITAS, 2006).

Os elementos da entrevista

Coleta prática de entrevista há no mínimo dois agentes: o entrevistado e o pesquisador. É recomendável a existência de um elo de confiança para que o entrevistador fale pouco e o entrevistado mais, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato e também de suas ações (SELAU, 2004), seu papel e do seu imaginário, e que o historiador interprete melhor em seu gabinete (CHIZZOTTI, 1991).

A entrevista documenta uma ação de dupla mão: a relação comunicacional entre entrevistado e entrevistador. Tanto um como outro têm determinadas ideias sobre seu interlocutor e seja superando preconceito e a desconfiança. Em segundo lugar, a entrevista de biografia é de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o um fato relatado por quem quase sempre tem um interesse (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000).

Deve-se levar em consideração o indivíduo em sua especificidade, o ser psicológico, que imprimirá sentido a uma série de concepções diferentes do estudado na academia, é colocar-se no lugar do outro (SELAU, 2004) algo que se aprende muito mais na aula de didática do que nos cursos de pesquisa, e o pesquisador que opta por trabalhar com a biografia deve ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça esses valores. Pierre Bourdieu já alertava quanto para a “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1996)⁷, isto é, para o fato de a *unidade do eu* ser, na verdade, seu aspecto sócio cultural. Na verdade, o *eu* é fracionado e sócio-histórico.

O entrevistado pode dar seus próprios significados ao sentido da história (Maria de Freitas, 2006). É o entrevistador que tem de estar atento a multiplicidade de significados atribuídos a ações e narrativas escolhidas e atribuir sentido científico às experiências após a situação em que são narradas no seu laboratório ou escritório e levar em conta a subjetividade e reinterpretar com o cuidado de não falsear ou não estragar ou ainda interpretar sobre seus próprios valores os quais não estão isentos por mais que a ciência tente alcançar sua suposta neutralidade (MORIN, 1995).

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um “retrato” do passado (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000).

Ao contar seu relato, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em texto, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido, sempre passível de reinterpretação (BORGES, 2009).

Uma narrativa oral que sempre é uma interação entre entrevistado e entrevistador como em uma informal conversa, podemos dizer essa fonte é diferente em relação a outros documentos pessoais, como as memórias e as autobiografias (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). O relato vai depender e muito das condições da entrevista e do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor. Quando lhe é pedido a falar

⁷ Embora este texto de Bourdieu fale sobre biografia as duas técnicas biografia e história oral tem concepções parecidas, mas são diferentes pois a biografia aponta apenas um ponto de vista.

sobre o passado diante de um gravador ou uma câmera, cria-se uma situação um tanto intimidadora, isso pode gerar graves erros ou falhas (MARIA de FREITAS, 2006). É claro que o entrevistado acostumado a falar em público (um pastor ou advogado por exemplo) terá um desempenho diferente daquele que não tem essa experiência, (como um membro da religião ou um trabalhador simples). Para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Devemos lembrar que linguagem oral é diferente da escrita, leitores desavisados podem estranhar o texto da entrevista transcrita, menos formal do que um texto já produzido na forma escrita. Todos esses fatores devem ser levados em conta quando da produção, transcrição e da análise da fonte oral. Outra coisa a ser reparada é a parte gestual, que não aparece na transcrição, “o silêncio fala”, assim como desvio de olhares, expressões faciais, posições de mãos, ou seja, deve-se avisá-los. Do que se está se tratando, das dificuldades da entrevista, quem é o tipo de entrevistado, e se autorizado, sua biografia sucinta.

Preparando.

A maioria dos autores recomenda que o trabalho de entrevista deva ser organizado em basicamente em três momentos: a preparação das entrevistas, sua coleta e seu tratamento (MARIA de FREITAS, 2006). A preparação já deve vir descrita no projeto de pesquisa bem como é recomendável a descrição do seu roteiro (CARDOSO, 1986). No projeto, deve ficar claro que a metodologia usada e se ela se afina com questão colocada e se vai ser útil para responder (idem).

Deve ser destacado o ponto de vista dos entrevistados sobre o tema estudado e estes devem ser coadjuvantes para os objetivos da pesquisa (CIPRIANI, 1988). Obviamente é preciso a pré-existência ou pré-contato com entrevistados em condições e com boa vontade de prestar seu depoimento (DURHAN, 1986). Recomenda-se que no projeto deva pré-existir o perfil de pessoa a ser entrevistada e daí a importância de um levantamento do perfil sociocultural do grupo à qual ele pertence (CARDOSO, 1986) alguns recomendam uma breve incursão social no grupo estudado (CIPRIANI, 1988).

Bom lembrar que o entrevistador não deve perder totalmente o controle da entrevista sendo inundado por uma profusão de assuntos interessantes que podem surgir durante a mesma, ele deve conduzir sempre que possível a conversa de volta ao tema (CARDOSO, 1986). Se isso acontecer pode até ocorrer uma nova pesquisa, mas sempre evitar fugir do roteiro desvios de assuntos podem trazer informações interessantes, as quais podem mudar as expectativas iniciais do pesquisador, caso isso ocorra é melhor começar uma segunda pesquisa. Deve se escolher o local, hora mais confortáveis para o entrevistado (MARIA de FREITAS, 2006), deve-se evitar cansar, discordar, interromper ou pressionar o entrevistado o afã de fazê-lo ouvir o que se deseja, algo normal no pesquisador entrevistador inexperiente ou que quer provar uma tese, a entrevista pode surpreendê-lo (DURHAN, 1986).

O tipo de pessoa e quem entrevistar deve ter relação com a pesquisa e com os objetivos, deve se levar em conta sua experiência, sua capacidade comunicativa a depender do contexto, seus objetivos (um político entrevistado pode querer enfatizar fins eleitoreiros, por exemplo), e outros aspectos daí a necessidade de uma sondagem prévia (BECKER, 1997). É recomendado listar os possíveis nomes dos entrevistados com uma breve biografia⁸ que justifique sua escolha de acordo com os objetivos descritos no projeto (CARDOSO, 1986), isso pode mudar, visto que a entrevista pode ser revista pelos *stakeholders*, pelos fatos decorrentes e pelas situações adversas como no caso de alguém não querer entrevistar ou não estar disponível. Nomes novos podem surgir em meio a pesquisa prévia, ou uma coleta pode ficar aquém das expectativas, sendo recomendável nova coleta com outra pessoa. Somente no final da pesquisa haverá uma lista definitiva de entrevistados referentes ao trabalho.

Outro erro comum é que durante certa entrevista o pesquisador se depare com um relato interessante que pode levar a outra pesquisa, por exemplo, ele pode estar pesquisando religião e acabar com um relato de causas políticas, igualmente interessante, mas que nada tinha a ver com o projeto inicial, não se deve desistir mas deve-se elaborar novo projeto com objetivos específicos para tanto. Se necessário reconduzir o entrevistado ao assunto o que não impede de após utilizar as mesmas

⁸ Não confundir com metodologia biografia que outra valorosa metodologia das ciências sociais, muito parecidas uma com outra, mas a biografia é enfocada em um personagem e não em uma situação social.

anotações e re-entrevistar a mesma pessoa para uma segunda pesquisa, mas importantíssimo manter o foco naquele projeto inicial.

Legalmente o pesquisador deve se preservar e preservar o pesquisado, deve-se cumprir as normas técnicas da instituição a qual se vincula, evitar entrevistas com menores e se fizer não identificar em respeito ao ordenamento jurídico do país, já na gravação conseguir uma declaração de voz autorizando seu uso e a cada transcrição levar um modelo de carta de anuência explicando muito bem o que se trata em um modelo mais ou menos assim:

CARTA DE CESSÃO

(Local e data)

Destinatário,

Eu, (nome, estado civil, documento de identidade, endereço, profissão), declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em (datas das entrevistas) para (nome do entrevistador ou instituição) usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, desde que seja para fins específicos de pesquisa científica ou teológica. Declaro também que está autorizado a publicação de meus dados para esses fins.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do Depoente

As entrevistas podem não ir de acordo com os objetivos do projeto, isto devido a sua natureza imprevisível, os entrevistados podem estar imbuídos de um orgulho egoísta e não relacionar a questão sócio-histórica desejada (QUEIROZ, 1988). Daí é bom o pesquisador saber e manejar bem o espaço pesquisado para não perder muito tempo atrás de outro, recomenda-se ter em mente, ou melhor, já no projeto entrevistados alternativos (CARDOSO, 1986).

Deve-se evitar um grande número de entrevista salvo quando a própria pesquisa tenha como objeto a coleta de história oral ou for quantitativa. Se este projeto for coadjuvante de outras fontes no máximo três devem bastar para uma boa pesquisa qualitativa (DURHAN, 1986). É claro que tal número pode ser revisto a qualquer momento, depende do projeto. Convém contar com diferentes pontos de vista, daí é recomendável usar inquiridos de diferentes origens que têm papéis diferentes na realidade de estudo.

No contato com o entrevistado deve-lhe estar muito bem explicitado seu papel, a importância da entrevista, se ele concorda em assinar um termo de autorização i.e transcrição resumida da mesma e se possível divulgação de documentos, provas, com cópias preferencialmente autenticadas das mesmas.

Após o projeto estar bem amarrado deve-se traçar o roteiro de entrevista, e melhor agendar previamente já descrito o uso do material a ser usado, deve-se por ética deixar claro ao entrevistado o porquê e os objetivos da pesquisa e de preferência já ter uma vivência observativa, preferencialmente em observação participante com a realidade social do mesmo (ANDRADE CABRAL, 2005).

O roteiro deve seguir uma cronologia e organização intensa. Segue-se um modelo de roteiro básico:

1. Visita participante que deverá demorar mais ou menos 2 meses
2. Pré-documentação aprovação pelo comitê de ética, 4 semanas
3. Elaboração previa com orientador de um roteiro de entrevistas, 4 semanas⁹
4. Coleta-gravação das entrevistas, que como já contam com endereço certo, entrevistadores alternativos e pré-documentação não devem passar de 3 semanas.
5. Re-coleta de entrevistas se for o caso.

Seguindo-se este roteiro pode-se partir para a preparação das entrevistas. É sempre bom entrar em contato com o entrevistado e agendar hora e dia com pelo menos espaço de no mínimo duas horas (o melhor será bem mais) sobre o assunto. Recomenda-se várias visitas, isto é unânime entre os autores. É bom descrever uma breve biografia do entrevistado com já anteriormente citado.

Feita a entrevista é certo dispor de um tempo para análise e reanálise da mesma e se necessário nova entrevista para preencher lacunas (CARDOSO, 1986) que eventualmente tenham sido deixadas. O pré-roteiro de entrevistas é altamente recomendável este se possível deve ser elaborado com um orientador ou colega experiente em entrevistas orais. Também é bom ter uma ficha previa de identificação do

⁹ Isso é uma sugestão de roteiro que pode ser mudado conforme a natureza peculiar de cada pesquisa esse tempo e essa lista não é *numerusclausus*.

entrevistado. O roteiro não deve ser fechado e sim ser uma orientação aberta e flexível. Se a coleta for além de uma sessão, convém elaborar roteiros parciais previamente preparados e analisados (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000).

O tratamento do material coletado vai depender do que foi definido no projeto inicial com relação ao destino do material produzido. O equipamento deve ser de boa qualidade, é necessário um caderno de pesquisa de campo para anotar as lacunas e reflexões a serem feitas a posteriori, descrições, palavras mal compreendidas, gestos, risos percepção corporal etc.... é bom após entrevistas hoje em dia fazer imediatamente o backup dos dados em local seguro, se for transcrever deve-se fazer com tempo e calma. Depois deve-se tratar o texto e se necessário “traduzir” a expressões, em algumas entrevistas com o meio pentecostal podem surgir expressões como “e o fogo caiu em meio ao culto” que significa manifestação de glossolalia, profecias e danças, nesse exercício de transcrição é fundamental descrever tudo e traduzir sempre que possível. É bom registrar em algum lugar de preferência no caderno de campo as impressões ainda que pessoais sobre a entrevista em si e se perguntar da utilidade dela frente ao projeto, nem tudo pode ser útil, em meio a entrevista pode ser que o entrevistado discorra longamente sobre política, futebol e assuntos desconexos que podem até ser omitidos após longa análise.

Quando da publicação é necessário a edição do texto para estar de acordo com o as normas de publicação. Tal edição não pode comprometer a fidelidade do entrevistado se necessário utilizar a expressão latina *sic* (significa assim foi dito em latim quando a citação provém de seu autor original do mesmo modo que foi dito).

A entrevista pode não ser sempre verdade, Le Goff (1996) já dizia que todo registro é mentira e, portanto, passível de interpretação ou prova, mas é importante e um dado sempre histórico ver a opinião do entrevistado. Duvidar pode levar ao pesquisador achar mais falhas e ir atrás de mais fontes. É interessante ter noção de semiótica, linguagem corporal, subtexto e outras técnicas de entrevista, quando se trata de religião (nosso campo), deve-se sempre lembrar da teoria da Crick (1994) de que as vezes não é mentira para a pessoa ainda que absurda para a comunidade científica, pode ser um outro tipo de verdade, mas não há de se entrar nesse imbróglio agora.

Deve-se tomar cuidado para não generalizar (FERREIRA, 1997), apenas se utilizando de comparação com outras fontes é que pode-se daí pensar em uma situação social verdadeira e não apenas de relatos, alias a questão se é ou não verdadeira é um outro problema, o importante é o ponto de vista de alguém que está passando pela situação social, isso é quase uma afronta a academia tradicional, porém ela gerou erros que devem ser consertados (CERTEAU, 1994).

É muito valioso e importante o ponto de vista do entrevistado: sua interpretação do fato-problema e de sua própria história em relação ao tema, da interpretação da sua comunidade, de como concebe o mundo em relação ao problema etc.... Tomar a entrevista como um todo significa saber ouvir, isso em si constitui o significado da situação para a pessoa.

Deve-se respeitar as culturas interpretando-as seguindo Geertz (1989), de acordo com o próprio significado que o entrevistado lhe dá, de acordo com sua linguagem levando em conta que linguagem é como ele referência a si mesmo e ao mundo (Costa, 2009), e ai que surge uma reinterpretação da história dos conhecimentos (MORIN, 2005), uma nova riqueza de histórias que foram caladas oferecendo ao leitor uma nova ampla gama de interpretação. Os fatos são interpretados e plenos de significação em relação dialógica a sua ressignificação pessoal do entrevistado-entrevistador em uma representação de mundo que nem sempre está de acordo com o registro e história oficial (CERTEAU, 1994), o mundo para alguns filósofos é representação e significado (COSTA, 2009) particular de cada um.

Não se deve estar restrito a moral da história oficial pois a biografia gera riquezas e novas interpretações e novas éticas (FERREIRA, 1997) que o pesquisador vai compreender aceitando no mínimo ponto de vistas diversificados que aumentam a riqueza do registro a qual se propôs escrever.

A técnica de ensaio biográfico é uma maneira de imergir na vida e cultura de quem a faz acontecer a fim de buscar explicações inclusive se utilizando do método de história oral para quebrar preconceitos e trazer à baila realidades esquecidas pela história e pela mídia oficial.

Do porquê ensaio biográfico?

A intenção é perceber o imaginário e a auto-opinião que o participante tem frente a um fato social, histórico, elemento cultural ou antropológico e principalmente a percepção que esse público tem do evento. Tentar enfatizar o imaginário do grupo social que relata crua e qual o seu papel, sua percepção e sua busca de explicações para certas circunstâncias, a maneira como percebem e recriam em sua memória os fatos que participaram. O que se quer é captar a percepção e subjetividade de quem teve ou participou de um relato ou evento e aplicar tais conceitos ao fenômeno em si.

A síntese bibliográfica, deve sempre servir de apoio ao ensaio biográfico, e consiste em vários trabalhos, sobretudo da antropologia, filosofia e das ciências da Religião, Com base nos trabalhos de François Laplatine (1999, p. 418), que procura construir, na perspectiva da antropologia da saúde e da doença, conceitos adequados à compreensão do fenômeno mórbido, tais como doença-sujeito (a *illness* ou a experiência subjetiva da doença), doença-sociedade (a *sickness*, que designa os comportamentos socioculturais conectados com a doença em uma dada sociedade) e doença-objeto (tal como apreendida pelo saber biomédico).

Assim, desde um ponto de vista antropológico, é possível reconhecer que as doenças, no que concerne a sinais e sintomas particulares, são atravessadas pela cultura em diferentes épocas e sociedades. Com efeito, os significados culturais marcam tanto a pessoa doente, imprimindo-lhe sentidos existenciais, quanto os seus cuidadores, particularmente os pastores e os irmãos-irmãs de intercessão, que podem atribuir significado antropológico de curandeiros (BASTIDE, 2006, p.41), os quais constituem sua prática com base em redes semânticas culturais centradas na dimensão ritual. Na perspectiva dos pacientes, os significados culturais subscrevem os sentidos existenciais das pessoas enfermas, e estão inscritos na fala através de idiomas e metáforas culturalmente determinados que articulam a experiência da doença e conseqüentemente espiritual (DESROCHE, p.62, 1986).

Com efeito, é na comunicação verbal que podemos reconhecer um discurso que pode ser tratado no jogo de sua instância, que se caracteriza não por uma continuidade, mas por rupturas e descontinuidades, sendo, então, possível considerar a existência de múltiplas formações discursivas referentes a doença, que tomam corpo nas narrativas sobre a doença. Estas, por seu turno, correspondem à experiência da doença, através da

qual se constituem os sentidos a ela referentes, a pessoa pensa que seus atos sociais (pecados ou provas) causaram certa doença e isso modifica seu contato social e ela sai em busca de purificação mudando sua relação com o mundo ou discursando mudá-la.

Nesse item da *forma de análise dos resultados*, a linha do projeto é a de procurar compreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvende a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Isto será feito em algumas etapas:

A pesquisa de campo deve sempre procurar identificar individualmente cada membro que se envolve no processo de identificação de identidade pesquisada, bem como sua atuação sobre estes fenômenos, e sua própria análise destes. Disto vai surgir quem deve ser escolhido para depor na história de vida.

A gravação pode e deve ser previamente agendada de preferência em local que forme a identidade do pesquisado em que frequentam para lhes trazer evocação do seu grupo pessoal a qual estão inseridos dando maior identificação e menos estranhamento ao momento da coleta de entrevista. Na prática a gravação tem de ser precedida de “cabeçalho” da entrevista, informando o nome do entrevistado, do(s) entrevistador(es), a data, o local e o projeto no qual a entrevista se insere.

Todo aparato legal é bom ser consultado, é recomendável consultar o comitê de Ética e se possível, advogado da instituição ligada a pesquisa.

As perguntas podem ser abertas de modo a possibilitar sempre ao entrevistado sua opinião sobre o assunto o que não impede perguntas mais fechadas. Todo projeto tem suas especificidades e delas nascem as perguntas certas damos aqui alguns exemplos.

Perguntas prévias de identificação (qual o seu nome, idade, pertença religiosa etc..). Perguntas sobre a identidade pesquisada. Pode ser, por exemplo, religiosas: a quanto tempo você se converteu? Você acredita que Deus Cura? Como se dá esse processo em sua opinião? Ou do espaço pesquisado, a quanto tempo mora na favela? Há realmente crime como se diz? Qual a sua opinião? Perguntas específicas do projeto: Como você acha que vai ser usada essa pesquisa que estou fazendo? O que faz você se identificar como membro da tribo Nhanderu ou como membro do povo tupi?

A pesquisa biográfica procurará identificar individualmente cada membro que se envolve no processo de identificação e de formação da identidade do grupo social pesquisado em processos sociais a qual estão inseridos, bem como sua atuação sobre estes fenômenos, e sua própria análise destes. Enfocar-se-á seu próprio imaginário a qual deve-se fazer análises posteriores e cruzamento com outras fontes, submetidos a bibliografia. Essas fontes serão preferencialmente as fornecidas pelos próprios relatados mais os testemunhos gravados nas situações de seu próprio cotidiano. Pode ser usado outra metodologia coadjuvante como o questionário, por exemplo, aplicado com perguntas que possam fundamentar a história oral.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., e FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online] (2000). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org> Disponível em: books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879-03.pdf. Acesso em 15/05/2013.

ALENCAR, G. F. de. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus. 1911-2011. Novos diálogos*, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002.

ALVES. PC & Rabelo MCM (org.) *Antropologia e saúde. Traçando identidade e explorando fronteira*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1998.

ANDRADE CABRAL, Newton Darwin de, (2005). *Entre a história e as ciências da religião: questões teórico-metodológicas sobre o trabalho com depoimentos orais*, *revista de teologia e ciências da religião*, revista de pós graduação em ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, , ano IV • n. 4 • setembro/2005 – pp. 205-217.

AQUINO, Rubim Santos Leão; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1980.

BASTIDE Roger. *O Sagrado selvagem e outros ensaios*, São Paulo, Cia das Letras, 2006.

BECKER, H. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 25ª. Ed., Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*; trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARDOSO, R. (1986) *Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-106.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes. 1991.

CIPRIANI, R. *Biografia e cultura: da religião à política*. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). In: *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais; v. 5, 1988, p. 106-42.

COSTA, Otávio Barduzzi. R. *O homem e o trabalho: O Deus In Machina*. Revista das Produções Científicas Fênix, Bauru, v. 1, n.1, p. 241-246, 2005.

CRICK F. *The Astonishing Hypothesis: The Scientific Search for the Soul*. London: Simon & Schuster;1994.

DELUMEAU, Jean. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Loyola, 2000.

DESROCHE Henri. *Sociologia da esperança*. São Paulo, Paulinas, 1986.

DURHAN, E. R. (1986) *A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas*. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986, p. 17-38.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Entrevistas: abordagens e uso da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral, comemorações e ética*. Projeto História. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr, 1997.

FOUCAULT, Michel (1999). *Aula de 7 de janeiro de 1976*. In: _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto. 2001.

JOSEFO, F. *História do povohebreu*. 8. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

LAPLANTINE F. *Antropología de la enfermedad: estudio etnológico de los sistemas de representaciones etiológicas y terapéuticas en la sociedad occidental contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Sol; 2004.

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

MARIA DE FREITAS, Sônia. *História Oral: Procedimentos E Possibilidades*. Editora Humanitas, São Paulo, 2006.

MENANDRO, P. R. M. et al.. Livros à mão cheia: o livro como veículo de produção acadêmica. *Psicologia USP*, v. 22, n. 2, p. 367–386, abr. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pusp/a/ysQckGmqXgXrT98VzKXRRFF/?lang=pt#> , acesso em 14, out, 2024.

MILLER, Brian & LAPHAM, Mike, *The Self-Made Myth and the Truth about How Government Helps Individuals and Businesses Succeed*. San Francisco-CA: Berrett-Koehlerpublisher, 2012.

MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*. IN: SOUZA, Laura de Mello e. org. *Historia da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em 14/out/2024.

QUEIROZ, M. I. P..*Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"*.In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, E. R. dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988, p. 68-80.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SANTANA JÚNIOR, Fernando Oliveira. *Medicina, ética e judaísmo na literatura: da anamnese à narrativa do doente em A Majestade do Xingu, de Moacyr Scliar*. INTERSEMIOSE • Revista Digital, ANO I, vol. 01, n. 01, Jan/Jul 2012, n.1 disponível em <http://www.neliufpe.com.br/wp-content/uploads/2012/06/06.pdf>. Acesso em 15/05/2013.

SELAU, Mauricio da Silva, *História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais*, Revista Esboços, Revista de pós-graduação em História da UFSC- Florianópolis – SC, 2004.

SOUZA, Eneida Maria de CRÍTICA BIOGRÁFICA, ainda, *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, MS, v. 2, n. 4, p. 51 – 57, jul./dez, 2010.

VAINFAS, R. *Caminhos e descaminhos da História*. In: CARDOSO, C.F.S. & VAINFAS, R. (Org.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VANDERLEI SILVA, Kalina e SILVA, Maciel Henrique.; *Dicionário de Conceitos Históricos*, verbete história oral -- Ed. Contexto – São Paulo, 2006.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution – Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 27/07/2024
Aprovado em: 14/02/2025

Memória Compartilhada: Feminismo e práticas de História Pública na Era Digital

Alcione Aparecida da SILVA¹
Eulália Maria Aparecida de MORAES²

Resumo: O presente estudo explora a interação entre o feminismo e a construção da memória histórica em um contexto digital. Assim, o objetivo da pesquisa é investigar como a era digital está moldando a memória compartilhada e o papel das práticas feministas na reescrita da história pública. Sob esse viés, foi possível observar que historicamente se desenha quatro ondas do feminismo: da luta pelos direitos civis até a ascensão do ativismo virtual. Contudo, os resultados indicam que a periodização do feminismo em ondas, embora útil, é criticada por simplificar a complexidade e continuidade do movimento, especialmente em contextos não ocidentais. O estudo evidenciou como o digital reconfigurou os espaços de memória, possibilitando o resgate e a disseminação das histórias femininas, especialmente através de iniciativas online e redes sociais – apontadas como veículos que publicitam as histórias femininas. A pesquisa conclui que a memória compartilhada e as práticas feministas são fundamentais para uma história pública mais inclusiva e representativa, promovendo um ambiente em que as contribuições femininas sejam devidamente reconhecidas e celebradas, embora ainda haja um vasto caminho a percorrer.

Palavras-chave: Feminismo; Memória Compartilhada; História Pública; Era Digital.

¹ Mestra em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal. Ribeirão do Pinhal. PR. Brasil. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-8664-5189>
E-mail: alcionesilva2327@gmail.com

² Doutora em História Social pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Geografia em "Análise Regional" pela Universidade Estadual de Maringá. Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá. UNESPAR. Paranaíba. PR. Brasil. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-5885-1022>
E-mail: eulaliamorae@hotmail.com

Shared Memory: Feminism and Public History practices in the Digital Age

Abstract: The present study explores the interaction between feminism and the construction of historical memory in a digital context. Thus, the aim of there search is to investigate how the digital age is shaping shared memory and the role of feminist practices in rewriting public history. From this perspective, it was possible to observe that four waves of feminism have historically emerged: from the fight for civil rights to the rise of virtual activism. However, the results indicate that the periodization of feminism in to waves, although useful, is criticized for simplifying the complexity and continuity of the movement, especially in non-Western contexts. The study highlighted how digital has reconfigured memory spaces, enabling the rescue and dissemination of women's stories, especially through online initiatives and social networks – identified as vehicles that publicize women's stories. The research concludes that shared memory and feminist practices are fundamental to a more inclusive and representative public history, promoting an environment in which female contributions are duly recognized and celebrated, although there is still a vast way to go.

Keywords: Feminism; Shared Memory; Public History; Digital age.

Introdução

Ao longo da história, as mulheres foram frequentemente relegadas às sombras das narrativas oficiais, suas contribuições negligenciadas, suas histórias reprimidas e seus feitos minimizados. No entanto, o panorama contemporâneo testemunha uma mudança significativa, impulsionada pela inserção da memória em um novo paradigma, permitindo não apenas a ressonância dessas vozes, mas também sua amplificação.

Ainda que a sociedade não tenha atingido um estágio de igualdade entre os gêneros, a incorporação da memória ganhou um novo significado, o exemplo paradigmático é o Dia Internacional da Mulher, cujas raízes remontam ao II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas em 1910, proposto por Clara Zetkin (Blay, 2001). Este dia, celebrado globalmente, transcende uma mera data no calendário; é um ponto de convergência para protestos, manifestações e reivindicações, perpetuando a memória dos feitos históricos femininos e consolidando laços de solidariedade.

A memória desempenha um papel de grande importância, visto que sensibiliza sobre o passado, e molda identidades coletivas. Assim, no contexto dos movimentos sociais, o feminismo de forma particular, amplia a discussão em torno da memória, da noção de pertencimento e assistimos a valorização de experiências e conhecimentos outrora marginalizados. O desafio está em resgatar e dar voz às experiências silenciadas, possibilitando uma reconexão com a dimensão histórica a partir de discursos não hegemônicos, coletivos e participativos (Bruni, 2006).

Neste estudo buscou-se explorar a interseção entre feminismo e memória compartilhada, lançando luz sobre as ondas do feminismo e as formas como a memória reprimida se manifesta. Por conveniência didática, delineamos as quatro distintas fases do feminismo vigentes na contemporaneidade: a primeira onda aludiu mais especificamente os direitos civis, englobando questões como o sufrágio (voto), acesso à educação e reformas matrimoniais; a segunda onda concentra-se primariamente nos direitos reprodutivos, críticas ao patriarcado e pautas antirracismo; a terceira onda está intrinsecamente vinculada ao pós-estruturalismo, questionando construções sociais de gênero e abraçando a interseccionalidade; por fim, a quarta onda tem suas origens na disseminação do movimento por meio das plataformas das redes sociais. Acerca desta última etapa, seu desenvolvimento ainda se encontra numa fase inicial e,

consequentemente, nossa abordagem foi limitada dada a incipiência da literatura acadêmica que a sustenta até o momento. Adicionalmente, foi realizada uma análise crítica frente a conjuntura da periodização do feminismo em ondas, à luz de alguns marcos históricos, sendo esta uma abordagem mais diversa.

O advento da era digital reconfigurou os espaços de memória e gerou novas possibilidades para a história pública. A análise desses aspectos permitiu a compreensão do papel das redes sociais e do ambiente digital como espaços de construção, preservação e disseminação da memória feminina, bem como sua interação com a História Pública.

Ao abordar tais temáticas, buscou-se não apenas registrar eventos históricos, mas também contribuir ativamente para evitar o esquecimento e a invisibilidade das narrativas não hegemônicas, ou seja, representa um convite para a construção de novos espaços públicos, onde as experiências vividas e compartilhadas possam ganhar destaque, desafiando a historiografia oficial³ e enriquecendo a compreensão do presente por meio do resgate do passado.

Feminismo e Memória Compartilhada

Os movimentos feministas, que advogam pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres, tiveram sua origem na Europa Ocidental, visando desafiar a condição particular de subjugação e subordinação das mulheres pelos homens (Guimarães, 2005). Louro (1997) aponta que, no início desses movimentos, o foco primordial das feministas era tornar evidente a presença daquelas mulheres que foram historicamente invisibilizadas devido à segregação social e política; ao qual envolvia denunciar a exclusão destas nos âmbitos político, científico, literário e artístico.

Bairros (1995) considera o feminismo como uma ferramenta conceitual que possibilita compreender a formação de gênero como uma fonte de poder e hierarquia, afetando de maneira mais adversa as mulheres. Ele o descreve como uma perspectiva que permite analisar criticamente as distintas vivências das mulheres, funcionando como uma lente para compreender tais experiências.

³ Refere-se as narrativas históricas dominantes que frequentemente excluem ou minimizam as contribuições de grupos marginalizados, como as mulheres.

De acordo com Duarte (2003), o Feminismo abrange um sentido mais extenso, sendo descrito como qualquer ação ou manifestação que se oponha à opressão e discriminação das mulheres, ou que busque a expansão dos direitos civis e políticos, seja de forma individual ou coletiva. Essa visão do feminismo é compartilhada por Cruz (2017) ao qual salienta que este consiste em um movimento de resistência voltado à criação de justiça social para as mulheres, ou seja, o feminismo demanda transformações nas estruturas sociais, visando rejeitar as manifestações de domínio. De acordo com Silva; Carmo; Ramos (2021) o presente movimento passou por diversos momentos ao longo do decurso histórico, intitulados como “ondas”, sendo subdivididas, assim, em: primeira, segunda, terceira e quarta onda do feminismo.

Primeira Onda do Feminismo

A primeira onda do feminismo, que emerge na virada do século XIX para o XX, principalmente nos Estados Unidos e em países da Europa, como Reino Unido e França, foi marcada pela luta das mulheres por igualdade e direitos fundamentais, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Em um contexto dominado por homens brancos e proprietários, as mulheres eram excluídas das decisões políticas e exploradas no trabalho. Esse cenário impulsionou a mobilização feminista, que se manifestou por meio de associações, greves e debates sobre temas como autodeterminação sexual, educação e reforma do direito matrimonial (Rovai, 2021; Monteiro, 2021; Narvaz; Koller, 2006; Siqueira; Bussinguer, 2020).

Neste contexto histórico no Brasil, Berta Lutz (1894-1976), reconhecida como bióloga e notória figura no movimento feminista, desempenhou papel fundamental na conquista do sufrágio universal em 1932, ao liderar abaixo-assinados e participar de manifestações em conjunto com outras mulheres engajadas; as sufragistas defendiam a igualdade entre homens e mulheres, pleiteando oportunidades iguais no trabalho, estudo e participação na esfera pública. Algumas críticas apontam que essas pautas priorizavam mulheres brancas de classe média, abordando questões de inclusão formal sem adentrar profundamente na estrutura patriarcal. Mesmo limitado em conquistas formais, esse movimento teve um impacto considerável na estrutura de poder patriarcal ao ocupar espaços públicos e gerar mudanças. Entretanto, ideologias nazistas e fascistas deste

período buscaram reforçar papéis sociais de gênero e influenciaram o retorno das mulheres ao espaço doméstico, promovendo uma cultura de submissão feminina. Esses movimentos feministas, nascidos das lutas coletivas contra o sexismo e a subordinação, têm questionado valores culturais, reconhecendo a cultura como dinâmica e passível de mudanças mediante eventos históricos e contratos culturais conflituosos. (Pinto, 2003; Siqueira; Bussinguer, 2020; Narvaz; Koller, 2006).

Segunda Onda do Feminismo

Nos anos seguintes a primeira metade do século XX, os movimentos feministas passaram por um declínio, mas ressurgiram com força na década de 1960, marcada pela segunda onda do feminismo. Após a Segunda Guerra Mundial, apesar dos avanços como o voto feminino e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as pressões sociais tentaram reverter as conquistas, mantendo o controle majoritário masculino nas esferas decisórias. Salienta-se que a obra "O Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir, com a célebre frase "não se nasce mulher, se torna mulher," foi de grande importância para as discussões feministas da época e continua influente no cenário contemporâneo (Santos, 2016; Pinto, 2003).

Movimentos feministas eclodiram globalmente entre as décadas de 1970 e 1980, abordando questões variadas, como antirracismo, valorização do trabalho doméstico, direitos reprodutivos e críticas ao patriarcado. Segundo Silva (2018) neste período, o feminismo da "segunda onda" destacou-se pelo ativismo das mulheres negras, liderando a luta por direitos iguais, com figuras como Ângela Davis. Desta forma, a interseccionalidade surgiu nesse contexto, trazendo a compreensão de como as opressões de gênero, raça e exploração econômica se interconectam, moldando uma visão democrática mais inclusiva e participativa.

No Brasil, esse período foi marcado por conflitos políticos e o início da ditadura militar, período no qual as mulheres se tornaram militantes ativas contra a repressão e censura. Com o fim da ditadura, a luta pelos direitos femininos voltou a ganhar destaque, culminando com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), impulsionando a campanha para a inclusão dos direitos das mulheres na Constituição de 1988. O avanço

teórico-acadêmico dessa época influenciou a ciência, promovendo uma abordagem feminista que questionava e transformava a forma como o conhecimento era produzido, defendendo uma epistemologia feminista crítica em contraposição às perspectivas tradicionalmente masculinas (Pinto, 2010).

As ativistas femininas da segunda onda tinham uma visão clara das conexões entre desigualdades culturais e políticas. Utilizando a memória compartilhada como ferramenta, incentivavam as pessoas a refletir sobre suas histórias pessoais, conectando-as à estrutura de poder sexista. Pois “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30).

Terceira onda do Feminismo

A terceira onda do feminismo, emergente nos anos 1990, foi moldada por eventos geopolíticos e avanços tecnológicos e se baseou no pós-estruturalismo. Essa fase rejeita significados fixos, enfatizando a análise das performances sociais individuais e coletivas e desafiando noções tradicionais de gênero e biologia como construções sociais. Figuras como Judith Butler com a Teoria Queer e Donna Haraway com o Manifesto Ciborgue, redefiniram o gênero como uma performance, enquanto Joan Scott abordou o gênero como uma construção cultural hierarquizada. A interseccionalidade, iniciada na segunda onda e promovida por Kimberlé Williams Crenshaw, destacou como raça, classe, sexualidade e identidade de gênero se entrelaçam, exacerbando as barreiras para a igualdade, especialmente para mulheres negras (Perez; Ricoldi, 2019; Castro, 2020).

Torna-se claro o valor de aprender sobre a vida e apreender a luta das mulheres do passado como uma forma de legitimar e reconhecer a estrutura patriarcal em que nos encontramos, destacando a memória compartilhada como uma ferramenta essencial no avanço dos direitos. Benjamin (1994), ao discutir o conceito de história, ressalta a importância de narrar experiências e aponta que o historicismo tende a culminar na "história universal", favorecendo a narrativa dos vencedores e deixando de lado a memória dos excluídos, especialmente das mulheres. Esse apagamento da memória

coletiva feminina contribui para a ausência de fontes históricas sobre suas vidas singulares (Perrot, 2012), essa lacuna evidencia a necessidade de uma história e memória que reconheçam e valorizem as experiências das mulheres, escapando dos estereótipos de gênero impostos.

Quarta onda do Feminismo

A emergência da quarta onda do feminismo – embora não haja um consenso sobre a existência da mesma –, a partir de 2010, é marcada pela ascensão do ativismo virtual, conhecido como ciberativismo, ampliando a diversidade de correntes feministas. O ciberfeminismo, centrado na mobilização online, utiliza plataformas como redes sociais, blogs e sites para disseminar ideias feministas, promovendo um novo espaço de expressão e *empowerment* feminino; facilitando a mobilização política, organizando manifestações e promovendo ações por meio das redes sociais, fortalecendo a voz das mulheres (Perez; Ricoldi, 2019; Castro, 2020).

É possível salientar que “diferentemente das ondas que a antecederam, a proposta mais ousada de uma quarta onda do feminismo [...] é reconhecida pela incorporação dos diversos feminismos de correntes horizontais, como o negro, lésbico e o masculino e os LGBT” (Silva; Pedro, 2016, p. 194). A atuação dos coletivos femininos na quarta onda se diferencia das organizações tradicionais, sendo grupos mais fluidos que se reúnem via redes sociais para discutir e definir suas pautas, compostos muitas vezes por acadêmicos, promovem debates sobre questões de gênero, raça e sexualidade dentro do ambiente universitário e a implementação de políticas de cotas raciais na educação superior contribui para uma maior diversidade nesses espaços de discussão (Perez; Ricoldi, 2019).

A batalha pela memória e pela visibilidade torna-se premente na atualidade, especialmente no contexto brasileiro, onde uma onda conservadora em ascensão tenta apagar a memória da resistência política e uma leitura crítica da história. Conforme apontado por Assmann (2011) é de grande relevância, neste cenário, discernir o que será preservado e o que será descartado, uma vez que anteriormente, até mesmo os resquícios do passado eram uma fonte cultural reveladora dos costumes de um povo. Na

Era das mídias digitais a fronteira entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido torna-se cada vez mais tênue.

Ao finalizar a exposição dos conceitos e marcos principais das ondas do feminismo, torna-se pertinente problematizar as limitações dessa divisão temporal, haja vista que enquanto a categorização em ondas oferece uma organização cronológica útil para visualizar as conquistas e os desafios enfrentados pelo movimento feminista ao longo dos anos, tal modelo não escapa de críticas.

Marcos Históricos do Feminismo e suas Críticas: Reflexões sobre as Ondas e a Construção da Memória a ser Compartilhada

A demarcação do feminismo em ondas, tal como supramencionado, oferece uma estrutura cronológica para compreender a evolução do movimento, mas também carrega consigo desafios interpretativos e limitações que precisam ser examinados. Diversas teóricas contemporâneas, como Alves (2020) e Hemmings (2009), propõem uma revisão crítica dessa categorização, argumentando que ela simplifica a complexidade e a diversidade dos feminismos, especialmente em contextos não ocidentais, como o brasileiro.

Partindo dessa premissa, Alves (2020) oferece uma crítica a tradicional divisão do feminismo em “ondas” ao argumentar que essa periodização não dá conta da complexidade e da continuidade dos movimentos feministas no Brasil. A autora propõe que deve ser realizada uma abordagem mais fluida e interligada, rejeitando a ideia de rupturas drásticas entre as chamadas ondas, enfatizando a importância de reconhecer as contribuições feministas que ocorreram entre essas fases.

A crítica perante a tradicional narrativa das "ondas do feminismo" também é corroborada por Hemmings (2009) argumentando que a presente abordagem simplifica a história complexa dos feminismos ocidentais e fixa autoras e perspectivas em décadas específicas, muitas vezes de forma estereotipada e desconectada do contexto histórico em que surgiram. Dessa forma, observa-se que a autora desafia a linearidade e a categorização rígida das ondas, sugerindo que elas falham em capturar a riqueza e a diversidade dos debates feministas.

Alves (2020) critica a tendência de ignorar os movimentos feministas que ocorreram entre as chamadas primeira e segunda ondas, destacando que muitas das ideias associadas a segunda onda já estavam sendo discutidas e desenvolvidas na década de 1940 no Brasil, especialmente por mulheres ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ela aponta em seu estudo alguns marcos históricos significativos, como a fundação do Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC) em 1946, a criação do jornal *Momento Feminino* em 1947, e a atuação da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) até 1957, para demonstrar a existência de um movimento feminista ativo e relevante que precede a segunda onda.

Segundo Hemmings (2009) a narrativa dominante tende a posicionar as feministas pós-estruturalistas como as primeiras a questionar a categoria "mulher" como sujeito e objeto do conhecimento feminista, desconsiderando que essa discussão já estava presente em movimentos anteriores, analisando como essa narrativa ocidental tende a medir a evolução do feminismo em outras partes do mundo, particularmente no Sul Global, com base nos padrões estabelecidos pelo feminismo europeu e norte-americano, ignorando assim as contribuições locais e contextuais.

De acordo com colocações de Alves (2020), a visão tradicional de ondas feministas obscurece a continuidade e a pluralidade dos movimentos feministas, especialmente aqueles que não se enquadram nas narrativas dominantes influenciadas pelos feminismos europeu e norte-americano, assim, a autora sugere que, ao invés de segmentar o feminismo em ondas estanques, é mais produtivo pensar nele como um movimento contínuo e interligado, que evolui através de diálogos e relações entre diferentes contextos históricos e culturais.

Uma alternativa a tradicional divisão das ondas do feminismo é a proposta de uma visão baseada em "marcos históricos do feminismo", que considera o movimento como um processo contínuo e dinâmico, refletindo suas transformações e adaptações ao longo do tempo, sem recorrer a segmentação simplista em fases ou ondas. Essa perspectiva privilegia a construção de uma memória compartilhada que reconhece as interseções entre raça, classe, gênero e colonialidade, conforme apontado por estudiosas como Françoise Vergès.

Pontua-se que a abordagem dos marcos históricos busca reconhecer eventos e processos que marcaram a evolução do feminismo em diferentes contextos e que continuam a influenciar o movimento até os dias de hoje. Por exemplo, a luta pelo sufrágio feminino no final do século XIX e início do século XX pode ser vista como um marco de grande importância que catalisou o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres, não apenas no Ocidente, mas também inspirando movimentos em colônias e países do Sul global.

Outro marco histórico consiste na emergência do feminismo negro e decolonial, que desafia a hegemonia do feminismo branco, liberal e ocidental, como destacado por Vergès (2020), redefinindo o feminismo, e incorporando a crítica ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo, ao mesmo tempo que reivindica a memória das lutas de mulheres racializadas, cujas experiências e resistências são frequentemente marginalizadas na narrativa dominante do feminismo.

A construção da memória a ser compartilhada, nesse contexto, implica um esforço coletivo para resgatar e valorizar as contribuições de feminismos plurais, especialmente os que surgem fora do eixo hegemônico. Pois trata-se de uma memória celebra vitórias e que também reconhece as continuidades de opressões e resistências, traçando uma linha histórica que conecta as lutas do passado com as do presente, sendo que esse esforço necessário para evitar o apagamento de histórias e experiências que não se encaixam nas "ondas" tradicionais, mas que são igualmente importantes na formação de um movimento feminista global, inclusivo e interseccional.

Nesse sentido, os marcos históricos do feminismo servem como pontos de referência que ajudam a mapear o percurso do movimento ao longo do tempo, enquanto a construção de uma memória compartilhada assegura que essa história seja contada de maneira mais completa e representativa das diversas vozes e experiências que compõem o feminismo em todo o mundo. Diante disso, é imperativo resgatar a história feminina como uma prioridade essencial e usar a memória compartilhada como um campo de disputa, pois ela evidencia distintas experiências sociais por parte dos envolvidos e revela as manifestações coletivas.

Memória Reprimida

Segundo as reflexões de Lerner (2019), as mulheres têm desempenhado um papel fundamental ao longo da história, participando ativamente no trabalho e na construção do mundo: em pé de igualdade com os homens; isto é, sempre colaboraram na consolidação da sociedade e na evolução da civilização. No entanto, apesar dessa contribuição significativa, suas histórias muitas vezes foram negligenciadas, permanecendo à margem das narrativas dominantes centradas nos feitos dos "grandes homens".

O compartilhamento da memória, em um caráter coletivo, foi primariamente conduzido pelos homens, moldando o passado em tradições culturais que servem como vínculo entre as gerações, conectando o ontem ao amanhã. Vale ressaltar que essa tradição oral, expressa por meio de poesia e mitologia, foi enriquecida tanto por vozes masculinas quanto femininas, contudo, o registro histórico como o entendemos hoje emergiu com a introdução da escrita na Antiga Mesopotâmia. Dentro desse contexto, indivíduos em posições de destaque, como sacerdotes e proto-historiadores, assumiram o papel de selecionar os eventos dignos de registro, atribuindo-lhes significados e conceitos. Esse enfoque privilegiado nos feitos masculinos foi consagrado como a História, tida como uma narrativa universal, negligenciando os relatos e interpretações das mulheres sobre os eventos ao seu redor (Lerner, 2019).

A memória é empregada como uma ferramenta essencial para controlar e perpetuar disparidades de poder entre os gêneros, moldando uma narrativa histórica que dita os papéis esperados para cada indivíduo nesse âmbito relacional, estabelecendo para as mulheres um lugar privado, restringido ao lar para cuidar da família e satisfazer o marido, resultando em sua invisibilidade e subordinação. Por outro lado, os homens são direcionados ao espaço público, envolvidos em negócios e intelectualidade, ocupando um papel de visibilidade. Essa construção histórica, edificada ao longo dos tempos, promoveu a supremacia dos interesses masculinos em todas as esferas sociais, onde as noções de comportamento adequado sempre foram definidas pela perspectiva e pelas predileções masculinas, evidenciadas por leis, monumentos, celebrações e documentos, todos instrumentos que serviram para suprimir e diminuir os feitos das mulheres.

A estruturação de um sistema político corroborou para a dominação masculina, mas isso não implicou na submissão passiva das mulheres, que buscaram, em diferentes momentos históricos, fazer ouvir suas vozes e aspirações. Todavia, foi apenas no século XX, por intermédio de mudanças políticas e econômicas significativas, que o modelo de poder patriarcal, por muito tempo arraigado, enfraqueceu, abrindo, assim, portas para que as mulheres ingressassem e participassem ativamente no poder político, econômico e social, alterando assim a percepção e a estrutura do sistema vigente. Houve uma maior visibilidade do papel feminino através de publicações, documentos e ocupação de cargos de poder, apesar de a memória ainda tender a se concentrar nos feitos masculinos, mas não mais reproduzindo uma hegemonia absoluta, visto que as conquistas e ações têm redefinido continuamente a memória das realizações femininas, conferindo-lhes visibilidade e estabelecendo a mulher como sujeito ativo e protagonista de sua própria história (Perrot, 2012; Rago, 1995; Lerner, 2019).

O Digital como Espaço de Memória

Nos anais da história tradicional, os relatos muitas vezes relegaram ao silêncio as diversas contribuições e feitos de personalidades femininas, deixando um hiato na narrativa histórica; assim, essas mulheres, fundamentais para o curso da humanidade, foram invisibilizadas e/ou ocultadas da historiografia convencional. Contudo, o movimento feminista trouxe à tona e colocou em evidência as disparidades entre gêneros, viabilizando, assim, a difusão de uma “história possível”, ou seja

[...] daquilo que ficou oculto pela ideologia patriarcal que nos faz crerem uma diferença sexual hierárquica existente desde o princípio dos tempos. A história do possível é aquela do que aconteceu, deixou vestígios materiais e simbólicos, no entanto foi ignorada, foi considerada impossível (Swain, 2014, p. 613).

Foi neste viés de imaginário androcêntrico que ascendeu as tecnologias, fazendo emergir um novo palco para a construção histórica, fazendo com que as ferramentas do mundo digital se tornassem o epicentro de uma revolução historiográfica, uma plataforma onde as vozes outrora silenciadas encontraram eco. A mobilização de grupos feministas desempenhou um papel crucial nessa transformação, haja vista que, através do ativismo e da conscientização o espaço virtual se tornou um campo de batalha para reivindicar o legado das mulheres na história, logo, o compartilhamento de suas

histórias, suas realizações e sua importância na trama do tempo ganhou, finalmente, destaque.

Desse modo, o contexto digital tornou-se lar de memórias, compartilhando de modo acessível diversos documentos históricos, corroborando para ampliação do entendimento do passado, uma vez que essa evolução tecnológica não apenas possibilita uma consulta ágil e preservação integral dos registros, mas também abre portas para materiais não convencionais, como imagens e vídeos, democratizando o acesso por meio de arquivos, museus e bibliotecas. Este progresso se estende à história das mulheres, refletido em iniciativas de museus e centros de documentação feministas globalmente, visando corrigir lacunas históricas na representação feminina. A exemplo têm-se os Museus como o National Women's History Museum nos Estados Unidos, o Kvinnohistoriskt Museum na Suécia, bem como o Museu Virtual Bertha Lutz e o Museu das mulheres, ambos situados no Brasil, oferecendo vastos recursos digitais para a pesquisa e estudo da história das mulheres, fazendo com que a memória seja compartilhada. Tais esforços não apenas corrigem distorções históricas, mas também abrem caminho para uma compreensão mais completa e inclusiva da narrativa histórica (Oliveira; Gama, 2019).

Outros espaços de memória significativos no ramal virtual/digital são as páginas dedicadas unicamente a compartilhar as memórias de diversas personalidades femininas, tais como: o Portal “Mulher 500 anos atrás dos panos⁴”; o site “Mulheres na História⁵”; o *blog* “O Protagonismo Feminino no Ensino de História⁶” e o site “Vermelho Carmim: Uma História das Mineiras em Luta por seus Direitos⁷”.

O Portal “Mulher 500 anos atrás dos panos” detêm um notável acervo de pesquisa e documentação, enfocando temas de gênero, raça e etnia, ao qual prioriza a divulgação de biografias, imagens e estudos recentes. Lançado em 29 de julho de 1998, no Palácio do Itamaraty, o projeto teve início oficialmente com um evento que contou com a participação de destacados especialistas, incluindo antropólogos, historiadores e escritores. A apresentação do painel “O Papel das mulheres na construção do Brasil nos

⁴ <http://www.mulher500.org.br/>

⁵ <https://mulheresnahistoria5.webnode.page/>

⁶ protagonismofemininonahistoria.blogspot.com

⁷ <https://vermelhocarmim.minas.fiocruz.br/>

últimos 500 anos” foi apenas o começo de uma jornada que mobilizou mais de 700 pessoas de diversos segmentos da sociedade, e desde então, o projeto tem sido uma fonte importante de descobertas históricas, resgatando fatos e vozes que por muito tempo foram negligenciados pela historiografia oficial. Ao longo dos anos, a equipe do projeto, em colaboração com diversos parceiros, conseguiu revelar aspectos inéditos da história das mulheres no Brasil, lançando publicações importantes e promovendo iniciativas para ampliar o conhecimento e reconhecimento do papel das mulheres em nossa sociedade. O lançamento do Portal “Mulher 500 Anos” foi um passo adiante dessa missão, oferecendo uma plataforma virtual onde o público consegue acessar uma riqueza de informações e contribuir para a construção coletiva do conhecimento histórico, dispondo de ferramentas interativas e a oportunidade de enviar novas biografias e trajetórias.

No que tange o site "Mulheres na História", este foi criado no ano de 2018 por Viviane da Silva Moreira no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é uma ferramenta valiosa para professores e professoras explorarem aspectos como mulheres na história colonial, narrativas históricas e biografias. Além de oferecer materiais e suporte, o site convida os educadores a mergulharem na dissertação que o originou, destacando a importância de ampliar os diálogos sobre igualdade de gênero e outros temas. O site conta com diversas abas, como "Eixos Temáticos", "Narrativas", "Bibliografia de Mulheres", "Arquivos", entre outros, disponibilizando diversos recursos e conteúdos para acesso do público, tudo isso interligado para uma compreensão mais profunda e inclusiva do papel das mulheres na história brasileira.

Já o *blog* "O Protagonismo Feminino no Ensino de História", concebido pela professora Alcione Aparecida da Silva em 04 de junho de 2020, tem como propósito abordar e debater a participação das mulheres na história e no ensino dessa disciplina, com especial ênfase na contribuição historicamente eclipsada por mecanismos de invisibilidade tanto midiáticos quanto educacionais, que se perpetuam em uma sociedade marcada por estruturas segregacionistas. Sua criação ocorreu como parte integrante do processo de seleção para o Programa de Pós-Graduação em Mestrado em História Pública na UNESPAR - Campus Campo Mourão/Paraná. Desde então, o *blog*

tem sido desenvolvido de forma contínua, mantendo sua pertinência e contribuindo para a reflexão e o avanço dessas temáticas.

Por fim, o site “Vermelho Carmim: Uma História das Mineiras em Luta por seus Direitos”, lançado em 2023 pela Fiocruz, é uma plataforma que apresenta um acervo composto por fotos históricas, depoimentos em vídeo, crônicas escritas exclusivamente para o projeto e textos editados. Seu objetivo é resgatar e divulgar as experiências e memórias das mineiras envolvidas em movimentos feministas durante as décadas de 1970 e 1980, oferecendo uma visão abrangente das lutas e conquistas desse período. Além disso, o site inclui uma vídeo-peça intitulada "Vermelho Carmim – Fragmentos do Discurso Violento", dirigida por Pedro Paulo Cava, que aborda questões de violência de gênero e socialização masculina.

Através desses entendimentos é perceptível como o espaço virtual transcendeu as fronteiras do simples armazenamento de informações e tornou-se um santuário para as histórias das mulheres, um lugar onde a memória compartilhada ilumina o passado e guia o futuro, honrando e reconhecendo a presença essencial e muitas vezes ocultada das mulheres na tessitura da história da humanidade.

História Pública Digital, Feminismo e Rede Social

Segundo Noiret (2015) a história pública digital representa a transformação fundamental na prática histórica, redefinindo não apenas como os historiadores documentam e acessam informações, mas também como armazenam, processam e interpretam dados. Essa mudança levou a comunidade acadêmica a questionar de forma crítica os novos instrumentos tecnológicos, já que a "virada digital" provocou incertezas e debates globais sobre o futuro da historiografia e das diversas maneiras de narrar o passado no formato digital, demandando a reescrita e a reinterpretação dos métodos profissionais e a maestria das novas práticas digitalizadas.

A transição para a história digital não se resume a adotar computadores e recursos digitais; trata-se de um profundo redimensionamento das práticas históricas anteriores, mantendo-se em continuidade com as tradições profissionais. Assim sendo, a

era da web 2.0⁸ democratizou o acesso à documentação histórica, possibilitando interações diretas entre produtores e consumidores de história, remodelando as narrativas históricas para envolver ativamente um público mais amplo, às vezes mediado por historiadores profissionais (Noiret, 2015).

É evidente que esse contexto digital oferece inúmeras vantagens, sobretudo no compartilhamento e acesso às memórias, mas a este também é aludido como um terreno fértil para a propagação de desinformação, como as conhecidas *fakenews*⁹. Nesse âmbito, os historiadores desempenham um papel crucial ao fornecer um aporte documental sólido e verificável que resgata e preserva o legado feminino ao longo da história, ou seja, eles são os guardiões da autenticidade, navegando por vastos oceanos de informações para identificar, contextualizar e validar as contribuições das mulheres, oferecendo um contraponto fundamental às narrativas distorcidas ou excludentes que proliferam no ambiente digital. Esse aporte documental historiográfico valida a presença e a influência das mulheres na história, ao passo que também se torna uma fonte confiável e tangível para desafiar e desmistificar representações históricas enviesadas ou injustas.

Pautando-se nesse entendimento, Carvalho (2016) menciona que antes da era da internet e da ascensão das redes sociais, os historiadores nunca tiveram à disposição meios tão poderosos para alcançar um público tão vasto e diversificado como hoje:

A partir do momento em que o historiador lança mão das redes sociais para compartilhar o saber histórico produzido no âmbito acadêmico, ele possibilita ao grande público produzir críticas, elaborar falas e até mesmo contribuir para a construção continuada deste saber, afinal de contas, as redes sociais, mais do que meros pontos de difusão do conhecimento, permitem o diálogo, a interlocução, o contar histórias e “estórias”, permitem, inclusive, a descoberta de documentos históricos que dificilmente seriam encontrados por meio de pesquisas convencionais (Carvalho, 2016, p. 41).

Assim, a abordagem da história pública digital corrobora para a remissão de narrativas outrora marginalizadas, principalmente no contexto historiográfico feminino, mas é preciso lembrar novamente que esse impulso foi conduzido pela determinação das

⁸ A Web 2.0 é a segunda geração de comunidades e serviços baseados na plataforma Web, onde a ideia é que o ambiente on-line se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização desse conteúdo (MOREIRA, 2009, p. 8).

⁹ *Fakenews* são notícias intencionalmente e verificadamente falsas que poderiam enganar os leitores (SERRA, 2018, p. 8).

mulheres em desafiar os papéis historicamente impostos, reconhecendo ativamente sua contribuição ao longo do tempo, e lutando para ter suas memórias compartilhadas.

Guimarães (2021) postula que enquanto suas vozes foram muitas vezes suprimidas, o crescente espaço e influência feminina na esfera digital têm proporcionado um ambiente mais igualitário para explorar e reconstruir suas histórias, pois o “digital” tem se destacado como um terreno propício à revisitação histórica, permitindo a análise, celebração e preservação justa e inclusiva das contribuições femininas.

Ao investigar o impacto das mulheres na construção da memória compartilhada, a história pública digital promove uma reinterpretação das narrativas históricas, enfatizando a agência feminina. Mulheres, há muito relegadas a papéis secundários na história oficial, estão sendo agora lembradas e homenageadas por suas contribuições, uma vez que o ambiente digital atual oferece plataformas para resgatar essas histórias, concedendo merecida visibilidade e reconhecimento àquelas que desafiaram normas sociais e contribuíram significativamente para a sociedade, mas cujas vozes foram silenciadas no passado.

No atual cenário tecnológico digital, as redes sociais são consideradas como veículo de disseminação de informações, e quando utilizadas de maneira eficaz, elas têm o potencial de amplificar e divulgar a história de diversas personalidades femininas que desempenharam papéis significativos ao longo da trajetória histórica. Segundo dados da DataReportal (2023) entre as plataformas mais utilizadas no Brasil, destaca-se o Instagram, com uma base de usuários estimada em 113,5 milhões em 2023.

Dentro do espectro dessa rede social, existe uma página intitulada "Mulheres na História¹⁰", cujo propósito é “publicizar” relatos e memórias de mulheres notáveis, tais como Bertha Maria Julia Lutz, Carolina Maria de Jesus, Helen Keller, Lélia Gonzalez, Marie Curie, Angela Davis, entre outras. Essa página funciona como um meio de dar visibilidade e reconhecimento a essas personalidades femininas que deixaram marcas importantes em diferentes áreas e períodos históricos.

Logo, evidencia-se que através da utilização estratégica das redes sociais, em particular do Instagram, é possível democratizar o acesso a narrativas históricas que por

¹⁰<https://www.instagram.com/mulheresnahistoria/>

vezes foram marginalizadas ou negligenciadas, visto que através do entendimento de Ferreira (2015) ao adentrarmos a plataforma digital, expandimos para além do nosso quarto, o epicentro das nossas operações online, criando um ambiente de potencial e flexibilidade. Um simples quarto com um computador conectado à rede pode se transformar em ferramentas de trabalho, resistência e subversão.

Contudo, é válido destacar que embora as redes sociais tenham ampliado o acesso e a disseminação de memórias femininas, é necessário e igualmente importante reconhecer que esses espaços digitais não estão livres de preconceitos estruturais, como é o caso do racismo algorítmico. Os algoritmos que organizam o que vemos em nossas timelines muitas vezes refletem e perpetuam desigualdades raciais e de classe (Silva, 2022), favorecendo a visibilidade de certas narrativas femininas em detrimento de outras. Assim, mulheres negras, indígenas, ou de classes sociais mais baixas continuam a ser sub-representadas, levantando diversos questionamentos de quais histórias, de fato, estão sendo contadas e quem, realmente, está sendo ouvido nesse novo espaço digital.

Considerações Finais

Ao revisitar a historiografia dos movimentos feministas é possível perceber que a periodização por ondas simplifica a diversidade do movimento, especialmente em contextos não ocidentais. Assim, a proposta de uma abordagem por "marcos históricos" reconhece o feminismo como um processo contínuo, que integra diversas vozes e experiências, contribuindo para a construção de uma memória mais inclusiva e representativa das lutas femininas ao longo do tempo.

A memória pode ser um instrumento tanto de liberdade quanto de domínio por parte de determinados grupos. Logo, valorizar a democratização da memória compartilhada é necessário para que ela não se torne um instrumento de controle, mas sim uma fonte de emancipação, pois à medida que as mulheres conquistam mais liberdade para descobrir sua própria história e papel além dos estereótipos tradicionais de procriação e tarefas domésticas, sua visão e contribuição reconfiguram significativamente a estrutura da sociedade.

Apesar da inexistência de uma sociedade plenamente justa e equitativa, com a dissolução da hierarquização entre os gêneros, a inclusão da memória compartilhada

adentrou um novo espectro, possibilitando a preservação de vozes femininas outrora silenciadas. Esta evolução tem propiciado uma maior frequência de relatos sobre o papel das mulheres na ciência, na história, na mídia e na esfera política.

Ao examinar as transformações históricas, surge a percepção das mudanças no emprego da memória compartilhada na contemporaneidade, bem como, seu impacto no jogo de poder e na dinâmica social. Assim, essa memória desempenha um papel fundamental como sustentáculo social, propiciando a inclusão das mulheres e novas interpretações das experiências vividas por elas ao longo da história.

Estudos nesse sentido facilitam a democratização e diversificação, viabilizando a coletivização dos eventos, além de promover também a reconstrução da história, outrora tida como oficial e original, imbuída do discurso dos detentores do poder e, por conseguinte, dos “vitoriosos”, perpetuando a perspectiva dos dominantes. Mas é preciso lembrar que ainda existe um longo caminho a percorrer, visto que no âmbito digital também é evidenciado o racismo algorítmico, sendo assim, a luta é constante.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. C. *Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e políticas do Brasil*. Universidade Federal Fluminense, 2020.
- ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BAIROS, L. *Nossos feminismos revisitados*. Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLAY, E. A. *8 de março: conquistas e controvérsias*. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.2, p. 601-607.
- BRUNI, J. C. *O presente: ontem e hoje*. Interações: Cultura e Comunidade. Vol. 1, nº 1, 2006.
- CARVALHO, B. L. P. *História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo*. Revista Transversos, 2016.

- CASTRO, P. R. de. *As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas*. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020.
- CRUZ, L. A. *Crítica epistemológica do feminismo*. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de pós-graduação em políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão, p. 1-14, 2007.
- DATAREPORTAL. *Digital 2023: Brasil. 2023*. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 30 de dez. 2023.
- DUARTE, C. L. *Feminismo e literatura no Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.
- FERREIRA, C. B. C. *Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo*. Cadernos Pagu, 2015.
- GUIMARÃES, A. S. *“Elas precisam entrar no circuito também”*: feminismo, idadismo e cultura digital. Niterói, 2021.
- GUIMARÃES, M. F. *Trajetória dos feminismos: introdução a abordagem de gênero*. In: CASTILLO-MARTÍN, M.; OLIVEIRA, S. Marcadas a ferro. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 77-92, 2005.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HEMMINGS, C. *Contando estórias feministas*. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, 2009.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: vozes, 6ª Ed., 179 p., 1997.
- MOREIRA, D. R. *Um estudo da tecnologia Web 2.0*. Projeto Final de Curso (Bacharelado) Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Curso de Bacharelado em Ciência da Computação, 2009.
- MULHER 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. *O projeto*. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/>. Acesso em: 22 de dez. 2023.
- MULHERES NA HISTÓRIA. *Apresentação*. Disponível em: <https://mulheresnahistoria5.webnode.page/>. Acesso em: 22 de dez. 2023.

- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. Psicologia em estudo, Maringá, v. 11, n. 3, 2006.
- NOIRET, S. *História Pública Digital*. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015.
- O PROTAGONISMO FEMININO NO ENSINO DE HISTÓRIA. Disponível em: protagonismofemininonahistoria.blogspot.com. Acesso em: 22 de dez. 2023.
- OLIVEIRA, S. R.; GAMA, M. S. B. *Arquivos on-line e fontes históricas para o ensino de história das mulheres*. In: Ana Carolina Eiras Coelho; Jaqueline Ap. M. Zarbato. (Org.). 1ed. Campo Grande-MS: Life Editora, 2019, v., p. 79-98.
- PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. *A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva*. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, Monterrey, Nuevo León, México, 2019.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, C. *Feminismo, história e poder*. Revista de Sociologia e Política, vol. 18, n. 36, pp. 15-23, 2010.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, M. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- ROVAI, M. G. O.; MONTEIRO, L. N. (org). *Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o Ensino de História*. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021.
- SANTOS, M. G. *Os feminismos e suas ondas*. Cult, n. 219 (Dossiê A Quarta Onda do Feminismo), dez./2016.
- SILVA, C. E. *Os feminismos emergentes na década de 70 no Brasil*. História e Cultura, Franca, v. 7, n. 1, p.181-203, 2018.
- SILVA, J. P. A.; CARMO, V. M.; RAMOS, G. B. J. R. *As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas*. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, 2021.

SILVA, R. C. e; PEDRO, J. M. *Sufrágio à brasileira: uma leitura Pós-Colonial do Feminismo no século*. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 1981-3082, 2016.

SILVA, T. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SIQUEIRA, C. B. de; BUSSINGUER, E. C. de A. *As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher*. Revista Thesis Juris–RTJ, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

SWAIN, T. N. *Desigualdade na diferença: a construção política dos corpos e das identidades sexuadas*. Revista Maracanan, 2014.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERMELHO CARMIM – UMA HISTÓRIA DAS MINEIRAS EM LUTAS POR SEUS DIREITOS. *O projeto*. Disponível em: <https://vermelhocarmim.minas.fiocruz.br/>. Acesso em: 24 de mai. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution – Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 26/06/2024
Aprovado em: 01/10/2024

Quais são os desafios da História Pública hoje?

Conversações com: Alejandra Fabiana Rodríguez, Benito Schmidt, Bruno Leal, Catalina Rojas, David Dean, Fabíula Sevilha, Fernando Nicolazzi, Francisco Santhiago, Gisela Andrade, Jimena Perry, Juniele Rabêlo de Almeida, Mauro Franco Neto, Michel Kobelinski, Ricardo Santhiago, Tatyana de Amaral Maia, Viviane Borges.

Juniele RABÊLO DE ALMEIDA¹
Francisco SANTIAGO JR²

O presente texto nasce das respostas para a pergunta: "Quais são os desafios da História Pública hoje?" – direcionada aos pesquisadores com experiências em projetos coletivos que consideram a dimensão pública da história. O questionamento proporcionou a conversa agendada para abertura do V Simpósio Internacional de História Pública – no dia 20 de setembro de 2024, em formato híbrido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Canal do YouTube Canal YouTube do Programa de Pós-graduação em História @ppgh-ufrnprogramadeposgrad. A abertura foi marcada por uma série de diálogos fundamentais para a consolidação e expansão do movimento promovido pela Rede Brasileira de História Pública - RBHP, reafirmando seu caráter plural e interdisciplinar. A sessão contou com intervenções de

¹ Doutora em História Social (USP) e mestre em História (UFMG). Realizou pós-doutorado em 2011 na UFMG e, em 2020, na University of California, UC Berkeley e UFRGS (Professora Visitante). Professora da Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Filiação institucional: UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9468-9192>. E-mail: junielerabelo@gmail.com.

² Doutor em História (UFF) e mestre em Multimeios (UNICAMP). Realizou pós-doutorado pela Università di Bologna. Professor da Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Filiação institucional: UFRN. Natal. RN. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2690-5222>. E-mail: santiago.jr@gmail.com.

pesquisadores atuantes em instituições nacionais e internacionais que catalisam ações em história pública.

Francisco Santiago e Fabíula Sevilha (coordenadores do evento na UFRN) apresentam aqui o programa do Simpósio, situando sua relevância no cenário acadêmico e profissional, além de destacarem o crescimento da Rede Brasileira de História Pública. Em seguida, Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Ricardo Santhiago (UNIFESP) discutiram os aspectos da trajetória da Rede Brasileira de História Pública ao longo dos seus 13 anos, enfatizando os desafios e os diálogos que marcaram essa trajetória de conexões e trocas intelectuais em uma rede de apoio mútuo.

O evento também abriu espaço para o debate latino-americano com a participação de Alejandra F. Rodriguez (UNQ-Argentina), que compartilhou as experiências da Assembleia Latino-americana de História Pública de 2023, pontuando os desafios e acordos firmados entre pesquisadores da região. Complementando essa discussão, Gisela Andrade (UNQ-UBA/Argentina) trouxe uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pela História Pública na Argentina, ressaltando a necessidade de fortalecer práticas colaborativas e ampliar os diálogos entre academia e sociedade.

No âmbito canadense, David Dean (Carleton University/Ottawa) apresentou uma reflexão instigante sobre os desafios contemporâneos da História Pública, defendendo o diálogo como ferramenta essencial para a construção de um campo participativo e acessível. Já a professora Jimena Perry (Iona University/New York) contribuiu com uma visão baseada em suas experiências em projetos coletivos, problematizando a dimensão pública da história e seu impacto social. Para encerrar as participações de pesquisadores dos outros países, Catalina Muñoz Rojas (Universidad de los Andes/Colômbia), em uma perspectiva latino-americana, trouxe uma abordagem reflexiva ao focar o olhar crítico para o interior das suas próprias práticas de história pública.

Ao retomar as experiências brasileiras, Fernando Nicolazzi (LUPPA/UFRGS) abordou as relações entre História Pública e seus múltiplos públicos, destacando as possibilidades e os desafios de engajamento com diferentes audiências. A abertura também contou com problematizações fundamentais sobre o papel político da História Pública. Mauro Franco Neto (UEMG) provocou um debate sobre a relação entre crise e

politização da história, enquanto Michel Kobelinski (UNESPAR) explorou a interface entre ativismo, curadoria pública e humanização dos museus, reforçando o compromisso da História Pública com a democratização do conhecimento.

Tatyana de Amaral Maia (UERJ/PPGH-UFJF) abordou as conexões entre História Pública, movimentos sociais e políticas públicas, ressaltando a importância do engajamento acadêmico com as demandas sociais. Em seguida, Viviane Borges (UDESC) trouxe uma importante discussão sobre os temas sensíveis dentro da História Pública, questionando a invisibilidade de certas narrativas, como as relacionadas às prisões e aos presos comuns. Sua fala enfatizou a necessidade de tornar públicos e acessíveis debates que frequentemente permanecem à margem das narrativas históricas tradicionais.

Benito Bisso Schmidt (UFRGS) analisa a consolidação da História Pública no Brasil como campo acadêmico e prático nos últimos quinze anos. Destaca sua politização, ao articular militância e produção científica em diálogo com movimentos sociais. Aponta avanços, mas também desafios quanto à profissionalização e sustentabilidade econômica da área. Defende a valorização institucional da profissionalização da história pública.

Para finalizar, Bruno Leal Pastor de Carvalho (UnB) propõe cinco diretrizes para o futuro da História Pública no Brasil. Defende sua valorização como trabalho remunerado, o equilíbrio entre teoria e prática, e o enfrentamento da lógica dos algoritmos. Ressalta a necessidade de superar desigualdades globais na produção historiográfica e ampliar o alcance comunicativo para além da academia.

A sessão de abertura do V Simpósio Internacional de História Pública demonstrou o vigor do campo ao reunir especialistas de diferentes contextos, promovendo um intercâmbio de ideias que fortalece a interface pesquisa, ensino, extensão e divulgação a partir da história pública. Os debates apontaram desafios cruciais, mas também destacaram o potencial transformador desse movimento, reafirmando seu compromisso com a produção de conhecimento acessível, plural e socialmente engajado.

O V Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História - Francisco Santiago (UFRN) e Fabíula Sevilha (UFRN).

O V Simpósio da Rede Brasileira de História Pública ocorreu entre os dias 20 e 27 de setembro de 2024, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e reuniu pesquisadores, profissionais e interessados na área para discutir as tendências e práticas da história pública no país e em perspectiva internacional.

O evento, que já se consolidou como um dos principais espaços de debate sobre a interação entre história e público, contou com uma série de palestras, mesas-redondas e apresentações de pôsteres, abordando temáticas como patrimônio cultural, memória coletiva e o papel dos arquivos digitais na construção da história contemporânea. Além das discussões teóricas, o simpósio destacou projetos práticos, conectando o trabalho de historiadores com as demandas da sociedade. O evento ampliou redes de colaboração, envolvendo parcerias para o redimensionamento público dos saberes históricos e, ainda, incentivando a participação ativa em iniciativas de preservação e divulgação da história.

Entre os temas debatidos ao longo da programação, destacaram-se as relações entre história pública, mídias e historicidade, explorando os desafios e possibilidades da comunicação histórica em diferentes plataformas. Também foram promovidas reflexões interseccionalidade e história pública, abordando a importância da diversidade e do enfrentamento às desigualdades na produção do conhecimento histórico.

A formação profissional e o futuro das graduações em História foram discutidos em uma mesa-redonda que trouxe perspectivas sobre as transformações do ensino e os desafios enfrentados por docentes e estudantes. Outra temática central foi o papel dos historiadores na esfera pública, destacando a responsabilidade social da profissão e os diferentes usos do passado em debates contemporâneos. Já os Simpósios Temáticos, realizados em formato virtual, proporcionaram um espaço de diálogo e troca de experiências entre pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições. Além disso, o evento contou com uma mesa-redonda dedicada ao futuro da história pública, debatendo suas perspectivas teóricas, metodológicas e políticas.

Outro eixo de debate tratou das conexões entre ruídos, histórias e emergências contemporâneas, problematizando os desafios da narrativa histórica em meio às transformações sociais, políticas e tecnológicas. O encontro também foi marcado pela

reunião da Rede Brasileira de História Pública, fortalecendo articulações e projetos conjuntos.

O evento foi encerrado com uma mesa-redonda sobre História Pública e os desafios da democracia na era da pós-verdade, evidenciando a relevância do trabalho dos historiadores na construção de discursos críticos e na defesa do acesso amplo e qualificado à memória e à história. Por fim, é fundamental agradecer a valiosa participação dos palestrantes e dos coordenadores dos simpósios temáticos ocorridos em setembro de 2024 (parcerias consolidadas da Rede Brasileira de História Pública) - a seguir mencionados: Ana Maria Mauad, Anita Lucchesi, Alejandra Fabiana Rodríguez, Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto, Almir Félix Batista de Oliveira, Antônio Diogo Greff de Freitas, Benito Schmidt, Bruno Leal, Carlos Francisco da Silva Júnior, Catalina Rojas, Christiano Britto Monteiro dos Santos, David Dean, Dilton Cândido Santos Maynard, Fabíula Sevilha, Fernando Cauduro Pureza, Fernando Nicolazzi Mauro Franco Neto, Francisco Santiago, Gisela Andrade, Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho, Iara Lis Schiavinatto, Janaína Porto Sobreira, Jimena Perry, José Augusto Pádua, Juciene Ricarte Apolinário, Juniele Rabêlo de Almeida, Jurandir Malerba, Luana Barros de Azevedo, Margarida Dias de Oliveira, Marcus Oliveira, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Michel Kobelinski, Miriam Hermeto Sá Motta, Nathalia Guimarães e Souza, Pedro Telles da Silveira, Rafael Dias de Castro, Renata Bittencourt, Ricardo Santhiago, Rodrigo de Almeida Ferreira, Rogério Rosa Rodrigues, Samantha Quadrat, Sônia Meneses, Tatyana de Amaral Maia, Thamara de Oliveira Rodrigues, Tyego Franklim da Silva, Viviane Borges.

Os aspectos da trajetória da Rede Brasileira de História Pública: Diálogos e desafios em 13 anos de conexões - Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Ricardo Santhiago (UNIFESP).

Comemoramos, neste 2024, os 13 anos do nosso trabalho coletivo que culminou na criação da Rede Brasileira de História Pública. No *Curso de Introdução à História Pública*, organizado na Universidade de São Paulo em 2011, buscava-se pensar a história pública como possibilidade de difundir o conhecimento histórico de maneira responsável e integrada – por meio dos arquivos, centros de memória, museus,

televisões, rádios, editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não-governamentais, consultoria, entre outros espaços. O livro *Introdução à história pública*, resultado das discussões do curso, procurou dialogar com essas dimensões tecnológicas, políticas e culturais.

Apontávamos que o debate sobre história pública poderia ser ampliado e enriquecido dentro e fora da academia. A história pública, afinal, propõe a produção compartilhada e dialógica dos saberes – para além da ampliação do seu público – problematizando os usos do passado. As experiências, em sua diversidade de leituras e procedimentos sobre a história pública, traziam aspectos éticos dos debates públicos que mobilizavam a memória coletiva, não apenas preocupada em atingir um público maior, mas aprender com ele, com suas mudanças e demandas. Afirmávamos a necessidade da não supressão da ciência em favor da história pública, no desejo do estabelecimento de pontes de comunicação com a recepção social do trabalho acadêmico. A história pública estava longe de uma simplificação ou um abandono da ciência em nome de um mercado interessado.

O 1º Simpósio Internacional de História Pública foi realizado em 2012 na mesma Universidade de São Paulo (USP), preocupando-se com a agenda pública e espaços de compartilhamento do como fazer, pensar e sentir a história. A força desses eventos gerou, ainda em 2012, a criação da Rede Brasileira de História Pública em um evento sediado no Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte. As atividades e os simpósios internacionais da RBHP, bianuais, já percorreram o Brasil: além do primeiro, na USP, o evento passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2014, Universidade Regional do Cariri (URCA), em 2016, e voltou à Universidade de São Paulo, mas em seu campus Leste (em 2018).

Nessa ocasião, o simpósio realizou-se simultaneamente com o encontro anual da Federação Internacional de História Pública. Assim, o evento realizado teve uma função catalisadora, agregando diferentes indivíduos e grupos atuantes no campo da história no Brasil e no mundo. Consistiu em uma oportunidade de interlocução entre diferentes estudantes de graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores, profissionais liberais e gestores. Dessa maneira, abriu inúmeras possibilidades de parceria e colaboração. O evento consolidou parcerias e diálogos entre importantes centros de

produção de conhecimento e reflexão em história pública de todas as regiões do país, evidenciados pelos parceiros do próprio simpósio. Representantes do primeiro curso de bacharelado com uma ênfase em história pública do país, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), não apenas estiveram presentes em comitiva significativa, mas também se candidataram a sediar o próximo Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública, que aconteceria em 2020.

No meio tempo, fomos atravessados pela pandemia. Enquanto os encontros e as interlocuções, promovidas no seio da RBHP, reverberaram na criação de um programa de Mestrado em História Pública na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), para além de linhas de pesquisa em diversos programas de pós-graduação e inúmeros núcleos, laboratórios, grupos e projetos de história pública por todo Brasil, os encontros face a face foram impedidos, em razão da crise sanitária (e também econômica e política). As obras coletivas, em livros e dossiês de revistas, continuaram a expressar a intensidade e a variedade das produções de história pública no país nos últimos anos – e, em modalidade online, a Rede Brasileira de História Pública viu acontecer o Encontro de História Pública promovida pela UFRGS, em 2020, e promoveu o 2º Curso Nacional de História Pública, em 2021.

Finalmente, encontramos-nos na abertura deste 5º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública, híbrido, acolhido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que recebe inúmeras pessoas comprometidas com a história pública, vindas de todo o Brasil e do exterior. Trata-se de um encontro muito desejado porque ele acontece, finalmente, depois de uma série de adiamentos – mais do que adiamentos de datas, adiamentos de planos e sonhos, não apenas em razão da própria pandemia, mas das repercussões dela e do cenário político recente, particularmente para as instituições de ensino superior e pesquisa, que ainda sofrem com a retração de investimentos e com orçamentos insuficientes.

Trata-se de um encontro muito desejado, ainda, porque mantém e reforça a marca da RBHP, que surge a partir de um princípio inspirador, que permanece firme: o do reconhecimento. Reconhecimento de semelhanças, caminhos comuns, pendores análogos, que evidenciaram o potencial para a criação de um espaço de diálogo para discussão e aperfeiçoamento de práticas e entendimentos em torno da história pública.

São semelhanças que não apagam diferenças e peculiaridades, mas que são fortes o suficiente para garantir a persistência do diálogo como uma atitude central na história pública que queremos.

Cada um dos encontros da Rede Brasileira de História Pública tem sido, de fato, momento de construção, articulação, troca intelectual, enfatizando o trabalho forte e desafiador que promove a interação e a história e seus públicos. Tais encontros são fortes e tão vívidos, ao menos em parte, justamente por seu enfoque na prática reflexiva da história pública – enfoque não submetido a formas de institucionalização ingerentes e hierarquizantes que predetermine os lugares a serem ocupados pelas pessoas comprometidas com o trabalho da história. Em outras palavras, a RBHP e o movimento brasileiro de história pública têm sua existência justificada pela força do chamado do nosso próprio ofício.

Por isso mesmo, um dos papéis que a Rede Brasileira de História Pública tem desempenhado é o de expandir sua natureza não-hierárquica (ou mesmo anti-hierárquica) para outras relações: com outras instituições e com outros modos de organização, bem como para relações internacionais, sempre que elas buscam subordinar nossos entendimentos (variados) sobre história pública a outros que nos forem exógenos.

A interlocução perseguida pela RBHP é sempre criativa e de troca. Seu movimento é livre e não hierárquico. Sua institucionalidade se constrói no próprio trabalho de história pública e nas relações constituídas a partir da coletivização desse saber. Sem dúvida, isso é o que garante e sustenta a capilaridade dos trabalhos de história pública em todo o país – representado aqui neste belo, e ansiado, 5º Encontro Internacional da Rede Brasileira de História Pública, ocasião de reativação intelectual e também de reativação de nosso hábito de nos encontrarmos mais vezes, em razão do nosso trabalho e das relações de amizade e cooperação surgidas a partir dele.

Asamblea latinoamericana 2023: desafíos y acuerdos sobre la Historia pública -
Alejandra F. Rodriguez (UNQ-REDLAHP).

Agradezco la invitación al V Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública; participei em 2018 del IV Encuentro, presentando el Diploma de

Historia Pública y Divulgación Social de la Historia de la UNQ que acabamos de crear. Me alegra decir que desde entonces hemos avanzado en el campo de la HP en Argentina y también fortalecido los lazos institucionales entre posgrados brasileros y argentinos, y nos hemos nutrido del rico intercambio de lecturas, investigaciones y experiencias comunitarias de ambos países.

Si debemos dar cuenta de los desafíos que la Historia Pública tiene de cara a la sociedad, debemos decir que el campo es mucho más amplio de lo que hubiéramos imaginado. Consensos locales e internacionales respecto a los procesos históricos que se creían saldados hace décadas, hoy vuelven a estar en el centro de la escena, temas tales como la evolución humana, las consecuencias del nazismo o el significado de la dictadura argentina se debaten en la escena pública, desde perspectivas que no solo son negacionistas, sino apologéticas de los genocidios del siglo XX, solo para dar un ejemplo.

Como ocurrió en Brasil, hace unos años, hoy en Argentina, desde los sectores de poder seataca al sistema científico y universitario y se desacrediten las ciencias sociales con argumentos retrógrados, que buscan socavar las bases del conocimiento socialmente construido durante décadas

El mundo tal cual era, parece estar cambiando a una gran velocidad y las narrativas sobre el pasado, se transforman también. En parte, porque la cancha en la que nos movemos está muy inclinada, la riqueza está muy concentrada y gran parte de lo que ocurre en el campo económico y simbólico pasa hoy por las plataformas. Estas otorgan a sus beneficiarios una gran capacidad de intervención, porque no solo son capaces de registrar, analizar y clasificar enormes cantidades de datos sino porque median entre distintos grupos sociales, llegando con contenidos individualizados a audiencias enormes, practicando una curaduría y también censura sobre los contenidos; esta capacidad transforma a un puñado de personas que han sido llamados “señores tecno feudales”^[1] en centrales en la definición de los procesos de subjetivación contemporânea.^[2]

Entonces la Historia Pública debe estar atenta a cómo se están transformando los modos de producir, distribuir y apropiar el conocimiento en general y de la historia en particular; y creo que este debe ser un punto relevante para ser pensado desde el sur;

para ser pensado desde América Latina, porque la batalla por el pasado tiene consecuencias en el presente. Gran parte de los debates políticos e intelectuales se articularon y se siguen articulando con discursos y debates sobre el pasado; en ese punto las y los historiadores públicos tenemos la posibilidad de intervenir en la construcción colectiva de significados históricos desde una perspectiva emancipadora.

Es por ello que consideramos urgente abrir diálogos, en especial intergeneracionales, que tiendan a lograr una verdadera curiosidad por la historia, para que sea entendida no sólo como consumo, o instrumento de la narrativa del poder, sino como un bien común, como un acercamiento que aporte a la comprensión de los mecanismos pasados y presentes sobre los que se asientan los logros sociales y también las desigualdades.

Pensando en estas cuestiones y pretendiendo aportar al diálogo; en el marco del Festival la Historia un bien común y del I Congreso de Historia Pública y Divulgación de la Historia. Problemas, Actores y Escenarios de la Historia Divulgada, que organizamos en la Universidad Nacional de Quilmes en 2023, realizamos una asamblea de la que participaron numerosas personas de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Uruguay y Perú y con ellas se acordaron principios que quisiera compartir^[3]:

- 1. El reconocimiento de la relevancia social de la producción de saberes históricos, para la comprensión crítica de la realidad.*
- 2. La construcción de una Historia Pública dialógica que favorezca la producción situada y co-participativa del conocimiento histórico.*
- 3. La necesidad de reconocer y sumar nuevos sujetos, narrativas y perspectivas históricas al debate público para contribuir a la democratización de nuestras sociedades.*
- 4. La intervención sobre los “pasados sensibles”, la visibilización de las consecuencias de los dispositivos de colonialidad impuestos en Latinoamérica, la Historia de los Pueblos Indígenas, la Historia de la Cultura Negra, la Historia de las mujeres y la comunidad LGBTQIA+, la Historia de los/as Trabajadores/as y la Historia de las violencias estatales y paraestatales en América Latina.*

5. *La urgencia de debatir sobre las buenas prácticas, los principios éticos de la intervención pública y la responsabilidad profesional de los/as historiadores/as.*

6. *El repudio a la proliferación internacional de discursos negacionistas que imposibilitan el derecho a la historia y a la memoria de diferentes colectivos”.*

Por lo expresado, investigadores/as, estudiantes, profesores/as, trabajadores/as de museos y archivos, divulgadores/as, así como personas e instituciones que trabajan con la historia y con las memorias desde espacios y colectivos muy diversos propusieron el trabajo para la constitución de una Red Latinoamericana de Historia Pública (RedLaHP)

Hoy en día la Red es un hecho, incipiente pero que tiene entidad. La integran alrededor de 120 personas de diversas instituciones de Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador y Perú, algunas de las cuales empezaron a funcionar en comisiones de trabajo, a las que invitamos fervientemente a participar^[4]

Sabemos la importancia de estar unidos y cerca, la relevancia de aprender, de comunicarnos en nuestras lenguas y de conocer experiencias de nuestras comunidades para hacernos fuertes en un escenario internacional y regional que resulta inquietante y en el que debemos intervenir.

Un escenario donde lo colectivo y comunitario se desdibuja alimentado por dispositivos y discursos que exacerban el individualismo y logran que creamos que es posible llevar a cabo una existencia autónoma, sin necesidad del otro, de la comunidad; y mientras desaniman proyectos y luchas colectivas, amplios sectores de la población pierden derechos, y empobrecen su existencia.

Desde nuestro lugar proponemos dar la batalla por la historización de la existencia, que nos permite entender el presente como resultado de relaciones de fuerza, de intereses, de perspectivas, demandas y luchas sostenidas por diversos actores sociales. Los y las historiadores públicos tenemos además la tarea, de asegurar que esas narrativas, sean pensadas con la comunidad y para la comunidad, sin ocluir su voz, ni su patrimonio, sino constituyendo un diálogo genuino.

Si en el nuevo clima de ideas, nos piensan, proyectan solos y sin historia, o con fragmentos de la historia descontextualizados y listos para usar según conveniencia,

nuestra perspectiva es que hay que constituir espacios de trabajo para la escucha y la construcción de sentidos compartidos. Esa es la tarea

Apostamos así a la construcción de una Historia Pública situada y comprometida con nuestro territorio, porque sabemos que la educación no siempre es un derecho que se pueda ejercer en nuestro sur, pero también sabemos de la gran capacidad de resistencia y resiliencia de nuestras sociedades y lo mucho que tienen que contar en materia de historia y de memoria.

Desde la coordinación de la Red latinoamericana, proponemos impulsar el debate por una nueva relación (un nuevo pacto) entre los espacios académicos y la sociedad que contribuya a una verdadera democratización del conocimiento y a la colaboración para avanzar en reflexiones conceptuales y metodológicas porque como decía el artista Joaquín Torres García nuestro norte es el sur. Nada más, muchas gracias

Referências bibliográficas

[1] Varoufalis, Yanis (2024) Tecnofeudalismo. El sigiloso sucesor del capitalismo, Ariel

[2] Historia Pública y construcción de sentidos colectivos, en Rodríguez, A. de Luque, S (comp): *Historia Pública en América Latina. Teorías y prácticas desde el sur*. Editorial UNQ, (en prensa)

[3] Esta declaración está disponible en: <http://historiapublicaunq.web.unq.edu.ar/declaracion/>

[4] <https://redlahp.wordpress.com> y dirección electrónica redlahp23@gmail.com

Los desafíos de la Historia Pública hoy en Argentina - Gisela Andrade (UNQ-UBA/Argentina).

Antes de comenzar mi exposición, agradezco la invitación al V Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública. Para nosotras, desde Argentina, es un honor participar de este encuentro. Es una oportunidad para escucharnos, compartir ideas y diagnósticos para abrazar el desafío de una construcción conjunta más allá de las realidades nacionales.

Con este objetivo y con el interrogante que nos acercaron voy a compartir con ustedes algunos apuntes sobre la experiencia o la adopción/reconocimiento del concepto Historia Pública en Argentina, porque se trata de un concepto relativamente nuevo para el campo historiográfico local y registra algunas resistencias por las propias tradiciones

de producción de conocimiento histórico que podemos reconocer en nuestro país. Pues la Argentina tiene una amplia tradición en producción y consumo de obras de divulgación histórica, con un mercado editorial que cuenta con una importante producción de *bestsellers* en estas temáticas. Esta profusa producción de divulgación histórica, como en muchos otros países, es parte de las clásicas disputas sobre el pasado, lecturas pretéritas que encarnan luchas políticas del presente. Trabajos que no siempre han dialogado con la historiografía académica y que profundizaron su distanciamiento con la normalización de las universidades nacionales durante el proceso de recuperación democrática posterior a la última dictadura cívico-militar, a partir de 1983.

Sin embargo, las polémicas sobre el pasado, que parecían adormecidas hacia finales del siglo XX, ya sea por la retracción del campo historiográfico o la ausencia de debates en el espacio público en el marco de la consolidación del modelo económico y político de corte neoliberal, fueron avivadas por la crisis del 2001, especialmente desde la industria editorial y los medios masivos de comunicación privada, tras la búsqueda de la explicación a la crisis. Se abrió así una nueva etapa que encontró un punto de inflexión en los festejos del Bicentenario, porque se presentaron no solo como una oportunidad para la divulgación histórica tradicional, sino como un contexto para hacer visibles otras formas de narrar la historia, vivas y presentes en la sociedad.

En un contexto latinoamericano que bogó por reforzar las lecturas decoloniales, esos festejos que comenzaron en 2010 exploraron nuevas respuestas a viejas preguntas sobre los orígenes de la nación y la patria. Al mismo tiempo, se expandió el interrogante sobre otros pasados que dieron lugar a legitimar temas que venían disputando espacio dentro del campo historiográfico, como la historia reciente. En este marco, proliferaron producciones que, desde los medios públicos, convocaron a académicos reconocidos a dar esos combates sobre el pasado. Una importante diversidad de trabajos que buscaban no solo revisar las primeras décadas del siglo XIX, aquellas de la Revolución y de las guerras de la Independencia, sino dar a conocer y discutir distintos problemas de esos 200 años de historia nacional, especialmente del pasado traumático, con la vocación de intervención política y como respuesta a las demandas sociales de justicia.

Sin embargo, la ampliación de la frontera profesional de las y los historiadoras/es no se circunscribió a la historia reciente. Se diversificaron las temáticas

y los espacios de actuación: en la justicia, los museos, el mundo audiovisual, editorial o las plataformas digitales; prácticas que estimularon la reflexión en torno al rol social de la historia.

Fue así como el campo académico no solo comenzó a alojar en cursos, congresos y debates a algunas reflexiones sobre las prácticas tradicionales de divulgación, sino que reparó en otras menos convencionales como las de ser expertos o peritos en los juicios por delitos de genocidio o crímenes de lesa humanidad.

En este sentido y como respuesta a estas inquietudes, dentro de los espacios académicos se habilitaron instancias formativas en relación con la divulgación de la historia y otras prácticas que pretendieron ir más allá de esta. Una serie de iniciativas que abrieron la posibilidad de albergar debates en torno al concepto de Historia Pública. Y fue recién en 2018 que en un congreso local se presentó la primera mesa sobre Historia Pública y, en paralelo, se fundó la primera carrera de posgrado: el Diploma en Historia Pública y Divulgación de la Historia, creado en la Universidad Nacional de Quilmes. Propuesta formativa que, unos años después, dio lugar a una maestría que tiene ya tres cohortes y una matrícula que crece considerablemente. Fue desde este espacio que organizamos el [I Congreso Internacional de Historia Pública y Divulgación de la Historia](#), con una gran convocatoria que puso de relieve los intereses y la existencia de un campo de actuación de las y los historiadores/as muy amplio.

Este derrotero nos encuentra hoy centrados en expandir las fronteras y diálogos, algo sobre lo que va a profundizar Alejandra, y, al mismo tiempo, en reflexionar sobre las prácticas que la Historia Pública alberga. Así, definimos cuatro aspectos fundamentales para pensar esas prácticas de la historia que centran hoy nuestra mayor atención.

En primer lugar, se trata de reflexiones que buscan abrir diálogos dentro del campo historiográfico y recuperar el desarrollo de la historia oral y/o historia reciente, entre otras, como prácticas públicas con sentido y politicidad de ese saber histórico producido en espacios académicos. Una Historia Pública en la que los distintos científicos sociales no solo se ocupen/preocupen de transmitir los contenidos de sus estudios, sino también de garantizar que los sujetos sociales que son objeto de indagación desempeñen un papel activo en el proceso de investigación y que sean los

principales destinatarios de los resultados obtenidos. Un ejemplo es el trabajo articulado entre las organizaciones de familiares de las víctimas y profesionales que aportan su experticia al servicio de la búsqueda de la verdad.

En segundo lugar, nos encontramos ante el desafío de hacer visibles las experiencias de producción colectiva del saber histórico, es decir, trabajos articulados con las comunidades. Se trata de desandar la imagen del/la historiador/a en soledad, para instalar la idea de un/a profesional que participa de colectivos que generan experiencias comunitarias valiosas. Desarrollos que invitan a seguir construyendo herramientas teóricas y metodológicas que retroalimenten prácticas y discursos en los que la comunidad pueda tener una participación activa y protagónica. Dentro de esta categoría, ubicamos también aquellas experiencias que no cuentan con historiadores/as profesionales, así como proyectos en los que la autoridad sobre los contenidos históricos está “diluida” en el colectivo y la/el historiador/a aporta un saber entre otros[1].

Por otro lado, resulta necesario detener la mirada en lo comunicacional. Para esto, en primera instancia, debemos revisar el concepto de “divulgación” y optar por la “comunicación” de la historia, una práctica que concibe una actitud activa en el público con el que se comparte el saber, para luego revisar la complejidad de los lenguajes y formatos más allá de la palabra escrita, de manera tal de estar en condiciones de disputar aquellos relatos del pasado simplistas, lineales, fragmentados, individualistas y sin historicidad, propios de nuevas lecturas “(re)coloniales”. Una comunicación de la historia a públicos amplios que permita hacer frente a los nuevos embates retrógrados a las ciencias sociales y a su “autoridad” sobre el pasado.

Por último, y en relación con todo lo anterior, urge una reflexión sobre la formación que se detenga en la preparación para la práctica, en la que no solo se contemple el saber historiográfico, sino que instrumente a los y las futuros/as historiadores/as públicos/as para la comunicación y que valore otras narrativas como un ejercicio dialógico de la profesión. Se trata de preparar para una práctica de intervención en el espacio público que requiere de un compromiso político y ético de la mirada del/la historiador/a[2].

En un contexto político nacional distinto a aquel que habilitó a la exploración de la Historia Pública, apostamos hoy a sostenerla como una herramienta que nos permita

ampliar las fronteras de la historia desde proyectos colectivos que hagan lugar a diálogos intergeneracionales sobre el pasado y el presente, en todas y cada una de las comunidades de las que nos sentimos parte.

Este es hoy nuestro desafío, muchas gracias.

Referências bibliográficas

[1]Rodríguez, A. y de Luque, S. (comps.). (en prensa). *Historia Pública en América Latina. Teorías y prácticas desde el sur*. Editorial UNQ.

[2]Di Meglio, G. (julio-diciembre, 2016). Hay un mundo allá afuera. *Investigaciones y Ensayos*, (63), 55-66.

The Challenges of Public History: A Dialogue / Os desafios da história pública: um diálogo – David Dean (Carleton University em Ottawa).

Olá! Meu nome é David e sou um historiador público que vive e trabalha em Ottawa, Canadá, nos territórios não cedidos do povo Anishnaabek (Algonquin). Ah, vejo um lampejo de curiosidade! Historiador público? Por favor, explique a pergunta. Bem, historiadores públicos como todos os historiadores falam com (e para) os mortos. Mas reconhecemos especialmente nossa obrigação de tentar capturar algo de seu próprio presente em nosso presente contemporâneo - trabalhando com públicos tanto quanto contando histórias sobre públicos.

Portanto, não se preocupe. Sou historiador, mas não vou falar sem parar sobre algo que não interessa ou importa para você. Na verdade, muito pelo contrário. Nós, historiadores públicos, gostamos de nos comunicar, de comungar com as comunidades, de colaborar. Adoramos co-produzir e co-criar. Para compartilhar autoridade com você, o público. Ou públicos.

Oh, as histórias que faremos juntos! Eu, o historiador, você e eu e nós com outros públicos... será bom para ambos, para todos nós... essas histórias feitas por meio de autoridade compartilhada.

O que é isso que você pergunta? Quem terá a palavra final? Bem, suponho que serei eu. Afinal, sou o historiador profissional treinado. Quero dizer, o passado é meu território, meu pão com manteiga, mas você está adicionando a geléia... Eu sou apenas o expresso, você está adicionando o açúcar! Vai ser ótimo!

Oh, o que? Não, não, você não é subalterno, você é um parceiro igual. Oh, entendo, bom ponto. Não é realmente igual quando reservo para mim a palavra final. Não é realmente uma parceria quando mantenho o controle dos fundamentos, do essencial. Então você acha que para que isso realmente conte como autoridade compartilhada, tenho que desistir de parte da minha autoridade... talvez muito?

Okey. Eu posso ir para isso. Afinal, compartilhamos os mesmos objetivos... aprender com aqueles que viveram e viveram o passado, fazendo novas histórias nós mesmos, juntos, para corrigir os erros do passado, preencher os silêncios, combater as desigualdades, os excessos do neoliberalismo, do extremismo, do racismo, do sexismo, do preconceito, do desastre ambiental...

O que é isso que você diz? Mas estamos vindo de lugares diferentes? Ah. Sim. claro que estamos e você precisa saber que reconheço meu privilégio. Então vamos seguir em frente...

Que? O reconhecimento não é suficiente? Preciso descolonizar minha prática? Entregar minha autoridade antes que eu possa realmente compartilhá-la? Reconhecer o poder, o valor e a autoridade de outras formas de conhecimento, outras formas de conhecimento? Mas eu trabalhei tanto...Ok, vamos em frente e ver o que acontece. Aprender fazendo encontra aprender lendo. Saber desde o início, em vez de apenas olhar de cima para baixo. Saber por estar lá em vez de saber à distância. Compreensão através das emoções e sentimentos e dos sentidos. Abraçando a subjetividade. Criatividade. História mais como arte e performance e menos como ciência e escavação. Uma nova maneira de pensar e fazer para eu aprender, entender e experimentar, talvez uma maneira de eu realmente seguir em frente, abraçando algo muito mais significativo e desafiador.

Talvez não seja por acaso que na outra semana eu vi uma apresentação de dança coreografada por Andrea Peña que reuniu música clássica, música eletrônica e imagens do nosso planeta.

Peña é da Colômbia e parte de sua ancestralidade é indígena. Antes do início da apresentação, ela compartilhou conosco uma história, que os povos indígenas no Canadá acreditam que um dia a águia norte-americana encontrará o condor sul-americano e juntos farão grandes coisas.

Depois de tudo o que você apontou sobre os limites da autoridade compartilhada, sobre a descolonização da história pública, e dados todos os contextos preocupantes em que estamos trabalhando hoje, estou pensando agora que chegar a esse momento em que a águia encontra o condor é o nosso maior desafio.

Então, que tal eu me apresentar novamente? Olá! Meu nome é David e sou um historiador público que vive e trabalha em Ottawa, Canadá, nos territórios não cedidos do povo Anishnaabek (Algonquin). Reconheço meu privilégio e os legados do colonialismo dos quais eu e outros como eu nos beneficiamos enquanto oprimimos, marginalizamos e silenciemos os outros. Quero contribuir com o que tenho a oferecer enquanto valorizo, aprendo e abraçando diferentes formas de conhecer e ser dos outros. Para mudar nossas histórias compartilhadas.

¿Cuáles son los desafíos de la Historia Pública hoy, a partir de sus experiencias en proyectos colectivos que consideran la dimensión pública de la historia? - Jimena Perry (Iona University, Nueva York).

Hoy en día, me resulta inconcebible pensar la historia y sus dimensiones narrativas de otra forma que no sea desde lo público. Estoy convencida de que toda historia debe ser pública, porque, de lo contrario, ¿para qué y para quiénes hacemos historia? Especialmente en este momento en el cual vivimos tiempos de gran tensión—no solo en América Latina, donde una derecha cada vez más intransigente nos acecha, sino también a nivel global, donde las guerras violentas cobran miles de vidas y los procesos de paz, reconciliación y entendimiento parecen cada vez más distantes—las dimensiones públicas de la historia adquieren cada vez más relevancia.

En este contexto, la historia pública no solo nos ofrece herramientas políticas para entender lo que ocurre, sino que también nos urge a rechazar esa falsa neutralidad que tanto daño ha causado. Una historia pública contemporánea no puede limitarse a buscar verdades absolutas ni a perpetuar interpretaciones que silencien a actores fundamentales como las mujeres, los niños, los campesinos, las comunidades afrodescendientes, indígenas y LGBTQAI+, entre otros.

Por esto creo que uno de los principales retos de la historia pública es reconocer y valorar las narrativas de poblaciones históricamente marginadas, resaltando sus

contribuciones al fortalecimiento de la democracia y a la promoción del pluralismo. Estas historias públicas se alejan de enfoques que mercantilizan el pasado y lo trivializan. El verdadero desafío consiste en trascender la mera narración de hechos y subrayar la importancia de estas prácticas para construir una comprensión de la historia más inclusiva y socialmente comprometida.

Afortunadamente, en América Latina cada vez hay más historiadores públicos dedicados y decididos a visibilizar historias no oficiales ni hegemónicas. Según lo que he observado a través del proyecto Explorers de la Federación Internacional de Historia Pública, el interés por escuchar nuestras propias voces está creciendo en la región. De más de 60 eventos realizados en el mundo entero al menos 35 son sobre y desde América Latina y tratan temas relacionados con procesos de paz, arte en espacios públicos, museos de memoria y comunitarios, humanidades digitales e inteligencia artificial, la historia del fortalecimiento de la derecha en nuestra región, derechos humanos y justicia social, tan solo por mencionar algunos temas. Esto demuestra que estamos desarrollando prácticas públicas de historia acordes y comprometidas con nuestras realidades.

Sin embargo, también es común encontrar detractores de esta diversidad, especialmente en contextos donde la derecha está recuperando espacios que muchos pensábamos había perdido. Esto plantea un reto: ¿cómo llegar a acuerdos con quienes piensan radicalmente distinto a nosotros? ¿Cómo abrir el diálogo con aquellos que condenan posturas que no comprenden del todo? En este sentido, un historiador público se enfrenta a posturas que incluso pueden ser peligrosas. Por lo tanto, otro desafío es desarrollar un lenguaje que desarme y facilite el diálogo, no para convencer, sino para comunicar. Y aquí coincido con una frase atribuida al escritor portugués José Saramago: “He aprendido a no intentar convencer a nadie. El trabajo de convencer es una falta de respeto, es un intento de colonización del otro”. Si como historiadores públicos buscamos cambiar la forma de pensar de otros, caemos en la misma trampa neoliberal que pretendemos cuestionar.

Otro importante desafío de las prácticas públicas de la historia desde el sur global, creo yo, es discutir abiertamente el profundo y perverso daño causado por el racismo, la discriminación social, sexual, política y económica. Debemos abrir espacios

donde los vulnerados puedan contar sus historias sin miedo a ser señalados o castigados. Siguiendo al antropólogo Clifford Geertz, debemos luchar contra los prejuicios y la discriminación cultural. Además, debemos tejer redes que conecten a la academia con los activistas sociales, reconociendo que existen diversas maneras de entender y ejercer lo que entendemos como justicia. Esto ya está tomando forma con la creación de la Red Latinoamérica de Historia Pública, actualmente coordinada por profesoras de la Universidad de Quilmes en Argentina.

Por último, pero no menos importante, quiero resaltar la importancia del lenguaje, mencionado anteriormente, y el uso de las fuentes. Si los historiadores públicos aspiramos a llegar a audiencias diversas, debemos emplear un lenguaje accesible y comprensible. Los términos complejos tienen su valor, pero solo cuando se explican de manera que cualquier persona pueda entenderlos. Un lenguaje críptico solo perpetuará la idea errónea de que la historia es un simple recuento lineal del pasado, cuando en realidad, quienes practicamos la historia pública sabemos que la disciplina es mucho más amplia y dinámica. Esto me lleva a otro desafío que, aunque a veces subestimado, es igualmente relevante: la percepción en algunos círculos más tradicionales de que la historia pública carece de rigor y no maneja adecuadamente las fuentes. Como bien sabemos los que estamos aquí, esta idea es falsa. Al contrario, quienes nos dedicamos a la historia pública tenemos un profundo respeto y cuidado en el uso de las fuentes, ya que muchas de ellas provienen de actores sociales vivos. Trabajar con historias en constante transformación exige un gran rigor y disciplina. Un claro ejemplo son los temas relacionados con la memoria histórica o la historia oral. Por ende, este desafío consiste en demostrar que las prácticas de la historia pública no pierden rigor por utilizar lenguajes inclusivos ni por hacer sus análisis e interpretaciones accesibles a un público más amplio.

Los desafíos para los proyectos que tienen en cuenta las dimensiones públicas de la historia, como vemos, son muchos, de largo aliento y complejos, sin embargo, soy optimista porque veo y hago parte de una red de practicantes de historia pública que cada vez más hacen contribuciones fundamentales para lograr que las diversas historias latinoamericanas sean democráticas, inclusivas y participativas.

Enfocando la mirada crítica hacia adentro - Catalina Muñoz Rojas (Universidad de los Andes, Bogotá).

Mi práctica como historiadora pública se ha orientado a activar el pensamiento histórico en función de la creación de futuros de justicia social después de pasados de atrocidad, en el caso colombiano específicamente. En los últimos años he liderado proyectos colaborativos en los que historiadores, comunicadores y líderes sociales de comunidades afectadas por el conflicto armado colombiano nos unimos para investigar y producir juntos, como co-investigadores, narrativas en formato radial y podcast que cuentan las historias de Colombia no desde las perspectivas requeridas por el estado y la academia, sino desde las perspectivas de quienes han sufrido la guerra, la han resistido, y más allá de ella, han persistido históricamente por vivir dignamente en sus territorios.

Nuestras narrativas retan las historias convencionales de la guerra pero también de la paz en Colombia desde distintos ángulos: cuestionamos las metodologías académicas, centradas en el archivo y la escritura; cuestionamos meta-narrativas como la del estado-nación moderno y la democracia como proyectos siempre incluyentes, justos y pacíficos; y cuestionamos las temporalidades de la historia convencional, que asumen una separación entre pasado, presente y futuro, y dan por sentado que el tiempo es lineal y progresivo. Les invito a escuchar el podcast Nuestra Orilla, disponible en todas las plataformas para podcast, así como visitar nuestra página web, www.nuestraorilla.co para saber más sobre este trabajo.

Esta práctica de la historia pública, que tiene en su corazón la pregunta por el rol de la historia en la producción de la exclusión y la violencia, pero también su potencial para crear futuros más justos, ha implicado para mí el pensar, más allá de las violaciones recientes a los derechos humanos (que en mi país ha generado en las últimas décadas más de nueve millones de víctimas de distintas violaciones a los derechos humanos), en las estructuras de desigualdad económicas, políticas, sociales y culturales, que tienen profundas raíces históricas, y sin las cuales no es posible comprender a fondo la repetitividad de los ciclos de violencia. La producción de conocimiento histórico, por supuesto, ha sido parte de estas estructuras, que podemos rastrear a la colonización española del siglo XVI.

En ese momento, la representación de los grupos humanos como paganos, incapaces de autogobernarse, sexualmente promiscuos, despóticos, infantiles, poco inteligentes, entre otros, justificó su dominación. Esta forma de poder operaba en los ámbitos de lo material, simbólico y epistemológico: asignaba roles laborales y sociales, la dirección en la que fluía la riqueza, así como designaba quién tenía la capacidad de producir conocimiento y quién tenía la agencia para moldear el curso de la historia. Como lo ha señalado Silvia Rivera Cusicanqui, este sistema de riqueza y poder fue mantenido por las élites nacionales después de las independencias a principios del siglo XIX. Aunque establecieron un Estado liberal, convirtieron en ciudadanos de segunda clase a la mayoría de la población, a la que seguían considerando inferior: los pueblos indígenas, los afrodescendientes, los habitantes de las regiones bajas, los pobres y las mujeres, no eran considerados preparados para modernidad y la plena participación política; las élites gobernantes los posicionaron fuera de la historia y de su movimiento lineal y progresista.

Las relaciones coloniales continuaron extendiéndose en el tiempo. Incluso durante los períodos en que se afianzaron los discursos inclusivos, como en las décadas de 1930 o 1990, la inclusión tenía limitaciones importantes: los pueblos indígenas, por ejemplo, han sido incluidos a través del lenguaje de la autenticidad que los vuelve estáticos, arcaicos, congelados en tiempo, estereotipados y, nuevamente, fuera de la historia y el cambio. Las narrativas guiadas por el lenguaje del progreso y el desarrollo, a escala nacional e internacional, resaltan las acciones de algunos grupos como históricas, mientras restan importancia a las de otros. Algunos son considerados aptos para el progreso, la modernidad, la participación política e incluso la historia, mientras que otros se consideran no aptos. Como lo ha argumentado el filósofo nigeriano-americano Olúfemi Táíwò, las reparaciones hoy implican necesariamente la transformación fundamental de los patrones de distribución de ventajas y desventajas materiales y simbólicas que se establecieron en el siglo XVI y continúan vivos en la actualidad.

Las narrativas históricas han sido parte de la configuración de la dominación y también pueden servir al propósito de la liberación y decolonización al interrogar al poder. En su reciente libro, *Sobre el juicio de la historia*, la historiadora Joan Scott nos

ha invitado a cuestionar la creencia de que la historia, entendida como progresista, puede descubrir la verdad, corregir el orden moral y lograr justicia después de pasados de atrocidad. En cambio, enfatiza la necesidad de interrogar la política detrás de la concepción de la historia como unilineal, universal, que avanza progresivamente hacia un objetivo final: el Estado-nación. Esta concepción de la historia naturaliza las estructuras de poder que permiten la violencia y las deja incuestionadas. Las nociones convencionales de la disciplina, que se afianzaron en su nacimiento en la universidad alemana en el siglo XIX y siguen prevaleciendo hoy, han sido parte fundamental de la configuración jerárquica de las relaciones sociales y las epistemologías. Este enfoque convencional de la disciplina deja cuestionadas las nociones de pasado, presente y futuro, asumiendo que el conocimiento histórico es el descubrimiento de verdades fácticas que se mueven en la dirección singular y lineal del progreso. Además, se basa en la afirmación de que el conocimiento histórico puede separarse de sus productores y de las redes a las que pertenecen. De esa manera, la historia sigue utilizándose para legitimar disposiciones de poder –como el Estado-nación– pasando por alto su participación en ellos. Hoy en día hay muchas posturas en las que grupos, tanto reaccionarios como progresistas, invocan a la “historia” para aclarar las cosas, como si una verdad fáctica tuviera el poder de un juicio definitivo; como si el bien y el mal fueran universales y ahistóricos; como si la autoridad de la historia descansara en su aislamiento de los intereses grupales.

En el corazón de mi trabajo de historia pública y construcción de paz en Colombia está la premisa de que, para descolonizar la historia, debemos reconocer su inseparabilidad de la política. Más que “dejar las cosas claras” y descubrir verdades objetivamente, la historia nos permite explorar las formas en que las relaciones de poder se hacen y rehacen a lo largo del tiempo. Más allá de determinar los hechos de quién, cuándo, qué y dónde, nos permite estudiar el por qué, mirando críticamente las estructuras que hacen posible el poder. Pero la lente crítica no puede dirigirse sólo al pasado o al exterior. La investigación crítica también debe apuntar hacia adentro, a las formas en que nuestros entornos institucionales y prácticas disciplinarias – arraigadas en la universidad, el archivo, el museo, las asociaciones profesionales y las revistas– mantienen y reproducen formas de jerarquía y exclusión.

Para concluir, pienso que el desafío principal al que me he enfrentado es el de la inminente necesidad de un proyecto decolonizador de la historia, que implica abrazar la naturaleza política de la misma. El reto es usar el pensamiento crítico no para incluir y democratizar, sino para cuestionar cómo las nociones de inclusión y democratización dejan intocada la premisa misma de que hay un sistema (sea la democracia liberal, sea el estado-nación moderno) que es por naturaleza pacífico, incluyente y ajeno a las relaciones de poder. Así como en los mundos sociales que habitamos existen diferentes formas de ser y relacionarse con el pasado, el reto es intentar que nuestra práctica de historia pública abrace y valore esa heterogeneidad, que sea flexible, que conecte, lo que por supuesto puede generar tensión pero también reciprocidad.

A história pública e seus públicos: desafios e possibilidades - Fernando Nicolazzi
(LUPPA/UFRGS).

Parece não haver dúvidas, seja entre seus praticantes, seja na comunidade historiográfica ampliada, que a história pública no Brasil se consolidou na última década como um domínio do conhecimento histórico consistente e formalmente estruturado, segundo os diversos requisitos que definem o que seja um campo disciplinar na historiografia: ela faz parte de currículos de graduação, é tema de pesquisa na pós-graduação, objeto de dossiês de periódicos científicos, possui uma vasta fortuna bibliográfica, formada não apenas por livros, mas igualmente por TCCs, dissertações de mestrado, teses de doutorado. Além disso, mantém eventos acadêmicos rotineiros e se articula em redes que agregam pesquisadores e pesquisadoras nacional e internacionalmente. Sem se caracterizar como uma área do saber autônoma, atravessa diferentes espaços e atua transversalmente a partir de diversos outros campos (como a história oral, a teoria da história, a comunicação social, a museologia, o turismo, os estudos patrimoniais, os estudos queer etc).

Em outras palavras, a história pública, termo que deu nome a práticas que lhe eram anteriores, disciplinou-se. Se isso, por um lado, cria condições de possibilidade propícias para seu funcionamento acadêmico e científico, como a formação de pesquisadores especializados no campo e a viabilidade de projetos de pesquisa subvencionados por agências de financiamento, por outro coloca desafios importantes e

impõe dilemas que não são facilmente contornáveis. Sem poder desenvolver de forma mais ampla muitas das questões que decorrem de tal situação, concentro-me em apenas um ponto de reflexão, que diz respeito aos significados e aos efeitos desse processo de disciplinamento (o que não equivale, pelo menos não totalmente, à noção foucaultiana de disciplinarização). Obviamente, a história pública não se limita à sua modalidade acadêmica, seus praticantes não se restringem ao espaço universitário e sequer são definidos pela formação propriamente historiográfica. Mesmo a história pública disciplinada vai muito além da disciplina da história. De todo modo, saliento que minha reflexão se restringe à forma de história pública realizada por historiadores e historiadoras da academia, ou seja, à história pública enquanto disciplina.

Considerar a história pública como um campo disciplinado significa não apenas compreender que suas modalidades de produção obedecem, ainda que não exclusivamente, a postulados disciplinarmente estabelecidos; implica também compreender o disciplinamento de suas formas de circulação e de recepção, mesmo que elas não se limitem a circuitos próprios da disciplina. A história pública dialoga com públicos variados, muitos dos quais podem ser considerados como disciplinados; diria mesmo que, de alguma forma que demandaria ainda uma reflexão mais cuidadosa, ela própria acaba por funcionar como elemento disciplinador de determinados públicos. Contudo, nem sempre isso é a regra. Por vezes, e talvez na ampla maioria das vezes, a prática da história pública ocorre tanto em espaços como diante de públicos que não obedecem ou não respondem aos protocolos próprios da disciplina, ocasionando uma situação de tensão que fatalmente desloca o historiador ou a historiadora do lugar razoavelmente controlado em que está acostumada a atuar.

Nesse sentido, considerando a pluralidade de situações concretas, falar em termos de um “grande público”, como se fosse uma espécie de entidade homogênea cujo signo distintivo residiria apenas no fato de “não ser acadêmico”, é uma ilusão que pode ser útil, mas não favorece os desenvolvimentos do campo no contexto contemporâneo. Reside aí, portanto, um dos desafios colocados à história pública hoje: conhecer os variados públicos da história, produzir dados concretos e devidamente sistematizados que ofereçam uma ideia minimamente adequada do que sejam eles. Quem busca o conhecimento histórico e como? Quais as histórias efetivamente

acessadas ou mesmo consumidas? A partir de que expectativas e respondendo a que tipo de demandas?

Da mesma forma, e como questões correlatas a essas, arrisco considerar que sem uma compreensão e uma definição apropriadas do que é o espaço público, onde a história pública pode ter lugar, uma parte importante das oportunidades e das perspectivas criadas em torno da prática podem ser perdidas ou diminuídas em sua força social. Que percepções públicas a respeito da história e de seus praticantes coexistem atualmente? Qual o lugar da história na esfera pública? Todas essas são perguntas que me parecem centrais para um tipo de prática historiográfica que se pretende mais ampliada, voltada a audiências plurais e heterogêneas, e que se manifesta em espaços sociais diversificados.

Reflexões teóricas sobre a noção de público, como as de Renata Schittino (no capítulo *O conceito de público e o compartilhamento da história*, 2016), ou estudos seminais como o do Roy Rosenzweig e David Thelen a respeito dos usos populares da história na vida estadunidense (no livro *The presence of the past. Popular uses of history in American life*, 1998) e o de João Paulo Garrido Pimenta e equipe sobre a cultura de história no Brasil, a partir das atitudes e valores sociais projetados sobre o tema da Independência (no artigo *A Independência e uma cultura de história no Brasil*, 2014), mostram as vastas possibilidades que pesquisas de público podem oferecer para historiadores e historiadoras dispostos ao diálogo como outras audiências. Sobretudo, apontam para o fato de que a divulgação científica se torna muito mais eficaz e socialmente pertinente quando se conhece para quem se divulga determinadas formas de conhecimento histórico, transformando o ato de divulgar em um gesto propriamente dialógico, ou seja, em uma forma de comunicação pública da história.

Estes são, creio, alguns dos desafios para a história pública, entendidos aqui não como problemas ou limitações que comprometem seu desenvolvimento, mas sim como um campo de possibilidades que porventura ajude a transformá-la tendo em vista suas condições atuais de produção, de circulação e de recepção. Se a história pública é hoje, em grande medida, uma forma disciplinada de conhecimento, nem sempre ela se realiza em espaços disciplinados, para públicos disciplinados. Conhecer estes públicos e

aqueles espaços pode ser uma forma de amplificar seu alcance social e encarar sob outros aspectos sua prática acadêmica.

História Pública: crise ou politização da História? - Mauro Franco Neto (UEMG / Revista Histórias Públicas)

Boa tarde! Eu agradeço o convite aos organizadores do V Simpósio da Rede Brasileira de História Pública, em particular a professora Juniele Rabêlo, e aproveito para saudar esse importante evento e também a Rede Brasileira de História Pública, com uma atuação nos últimos anos que tem trazido uma lufada de ar fresco para nossa comunidade historiadora, assumindo e explorando a vocação ética e democratizante do conhecimento histórico. Eu tentarei responder à pergunta “Quais são os desafios da História Pública hoje?” de duas formas a partir da minha experiência. A primeira, como editor de um periódico científico criado recentemente. A segunda, como professor que trabalha com as disciplinas de Teoria e Historiografia com meus alunos aqui na Universidade do Estado de Minas Gerais.

Para endereçar a minha primeira resposta, eu convido a todos para conhecerem a Revista Histórias Públicas, editada por docentes da UEMG, e criada recentemente para ser um espaço de discussão e reflexão sobre práticas e experiências de história pública. Neste breve período de existência, já lançamos alguns dossiês e, em dezembro, será publicado um novo dossiê que organizei juntamente com a professora Juniele Rabêlo. Entendo que a Revista Histórias Públicas, assim como outros periódicos, pode auxiliar a História Pública no desafio da autorreflexividade que há alguns anos nosso colega Ricardo Santhiago alertou em texto na revista Tempo e Argumento, ressaltando a capacidade da História Pública na revisão e revitalização dos princípios e da prática do pesquisador, bem como da relação do historiador com seu ofício. A Revista Histórias Públicas, com suas possibilidades de publicação de textos, artigos, resenhas, entrevistas e outras formas de intervenção no debate, pode contribuir para esse desafio se colocando como um espaço não de interdição e reafirmação de códigos e automatismos do campo, mas como um lugar aberto para uma comunidade que está constantemente revisando seus princípios e atenta a uma construção compartilhada do conhecimento histórico.

Para a segunda resposta, eu retomo aqui palavras do historiador francês François Hartog, publicadas no original já há uma década, quando associou o desenvolvimento da Public History na América do Norte à emergência de uma nova figuração do ofício do historiador, o historiador-perito. Nessas ocasiões, observa Hartog, o historiador era chamado para, dentre outras atividades, numerosos litígios sobre a propriedade de terras ancestrais. Ao historiador então caberia ser uma espécie de testemunho do “interesse geral”, alguém que, tomando parte de uma agenda, pleitearia uma memória que seria, ao mesmo tempo, direito, dever e arma.

O movimento de transformação do ofício do historiador visto por Hartog era mais amplo. Pode ter seu início datado na década de 1990, quando o principal efeito da queda do muro de Berlim viria a ser uma desorientação da história, devido à perda de seu futuro promissor e que orientava também os sentidos impressos ao passado e ao presente. Assim, da perda do futuro decorreu também a perda de certa evidência da história que se materializava no percurso construído pelo Estado-Nação, do qual o historiador era um grande mediador da sua existência no passado e da continuidade no presente e no futuro. Não nos confundamos, porém. Nesta configuração, o presente e o futuro só interessavam ao historiador como meras projeções das quais deveríamos, efetivamente, nos afastar. Conforme podemos encontrar em um manual de história francês de 1867: o presente tocaria à política e o futuro a Deus. Ao historiador serviria decifrar os documentos no silêncio dos arquivos.

A crise observada por Hartog, portanto, consistiria na passagem dessa configuração para uma outra, na qual o presente, antes indesejado, passa a ser ponto de início e de fim do conhecimento histórico, sendo a categoria fundamental da nossa compreensão de nós mesmos, havendo a partir de então “história do presente e no presente”. Para ilustrar tal dinâmica, Hartog identificou na emergência de conceitos que ganharam projeção na agenda do historiador e passaram a concentrar suas atividades. Seriam eles: memória, comemoração, patrimônio, identidade, vítima, testemunha, reparação etc. Apesar de suas diferenças, traziam um ponto importante em comum: todos seriam respostas para tempos de incertezas. Perdida a certeza de um futuro aberto e melhor, o vazio deixado só poderia ser ocupado se um grande esforço fosse feito no presente para torná-lo possível, ou preservá-lo do perecimento. Assim, a memória se

torna um dever, o patrimônio deve ser salvo, a testemunha ganha status idêntico ou mesmo superior ao do historiador e assim por diante.

As transformações nas condições do ofício do historiador são uma constante e decorrentes de mudanças nas formas de pesquisa, preservação, leitura e também em novas demandas, fenômenos e escolhas pelas quais grupos e gerações são diretamente responsáveis. Escolhas que também são as de Hartog ao classificar aquelas transformações mais recentes como “crise” ou mesmo através de um lamento que por vezes fica evidente em sua análise, com a perda de um lugar e de uma autoridade auto atribuídos pela historiografia que de “natural” tem pouco ou nada. Não seria possível compreender o mesmo conjunto de fenômenos discutidos por Hartog, dos quais a História Pública é atriz e espectadora, como um intenso movimento de politização e revelação das condições artificiais do que por tanto tempo nos acostumamos a chamar “História”?

Eu concludo entendendo que os desafios da História Pública hoje passam, portanto, por manter aquilo que tem sido uma das suas maiores virtudes até aqui: o enfrentamento direto das disputas abertas pelos usos públicos do passado e dos negacionismos, oferecendo a esses fenômenos a importância que merecem e não o assombro, pois, como há quase um século nos alertou Walter Benjamin, o assombro com os episódios que “ainda” vivemos não é um assombro filosófico e explicita uma concepção de história insustentável. Dentro da nossa comunidade historiadora, a História Pública incorpora o desafio de uma história porosa às disputas que sempre estiveram presentes, ainda que certa tradição buscasse criar proteções para uma história asséptica e intangível para um presente indesejado. Vejo, assim, na História Pública a realização factual daquilo que por algum tempo nossa tradição disciplinar procurou se proteger: o caráter disputado, público e performático do conhecimento histórico que, uma vez assumido, não o tornaria menos científico, mas sim mais consciente das suas condições de produção e recepção, e distante de ilusões salvacionistas.

Desafios da História Pública Hoje: Ativismo, Curadoria Pública e a Humanização dos Museus - Michel Kobelinski (UNESPAR).

Os desafios contemporâneos da História Pública são múltiplos e complexos, principalmente em projetos que valorizam sua dimensão pública e colaborativa. Um dos principais entraves é desenvolver uma história pública crítica e cidadã, adaptada às realidades da América Latina, que lide com passados traumáticos e suas reverberações no presente. Esses traumas se manifestam no uso político da história, negacionismo, violações de direitos humanos, populismos, cancelamentos e polarizações que ameaçam a liberdade de expressão e o estado democrático de direito. O cenário recente na América Latina oferece uma oportunidade para analisar as manipulações de atores políticos e a importância do passado na gestão das emoções políticas, refletidas em formas autoritárias de governança, manifestações populares, no uso diversificado das redes sociais e no impacto crescente da inteligência artificial. A IA, ao facilitar a disseminação de informações e a criação de narrativas, também desempenha um papel crucial na amplificação dessas emoções e na forma como as histórias são moldadas e consumidas, exigindo um olhar crítico sobre seu uso ético e suas implicações jurídicas e políticas.

Nesse contexto, o ativismo em museus emerge como uma prática essencial. Museus não são apenas espaços de preservação e exibição da materialidade, mas agentes ativos de transformação social e de engajamento comunitário. Essa forma de atuação promove práticas plurais que reconhecem e valorizam a diversidade de experiências e vozes. Exemplos disso são a Rede de Educadores em Museus (REM-PR), que está em sintonia com o novo Plano Nacional de Educação em Museus (PNEM), e o Instituto Mexicano de Curadoria e Restauração, dos quais participo, ambos defendendo a ideia de museus mais humanos, acessíveis, inclusivos e sensíveis.

Humanizar museus significa colocar a experiência humana no centro das atividades museológicas, priorizando memórias, emoções e saberes das comunidades envolvidas, em vez de focar exclusivamente nos objetos e coleções. Esforçar-se pelo bem-estar daqueles com os quais o museu estabelece vínculos é fundamental para a prática da história pública. Conectar, colaborar e coproduzir narrativas com o público exige projetos contínuos que envolvam escola, instituições e sociedade. Além disso, as narrativas museais contêm dimensões políticas, históricas e ideológicas contraditórias, exigindo a inclusão de múltiplos públicos na construção dessas histórias. Isso fortalece

os diálogos inclusivos, mesmo em um cenário cultural e linguístico diverso como o da América Latina.

A curadoria pública desempenha um papel crucial nesse processo, ao transformar visitantes em participantes ativos na construção do conhecimento. O protocolo *Pop Up Museum*, desenvolvido desde 2019, é um exemplo de como a curadoria pode incentivar reflexões e diálogos, transformando a passividade dos visitantes em um ativismo por direitos. A exposição – presencial/virtual - *Além da Destruição: Ativismo Patrimonial (Ucrânia)* ilustra essa abordagem, ao conectar emocional e cognitivamente os visitantes com o impacto da guerra no patrimônio cultural ucraniano, promovendo empatia e conscientização sobre a necessidade de reconstrução pós-conflito.

Os museus, assim, podem se tornar espaços de liberdade de pensamento, aprendizado e engajamento contínuos com as audiências, abrangendo todos os públicos, como crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiência e idosos, por exemplo. Dessa forma, promovem uma inclusão verdadeira e garantem que as diversas experiências e necessidades de cada grupo sejam reconhecidas e valorizadas. Exemplos dessa prática são os Museus Comunitários de Oaxaca, no México, onde as comunidades indígenas participam diretamente da gestão, e o *Parque de la Memoria*, no Peru, que envolve as comunidades na preservação de sítios de conflitos históricos. No Chile, o *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* reflete sobre as violações da ditadura, enquanto a Argentina transforma o *Museu Sítio de Memória ESMA* (Escola de Mecânica da Armada), um espaço de memória sobre o terrorismo de Estado.

A tecnologia, por sua vez, apresenta tanto desafios éticos quanto oportunidades transformadoras nos museus. Sua integração permite que esses espaços promovam uma participação pública ativa e uma coprodução de conhecimento mais acessível e dinâmica. Isso é particularmente relevante no manejo de patrimônios sensíveis ou contestados, onde o uso de recursos digitais e Inteligência Artificial pode facilitar diálogos críticos e inclusivos, ao mesmo tempo em que torna o acesso a informações mais amplo e interativo, evitando censuras. Nesse cenário, é fundamental adotar uma abordagem decolonial crítica, que reconheça as camadas complexas de desigualdade e imposição que moldaram a história nas Américas antes da conquista europeia, sem

permitir que essas narrativas, igualmente colonizadoras, sejam esmaecidas ou negligenciadas pela historiografia.

O ativismo museológico deve ser construtivo, promovendo a justiça social e o diálogo. Ao tratar de questões como a repatriação de bens patrimoniais ou o debate sobre patrimônios contestados, os museus desempenham um papel central na compreensão mútua e na facilitação de reconciliações históricas. Esse ativismo ressignifica acervos, contribui para a criação de narrativas inclusivas e fortalece as práticas museológicas em parceria com as comunidades.

Os desafios da história pública atualmente envolvem:

- Desenvolver práticas históricas coproduzidas com as comunidades, refletindo suas diversidades, complexidades, demandas e desejos.
- Consolidar redes colaborativas, valorizar a autoridade compartilhada e comprometer-se com práticas éticas e democráticas.
- Adaptar-se às novas tecnologias e formas de comunicação sem perder a essência e as especificidades do contexto latino-americano.
- Promover uma história pública que não apenas informe, mas que envolva, inspire e seja coproduzida com as comunidades, contribuindo para a transformação social e a valorização das memórias e histórias de todos os grupos sociais.
- Humanizar os museus e promover a curadoria pública, transformando-os em espaços inclusivos e participativos, onde as diversas vozes são reconhecidas e valorizadas.
- Incorporar o ativismo em museus, especialmente através do ativismo educativo, para fortalecer o papel social dos museus em sintonia com as práticas de História Pública.

Os desafios da História Pública exigem um esforço contínuo de reflexão, adaptação e inovação por parte dos historiadores, que devem manter um diálogo constante com as comunidades, sempre comprometidos com a democratização do conhecimento histórico. Para isso, a adoção de práticas colaborativas, inclusivas e ativistas é fundamental, permitindo a construção de uma História Pública relevante e transformadora, alinhada às necessidades e aspirações da sociedade contemporânea.

Além disso, considero que um dos principais desafios envolve a expansão das parcerias institucionais e da cooperação internacional, exemplificadas pelas conexões entre a Rede Brasileira de História Pública e a Rede Latino-Americana de História Pública. Essas colaborações são fundamentais para ampliar o diálogo sobre questões regionais e globais, respondendo de forma eficaz às demandas sociais, históricas e culturais de diferentes contextos e ampliando a internacionalização da história pública na América Latina.

Referências bibliográficas

KOBELINSKI, M. The Iguazu Regional Museum and its Audiences. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, p. e38899-15, 2021

KOBELINSKI, M. et al. O Pop Up Museum Brasil e a formação de Públicos. In: Alcimara Aparecida Föetsch. (Org.). *Extensão Universitária na Unespar de União da Vitória: Ações, Registros e Perspectivas*. 1ed. Curitiba: CRV, 2022, v. 1, p. 153-164.

KOBELINSKI, M. Conservar y compartir conocimientos y experiencias en los espacios públicos. In: María Elena Bedoya Hidalgo; Jimena Perry Posada; Manuel S. Ferro. (Org.). *Comunidades digitales, museos e historia pública: experiencias en torno a América Latina*. Bogotá-Quito: USFQ PRESS-Quito/ Editorial Universidad Extremado de Colombia-Bogotá, 2023, v. 1, p. 31-49.

KOBELINSKI, M. *História Pública, museus e comunidades: conexões Brasil-Argentina*. Curitiba: CRV, 2024.

KOBELINSKI, M. et al. Beyond Destruction - Heritage Activism (Ukraine), 2024. Disponível em: <https://www.artsteps.com/view/66041451caa92ab1e000bba0>

Quais são os desafios da História Pública hoje: Movimentos Sociais e Políticas Públicas - Tatyana de Amaral Maia (UERJ/PPGH-UFJF).

O movimento da História Pública no Brasil vive seu momento de apoteose. Desde o primeiro encontro sobre a História Pública no país, realizado na USP, em 2011, até os dias atuais o movimento cresceu em tamanho e densidade teórica e prática. São inúmeras as publicações de livros, dossiês em revistas, pesquisas acadêmicas, pesquisa-ação, podcasts, sites, páginas nas redes sociais sob os mais variados temas, que esse amplo, heterogêneo e plural movimento da História Pública vem acolhendo. As temáticas sensíveis, da História do Tempo Presente e os usos da História Oral têm prevalência no debate, considerando que a História Pública é sensível às demandas societárias mais imediatas. Acolher, refletir, compartilhar, divulgar, tecer, requalificar são atributos de um movimento que hoje é um dos mais inovadores no campo

epistemológico da História disciplinar. A História Pública, em termos epistemológicos, promoveu uma mobilizadora reflexão sobre a função social e política da História disciplinar e o papel a ser desempenhado pelas/pelos historiadoras e historiadores no alvorecer do século XXI. O debate não circunscrito ao movimento da HP tem sido recorrente nos diversos fóruns dedicados à História e reforça o nosso compromisso público com a democracia e a equidade social.

Vivemos tempos de crises múltiplas. Somam-se aos episódios de crise política e econômica, guerras, negacionismos, tragédias climáticas, individualismo exacerbado, cortes em investimentos nas políticas sociais e de pesquisa, questionamento de direitos, fragilização das instituições democráticas, discursos de ódio e de negação do(s) Outro(s). Também são tempos de resistências, de ressignificação do papel da ciência, dos intelectuais, das universidades e instituições de pesquisa. E a HP contribui imensamente com o debate sobre o papel da ciência, das Humanidades, da História e dos intelectuais em tempos de inúmeros desafios.

E quais seriam os nossos desafios hoje? Há muitos debates em curso acerca da trajetória da HP no Brasil. Proponho, nesse debate, uma questão específica: qual o papel da HP junto aos movimentos sociais? Como podemos contribuir através do nosso ofício para a compreensão de que a existência de movimentos sociais com diferentes pautas qualifica a democracia? Como a HP pode construir conhecimento para auxiliar nas políticas públicas?

Tradicionalmente, a democracia representativa tem sido caracterizada pela existência de liberdades políticas, livre circulação de ideias, eleições regulares, partidos políticos e sindicatos. Apesar da importância de todas essas características, durante todo o período republicano no Brasil (1889-2024), os movimentos sociais dedicados à luta por direitos e cidadania foram alvo de constante repressão por parte do Estado e ações condenatórias dos mais diversos. Acusados de radicais, ameaçadores, desordeiros, subversivos, baderneiros, e outros sem números de xingamentos ou termos pejorativos, além de desqualificações por parte de discursos anticomunistas, os movimentos sociais foram entendidos majoritariamente como “questão de polícia”. Se nos períodos ditatoriais, a repressão aos movimentos sociais de oposição era sistemática, nos períodos democráticos a situação tampouco é confortável. A legitimidade desses

movimentos como parte integrante da vida democrática é sempre questionada e a sua presença no espaço público incomoda aqueles que defendem a permanência da ordem – em geral excludente. Ressaltamos que a democracia também é um sistema que comporta a livre manifestação política e formas de organização coletiva de resistências e lutas por direitos.

A HP tem sido reconhecida pela comunidade acadêmica como um espaço ímpar no diálogo com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da democracia e circulação de saberes. A aproximação entre ciência e sociedade requalificou o nosso olhar sobre a importância da popularização dos saberes, do encontro entre conhecimento científico e vida coletiva, dando uma dimensão prática às nossas pesquisas. Para além da atividade de divulgação científica, essencial nesse processo de aproximação e legitimação da ciência como uma contribuição positiva à vida social, a popularização da História, através da História Pública propõe um diálogo intenso com os públicos. No caso específico dos movimentos sociais, penso que nossa contribuição pode se concentrar em duas ações: primeiro, a requalificação junto ao grande público da imagem dos movimentos sociais que buscam ampliar o acesso à cidadania através da luta por direitos; segundo, a produção do conhecimento pode auxiliar na melhoria das políticas públicas inclusivas.

Os movimentos sociais a partir da História Pública, da História Oral e da valorização da História do Tempo Presente se tornaram não apenas objetos da História disciplinar, mas co-autores das narrativas históricas, num processo dialógico, mediado pelos historiadores. A emergência da História Oral possibilitou uma requalificação das relações entre os historiadores e os protagonistas da História, rompendo hierarquias irreduzíveis e propondo a existência de uma autoridade compartilhada entre nós, os historiadores, e os agentes sociais com os quais nos relacionamos na construção de um conhecimento histórico dedicado ao Tempo Presente, ou seja, ao tempo marcado pela presença de testemunhas vivas das experiências sobre as quais nos debruçamos.

Uma das principais historiadoras dedicadas aos movimentos sociais, à História Oral e à História Pública no Brasil é Juniele Rabêlo que a partir do conceito de trabalho de memória propõe problematizar as interpretações dialógicas desse conhecimento histórico. Ao pensar o lugar da HP junto aos movimentos sociais, a historiadora inclui o

impacto que nossa ação pode ter no fortalecimento de políticas públicas. Afinal, ao mapearmos as trajetórias, as práticas e representações realizadas na base e suas estratégias de ação, formamos um importante conhecimento sobre esses movimentos. Outra importante historiadora, Marta Rovai, igualmente dedicada aos movimentos sociais e sua relação com a História Pública, também compreende a importância de valorizarmos os protagonistas desses grupos. Para Rovai, é preciso evitar cristalizá-los apenas na condição de vítima ou acreditar que nós estamos dando voz a esses personagens. Assim, propõe o historiador como mediador ético, num processo de publicização do conhecimento histórico sem simplificação, cuja construção do conhecimento é fruto de um trabalho dialogado com o público mais amplo. Ambas as perspectivas trazem, ao nosso ver, uma requalificação no campo da divulgação científica, tradicionalmente centrada na hierarquização “nós” e “eles” substituindo-a por uma visão dialógica dos saberes compartilhados.

Ao mesmo tempo, a compreensão da HP como um conhecimento capaz de apoiar a elaboração de políticas públicas, a partir de uma relação mais horizontal com os protagonistas dos movimentos sociais, oferece uma nova experiência e potencialidade para a História disciplinar. Acreditamos que aprofundar esse debate e fortalecer a capacidade da HP de produzir conhecimento para fomentar políticas públicas inclusivas é uma contribuição importante que estamos habilitados a realizar. Vida longa a História Pública no país!

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Ricardo Santhiago. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47-56.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia. *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediação do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. P.185-196

História pública e temas sensíveis: por que falar das prisões e dos presos comuns? -
Viviane Borges (UDESC).

Sou coordenadora do projeto de extensão Arquivos Marginais, que atua na salvaguarda de acervos e na difusão histórica voltadas a história das prisões nos séculos XX e XXI. Um dos nossos produtos é a criação de podcasts sobre vidas presos comuns, acionadas a partir de temas como gênero, masculinidade, encarceramento em massa, etc. Um dos desafios que enfrento é a responder a pergunta – Porque contar essas histórias?

Há cerca de 10 anos, represento a UDESC no Conselho da Comunidade de Execução Penal, órgão responsável por prestar assistência, apoiar a reintegração dos presos e contribuir para a redução da reincidência criminal. Minha função inclui a participação em inspeções nas prisões para verificar as condições das instalações e facilitar a comunicação entre o sistema prisional e a sociedade. A partir dessa posição, – e não sem vários desafios – tenho acesso a diferentes espaços dentro da prisão, principalmente na penitenciária masculina e oportunidade de conversar com detentos.

Nas conversas com os detentos, sigo um questionário que permite uma visão ampla sobre o cotidiano prisional. As queixas mais comuns incluem má qualidade e subsídios de refeições, pouco ou nenhum tempo de sol, falta de oportunidades de trabalho, ausência de acesso à educação e dificuldades no atendimento médico. Além disso, há reclamações sobre banhos frios, falta de toalhas e roupas de cama, além da umidade constante nas celas e camas. Cito aqui as queixas mais recorrentes, que se repetem a cada inspeção, que são relatadas, constatadas e nunca resolvidas. Consigo enxergar várias dessas faltas e muito dessa precariedade, não apenas nas visitas, mas nas fontes que documentam a institucionalização das prisões no século XX e XXI. Precariedade, banalização da violência, descaso por memórias não reivindicadas e incomodas – meus desafios como historiadora das prisões que também pratica história pública passam por essas demandas.

O Brasil se destaca neste cenário por possuir a terceira maior população prisional do mundo. De acordo com o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), do Ministério da Justiça, a população prisional brasileira, em dezembro de 2022, era de cerca de 830 mil pessoas^[1].

E quem são essas pessoas? De forma geral podemos dizer que na atualidade são jovens, em sua maioria entre 18 e 25 anos, negros ou mestiços, pobres, com pouca ou

nenhuma escolaridade, sem acesso à imprensa, à justiça, ou a possibilidades de participação política e canais de visibilidade (Borges e Santos, 2019). Historicamente, os presos por crimes comuns pertencem aos estratos sociais mais baixos, frequentemente rotulados como "perigosos" e com baixos níveis de instrução (Benedito, 2017). Esses indivíduos são frequentemente descritos como degenerados, com falhas de caráter, e mergulhados em "promiscuidade" e "baixeza moral" (Oliveira, 2017, p. 79).

Myriam Sepúlveda dos Santos (2018), que atuou na organização do Museu do Cárcere (Rio de Janeiro), aponta para as dificuldades de se obter registros escritos e depoimentos deixados por presos comuns nos arquivos ligados às penitenciárias da Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Por outro lado, de acordo com a autora, "os presos políticos, oriundos em sua maioria de setores da população que detinham mais recursos e poder, conseguiram dar visibilidade ao que vivenciaram e presenciaram" (Santos, 2013, p. 237).

A adjetivação "político" instaura uma estrutura de diferenciação marcada por embates. Ela permite que atos de violência do estado e da polícia, bem como certas formas de punir dentro das penitenciárias, sejam entendidas como "não políticas", e acabam forjando hierarquizações valorativas profundas (Galeano, Corrêa, Pires, 2021). As categorias "preso político" e "preso comum" não possuem definições fixas ou amplamente consensuais; ao contrário, são construções moveáveis e complexas, sujeitas a disputas de ordem política e jurídica, estando no centro de disputas pela memória. A diferença reside em como o Estado e a sociedade classificam os crimes e a natureza dos atos cometidos, com base em um processo histórico e político que molda essas categorias ao longo do tempo. O "preso político" é, em geral, uma pessoa encarcerada por suas ações contra o regime vigente, como envolvimento em militância política, sindical ou qualquer forma de oposição ao governo. Nas batalhas de memória, a prisão política é investida por uma aura heroica, sendo motivo de orgulho, uma memória reivindicada. Em contrapartida, o "preso comum" é frequentemente associado a crimes percebidos como desvios de conduta sem motivação política, usualmente ligados a fatores sociais como pobreza e marginalização. A construção dessas categorias vai além da simples natureza dos atos, sendo moldada por interesses políticos, contextos jurídicos e disputas pela construção da memória e da identidade. Como resultado, essa fronteira

se apresenta em constante transformação, adaptando-se às variações dos regimes políticos e jurídicos ao longo do tempo (Galeano, Corrêa, Pires, 2021).

Nessa arena de debates, todo o preso pode ser entendido como um preso político, marcados por políticas públicas que visam silenciamentos e apagamentos de minorias diversas, marginalizadas. No entanto, quando analisamos mais a fundo as batalhas pela memória o assunto ganha camadas emaranhadas, que marcam de forma mais profunda uma cisão entre as duas categorias.

Os presos comuns não são vistos como sujeitos de memória, a eles não são dedicados memórias para que a sociedade lembre das vítimas da violência de estado, pois dentro das prisões a brutalidade é naturalizada como parte do sistema. A violência de estado nesse caso não é memória, ela não precisa de suportes, ela não deve ser lembrada porque ela está encravada no presente.

O massacre do Carandiru, que tenho estudado a fundo nos últimos anos, é um exemplo importante para ilustrar o tema. O Estado, na tentativa de apaziguar e silenciar a memória do massacre, criou o Museu Penitenciário Paulista e o Espaço Memória Carandiru. O Museu, inaugurado em 2014, exibe um acervo vasto sobre a história das prisões em São Paulo e opta pelo termo “motim” em vez de “massacre,” uma escolha sutil de palavras que tem uma potencialidade incrível de minimizar a gravidade do ocorrido. Já o Espaço Memória, criado pelo Decreto Estadual nº 52.112, de 30 de agosto de 2007, aborda a história do bairro do Carandiru, do Complexo Penitenciário e do Parque da Juventude, sem incluir o massacre em sua “missão.” O Estado controla a memória, o que pode ser dito sobre o massacre e sobre os presos comuns. O massacre do Carandiru é uma alegoria para se pensar as batalhas de memórias que configuram a distinção binária “presos políticos” e “presos comuns”.

Os arquivos ligados aos presos comuns também não sobrevivem aos apagamentos de memória, são frequentemente “perdidos” pela ausência de investimentos em sua preservação. Um descaso seletivo, intencional, pois as fontes podem comprometer o próprio estado ao possibilitarem que o cotidiano institucional seja desnudado. As fontes são perigosas, elas têm o poder de abalar as estruturas do sistema, de denunciar e trazer à tona o que acontece na prática institucional. Por isso são escassas as fontes que documentam a passagem dos presos comuns pela prisão. Parece

ter se criado o consenso de que a memória do encarceramento diz respeito somente aos presos políticos, corroborando uma atitude de indiferença em relação aos presos comuns, cujos abusos são naturalizados (Borges, 2023).

Ao contrário dos presos políticos, que em sua maioria eram alfabetizados, os presos comuns raramente foram autores de suas memórias, ou mesmo deixaram rastros de si nas prisões, mas como tratar da história das prisões sem o acesso a vestígios da experiência vivida por seus principais habitantes?

No caso das prisões, o presente – que entende que o bandido bom é o bandido morto - é usado para bloquear as tentativas de preservação dos arquivos e das edificações, como se a destruição de vestígios fosse fazer o passado incomodo desaparecer.

Nesse movimento, várias penitenciárias com histórias marcadas por presos políticos e presos comuns – e episódios de violência de estado - foram demolidos entre a década de 1970 e início dos anos 2000, com ares de espetáculo, e divulgação na imprensa como, Presídio de Tiradentes (1971) Ilha Grande (década de 1990), Complexo Penitenciário Frei Caneca (2006), Carandiru (20XX).

Frente a uma instituição tão controversa como a prisão, o que se deve exigir de uma sociedade democrática é o monitoramento constante dos espaços de confinamento para que o debate público acerca de seus efeitos possa ser cotidianamente colocado. A prisão é um problema crucial de nossa sociedade – e reiteradamente temos fechado os olhos para este problema.

É preciso criar meios, espaços e incitar os debates públicos a respeito das formas de punição, sobre as práticas punitivas que marcam o presente, principalmente sobre o encarceramento.

A instituição prisão é marcada por violações de direitos humanos e condições degradantes, que seguem a lógica do descaso em relação aos grupos que encontravam na prisão uma espécie de “destino social” – escravizados, povos originários, trabalhadores pobres, dissidentes políticos, minorias diversas – e mesmo sob a fantasia moderna da instituição disciplinar modelo, sempre esteve marcada pela violência, tortura, maus tratos.

Se buscamos um futuro mais democrático, precisamos pesquisar e discutir sobre práticas de encarceramento.

Referências bibliográficas

- Alvarez, Marcos. Prefácio. In: Borges, Viviane; Salla, Fernando. *Prisões: introdução à pesquisa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- Benedito, Vanessa Oliveira. *Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- Borges, Viviane. De Wit, Carolina. *Histórias Marginais*. São Paulo: Letra & Voz, 2022.
- Borges VT. A muralha cinzenta e o pórtico majestoso: o processo de patrimonialização do Complexo Penitenciário do Carandiru. *Tempo* [Internet]. 2022. Sep;28(3):241–62. Available from: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280312>
- Borges, Viviane; Salla, Fernando. *Prisões: introdução à pesquisa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- Borges, V. T. (2024). Produções textuais de presos comuns (século XX). *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 15(31), 345–368. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v15i31.15915>
- Galeano, Diego, Corrêa, Larissa, Pires, Thula. Prefácio. In: Galeano, Diego, Corrêa Larissa, Tula, Pires (orgs). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.
- Oliveira, Priscila. Um olhar para os presos comuns nas memórias dos presos políticos da Era Vargas. In: Galeano, Diego, Corrêa Larissa, Tula, Pires (orgs). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.
- Perrot, Michele. *Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Santhiago, Ricardo. "História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo." *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.
- Salvatore, Ricardo D. Salvatore, Aguirre, Carlos. Revisitando El nacimiento de la penitenciaría en América Latina veinte años despues. *Revista de Historia de las Prisiones* nº4 (Enero-Junio 2017).
- Süssekind, Elizabeth. *Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro*, Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2014, p. 232).

[1] Esse número de presos inclui aqueles que se encontram em prisão domiciliar, com ou sem monitoramento eletrônico.

5 propostas para História Pública – Bruno Leal Pastor de Carvalho (UnB / Café História).

Passados mais de 10 anos desde a “institucionalização” da História Pública no Brasil, por meio de congressos, redes, performances, livros e artigos, amadureci minha reflexão sobre esse campo e prática nos quais me reconheço como participante ativo. Essas reflexões, cabe dizer, amparam-se, sobretudo, em minha atividade como editor e autor do portal Café História, fundado em 2008. Procurei, a seguir, sintetizar essas reflexões em forma de cinco pontos que, talvez, soem, para o leitor, como manifesto para o futuro da História Pública. E talvez elas sejam isso mesmo.

#1. Acredito que a História Pública deva ser vista não só como objeto de reflexão, mas como trabalho. A ideia ainda muito comum no senso acadêmico de que comunicação pública da história é um hobby, distração ou atividade altruísta é cercada por riscos. Ir contra essa visão significa reconhecer que o historiador público é um trabalhador que pode ser remunerado, apoiado e valorizado por sua atuação.

Essa reformulação deve ser feita, contudo, com zelo, evitando o risco neoliberal de mercantilização da história pública ou da sobrecarga de trabalho que gera o adoecimento dos profissionais. A ativação de editais específicos, de contratações regulares e a regulamentação da profissão são passos fundamentais para consolidar a História Pública como um campo de trabalho e, portanto, economicamente viável.

#2. Acredito que devemos evitar que a História Pública se torne *apenas* uma reflexão teórica. As reflexões teóricas são, foram e serão essenciais para desenvolvimento da História Pública. Contudo, é urgente desenvolver a dimensão prática da História Pública.

Isso não significa uma separação rígida entre teoria e prática, mas sim o reconhecimento de que há uma assimetria atual entre essas duas dimensões da História Pública no Brasil. Para que a História Pública tenha efetividade, é necessário que as reflexões acadêmicas se traduzam em ações concretas com públicos diversos.

#3. Acredito que o avanço das tecnologias digitais impõe a necessidade de um plano de atuação da História Pública diante dos algoritmos e as *big techs*. Atualmente, toda produção historiográfica, mesmo aquela que nasce fora do meio digital, é submetida à lógica dos algoritmos das grandes plataformas de tecnologia. Isso significa

que a visibilidade, a circulação e até mesmo o sentido das narrativas históricas são mediados por essas empresas, que definem o que será amplificado e o que permanecerá invisível. Assim, compreender a lógica desses mecanismos e construir estratégias para garantir uma comunicação pública eficaz, sem completa dependência das plataformas digitais, é um dos desafios centrais da História Pública contemporânea.

#4. Acredito que é preciso superar a assimetria entre países periféricos e países ricos na produção da História Pública. Apesar de haver casos de cooperação internacional consistentes entre historiadores europeus e não-europeus, o campo ainda reflete desigualdades estruturais que precisam ser superadas. A circulação no Norte Global de pesquisas, pessoas e projetos de História Pública produzidos na periferia do capitalismo tem sido ainda muito pequeno. É fundamental que pessoas, ideias e saberes dos países periféricos tenham mais espaço e circulação.

#5. Acredito que um dos grandes desafios da História Pública é falar e trabalhar com grandes audiências, projetando-se para além dos departamentos. Embora haja projetos que tenham logado êxito neste sentido, eles ainda são poucos. O público da maior parte dos projetos de divulgação histórica, me parece, ainda é formado por acadêmicos. Para ampliar esse alcance, é preciso reconhecer os limites da bolha acadêmica e desenvolver estratégias que tornem a comunicação mais acessível e com sentido para as diferentes comunidades sociais.

História Pública no Brasil: avanço, politização e profissionalização - Benito Bisso Schmidt (UFRGS).

Agradeço aos organizadores e organizadoras desse lindo evento pelo convite. Quero sistematizar minhas reflexões sobre tema que organiza esse painel – os desafios da história pública – em torno de três palavras.

A primeira é **avanço**. Com isso, quero dizer que a história pública se consolidou como um campo de práticas, reflexões e debates ao longo dos últimos quinze anos. Comprovam essa afirmativa, entre outros indicadores, a publicação de várias coletâneas e dossiês em revistas especializadas, a realização de simpósios temáticos e minicursos em eventos relevantes da área de História e o oferecimento de disciplinas de graduação e pós-graduação referentes a esse campo. Ou seja, a expressão “pegou” e se expandiu

porque deu voz a uma demanda reprimida de vários pesquisadores e pesquisadoras que estavam há muito tempo realizando experiências do que depois foi chamado de “história pública”. Tal designação permitiu que essas experiências se unificassem, possibilitando diálogos entre elas, reflexões teórico-metodológicas muito sofisticadas e, inclusive, financiamentos para vários projetos. Isso eu vejo como algo extremamente positivo para a própria historiografia brasileira.

A segunda palavra que eu gostaria de destacar é **politização**. Creio que a história pública promovida no Brasil, e na América Latina de modo geral, é uma história extremamente politizada, que articula reflexões teórico-metodológicas de ponta com ativismo, possibilitando uma retroalimentação entre esses dois âmbitos. Com isso, é possível romper com a tradicional dicotomia entre militância e produção científica. Hoje podemos dizer, com muito orgulho, que a história pública que fazemos é muito militante e de grande qualidade acadêmica. Estamos dialogando com diversos setores sociais, com problemas que afligem a sociedade, com comunidades, com a educação básica, trazendo o melhor daquelas propostas que motivaram a criação da história pública em alguns países anglo-saxões, como a “história vista de baixo” e os ateliês de trabalhadores, e dialogando com os movimentos sociais³.

A terceira palavra que guia minhas reflexões nesse momento é **profissionalização**. Se as duas primeiras podem ser lidas como conquistas da história pública brasileira, essa última traz preocupações. A maior parte de nós que compomos esse painel trabalha em universidades e, em menor número, em escolas e instituições de memória, mas ainda são pouquíssimas as pessoas no Brasil que “vivem de história pública”, fazendo projetos nesse âmbito ou sendo empregadas exclusivamente como historiadores/as públicos/as. Trata-se de um nó que precisamos desatar e nós temos um marco legal para nos ajudar nesse sentido que é a regulamentação da profissão de historiador/a. Essa normatização diz, em um de seus artigos, que todas as instituições que prestam “serviços em História” têm obrigatoriamente que abrigar profissionais de História, contratados ou em seus quadros. Temos que alargar essa brecha jurídica para que não façamos promessas falsas aos/às nossos/as discentes sobre a viabilidade da história pública como campo exclusivo de exercício profissional. Esse alargamento é

³ Esse é o projeto que busco implementar junto ao Close – Centro de Referência da História LGBTQIAP+ no RS, ligado ao PPG e ao Departamento de História da UFRGS.

bom não somente para as pessoas que vão poder viver com certa segurança de história pública, mas também para a sociedade que terá acesso a conhecimento histórico de alto nível, sobretudo em uma época de tantos negacionismos e de usos nefastos do passado.

Obrigado!



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 03/01/2025
Aprovado em: 03/03/2025